

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**CENTRO DE ESTUDOS GERAIS**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**OS HERÓIS DA PÁTRIA: POLÍTICA CULTURAL E HISTÓRIA DO BRASIL**  
**NO GOVERNO VARGAS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**ANDRÉ BARBOSA FRAGA**

**NITERÓI**

**2012**

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANDRÉ BARBOSA FRAGA

OS HERÓIS DA PÁTRIA: POLÍTICA CULTURAL E HISTÓRIA DO BRASIL NO  
GOVERNO VARGAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal Fluminense, como  
parte dos requisitos necessários à obtenção  
do título de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ângela de Castro Gomes

NITERÓI  
2012

OS HERÓIS DA PÁTRIA: POLÍTICA CULTURAL E HISTÓRIA DO BRASIL NO  
GOVERNO VARGAS

André Barbosa Fraga

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ângela de Castro Gomes

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – UFF, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

---

Presidente, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ângela de Castro Gomes (Orientadora)  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Giselle Martins Venâncio  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia de Almeida Gonçalves  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

NITERÓI

2012

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

F811 Fraga, André Barbosa.  
Os heróis da pátria: política cultural e história do Brasil no governo Vargas / André Barbosa Fraga. – 2012.  
157 f. ; il.  
Orientador: Ângela de Castro Gomes.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.  
Bibliografia: f. 145-157.

1. História do Brasil; República, 1930-1945. 2. Vargas, Getúlio, 1882-1954; política e governo, 1930-1945. 3. Identidade nacional. 4. Memória e história. 5. Herói. I. Gomes, Ângela de Castro. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.061

Este trabalho sobre heróis é dedicado aos que o são em minha vida, meus pais: Antonio (*in memoriam*) e Ana. Agradeço-lhes, com todo o carinho, o exemplo que representam, os valores e as virtudes que sempre transmitiram ao criarem os filhos e a oportunidade de produzir esta dissertação, que não teria sido possível sem o esforço dispensado por eles para que os meus irmãos e eu rompêssemos muitas barreiras e chegássemos à universidade.

## AGRADECIMENTOS

É chegada a hora de agradecer a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão deste trabalho, que fecha um ciclo aberto em 2010, quando ingressei no mestrado.

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha família, pelo apoio incondicional que sempre me deu ao longo da vida. À minha mãe, Ana, pelo esforço e sacrifício empregados para que meus irmãos e eu nos tornássemos os primeiros da família a chegar à universidade. Obrigado mãe, por sempre acreditar que a educação é o melhor caminho para se alcançar uma vida melhor. À minha irmã, Adriana, pela constante torcida para o meu sucesso. Ao meu irmão, Alexandre, por estar sempre ao meu lado e ser meu melhor amigo. Agradeço por ter lido os originais e, assim, ter sido o primeiro leitor. A sua revisão do texto e comentários, sem dúvida, contribuíram para o aprimoramento da pesquisa.

À minha orientadora, Ângela de Castro Gomes, uma de minhas grandes referências como professora e pesquisadora. Agradeço enormemente a gentileza de ter aceitado me orientar e por ter compartilhado comigo, ao longo desses dois anos, todo o seu conhecimento. Não posso deixar de registrar o seu total comprometimento com a minha pesquisa. Apesar de seus inúmeros compromissos, sempre esteve atenta ao andamento do trabalho, dando retorno quase imediato ao material que lhe enviava. Ângela, meu muito obrigado pelo profissionalismo que encontrei em você.

Às professoras que integraram a banca, Giselle Martins Venâncio e Márcia de Almeida Gonçalves, por todos os comentários e sugestões feitos no momento da qualificação, que procurei incorporar ao texto final, servindo ao aprimoramento do trabalho. Sou grato pela maneira comprometida com que leram o projeto e os primeiros capítulos, e apresentaram suas considerações.

Aos professores Giselle Martins Venâncio e Rachel Soihet, do meu Programa, e Celso Castro e Helena Bomeny, do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas, cujas disciplinas, cursadas no mestrado, contribuíram para a minha formação acadêmica e para o desenvolvimento desta pesquisa, sobre a qual, em alguns momentos, foi possível discutir, possibilitando a incorporação de sugestões.

Aos colegas que tive ao cursar disciplinas do mestrado na UFF e na FGV, como Vânia, Ana Paula, Lucina e outros, cujos nomes não me foi possível registrar. Registro, então, a gratidão pelas conversas animadas nos intervalos, que fizeram de todos eles interlocutores da minha pesquisa.

Aos amigos que fiz ao longo da graduação e aos que já me acompanham há mais tempo: Juan, Bruno, Diego, Diogo, Elizete, Juliana, Luciene, Mariana, Patrícia, Raquel, Ricardo, Silas, Tiago e Victoria. Mesmo que, por vezes, nosso contato não seja mais tão freqüente, tenho certeza de que torcem pelo meu sucesso, assim como eu pelo deles. O IFCS e a prática de ensino não teriam sido os mesmos sem o convívio com cada um aqui indicado.

Sem dúvida, uma das etapas mais prazerosas da produção deste trabalho foi a do levantamento e seleção de fontes, ou seja, o desafio de “garimpar” os arquivos do IHGB, da BN e do CPDOC, buscando separar os documentos necessários à pesquisa dos outros tantos consultados. Por conta disso, não posso deixar de agradecer, por fim, aos funcionários dessas instituições, principalmente aos do CPDOC, com quem tive mais contato. Agradeço ao Renan, a Bianca e à estagiária Mariana, que tornaram agradáveis as muitas horas em que estive por lá, sempre prontos a trazer, com rapidez, o material requisitado.

## RESUMO

### OS HERÓIS DA PÁTRIA: POLÍTICA CULTURAL E HISTÓRIA DO BRASIL NO GOVERNO VARGAS

André Barbosa Fraga

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ângela de Castro Gomes

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – UFF, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O presente estudo tem como objetivo analisar a construção de heróis nacionais e a celebração de personagens históricos no primeiro governo Vargas, momento estratégico, na história do Brasil, de “recuperação do passado nacional”. Com base em múltiplas fontes, ao longo desta dissertação objetivamos compreender essa valorização de “grandes homens” em seu conjunto, como um projeto bem definido e de longo prazo. Dessa forma, mostramos como eles foram fundamentais para o plano do governo de elaboração de uma identidade nacional e para sustentar um regime político que alcançou o poder com o uso da força, necessitando, portanto, de símbolos a lhe conferir legitimidade.

Acompanhamos muitas iniciativas político-culturais elaboradas com o propósito de fazer os vultos nacionais presentes na memória da população, aprofundando nossa análise em duas delas. A primeira, intitulada “Os nossos grandes mortos”, criada pelo Ministério da Educação e Saúde, consistia em uma série de conferências apresentada de 1936 a 1938 e publicada em livros pela editora Agir, em 1945. A segunda iniciativa, denominada “Vultos. Datas. Realizações”, foi elaborada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, nos anos de 1944 e 1945, e consistia em uma coleção de livros.

Palavras-chave: heróis nacionais, governo Vargas, história do Brasil, identidade nacional, valorização do passado.

Niterói  
2012

## *ABSTRACT*

### THE HEROES OF THE NATION: CULTURAL POLICY AND HISTORY OF BRAZIL IN THE VARGAS GOVERNMENT

André Barbosa Fraga

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ângela de Castro Gomes

*Abstract* da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – UFF, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

The present study aims to analyze the construction of national heroes and the celebration of historical characters in the first Vargas government, strategic moment, in the history of Brazil, of “recovery of the national past”. Based on multiple sources, throughout this dissertation we aimed to understand this appreciation of “great men” as a whole, as a well-defined project and long term. Thus, we show how they were central to the government’s plan of developing a national identity and to sustain a political regime that has come to power with the use of force, requiring, therefore, of symbols to give it legitimacy.

We follow many political and cultural initiatives elaborated in order to make the national figures in the memory of the population, deepening our analysis on two of them. The first, entitled “Os nossos grandes mortos”, created by the Ministry of Education and Health, consisted of a series of conferences presented from 1936 to 1938 and published in books for the Agir publishing company, in 1945. The second initiative, called “Vultos. Datas. Realizações”, was prepared by the Department of Press and Propaganda in the years 1944 and 1945, and consisted of a collection of books.

**Keywords:** national heroes, Vargas government, History of Brazil, national identity, appreciation of the past.

Niterói  
2012

## SUMÁRIO

<b>Lista de fotos</b> .....	xi
<b>Introdução</b> .....	01
<b>Capítulo I: História e heróis nacionais no primeiro governo Vargas</b> .....	10
1.1 – O governo Vargas e os símbolos nacionais.....	10
1.2 – Tornando os heróis presentes na memória: lugares, objetos e descendentes.....	15
<b>Capítulo II: Os mortos e os vivos como espelhos da nação</b> .....	25
2.1 – Os dois corpos do herói nacional: entre urnas, ossadas e cinzas.....	25
2.1.1 – A panteonização dos vultos brasileiros.....	26
2.1.2 – O governo Vargas e os heróis da luta pela liberdade do Brasil.....	29
2.2 – Os heróis e os projetos políticos do Estado Novo.....	33
2.2.1 – Atualizando a figura do herói: o Estado Novo e os “brasileiros ilustres”.....	35
2.3 – Os grandes mortos do passado e os grandes vivos do presente.....	38
<b>Capítulo III: Os maiores entre os “grandes homens”</b> .....	49
3.1 – Estado Novo e heróis nacionais.....	49
3.2 – Caxias: o soldado da unidade nacional.....	52
3.3 – O Barão do Rio Branco: a luta pela pátria por meios pacíficos.....	58
3.4 – Tiradentes para além dos inconfidentes.....	67
<b>Capítulo IV – “Os nossos grandes mortos”: patriotismo em palestras do MES</b> ....	77
4.1 – Concepção e produção do projeto “Os nossos grandes mortos”.....	78
4.2 – “Os nossos grandes mortos” em livros.....	94
4.3 – O texto em seu contexto: o patriotismo de “Os nossos grandes mortos” no combate ao comunismo.....	106
<b>Capítulo V – “Vultos. Datas. Realizações”: patriotismo em livros do DIP</b> .....	113
5.1 – Concepção e produção do projeto “Vultos. Datas. Realizações”.....	116
5.2 – O texto em seu contexto: o patriotismo de “Vultos. Datas. Realizações” no combate ao nazi-fascismo.....	126
<b>Conclusão</b> .....	139
<b>Fontes e bibliografia</b> .....	145

## Lista de fotos

Foto 1: Higinio Morinigo, presidente do Paraguai, visita o Museu Imperial, em 1943.....	21
Foto 2: Getúlio Vargas cumprimenta o neto de Duque de Caxias, em agosto de 1941.....	23
Foto 3: Estátua de Oswaldo Aranha defronte ao Fórum Municipal de Campos, Rio de Janeiro.....	42
Foto 4: Sala Getúlio Vargas, um dos ambientes de exposição do Museu Histórico Nacional, no ano de 1940.....	43
Foto 5: Oswaldo Aranha discursa do palanque da cerimônia de inauguração do monumento a Rio Branco.....	62
Foto 6: Membros do governo inauguram o monumento erigido em memória do Barão do Rio Branco.....	64
Foto 7: Celebração a Tiradentes no ano de 1941.....	70
Foto 8: Basílio de Magalhães, de pé, no salão do Instituto Nacional de Música, realiza palestra para a série “Os nossos grandes mortos”.....	81
Foto 9: O auditório presente no Instituto Nacional de Música assiste à conferência de Basílio Magalhães, em 1937.....	82

## Introdução

O desejo de trabalhar com a questão da construção de heróis nacionais nasceu há alguns anos, ainda enquanto fazíamos o curso de Graduação em História na UFRJ. Recordamo-nos que, na época, um professor havia comentado em aula a respeito de uma coleção de livros paradidáticos que tinha marcado a sua infância, intitulada *Eles Fizeram a História do Brasil*. Ela fora escrita por Roberto da Mota Macedo, professor do Colégio Pedro II, e produzida pela editora Record, no ano de 1963, como parte de uma série infanto-juvenil chamada “Livros para a juventude”. Tal coleção narrava as aventuras de um menino de sete anos, chamado Rebedeco, que, por meio de um sonho, entrevistava 75 vultos que teriam marcado a história do Brasil.

O nome da coleção não nos era estranho; já havíamos ouvido falar sobre ela. Foi aí que lembramos que, quando dos nossos sete ou oito anos, a biblioteca do colégio no qual estudávamos, com o objetivo de renovar o seu acervo, desfez-se de uma parte dele, distribuindo-a a seus alunos. Em tal ocasião, fomos presenteados com o quinto e último volume dessa coleção. O comentário do professor contribuiu para que nos interessássemos pela série, da qual adquirimos os quatro volumes que faltavam. Como o ensino de História nos despertava muito interesse naquele momento, resolvemos analisar essa coleção, que se tornou o objeto da nossa monografia de curso.

Naquele trabalho, procuramos identificar que tipo de história essa série transmitia às crianças da década de 1960, e estabelecer os valores e os ensinamentos morais e cívicos representados nas figuras dos “grandes homens” e na de Rebedeco, o protagonista. Concluída a monografia, passamos a elaborar o projeto a ser desenvolvido no mestrado. Alguns elementos observados em *Eles Fizeram a História do Brasil* nos ajudaram a definir o caminho a seguir. Ao pesquisar a trajetória biográfica do professor Roberto da Mota Macedo, percebemos como ele foi entusiasta do Estado Novo e como contribuiu para a elaboração de uma história patriótica, muito usada no período. Na verdade, mostramos como a visão de história presente na coleção se aproximava da concepção que foi propagada pelo Estado Novo. Sendo assim, desde a monografia, vimos refletindo sobre a questão dos heróis nacionais e dos valores atribuídos a eles. Além disso, ao longo do bacharelado, o governo Vargas continuamente despertou nossa atenção. Ao conjugarmos esses dois interesses de pesquisa, percebemos o quanto eram compatíveis, uma vez que tal período da história do Brasil foi se revelando, cada vez mais, um momento estratégico de valorização do passado e de construção de heróis.

O regime autoritário, nacionalista e centralizador que se estabeleceu no Brasil a partir de 1930 e, principalmente, de 1937 imbuíu-se da missão de valorizar uma cultura “tipicamente” brasileira, elemento importante na formulação de uma identidade “verdadeiramente” nacional. Para tanto, era necessário pensar o país historicamente, à procura de nossas tradições. A fórmula era simples. O governo buscava recuperar o passado brasileiro, atribuindo sentido a ele, sempre em busca de sua relação com o presente e de sua capacidade de projetar o futuro, esperando um único resultado: o reconhecimento do Estado Nacional.

Após o Estado Novo, o “lugar da história”, principalmente a do Brasil, não mais seria o mesmo, tal o investimento do governo em promover uma grande quantidade de iniciativas nas mais variadas áreas<sup>1</sup>. Nesse processo, instituiu-se o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), pelo Decreto-Lei n.º. 25, de 30 de novembro de 1937, visando à proteção do patrimônio histórico e artístico do país<sup>2</sup>; criaram-se vários museus nacionais, guardiões da memória: o Museu Imperial de Petrópolis, o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, e o Museu Nacional de Belas-Artes, no Rio de Janeiro. O Instituto Histórico e Geográfico expandiu sedes para outros estados brasileiros, todas elas subsidiadas pelo governo federal, bem como sua revista. A quantidade de datas cívicas a serem celebradas aumentou consideravelmente, passando a se dar atenção à comemoração de cinquentenários (como o da abolição da escravidão, em 1938), centenários (o da fundação do Colégio Pedro II, em 1937), bicentenários (o nascimento de Thomas Jefferson, em 1943), tricentenários (o das lutas pela expulsão dos holandeses, em 1942) e tetracentenários (a fundação da Companhia de Jesus, em 1941)<sup>3</sup>.

Além disso, ensinar a história do Brasil passou a ser uma grande preocupação governamental, pois era principalmente por meio dela que os brasileiros criariam e reafirmariam o apego à própria pátria. Foi assim que a divulgação da nossa história, com a orientação do governo, foi conduzida por duas vias. A primeira foi a do ensino

---

<sup>1</sup> Para uma análise da valorização do passado e da história do Brasil no período, ver: GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. Principalmente o 4º capítulo: “O Estado Novo e a recuperação do passado brasileiro”.

<sup>2</sup> Para um aprofundamento da relação entre a constituição de um patrimônio histórico e artístico e a formação de uma memória nacional, ver LONDRES, Cecília. “A invenção do patrimônio e a memória nacional”. In: BOMENY, Helena (org). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco, 2001. Pp. 85-101.

<sup>3</sup> Uma reunião considerável de documentos diversos sobre comemorações cívicas pode ser encontrada em Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26, microfilme rolo 34 fot. 740 ao rolo 35 fot. 497. FGV/CPDOC.

formal, composta pelas escolas, na qual o regime investiu na formulação de currículos, na produção de livros didáticos e na criação e alteração de leis. Por exemplo, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, Decreto-lei nº. 4.244, de 9 de abril de 1942, elaborada por Gustavo Capanema, no que diz respeito à disciplina de história, reformou a lei anterior, nº. 19.890, de 18 de abril de 1931, criada por Francisco Campos, que havia unificado as cadeiras de História do Brasil e História Universal em uma só, chamada de História da Civilização. A reforma de 1942 restaurou a disciplina de História do Brasil, reconhecendo sua importância e contribuição cívica de glorificar a pátria. A segunda via de ensino foi a informal, composta, principalmente, pelo rádio, pelo cinema e pelo teatro. Eles seriam capazes de atingir um outro tipo de público, inclusive os adultos e analfabetos, levando a História do Brasil a ocupar um espaço que excedia o da escola, alcançando a intimidade do lar, e os locais de trabalho e de lazer.

Analisando um levantamento que realizamos no Portal de Teses da Capes, verificamos que um dos trabalhos que se propuseram a estudar aspectos ligados à valorização do passado e da história do Brasil no governo Vargas utilizou como fonte privilegiada os livros didáticos produzidos nas décadas de 1930/40. Luís Reznik, em sua dissertação de mestrado na Pós-Graduação em História da UFF, no ano de 1992, *Tecendo o amanhã (a história do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos. 1931 a 1945)*, analisa as concepções vigentes sobre o ensino de História, no período de 1931 a 1945, que se expressaram nos programas escolares para o ensino secundário, concretizados pelos livros didáticos. O autor conclui que os programas e currículos escolares apresentados pelas reformas de 1931 e 1942 são muito distintos entre si: os de 1931 enfatizavam as Ciências Físicas e Biológicas, já os de 1942, as Humanidades Clássicas. No entanto, há poucas variações no conteúdo dos livros didáticos utilizados entre 1931 e 1945.

Outros dois trabalhos destacam a relação entre o ensino da História e o cinema. Cristina Souza da Rosa, em sua dissertação de mestrado, também realizada no Programa de Pós-Graduação em História da UFF, no ano de 2002, *Imagens que educam: o cinema educativo no Brasil dos anos 1930-1940*, discute o papel do ensino da História do Brasil por meio dos filmes histórico-educativos produzidos pelo Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), criado em 1936 por Gustavo Capanema. Ela demonstra como os filmes de caráter pedagógico contribuíram para legitimar um projeto político que almejava criar uma identidade nacional, fazendo do cinema um instrumento de educação, servindo como complemento ou ilustração do conteúdo escolar.

Já André Chaves de Melo Silva, em dissertação de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da USP, no ano de 2005, *Ensino de história, cinema, imprensa e poder na Era Vargas (1930-1945)*, privilegia as relações entre os programas e currículos do ensino de História criados pelas Reformas Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942) e os cinejornais e curtas-metragens concebidos com funções educacionais, produzidos pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), enquanto instrumentos de disseminação de uma nova concepção de identidade nacional brasileira.

Newton Dângelo, em dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em história da PUC-São Paulo, defendida em 1994, *Escolas sem professores: o rádio educativo nas décadas de 1920/40*, trabalha com a radiodifusão educativa no Brasil entre as décadas de 1930/40, apontando as imagens e os símbolos da História do Brasil elaborados por intelectuais do governo Vargas, divulgados pelo rádio. Ele mostra como o projeto de uma rádio educativa era usado para transmitir ao povo uma identidade nacional afinada com o regime. Assim, os cursos de História pelo rádio levariam a História do Brasil a atingir um espaço que excedia em muito o da escola, fazendo uma “educação pelos ouvidos”.

Cláudia Regina Kawka Martins, por sua vez, em tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, defendida em 2006, *A disciplina escolar de história no ensino secundário público paranaense: 1931 a 1951*, analisa a disciplina escolar de História no ensino secundário público paranaense no período da vigência das Reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema. Ela analisa até que ponto a legislação de ensino apresentada por essas duas reformas conseguiu alterar as práticas escolares cotidianas e a forma pela qual a disciplina escolar de História foi utilizada na construção de uma nova memória histórica, por meio do estudo do Ginásio Paranaense, única escola secundária pública que, no início da década de 1930, havia em Curitiba.

Todas essas pesquisas, portanto, abordam a concepção patriótica de ensino de História que passa a predominar a partir da chegada de Vargas ao poder e, principalmente, a partir do Estado Novo. Nesse período, investiu-se no desenvolvimento de uma propaganda cívico-nacionalista que objetivava a criação de hábitos e valores sócio-culturais, nos quais, a figura dos vultos nacionais aparecia com intensidade. Porém, nesses trabalhos acadêmicos, os personagens históricos foram utilizados apenas para auxiliar os autores na explicação e reflexão de um aspecto daquilo que se pretendia

defender. O objetivo da presente pesquisa é demarcar uma abordagem distinta, alterando o foco e trazendo a valorização dos “grandes homens” e a produção dos heróis nacionais como objeto central de reflexão.

Além disso, tendo em vista que poucos trabalhos produzidos pelos programas de pós-graduação apresentaram como temática principal a valorização do passado e da história do Brasil no governo Vargas, e que quando o fizeram foi por meio das reformas educacionais, do rádio, do cinema, dos livros didáticos e da disciplina escolar, pretendemos, neste estudo, contribuir para essa temática, analisando, principalmente, uma fonte muito produzida na época: as biografias de personagens da história do Brasil.

Dessa forma, trabalhamos com dois projetos biográficos de celebração de vultos nacionais, elaborados pelo Ministério da Educação e Saúde (MES) e pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgãos estratégicos na elaboração de ações político-culturais para enaltecer os atos do governo e conquistar a simpatia popular. O primeiro deles, intitulado “Os nossos grandes mortos”, organizado pelo MES, consistia em uma série de palestras apresentada de 1936 a 1938, e publicada em livros pela editora Agir, em 1945. O segundo projeto, denominado “Vultos. Datas. Realizações”, foi produzido pelo DIP, entre os anos de 1944 e 1945. Essas duas coleções devem ser inseridas nas transformações profundas pelas quais o mercado editorial brasileiro passava nas décadas de 1930 e 1940, caracterizadas por um surto editorial e pela modernização das técnicas industriais e comerciais de produção e distribuição de livros.

Nesse período, houve uma significativa expansão da produção e do consumo de livros, motivada, entre outros fatores, pelo decréscimo da importação de obras estrangeiras por conta da crise de 1929, que acarretou a desvalorização da moeda brasileira frente às estrangeiras; e pela expansão da escola secundária, que trouxe o crescimento da produção de compêndios<sup>4</sup>. Esse *boom* editorial foi marcado pelo aumento significativo na produção de coleções. Importantes editoras, como a Martins Fontes, a José Olympio e a Cia. Editora Nacional, passaram a investir em publicações seriadas, que eram direcionadas a categorias de públicos específicos<sup>5</sup>. Esse também é o momento da proliferação da publicação e do consumo de biografias. A narrativa biográfica, ao longo desse período, usufruiu de reconhecida importância e esse gênero

---

<sup>4</sup> REZNIK, Luís. *Tecendo o amanhã (a história do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos. 1931 a 1945)*. Dissertação de mestrado em História. Niterói/RJ: UFF, 1992. P. 28.

<sup>5</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. “A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasileira”. In: DUTRA, Eliana & MOLLIER, Jean Yves (Orgs). *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006. P. 300 e 313.

literário passou por uma renovação ao se discutir a emergência de uma biografia moderna<sup>6</sup>. Portanto, é interessante notar como os dois projetos analisados neste trabalho conjugaram as duas inovações surgidas no campo literário dos anos 30/40, ao produzirem coleções biográficas.

De certa maneira, esta dissertação é produto da junção entre as preocupações ligadas à construção de heróis e as reflexões oriundas da leitura realizada ainda nos primeiros períodos da graduação de um livro instigante, que nos marcou enormemente e teve impacto decisivo na definição dos caminhos que queríamos seguir no ofício de historiador e daquilo que nos atraía na prática historiográfica: *A formação das almas*, de José Murilo de Carvalho<sup>7</sup>. Nessa obra, o autor tenta responder, dentre outras questões, de que maneiras a República brasileira, recém instaurada por um golpe de força, objetivando instituir um novo modelo de organização da sociedade, cria os mais diversos símbolos e alegorias na tentativa de se diferenciar do regime político anterior, que precisava ser desqualificado, para obter legitimidade perante a população.

Procuramos, na presente pesquisa, nos mover em torno do mesmo tipo de questionamento, mas deslocando-o para um outro momento da história do Brasil, também marcado pela redefinição de identidades coletivas e pela instauração de um regime político por meio de um golpe: o governo Vargas. Porém, aqui reduzimos o foco de observação, que recaiu na formulação de um símbolo específico: os heróis nacionais. Dessa forma, um conjunto de questões será investigado no decorrer desta dissertação, sendo estas as principais: de que formas e com que grau de intensidade os “grandes homens” serviram ao governo para persuadir a sociedade e consolidar o regime? Quais são os valores atribuídos aos heróis nacionais no material produzido pelo governo? Eles se modificaram ao longo do tempo no qual Vargas se manteve no poder? Quais as figuras históricas que ganharam mais atenção do regime? Por quê?

Para respondê-las, realizamos um minucioso levantamento de fontes, agrupando uma diversidade e um número considerável de documentos fundamentais para enriquecer a reflexão apresentada e embasar os resultados obtidos, atribuindo-lhes mais significação e consistência. Quando da elaboração do projeto de pesquisa, pretendíamos investigar o ensino de história mais formal e a valorização dos vultos nacionais que acontecia dentro das instituições educacionais. Porém, esse contato mais sistemático

---

<sup>6</sup> GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

<sup>7</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

com os arquivos nos fez modificar a proposta inicial e decidimos acompanhar principalmente experiências e projetos que extrapolavam os limites escolares. Dentre o material reunido para análise, encontram-se cartas, livros, decretos, jornais, revistas, discursos, fotos, trabalhos escolares, monumentos, relatórios, cartilhas, cédulas, moedas, conferências, peças de teatro, roteiros de filme, projetos de criação de leis e depoimentos, extraídos, principalmente, de três instituições: o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Biblioteca Nacional (BN).

Caso fizéssemos o exercício de aferir a importância de cada um deles para este trabalho, de longe os arquivos privados encontrados no CPDOC responderam por quase a totalidade das fontes utilizadas, com destaque para o de Gustavo Capanema. Em seguida, ficou a Biblioteca Nacional, que contribuiu na consulta a livros e jornais e, por último, o IHGB, do qual utilizamos alguns documentos, situados nos fundos Paulo de Frontin e Wanderley Pinho, além de livros. No entanto, as fontes específicas, que constituem elemento chave de nossa pesquisa, compostas de nove livros da série “Os nossos grandes mortos” e oito de “Vultos. Datas. Realizações”, não foram consultadas em um arquivo, e sim adquiridas por meio da compra dos exemplares em sebos. A opção por reuni-los dessa maneira foi motivada pela dificuldade de localizá-los em bibliotecas e arquivos. O IHGB e a BN dispõem de alguns números, mas que somados não correspondem ao total produzido. Apesar das dificuldades iniciais, a reunião dessas duas coleções acabou trazendo alguns benefícios. A sua leitura e análise pôde ser realizada de forma calma e meticulosa, sem que fosse preciso seguir os horários de funcionamento e as formalidades que os arquivos exigem. Além disso, pudemos reproduzir imagens dos livros, o que de outra maneira seria mais difícil.

Esta dissertação foi organizada em cinco capítulos, estruturados da seguinte maneira: no primeiro deles, denominado “História e heróis nacionais no primeiro governo Vargas”, procuramos analisar a importância que os símbolos nacionais, de uma forma geral, tiveram na legitimação e manutenção do governo Vargas, para em seguida focar, especificamente, em um deles: o herói nacional. Nesta parte, objetivamos identificar as medidas empregadas e os meios utilizados pelos integrantes do regime, considerados por eles os mais eficientes, para inserir e conservar os vultos nacionais presentes na memória dos brasileiros.

Já no segundo capítulo, “Os mortos e os vivos como espelhos da nação”, começamos apresentando mais uma iniciativa político-cultural de celebração e de aproximação dos “grandes homens” da sociedade, empregada pelo governo Vargas, ao preservar os restos mortais dos personagens históricos: a panteonização, que tinha por intenção principal unir os dois corpos do herói nacional (físico e simbólico), aumentando, assim, o poder que ele possui. Logo depois, indicamos como os valores desejados para a formação do “homem novo” apareciam incorporados aos vultos brasileiros nos discursos realizados por integrantes do governo, sobretudo nas datas cívicas, e como se procurou, por meios os mais diversos, comparar a figura de Vargas e de seus ministros à dos vultos nacionais.

Ou seja, objetivamos principalmente, nesse momento, demonstrar como a valorização dos heróis nacionais trazia benefícios diretos à legitimação do regime, uma vez que por meio deles foi possível estabelecer uma continuidade entre passado, presente e futuro. Os valores necessários ao governo na formação de um Brasil novo e moderno já estavam presentes nos “grandes mortos”, e Vargas e seus homens de confiança, escolhidos para administrar essa nova fase do país, possuíam as mesmas virtudes dos vultos históricos, o que os tornava também exemplos e os fazia “grandes vivos”.

No terceiro capítulo, intitulado “Os maiores entre os “grandes homens””, concentramos nossa análise no Estado Novo e passamos a acompanhar mais de perto o processo de heroificação de alguns vultos nacionais. Embora houvesse um esforço considerável do governo nas décadas de 1930 e 1940, no intuito de celebrar vultos históricos, nem todos foram cultuados com a mesma intensidade, havendo uma clara seleção e hierarquização. Nesse sentido, procuramos compreender quais personagens foram mais valorizados e o porquê do regime tê-los escolhido.

Finalmente, nos dois últimos capítulos, chamados, respectivamente, ““Os nossos grandes mortos”: patriotismo em palestras do MES” e ““Vultos. Datas. Realizações”: patriotismo em livros do DIP”, percorremos, minuciosamente, o processo de montagem de dois dos principais projetos de valorização dos vultos nacionais elaborados ao longo do período de 1930 a 1945, em dois momentos políticos especialmente conturbados e tensos para o governo Vargas, mas que estimularam a intensificação do culto a figuras históricas brasileiras. São eles: a eclosão da chamada Intentona Comunista, que teve como resposta o combate ao comunismo e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, que desencadeou o combate ao nazi-fascismo.

Dessa forma, objetivamos, com esta dissertação, contribuir para os estudos sobre a valorização do passado e da história do Brasil empreendida pelo governo Vargas, ao focarmos em políticas culturais de celebração de vultos nacionais e na produção de heróis, elementos essenciais nesse processo e fundamentais para se compreender o funcionamento do regime e as estratégias adotadas por ele em busca de legitimação e de construção de uma identidade nacional.

## Capítulo I: História e heróis nacionais no primeiro governo Vargas

### 1.1 – O governo Vargas e os símbolos nacionais

Nem bem Washington Luís havia sido deposto, em 24 de outubro, em decorrência da Revolução de 1930<sup>8</sup>, e já no dia seguinte, como sabemos por carta existente no arquivo privado de Getúlio Vargas, pertencente ao CPDOC, José Joaquim Valença dirigiu-se ao Palácio do Catete com o intuito de entregar ao general Tasso Fragoso, chefe da Junta Governista Provisória de 1930, o livro *Símbolos Nacionais*, escrito por Eurico de Góes. O senhor José era residente à Rua Barata Ribeiro, em Copacabana, e, por conta da dificuldade em ser recebido pelo general, uma vez que este se encontrava muito ocupado, decidiu deixar a referida obra aos cuidados do secretário Raul Maia, que a entregaria em momento oportuno<sup>9</sup>.

No mês seguinte, Getúlio Vargas, a quem a junta governista, por pressão das forças revolucionárias, havia entregue o poder desde o dia 3 de novembro, recebeu a carta referida, na qual José Joaquim Valença, além de parabenizar o novo presidente por sua conquista, alertava-o para a importância dos símbolos nacionais, sugerindo que o novo ocupante da cadeira presidencial, após ler o livro e entrar em contato com os argumentos nele presentes, alterasse a composição da bandeira do Brasil, criada em 1889 por Décio Villares para representar os novos ideais trazidos pela Proclamação da República. Na opinião de José, as seguintes mudanças deveriam ser realizadas: retirar a parte central da bandeira, ou seja, o círculo que representa uma esfera celeste e o dístico positivista, Ordem e Progresso, inserindo em seu lugar o antigo escudo que havia na bandeira imperial, mas sem a coroa, que deveria ser substituída por uma estrela, um barrete frígio ou um sol<sup>10</sup>.

Embora não tenha seguido as indicações daquele entusiasta de primeira hora, que imediatamente nos faz lembrar do famoso personagem de Lima Barreto, Policarpo Quaresma<sup>11</sup>, pode-se dizer que Vargas não demorou a perceber os ganhos que poderia ter ao mobilizar determinados símbolos nacionais como aliados e representantes de seu

---

<sup>8</sup> O presidente Washington Luís foi deposto por representantes da Marinha e do Exército que constituíram uma junta provisória de governo, composta pelos generais Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e pelo contra-almirante José Isaías de Noronha. Ver: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB, CPDOC-FGV, verbete REVOLUÇÃO DE 1930.

<sup>9</sup> Carta de José Joaquim Valença a Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1930.11.00/2, microfilme rolo 2 fot. 0225/2 a 0227/3. FGV/CPDOC.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

primeiro governo, principalmente à medida que o caráter nacionalista de sua administração se acentuava. Nesse sentido, o golpe ocorrido em 1935<sup>12</sup>, com o objetivo de derrubar o presidente e instalar um governo socialista no Brasil, e a repressão aos revoltosos que o sucedeu, contribuíram consideravelmente para a criação de um clima propício ao fortalecimento não apenas do civismo em nosso país, mas da própria figura de Vargas como Chefe de Estado.

Com isso, embora a Constituição de 1934 já houvesse tornado obrigatório o uso do Hino Nacional do Brasil em todo o espaço territorial, conforme aponta o seu artigo 174, o risco da influência comunista pedia medidas mais atuantes por parte do Estado, tanto no que diz respeito às leis como no que se refere às práticas cívicas, dirigidas principalmente aos jovens e às crianças, isto é, aos “brasileiros de amanhã”. Dessa forma e como um bom exemplo, foi publicada no Diário Oficial da União, do dia 1 de outubro de 1936, a Lei n.º. 259, que versava sobre a obrigatoriedade do canto do hino nacional nas escolas.

Art. 1º. Fica obrigatório, em todo o país, nos estabelecimentos de Ensino, mantidos ou não pelos poderes públicos, e nas associações de fins educativos e outros, constantes desta lei, o canto do Hino Nacional (...)

Parágrafo único. A obrigatoriedade, estabelecida neste artigo, refere-se aos estabelecimentos de ensino primário, normal secundário e técnico-profissional e às associações desportivas, de radio-difusão e outras de finalidade educativas. (...)

Art. 3º. A instituição que, previamente intimada, deixar de cumprir as determinações desta lei, terá proibido o seu funcionamento pela autoridade competente.<sup>13</sup>

Essa medida mostrou-se estratégica e de suma importância, pois é bom lembrar que fazia apenas 14 anos que a letra de Joaquim Osório Duque Estrada havia se tornado oficial, pelo Decreto n.º. 15.671, de 6 de setembro de 1922, não casualmente na véspera do dia em que se comemorava o Centenário da Independência do Brasil. Afinal de contas, o desconhecimento, pelo pouco tempo da existência oficial do hino completo do próprio país, causava um efeito enfraquecedor a um projeto de Estado que ambicionava despertar o sentimento cívico em sua população, buscando envolvê-la cada vez mais<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> Esse movimento ficou conhecido como Intentona Comunista e foi posto em prática entre os dias 23 e 27 de novembro, por integrantes da Aliança Nacional Libertadora (ANL). O governo, que já vinha reprimindo as atividades dessa organização de esquerda, decretou o seu fechamento em 11 de julho de 1935.

<sup>13</sup> BRASIL. Lei n.º. 259, de 1 de outubro de 1936. Torna obrigatório, em todo o país, nos estabelecimentos de ensino e associações de fins educativos, o canto do hino nacional.

<sup>14</sup> Para uma análise do processo de constituição e regulamentação do Hino Nacional Brasileiro, ver: CARVALHO, José Murilo de. “Bandeira e hino: o peso da tradição”. In: *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. Pp. 109-128; e MORAES, Renata. “O brado retumbante”. *Revista Nossa História*, n.º. 36, out. 2006. Pp. 55-59.

No entanto, se a valorização dos símbolos nacionais ocorre desde o Governo Provisório, passando pelo Governo Constitucional, vai ser a partir do dia 10 de novembro de 1937 que ela vai se intensificar. Getúlio, utilizando-se novamente da ameaça do “perigo vermelho”, divulga a existência de um suposto plano comunista que ficou conhecido como Plano Cohen, e, em articulação com setores militares e civis, prepara “silenciosamente” e dá um golpe de Estado, instaurando a ditadura do Estado Novo, isto é, fechando o Congresso, extinguindo os partidos políticos e outorgando uma nova constituição que fortalecia o poder executivo.

Exatos dezessete dias após o golpe, foi realizada uma engenhosa e criativa cerimônia que, utilizando-se da bandeira nacional, demonstraria tanto o caráter forte e centralizador do novo regime, quanto o desejo de unificação do país por meio da extinção simbólica do federalismo: o ritual de queima das bandeiras estaduais<sup>15</sup>. Esse ritual, da mesma forma que a coroação de D. Pedro II analisada por Lilia Moritz Schwarcz, demonstra “como o Estado se utiliza de aparatos teatrais para representar e encenar o poder, que efetivamente exerce”<sup>16</sup>.

O evento originalmente estava marcado para 19 de novembro, dia da bandeira, no Campo do Russel, no Rio de Janeiro, mas teve que ser adiado por conta da forte chuva que atingiu a cidade naquela data, como se recorda Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha de Vargas<sup>17</sup>. Ocorreu, finalmente, no dia 27 daquele mês, no mesmo lugar anteriormente previsto, e acabou por reunir duas celebrações simultâneas: a comemoração do dia da bandeira, que havia sido adiada; e a homenagem às vítimas da chamada Intentona Comunista de 1935, realizada desde 1936 naquele exato dia<sup>18</sup>.

Em posição central, em um altar armado para o evento, encontrava-se erguida uma enorme bandeira do Brasil, a protagonista da festa, diante da qual se encontravam presentes o Cardeal do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme, e vários sacerdotes que o ajudariam na realização da missa solene; o presidente da República, Getúlio Vargas; todos os ministros de Estado; milhares de alunos das escolas públicas; a alta cúpula

---

<sup>15</sup> Todas as informações contidas aqui, a respeito dessa cerimônia, quando não referenciadas, foram retiradas das seguintes matérias presentes no *Jornal do Brasil* de domingo, 28 de novembro de 1937: SILVEIRA, A. Porto da. “Soldados da bandeira. Soldados do Brasil” (p. 5); e “Salve, lindo pendão da esperança!” (p. 7).

<sup>16</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. P. 7.

<sup>17</sup> PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre: Editora Globo, 1960. P. 335.

<sup>18</sup> Para uma análise mais detalhada do processo de constituição e declínio dessa homenagem, ver CASTRO, Celso. “Intentona Comunista: ascensão e queda de um ritual”. In: *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. Pp. 49-67.

militar; representantes de diversos sindicatos; e uma multidão de pessoas. No clímax do espetáculo, uma a uma, as 20 bandeiras estaduais foram sendo cremadas em uma pira, enquanto em substituição a elas foram hasteadas, ao mesmo tempo, em 21 mastros<sup>19</sup>, bandeiras do Brasil, instituindo-se, assim, o culto da bandeira única como símbolo da nação indivisível.

À medida que a bandeira de cada estado ia sendo consumida pelo fogo, várias bandas tocavam o hino nacional, que era cantado pelos alunos de todas as escolas, sob a regência do maestro Heitor Villa Lobos. Centenas de fogos de artifício foram lançados ao céu, deixando em seu curso pára-quadras com pequenas bandeiras do Brasil. Aviões do Exército e da Marinha sobrevoavam a praça, enquanto os microfones da Rádio Difusora permitiam que as informações da cerimônia chegassem o mais rápido possível a todo o país. Após as bandeiras estaduais terem sido transformadas em cinzas, Francisco Campos, o então ministro da Justiça, deu continuidade aos festejos, pronunciando o seguinte discurso:

Bandeira do Brasil, és hoje a única. Hasteada a esta hora em todo o território nacional, única e só, não há lugar no coração dos brasileiros para outras flâmulas, outras bandeiras, outros símbolos. Os brasileiros se reuniram em torno do Brasil e decretaram, desta vez com a determinação de não consentir que a discórdia volte novamente a dividi-la, que o Brasil é uma só Pátria e que não há lugar para outro pensamento que não seja o pensamento do Brasil, nem espaço e devoção para outra bandeira que não seja esta, hoje hasteada por entre as bênçãos da Igreja e a continência das espadas e a veneração do povo e os cantos da juventude<sup>20</sup>.

Esse ato simbólico deveria representar um golpe decisivo nos poderes dos estados federados, na medida em que extinguiu qualquer símbolo estadual, fosse ele a bandeira, fosse o hino, o escudo ou as armas, que foram proibidos pela Constituição de 1937, como indica o seu artigo 2º: “a bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o país. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas. A lei regulará o uso dos símbolos nacionais”<sup>21</sup>. Uma medida que vinha articulada com a nomeação, pelo presidente da República, dos chefes dos executivos estaduais – os interventores –, que, como no imediato pós-30, não mais seriam eleitos pela população. Finalmente, em 31 de julho de 1942, já em pleno auge do Estado Novo, foi estabelecido o Decreto-Lei n.º 4.545, que dispunha sobre a forma e a apresentação dos

---

<sup>19</sup> Dos 21 mastros, 20 representavam os estados; e 1, a capital do Brasil.

<sup>20</sup> *Quem foi que disse? Quem foi que fez?* S/ autor. Rio de Janeiro: DIP, s.d. P. 78 e 79.

<sup>21</sup> BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*, de 10 de novembro de 1937.

símbolos nacionais brasileiros, definindo os padrões oficiais de sua confecção e uso, sendo compostos pela bandeira, pelo hino, pelas armas e pelo selo nacionais.

Esse breve percurso, ao acompanhar a trajetória de utilização dos símbolos nacionais, principalmente do hino e da bandeira, mostra a importância crescente que eles foram adquirindo ao longo dos 15 anos do primeiro governo Vargas. Tais elementos simbólicos deviam aglutinar os cidadãos brasileiros em torno do sentimento de pertencimento a uma Pátria, representando valores que os identificariam enquanto um grupo social único. No entanto, e é importante deixar bem claro, há símbolos que, embora não tenham sido regulamentados por leis, podem revelar tanto ou mais sobre um determinado regime do que aqueles que foram objeto de preocupação legal. Esse é, sem dúvida, o caso dos heróis nacionais.

Não é exagero afirmar que os heróis, junto ao hino e à bandeira, formam uma tríade quase obrigatória para qualquer regime, pois eles têm a missão, não apenas importante, mas fundamental, de retratar, representar e fazer lembrar a Pátria, em suas virtudes e grandezas. São elementos capazes de produzir e despertar emoções coletivas em qualquer sociedade, sobretudo entre os futuros cidadãos, como esperam os responsáveis por sua divulgação, certos de sua eficiência como estratégia política para a busca de adesão e consentimento social.

Portanto, mostra-se fundamental discutir e entender a (re)construção que o regime Vargas fez dos heróis nacionais, e esse é justamente o objetivo a que nos propomos nesta pesquisa. Isso é importante porque há um hiato entre a elevada carga de atenção dispensada por aquele governo em relação aos heróis nacionais, e a empregada pela historiografia para compreender tal fenômeno. Dessa forma, pode-se observar a existência de poucos estudos que têm como preocupação central a questão da produção e divulgação de um panteão de heróis nacionais.

O que propomos, então, é a análise de um projeto que tinha como desejo destacar e popularizar o conhecimento sobre um conjunto de vultos nacionais. Dentro dele, a nossa atenção estará voltada para a série de palestras sobre vultos nacionais brasileiros, conhecida como “Os nossos grandes mortos”, organizada pelo ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, entre os anos de 1936 e 1941, e realizada no Instituto Nacional de Música, no Rio de Janeiro; e para a coleção *Vultos. Datas. Realizações*, editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda entre os anos de 1944 e 1945. Essa série de livros, voltada para a juventude, tinha como intuito apresentar aos mais jovens as datas históricas importantes, a vida dos “grandes homens”

que fizeram a história do Brasil, as realizações e os feitos produzidos pelo próprio regime Vargas.

## **1.2 – Tornando os heróis presentes na memória: lugares, objetos e descendentes**

O governo Vargas investiu em uma série de medidas no intuito de alcançar o objetivo que havia estabelecido: desenvolver iniciativas político-culturais capazes de fazer com que os “grandes homens”, eleitos pelo regime para integrar seu panteão de heróis, figurassem na memória de todos, fazendo com que as novas gerações neles se inspirassem e espelhassem. Afinal de contas, voltar-se ao passado brasileiro era útil e necessário na medida em que traria ensinamentos e, por intermédio dos grandes heróis que o fizeram, exemplos e modelos de virtude. A tarefa, sem dúvida, não é das mais fáceis, pois o sucesso na consagração de determinados vultos históricos depende não só das características de sua “vida” na História, como da forma como ela é interpretada, além da intensidade com a qual o seu “culto” é conduzido.

É nesse ponto que nos parece residir o diferencial que o governo estabelecido no período de 1930 a 1945, sobretudo no Estado Novo, apresentou em relação aos precedentes. Como destaca Ben-Amos, a política não pode ser realizada sem a utilização de símbolos, e os chamados usos políticos do passado são indispensáveis para a legitimação de qualquer regime, tendo-se em vista que pode atuar em inúmeras frentes, dentre as quais: como importante dimensão da identidade do grupo e como reservatório de valores e exemplos pedagógicos. O autor conclui, então, que nenhum governo pode começar do zero absoluto, pois corre o risco de perder o chão sob seus pés<sup>22</sup>. Ou seja, todo regime político constrói, com maior ou menor vigor, sua própria versão do passado com base em tradições e, nelas, seleciona, em função do presente em que se vive, os grandes episódios e os heróis que o habitaram.

Ainda seguindo o raciocínio desse autor, os mais diferentes regimes (sejam autoritários ou democráticos) procuram fazer, evidentemente com intensidades muito diferentes, com que a narrativa histórica que está sendo definida e propagada com o apoio do Estado torne-se parte integrante da memória nacional<sup>23</sup>. No caso do Brasil, não há dúvidas de que tenha sido sob o governo Vargas, principalmente a partir de 1935,

---

<sup>22</sup> BEN-AMOS, Avner. *Funerals, politics and memory in modern France, 1789-1996*. Oxford; New York, Oxford University Press, 2000. P. 3 e 4.

<sup>23</sup> Idem. P. 5.

alcançando o seu auge no Estado Novo, que se desenvolveram políticas culturais voltadas para um maior investimento na consolidação de uma memória histórica nacional. A quantidade de rituais elaborados para celebrar um evento tido como importante ou recordar um herói considerado ilustre apresenta-se como um dos indicadores mais sólidos para a constatação desse bem acabado projeto político de construção de uma memória histórica, através de narrativas e práticas culturais diversas.

Sendo assim, para tornar os vultos nacionais presentes na memória dos brasileiros, o regime Vargas desenvolveu inúmeras iniciativas: era preciso que eles fossem não apenas lembrados, mas lembrados constantemente. Quais foram, então, as principais medidas empregadas nesse sentido? Por quais meios e mobilizando que recursos foi possível se fazer referência aos heróis da pátria? Antes de começar a responder a tais questões, é preciso ressaltar que todos os governos anteriores se valeram de algumas das iniciativas utilizadas na Era Vargas. Porém, nenhum deles se aproximou do volume e do grau de organização encontrados nas décadas de 1930 e 1940.

Ou seja, o que o governo Vargas fez, sobretudo no período do Estado Novo, foi intensificar e atualizar práticas culturais que já eram conhecidas e empregadas há algum tempo. É preciso reconhecer a Primeira República como um período importante para a construção de uma cultura histórica e para a elaboração de um panteão de heróis. Dessa forma, ações de valorização de um passado histórico brasileiro, capitaneadas, entre outros meios, por concursos biográficos nas escolas, construção de estátuas e celebração de datas cívicas, já vieram da Primeira República, mas ganharam intensidade e, principalmente, valor político maiores dentro de um projeto iniciado em 1930, quando, depois de revistas, acabaram, muitas vezes, reinventadas.

Feita essa observação, uma das principais formas de destacar um conjunto de figuras históricas, na verdade a mais comum, era por meio do ensino de história nas instituições escolares. Sabendo disso, o governo lançou mão de diversos meios pedagógicos, orientando e fiscalizando a composição do conteúdo dos livros didáticos (o que já era praticado na Primeira República)<sup>24</sup>, produzindo concursos de biografias nos mais diversos colégios espalhados pelo Brasil<sup>25</sup> e celebrando as datas cívicas com o

---

<sup>24</sup> Ver REZNIK, Luís. *Tecendo o amanhã (a história do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos. 1931 a 1945)*. Dissertação de mestrado em História. Niterói/RJ: UFF, 1992.

<sup>25</sup> Citamos como exemplo um concurso sobre Santos Dumont ocorrido em 1944 nos estabelecimentos de ensino do Rio de Janeiro, no qual foram premiados alunos e escolas. O concurso teria sido um sucesso,

empenho e a participação dos alunos. No texto intitulado “O Dia da Pátria”, publicado em livro a ser utilizado nas escolas por crianças em fase de alfabetização, há uma interessante descrição de como eram as comemorações da Independência:

A nossa escola foi também escolhida para tomar parte nas festas do dia 7 de setembro, data da Independência do Brasil.

Há quase uma semana que não falamos em outra coisa e toda a nossa preocupação é conversar sobre esse acontecimento, tão importante para nós.

As professoras contam episódios da época, falam dos vultos que se esforçaram para conseguir a nossa libertação do jugo português.

O nome de Tiradentes – o Alferes Joaquim José da Silva Xavier – é citado com veneração, pois foi ele enforcado por haver sonhado com a liberdade da nossa terra. (...)

Os vultos de Pedro I, de José Bonifácio, de Gonçalves Ledo, do Cônego Januário, de José Clemente Pereira e outros, são lembrados constantemente.

Já ensaiamos vários hinos patrióticos, inclusive o da Independência e temos feito exercícios de redação sobre a nossa emancipação<sup>26</sup>.

Às ações realizadas nas escolas somaram-se outras, que as complementaram. Por exemplo, os vultos nacionais foram lembrados por meio do que chamaremos de “prática do batismo”, que nada mais é do que dar nome de heróis nacionais a ruas, praças, escolas e a outros espaços públicos. Não é à toa que, desde o surgimento do Estado moderno, nomear as ruas se tornou um monopólio do Estado. Além dos exemplos citados, o regime Vargas tornou comum a prática de se batizar aviões<sup>27</sup> e navios<sup>28</sup> com o nome de vultos nacionais.

Somando-se a tudo isso, o governo Vargas comemorou o nascimento e a morte de determinados personagens da História do Brasil e inaugurou estátuas e bustos com a imagem deles. Enfim, o culto aos heróis nacionais foi propagado por todos os meios disponíveis, evidenciando o interesse do Estado nessas ações. Tais iniciativas atendiam bem ao objetivo de fazer com que esses heróis fossem lembrados, figurando na memória dos brasileiros como exemplos, sobretudo para os “pequenos brasileiros”. Mas a elas foram acrescentadas outras, na medida em que o governo, a partir de 1938, com a gestão

---

tanto pelo interesse dispensado pelos professores, quanto pelo número de trabalhos apresentados: 526. “Lições de civismo nas escolas municipais”. *A Manhã*, quarta-feira, 12 de janeiro de 1944. P. 5.

<sup>26</sup> COSTA, Nelson. “O Dia da Pátria”. In: *Terceiro Livro de leituras brasileiras (para uso das crianças)*. 3º edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1942. P. 86 e 87.

<sup>27</sup> O ministro do Supremo Tribunal Federal em 1942, Waldemar Falcão, atribuiu o nome de Santos Dumont ao avião que havia sido doado pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões ao Ministério da Aeronáutica. Arquivo Valdemar Falcão, VF pi Falcão, V. C. R. 1942.05.00. FGV/CPDOC.

<sup>28</sup> Em outubro de 1944, foi incorporada à Marinha de Guerra brasileira a corveta Barreto de Menezes, uma homenagem ao general português que venceu os invasores holandeses no período colonial. Ela foi a última unidade entregue de uma série composta pelas seguintes denominações: Matias de Albuquerque, Filipe Camarão, Henrique Dias, Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros. “Um mês de realizações governamentais”. Revista *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano IV, n.º. 47, dezembro de 1944. P.140.

de Capanema e mais ainda com o Estado Novo, empenhou-se em investir no que se chamou de política de nacionalização, na qual a História tinha função chave.

Dois exemplos ilustram o esforço do Estado em comemorar/cultuar os grandes vultos históricos, na medida em que estes últimos são escolhidos como representantes de crenças e tradições que se quer inculcar na sociedade brasileira daquele período. O primeiro deles é a série de conferências sobre vultos históricos, intitulada “Os nossos grandes mortos”, que demonstrava a preocupação de que os heróis apresentados não parecessem distantes no passado, fazendo-se necessário que eles guardassem relação estreita com o presente, de forma a aproximá-los o máximo possível da sociedade brasileira das décadas de 1930 e 1940. Tal série de palestras será objeto de análise futura, sendo algumas publicadas em livros pela editora Agir, com prefácio do próprio ministro Capanema, em 1945, como ilustra o trecho abaixo:

Nenhuma mensagem, nenhuma lição tem tanta influência educativa como o exemplo.

Por que deixar no esquecimento as vidas ilustres de nossa história? Por que não trazer constantemente à meditação dos jovens essas figuras que serviram à verdade, lutaram pela justiça, ou se sacrificaram pela liberdade, defesa e honra da pátria?

De Júlio César diz Suetônio que foi incluído no número dos deuses não somente por um decreto do senado, mas ainda pela persuasão do povo. Este é o destino dos notáveis. O que, porém, constitui a maior glória deles é ficar entre os homens, como uma claridade, como um comando<sup>29</sup>.

O segundo exemplo foi extraído do discurso proferido por Alexandre Marcondes Filho, então ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e também da Justiça, no dia 3 de dezembro de 1943. Em plena Segunda Guerra Mundial, junto à estátua de Tamandaré, e em homenagem ao Dia do Marinheiro, seu discurso evidencia a tentativa de se incentivar o culto a um determinado herói, de modo a que os brasileiros construíssem um laço de afinidade com ele, capaz, inclusive, de possibilitar simbolicamente sua presença:

Padrão de virtudes heróicas, consagrado como o Nelson brasileiro, ele está presente e perene nos destinos da esquadra nacional, como um padroeiro, como uma atmosfera, como um Netuno brasileiro. Por isso podemos reconhecer que os tempos que agora vivemos, cheios de sacrifícios e de vitórias sobre o oceano, são dias de Tamandaré, povoados de seus brados de comando, engrandecidos pela sua inspiração, abrasados pelo calor de sua fé. Sentimo-lo presente nos tombadilhos e nas gáveas, nos postos de vigilância e nas torres de comando, dos nossos navios de guerra, ao lado dos oficiais e de marujos de nossa gloriosa marinha, multiplicado em estímulos e exemplos e advertência e alertas para a luta<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> CAPANEMA, Gustavo. “Nossos grandes mortos (prefácio)”. In: LIMA, Jorge de. *D. Vital*. Rio de Janeiro: Agir, 1945.

<sup>30</sup> Arquivo Alexandre Marcondes Filho, AMF pi Marcondes Filho, A. 1943.12.03. P. 3. FGV/CPDOC.

Na medida em que o Estado se empenha em cultuar os heróis da pátria, desenvolve também algumas políticas com grande cuidado: conservar os lugares por onde marcaram sua presença; preservar os objetos que lhes pertenceram; e manter relações cordiais com os seus descendentes. Em relação à primeira delas, o Decreto-Lei n.º. 25, de 30 de novembro de 1937, instituiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão encarregado de implementar políticas referentes à proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro e estabelecer as regras para se definir os bens a serem tombados. Uma lei que possibilita que o Estado defina quais são os imóveis identificados como de interesse artístico e histórico, sendo preservados em sua forma arquitetônica original.

Dentro desse espírito, em 3 de setembro de 1943, o Exército brasileiro ofereceu de presente ao Itamaraty um busto do Duque de Caxias. A escultura ficaria exposta em uma das salas do Palácio do Itamaraty, que desde 1897 era ocupado pelo Ministério das Relações Exteriores. Tal edificação oitocentista, por ser considerada de grande valor histórico e artístico para a cidade do Rio de Janeiro, uma vez que abrigara a sede da Presidência do governo republicano no período de 1889 a 1897, foi o oitavo prédio tombado no Brasil, em 1938<sup>31</sup>.

Por conta daquela gentileza, Oswaldo Aranha, então ministro das Relações Exteriores, pronunciou um discurso de agradecimento. Em sua fala está presente a defesa da importância do Palácio do Itamaraty que, devido a seu caráter histórico, possibilitava a todos que o visitavam “sentir” a presença dos heróis nacionais, bem como se emocionar com ela, uma vez que tinha sido palco da atuação de grandes figuras da história:

Meus Senhores,

É uma honra para esta Casa receber a figura de Caxias, doada pelo Exército e trazida pelos seus Chefes e, para nós, colocá-la em uma sala, que passará a ter o seu nome tutelar.

Ficará, assim, este busto no salão central deste tradicional Palácio, rodeado pelas salas dos dois Pedros, de Rui, Nabuco, Cabo Frio, Cotegipe, dos dois Rio Branco, guardado pela bravura de Deodoro e pela inteireza de Floriano, ainda vivos entre essas paredes.

O Itamaraty transforma-se, por essa maneira, em um verdadeiro Panteon, onde não são guardados os restos dos grandes mortos, mas, pela memória, pelo culto e pela consagração, a vida mesma daqueles que se fizeram redivivos<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> As informações sobre a história do Palácio do Itamaraty foram retiradas do site <http://www.portalconsular.mre.gov.br>. Acesso em: 9 de janeiro de 2011.

<sup>32</sup> Arquivo Oswaldo Aranha, OA pi Aranha, O. 1943.09.03, microfilme rolo 20 fot. 0889. FGV/CPDOC.

Pensamento semelhante ao de Oswaldo Aranha foi empregado por Cristiano Machado, secretário de Educação de Minas Gerais, em discurso pronunciado no dia 15 de julho de 1938. Nesse caso, destacou-se a importância da preservação não de um único prédio como o Itamaraty, mas de se abranger toda uma cidade. Ele elogiou a iniciativa de Vargas que, por meio do Decreto n°. 22.928, de 12 de julho de 1933, tornava Ouro Preto monumento nacional, uma vez que a cidade representava a “matriz fecundíssima da nacionalidade”, capaz de tornar todos que a visitam suscetíveis a “sentir” a “presença” dos vultos históricos:

É que, em qualquer de seus ângulos de visada, a gente se transporta para o quadro amplo da história nacional. Quem quer que caminhe pelas suas ruas e ladeiras e escarpas, ou penetre em seus casarões de estilo colonial, ou assome aos cimos de suas encostas, estará a ouvir o eco de tropéus longínquos, a confiança de uma conjura criadora, ou o grito de revolta contra o despotismo asfixiador de além mar. Quem quer que visite os seus templos exibindo uma grandeza que não se apaga, na escultura majestosa de seus altares, nas figuras admiráveis (...) e na riqueza de seus ornamentos, haverá de sentir, ainda que a ignore, a floração estupenda de um grande período histórico<sup>33</sup>.

No que se refere à preservação dos objetos pessoais desses grandes vultos, tratados como autênticas relíquias, um esforço muito grande foi empregado na difícil tarefa de reunir peças de valor, espalhadas pelo país ou encontradas fora dele. Em relação a tais objetos simbólicos, havia um comprometimento de que os que estivessem perdidos fossem achados; os que se encontrassem localizados no exterior, regressassem ao Brasil; e os que estivessem sob posse privada, fossem adquiridos pelo Estado. Portanto, eles passaram a ter uma função sociocultural importante, não sendo admissível que permanecessem distantes do olhar dos brasileiros, esquecidos em prateleiras ou acondicionados em caixas empoeiradas. Afinal, sua perda ou o descaso para com eles era um obstáculo à operação de representação de seus antigos donos. Portanto, todo o material que se conseguiu reunir foi distribuído entre museus e instituições públicas, onde devia ganhar maior visibilidade.

Nesse processo, o Ministério da Guerra, em agosto de 1941, recebeu, trazida de Portugal pela embaixada presidida por Júlio Dantas, a espada de D. Pedro I que teria sido utilizada no famoso episódio do grito do Ipiranga<sup>34</sup>. Os museus, aí incluídos os recém-fundados Museu da Inconfidência e Museu Imperial, foram organizados de forma a manter disponível ao público, em suas exposições permanentes, todos os objetos presentes em seus acervos que pertencessem a algum dos vultos nacionais. Por

---

<sup>33</sup> Arquivo Cristiano Machado, CM pi Machado, C. 1936/1945.00.00/2. P. 2. FGV/CPDOC.

<sup>34</sup> Arquivo Oswaldo Aranha, OA tt silva, V. B. da 1941.08.29, microfilme rolo 25 fot. 25. FGV/CPDOC.

exemplo, na foto abaixo, registra-se a visita que Higinio Morinigo, presidente do Paraguai, fez, em maio de 1943, ao Museu Imperial. Localizado em Petrópolis, Rio de Janeiro, na antiga residência de D. Pedro II, ele foi criado pelo presidente Getúlio Vargas, em 29 de março de 1940, por meio do Decreto-Lei nº. 2.096, e aberto à visitação pública em 16 de março de 1943, por ocasião do centenário de fundação daquela cidade. Na foto, vemos em posição de destaque a principal peça do acervo, a coroa que pertenceu a D. Pedro II e que depois de proclamada a República havia sido guardada no Tesouro Nacional, no qual permaneceu até a inauguração do novo museu, quando então foi transferida e exposta à nação.

Foto 1: Higinio Morinigo, presidente do Paraguai, visita o Museu Imperial, em 1943



Fonte: Arquivo Alzira Vargas do Amaral Peixoto, AVAP foto 089/21. FGV/CPDOC.

Rosana Andrade Dias do Nascimento<sup>35</sup> mostra, por exemplo, como o Museu Histórico Nacional foi “esquecido” pelo governo federal no período anterior à Revolução de 1930. Segundo ela, foi no governo Vargas que se passou a dar atenção maior àquela instituição, principalmente durante o Estado Novo, quando transformações importantes nela foram realizadas: alteração na organização do acervo; novas instalações; ampliação do espaço físico existente; e aquisição significativa de novos

<sup>35</sup> NASCIMENTO, Rosana Andrade Dias do. *O “Brasil Colonial” e a Exposição do mundo português de 1940*. Tese de doutorado em História. Salvador/BA: Universidade Federal da Bahia, 2008. P. 104.

objetos para a sua coleção permanente, muitos deles fruto de iniciativas pessoais do próprio presidente Vargas.

Essa autora analisa as Comemorações Centenárias de Portugal, ocorridas em 1940, e o convite do governo daquele país para que os brasileiros fizessem parte das celebrações. Entre as contribuições do Brasil, estava a organização da Exposição intitulada “Brasil colonial”, que foi realizada com o acervo do Museu Histórico Nacional, sob a coordenação do diretor dessa instituição: Gustavo Barroso. O nosso interesse, aqui, reside no inventário dos objetos que foram utilizados naquela exposição. Ele nos permite identificar as peças que se encontravam no acervo do Museu Histórico Nacional em 1940, entre as quais destacamos: caixinha com o cabelo de D. Pedro I, espada de uso de D. Pedro II, caneta de ouro utilizada pela Princesa Isabel para assinar a Lei Áurea e a espada com que Deodoro da Fonseca proclamou a República.

Por fim, a terceira frente de atuação do governo Vargas no intuito de aproximar os heróis nacionais da sociedade, para melhor se “conviver” com eles, implicou esforços no sentido de se estar diante de alguém que herdou os seus traços e representa, de certa forma, uma fração de seu corpo, de sua vida. Por isso, manter contatos com os descendentes de nossos “grandes homens” aparecia como uma tarefa fundamental. Daí o interesse em se convidar os herdeiros de certas figuras históricas para participarem de determinados eventos e datas comemorativas. Alguns, mais contidos, apenas disponibilizavam a sua presença; outros, de forma mais atuante, pronunciavam algumas palavras a respeito de seus parentes considerados extraordinários. A iniciativa de se falar sobre um grande brasileiro a partir do ponto de vista de alguém que o conheceu, que conviveu com ele, ou, ainda, que é “sangue do seu sangue”, poderia provocar mais entusiasmo e proximidade aos ouvintes, humanizando o herói.

Dentro dessa perspectiva, em 29 de agosto de 1941, Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, em nome do Itamaraty, ofereceu ao Ministério da Guerra um busto em bronze do Barão do Rio Branco. Nesse dia ocorreu, então, uma inauguração dupla: a da escultura e a do novo Palácio da Guerra, local em que ela ficaria exposta. Na cerimônia, esteve presente a senhora Amélia Rio Branco Nabuco de Gouvêa, uma das filhas do homenageado, que ficou responsável por uma parte importante da celebração: retirar a bandeira que encobria a figura de seu pai, dando fim tanto à curiosidade do público, como ao próprio evento<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> As informações foram extraídas dos artigos “A voz do Exército” e “A inauguração do novo edifício do Ministério da Guerra”, encontrados, respectivamente, nas páginas 5 e 9 do *Jornal do Brasil*, de sexta-

Na mesma linha, em 30 de abril de 1937, Gustavo Capanema enviou uma carta a Prudente de Moraes Neto para lembrá-lo do convite que lhe havia feito para realizar uma conferência sobre a vida de seu avô, que fazia parte da série “Os nossos grandes mortos”. No entanto, Prudente Neto, também por carta, declinou do convite, alegando, entre outras razões, a falta de tempo para redigir o discurso biográfico que já havia começado, mas não conseguira concluir<sup>37</sup>.

De algum modo, estar perto e manter-se em constante diálogo com a mulher, o filho ou o neto de uma determinada figura histórica era, antes de tudo, uma demonstração de zelo por sua memória e reconhecimento pelos serviços prestados ao Brasil. A foto abaixo, que foi tirada, segundo o *Jornal do Brasil*<sup>38</sup>, no dia 28 de agosto de 1941, registra o encontro entre Getúlio Vargas e o neto de Duque de Caxias, José de Lima Carneiro da Silva, ocorrido no Palácio do Catete, por intermédio do general Eurico Gaspar Dutra, então ministro da Guerra.

Foto 2: Getúlio Vargas cumprimenta o neto de Duque de Caxias, em agosto de 1941



Fonte: Arquivo Getúlio Vargas, GV foto 103. FGV/CPDOC.

---

feira, 29 de agosto de 1941; e do Arquivo Oswaldo Aranha, OA tt Silva, V. B. da 1941.08.29, microfilme rolo 25 fot. 25. FGV/CPDOC.

<sup>37</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC b Moraes Neto, P., microfilme rolo 4 fot. 1043 a 1044. FGV/CPDOC.

<sup>38</sup> “A Semana de Caxias”. *Jornal do Brasil*, sexta-feira, 29 de agosto de 1941. P. 10.

No dia 25 de agosto de 1941, Dia do Soldado, fora publicado o Decreto-Lei nº. 3.551, que concedera aos dois netos do Duque de Caxias, e também às suas bisnetas, uma pensão vitalícia de quinhentos mil réis mensais, por se encontrarem sem recursos próprios para viverem e impossibilitados de exercerem qualquer atividade que lhes garantisse a subsistência. Sem dúvida, por meio dessas iniciativas, o governo Vargas além de reconhecer, publicamente, uma dívida de gratidão do país para com esses vultos, cultuando sua memória, acionava políticas que concediam suporte material e simbólico a seus descendentes, que não mereceriam passar por dificuldades de qualquer tipo.

Medida semelhante já havia sido adotada no ano anterior, quando o Decreto-Lei nº. 1.978, de 24 de janeiro de 1940, conferiu uma pensão vitalícia de dois contos de réis mensais a Itala Gomes Vaz de Carvalho, filha única do músico Carlos Gomes, por conta dos poucos recursos de que dispunha para viver. Reforçando e legitimando essa decisão, havia o fato de ela ter doado à nação vários manuscritos deixados por seu pai, bens de valor inestimável culturalmente, entre os quais, os das partituras das óperas “Condor” e “Colombo”.

Enfim, basicamente o que tentamos mostrar neste capítulo foram as iniciativas encabeçadas pelo governo Vargas para fazer dos heróis nacionais figuras lembradas e queridas. Nesse percurso, vimos que algumas medidas contribuíram decisivamente para a missão de torná-los “vivos” na sociedade brasileira. No entanto, há uma outra que se destaca: os rituais de traslado dos restos mortais dos “grandes homens”. Nada poderia ser mais eficaz para aproximar a sociedade brasileira de seus heróis do que a presença ou o retorno dos despojos do corpo físico deles.

## Capítulo II: Os mortos e os vivos como espelhos da nação

### 2.1 – Os dois corpos do herói nacional: entre urnas, ossadas e cinzas

Inspirados no estudo de Kantorowicz<sup>39</sup>, desenvolvemos a idéia de que, como os reis, os heróis compartilham da condição de ter dois corpos, sendo o corpo simbólico compreendido aqui como todo o imaginário constituído em torno de alguém que, em determinado momento histórico, foi transformado em herói, encarnando valores e características capazes de serem reconhecidas e admiradas por um grupo social, seja uma nação ou qualquer outro.

Embora não seja tão raro que os próprios heróis participem da construção de sua própria imagem, a produção da idéia de um corpo simbólico, em geral, nasce ou se reforça quando o corpo físico já morreu. Em outras palavras, os dois corpos do herói geralmente não coexistem no mesmo período histórico, pelo menos com a mesma força. O que ocorre, no caso dos heróis nacionais, é que em certos momentos históricos, os Estados podem desenvolver políticas específicas, selecionando uma, algumas ou mesmo um amplo conjunto de figuras históricas, para representar seus projetos e valores político-sociais. Para tanto, organizam-se iniciativas para torná-los presentes na memória nacional, “inventando-se” heróis ou reavivando seus cultos, por meio de várias práticas culturais, como os rituais e as narrativas históricas.

Além disso, um outro dado a ser destacado é que enquanto o corpo físico nasce e morre apenas uma vez, o corpo simbólico, em princípio, consegue fazer o mesmo de forma “ilimitada”. Como a sociedade e os interesses dos grupos mudam, os heróis que eles cultuam podem se modificar ou, o que é mais comum, podem ser alteradas as formas de interpretar seus feitos e sua feição. Os fatores ligados ao surgimento, às transformações e ao obscurecimento (esquecimento) de um vulto nacional são múltiplos. À medida que diversos grupos sociais pressionam o Estado para que este reconheça a importância de determinadas figuras e as inclua em uma galeria de heróis, pode ocorrer que personagens por muito tempo considerados heróis, “deixem” de sê-lo e vice-versa.

Mas o que é decisivo para garantir a vida ou a morte de um corpo simbólico? O que é preciso ser feito para mantê-lo em estado de evidência ou, ao contrário, para jogá-

---

<sup>39</sup> KANTOROWICZ, Ernest H. *Os dois corpos do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

lo no ostracismo e provocar o seu esquecimento? A resposta a essas questões está no tipo de alimento necessário ao corpo simbólico para lhe garantir uma sobrevivência: o culto, ou seja, a reiteração de sua lembrança como vulto nacional. A energia que permite sua sobrevivência provém das celebrações e homenagens; e quanto mais é alimentado, mais poder simbólico adquire. O corpo simbólico de uma figura histórica alçada a herói nacional precisa ser nutrido ao menos uma vez ao ano, no aniversário de nascimento ou de morte do corpo físico que lhe completa, ou mesmo em outra data representativa, sob o risco de ir se enfraquecendo até desaparecer.

Como apontamos, geralmente o corpo físico não determina (influencia) a constituição do corpo simbólico. Porém, os vestígios daquele podem auxiliar no desenvolvimento deste. Quando os restos mortais do corpo físico, ossadas e cinzas, são utilizados em prol do corpo simbólico, unindo-se a ele, ocorre um reforço na construção do herói nacional, aumentando consideravelmente o poder simbólico que ele possui. Isso foi exatamente o que o governo Vargas projetou para aumentar o culto a determinadas figuras históricas: a intenção era a de unir os dois corpos do herói nacional, em prol da grandeza do panteão, que deveria ganhar novos lugares de memória, além de outras iniciativas<sup>40</sup>.

### **2.1.1 – A panteonização dos vultos brasileiros**

O culto aos vestígios do corpo físico de um herói pode contribuir para aumentar o poder simbólico que uma dada figura histórica possui em determinado período. Foi, por exemplo, o que aconteceu com o Duque de Caxias, durante o Estado Novo. Em 25 de agosto de 1941, realizou-se, pela manhã, uma das atividades programadas para as comemorações da “Semana de Caxias”: uma romaria à sepultura do Patrono do Exército, no cemitério do Catumbi. A solenidade teve início com a colocação, por parte dos pelotões do Exército, da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros, de várias coroas de flores naturais sobre o túmulo<sup>41</sup>.

O governo Vargas, sem dúvida, estava atento ao papel que os restos mortais de certos personagens históricos podiam desempenhar, uma vez que não se furtou a

---

<sup>40</sup> A expressão lugares de memória foi criada pelo historiador francês Pierre Nora. Para ele, “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”. NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n.º. 10, dezembro de 1993. P. 13.

<sup>41</sup> “As comemorações da Semana de Caxias”. *Jornal do Brasil*, terça-feira, 26 de agosto de 1941. P. 6.

empregar uma dimensão considerada clássica na construção de heróis em várias partes do mundo: a panteonização<sup>42</sup>. A origem da palavra panteão remonta à época de Roma antiga, período em que foi construído um templo consagrado a todos os deuses: o *Pantheon*, derivado de *pan* (todo) e *théos* (Deus). No decorrer da história, a expansão no Ocidente do monoteísmo fez com que aquele espaço fosse dedicado às pessoas que, de alguma forma, possibilitaram, por meio de suas ações, o engrandecimento de sua pátria. Assim, aos poucos, com o processo de secularização das sociedades, principalmente após a Revolução Francesa, os deuses e santos foram substituídos pelos heróis ou grandes homens. O panteão passou a significar o lugar no qual se depositavam os restos mortais de vultos ilustres, ou seja, que tinham em comum a prestação de relevantes serviços à terra natal<sup>43</sup>.

Dessa forma, muito empenho foi empregado pelo regime instaurado no pós-30, e mais ainda no pós-37, na tentativa de repatriar os despojos de heróis que se localizavam em países estrangeiros, assim como de preservar e homenagear os daqueles que já se encontravam em território brasileiro. Nesse sentido, como apontou Nelson Jahr Garcia, foram transladadas para o monumento da Praia Vermelha, em 1941, no Rio de Janeiro, as cinzas dos heróis de Laguna e Dourados<sup>44</sup>. Um outro exemplo diz respeito aos restos mortais do Imperador D. Pedro II<sup>45</sup>. Em 1920, o então presidente da República, Epiácio Pessoa, em preparação às comemorações do centenário da Independência do Brasil, a realizar-se dali a dois anos, publicou o Decreto n.º. 4.120, em que além de revogar a lei que estabelecia o banimento do país de seu segundo imperador e de sua esposa, a Imperatriz D. Teresa Cristina, ainda estipulava:

Art. 2.º. Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante prévio assentimento da família do ex-Imperador D. Pedro II e do Governo de Portugal, transladar para o Brasil os despojos mortais do mesmo e de sua esposa, D. Thereza Christina, fazendo-os recolher em mausoléu condigno e para tal fim expressamente construído.

---

<sup>42</sup> RIBEIRO, Fernando Bessa. “A invenção dos heróis: nação, história e discursos de identidade em Moçambique”. *Etnográfica*, vol. IX, n.º. 2, 2005. Pp. 257-275.

<sup>43</sup> ORIÁ, Ricardo. “A construção da memória nacional: os heróis no panteão da pátria”. In: *A Construção da Memória Nacional: Os Heróis no Panteão da Pátria*. Série cadernos do museu, n.º. 10. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. P. 12 e 13.

<sup>44</sup> GARCIA, Nelson Jahar. *Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982. P. 132.

<sup>45</sup> Todas as informações sobre esse assunto, quando não referenciadas, foram retiradas das matérias “Preito ao passado” e “A justiça de Deus na voz da História”, presentes na pag. 5; e “Realiza-se, hoje, em Petrópolis, com a presença do Sr. Presidente da República, a cerimônia do sepultamento dos ex-imperadores do Brasil”, presente na pag. 6, do *Jornal do Brasil*, terça-feira, 5 de dezembro de 1939.

Art. 3º. Fica o Governo autorizado a abrir, para tal fim, os necessários créditos<sup>46</sup>.

Em 1921, os restos de D. Pedro II e da Imperatriz Teresa Cristina foram trazidos do Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa, para o Rio de Janeiro, onde foram depositados em caráter provisório na Catedral Metropolitana. Em 1925, foram transferidos para a Catedral de Petrópolis, ainda em construção, aguardando a criação do monumento que deveria recebê-los e guardá-los em definitivo. Quando Vargas chegou ao poder, o compromisso assumido desde 1920 ainda não havia sido efetivamente cumprido. O novo presidente, já apontando para a política memorial que se aprofundaria posteriormente, expediu o Decreto n.º. 21.270, de 11 de abril de 1932, fixando uma quantia em dinheiro destinada a prover as despesas com a construção do mausoléu dos imperadores do Brasil, na Catedral de Petrópolis, de forma a permitir o culto a duas figuras fundamentais da história do Brasil.

Quando das celebrações do centenário do Colégio Pedro II<sup>47</sup>, em 1937, o Mausoléu ainda não estava pronto, o que fez com que uma das partes do programa de comemoração se realizasse no túmulo provisório do imperador. Foi assim que, em 1º de dezembro (o aniversário natalício do Imperador era 2 de dezembro), realizou-se uma grande romaria cívica a Petrópolis em visita à sepultura do patrono do colégio, tomando parte na homenagem aproximadamente 180 pessoas, entre professores, alunos e funcionários daquele estabelecimento de ensino, além de descendentes da família imperial e parte da população da cidade serrana. Depositou-se, naquela ocasião, uma coroa de bronze sobre a tumba do homenageado.

Finalmente, em 5 de dezembro de 1939, data do aniversário da morte de D. Pedro II, Vargas inaugurou, com toda a pompa e circunstância, o Mausoléu Imperial, transferindo para lá as relíquias mortuárias daquele imperador e de sua esposa. Todo esse ritual evidenciava como Vargas desejava que o momento representasse um tributo do Brasil para com aquele que, como segundo Imperador, serviu e engrandeceu o país. O término da edificação foi possível pela presença atuante do ministro da Justiça, Francisco Campos, sempre em contato com a comissão de obras da Catedral de Petrópolis, e do próprio Vargas, que frequentemente visitava a construção para saber de seu andamento, dando-se a ver e, assim, estabelecendo um vínculo pessoal com a

---

<sup>46</sup> BRASIL. Decreto n.º. 4.120, de 3 de setembro de 1920. Revoga os arts. 1º e 2º do decreto n. 78 A, de 21 de dezembro de 1889 e autoriza a transladar para o Brasil os despojos mortais do ex-Imperador D. Pedro II e de sua esposa, D. Thereza Christina, abrindo para tal fim os necessários créditos.

<sup>47</sup> “Centenario do Colegio Pedro II”. *Jornal do Brasil*, domingo, 28 de novembro de 1937. P. 6.

iniciativa e com o brasileiro ilustre a que ela se destinava. Tal medida de glorificação desse personagem se completou com a criação do Museu Imperial, no dia 29 de março de 1940, que passou a ter como função preservar, recolher, ordenar e expor os objetos de valor histórico ou artístico referentes aos reinados de D. Pedro I e D. Pedro II.

### **2.1.2 – O governo Vargas e os heróis da luta pela liberdade do Brasil**

De todos esses lugares de memória da nação criados nesse período, um dos mais importantes, sem dúvida, foi o Panteão dos Inconfidentes, também conhecido como Museu da Inconfidência, inaugurado em Ouro Preto, Minas Gerais, no ano de 1942, para receber em definitivo as cinzas dos inconfidentes e encerrar a peregrinação que os seus restos mortais faziam, desde 1936, quando haviam retornado ao Brasil. Por todo esse investimento, tal processo representa um dos exemplos mais nítidos e consistentes da preocupação do governo Vargas em preservar os despojos dos heróis nacionais e, por isso, será analisado de forma mais detalhada<sup>48</sup>.

A iniciativa de repatriar os despojos dos inconfidentes mineiros partiu do escritor Augusto de Lima Júnior<sup>49</sup>, sendo recebida com entusiasmo pelo ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, também envolvido, como não poderia deixar de ser, nas iniciativas de culto aos grandes feitos e aos “grandes homens”. Por conta disso, Getúlio Vargas assinou, em 21 de abril de 1936, o Decreto n.º. 756 A, que autorizou a exumação dos restos mortais e transladação para o Brasil das cinzas dos inconfidentes, que estavam na África, concedendo àqueles heróis, mortos no exílio, o louvor de repousarem em terras brasileiras.

Ainda segundo o decreto, ficava sob responsabilidade do Ministério da Educação e Saúde Pública, em associação a dois outros, o das Relações Exteriores e o da Marinha, providenciar o que fosse necessário. Além disso, os artigos 2º e 3º

---

<sup>48</sup> As informações presentes aqui foram colhidas da leitura das seguintes matérias do *Jornal do Brasil* de 1936: “O repatriamento das cinzas dos inconfidentes” (pag. 10) e “As cinzas dos inconfidentes” (pag. 14), quinta-feira, 24 de dezembro; “As cinzas dos Inconfidentes” (pag. 3) e “A chegada das cinzas dos Inconfidentes” (pag. 35), sexta-feira, 25 de dezembro; “Em homenagem à memória dos Inconfidentes mineiros” (pag. 6), domingo, 27 de dezembro; e “De volta ao solo patrio” (pag. 8), terça-feira, 29 de dezembro.

<sup>49</sup> Antônio Augusto de Lima Júnior (1889-1970), filho primogênito do conhecido político mineiro Antônio Augusto de Lima, foi advogado, poeta, magistrado, jornalista e historiador, além de membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e da Academia Mineira de Letras. Ao longo de sua vida colaborou em diversos jornais do Rio de Janeiro, como *A Gazeta de Notícias*, *A Noite*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio* e *Correio da Manhã*. Em Belo Horizonte fundou o *Diário da Manhã* e a *Revista de História e Artes*.

informavam, respectivamente, que caberia à cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, guardar os despojos que seriam depositados em monumento a ser construído, e que o Ministério da Educação e Saúde Pública comprometia-se a fazer a publicação dos autos do processo da Inconfidência Mineira.

Coube a Augusto de Lima Júnior, oficialmente, ficar encarregado dessa missão. Ele dirigiu-se, assim, a Portugal, então sob o governo de Oliveira Salazar, uma vez que as cinzas dos Inconfidentes jaziam em terras coloniais daquele país, e passou a acompanhar as autoridades na exumação dos restos mortais dos Inconfidentes, certificando-se da absoluta autenticidade do processo. Ou seja, a dimensão simbólica de autênticas relíquias, de objetos capazes de ligar o visível ao invisível – no caso à própria idéia de luta pela liberdade do povo brasileiro – foi um cuidado constante e nada ingênuo.

Dando os trabalhos de busca por findos, em novembro de 1936, o balanço era animador. Como podemos acompanhar por meio do termo de entrega dos autos de exumação e das urnas contendo ossadas e cinzas dos inconfidentes<sup>50</sup>, produzido pelo governo português e oferecido ao Delegado do governo brasileiro, pelo Ministério das Colônias, foram encontrados doze restos mortais. Em dezembro do mesmo ano, foi entregue o auto de exumação e a urna contendo as cinzas de mais um inconfidente, totalizando treze. Todos os despojos foram localizados em igrejas situadas nas colônias de Angola e Moçambique<sup>51</sup>.

Terminado o processo de buscas, era preciso iniciar os preparativos para o retorno triunfal ao Brasil. Para organizar as grandes homenagens a serem prestadas, o governo constituiu uma comissão especial, composta pelo cônsul Costa Leite, representando o ministro do Exterior; pelo General Francisco José Pinto, Chefe do Estado Maior da Presidência da República; por Antônio Leal da Costa, diretor do Gabinete do Ministro da Educação e Saúde Pública; e pelo Almirante José Francisco de Azevedo Milanez, representando a Marinha. Optou-se por desembarcar as cinzas na capital, o Rio de Janeiro, e só depois decidir a forma como elas seriam levadas para Ouro Preto.

---

<sup>50</sup> Arquivo Cristiano Machado, CM c 1936.11.26. FGV/CPDOC.

<sup>51</sup> Os inconfidentes eram: Domingos de Abreu Vieira, Francisco de Paula Freire de Andrada, Inácio José de Alvarenga Peixoto, José Álvares Maciel, Luiz Vaz de Toledo Piza, Antônio de Oliveira Lopes, João da Costa Rodrigues, José Aires Gomes, Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, Tomás Antônio Gonzaga, Vicente Vieira da Mota, Vitoriano Gonçalves Veloso e Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

Em 24 de dezembro de 1936, chegou ao Rio de Janeiro o navio brasileiro *Bagé*, que trazia em sua biblioteca, transformada em câmara ardente, as urnas com as cinzas dos heróis. Dois dias depois, representantes do estado de Minas Gerais dirigiram-se ao navio para depositar sobre as urnas funerárias a bandeira mineira, havendo vários discursos, entre os quais o de Augusto de Lima Júnior, que agradeceu o apoio recebido do governo português. Coincidindo com esse cerimonial, o Ministério da Educação e Saúde Pública distribuiu nas livrarias os três primeiros volumes do livro “Autos da Inconfidência Mineira”, reunindo a documentação relacionada ao processo, conforme se havia comprometido. Em julho de 1937, dando prosseguimento à iniciativa de editar esse conjunto de documentos históricos, o agora denominado Ministério da Educação e Saúde<sup>52</sup> publicou o seu 5º volume<sup>53</sup>. Os inconfidentes voltavam e sua história, com a publicação dos documentos, poderia estar ao alcance de todos, estudiosos e cidadãos em geral.

No dia do desembarque das cinzas, 27 de dezembro, o próprio presidente compareceu ao Armazém nº. 4, no cais do Porto, acompanhado de sua Casa Civil e Militar. Uma banda de música da Polícia Militar, que se encontrava em frente ao navio, executou o Hino Nacional, e Vargas foi recebido a bordo, sendo conduzido à câmara ardente onde examinou as inscrições colocadas sobre as urnas. Os despojos foram solenemente entregues ao chefe do Estado, que prometeu que o Brasil guardaria com orgulho o “corpo” dos inconfidentes. Dando prosseguimento ao evento, as urnas foram desembarcadas e transportadas pela oficialidade do *Bagé* aos carros que fariam o traslado. Pronunciaram então algumas palavras os deputados Pedro Calmon, conhecido historiador, e Negrão de Lima<sup>54</sup>, e o cortejo saiu da Praça Mauá com destino à Catedral Metropolitana, onde as cinzas ficariam depositadas em exposição pública. Ao longo de todo o percurso, segundo os jornais de época, reuniram-se centenas de pessoas que assistiram ao cortejo.

O retorno triunfal dos restos mortais dos Inconfidentes estava sendo considerado um evento de importância nacional e, portanto, era não só preferível, mas necessário

---

<sup>52</sup> Por conta da Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937, o Ministério da Educação e Saúde Pública passou a chamar-se apenas Ministério da Educação e Saúde.

<sup>53</sup> “O Ministério da Educação promove a publicação de documentos históricos”. *Jornal do Brasil*, sexta-feira, 2 de julho de 1937. P. 6.

<sup>54</sup> Francisco Negrão de Lima (1901-1981), nascido em Minas Gerais, foi advogado, formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte, e jornalista. Na política, atuou como deputado federal por Minas Gerais, de 1933 a 1937. Com o golpe de 1937 e a implantação do Estado Novo, foi nomeado chefe de gabinete do novo ministro da Justiça, Francisco Campos. Ver: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB, CPDOC-FGV, verbete LIMA, Negrão de.

que pudesse ser visto por todos os brasileiros, e não apenas por uma parte da população do Rio de Janeiro. A estratégia utilizada pelo governo, para tornar esse momento visível a todo o Brasil, foi a de “eternizá-lo” por meio da produção de um filme, que poderia ser distribuído a diversas salas de cinema do país. O documentário, em Curta-metragem, *Os Inconfidentes*, de dezembro de 1936, elaborado pelo INCE<sup>55</sup>, foi rodado em 35 mm e teve a direção de Humberto Mauro<sup>56</sup>.

Na Catedral, as urnas foram colocadas na nave central, sendo a vez do escritor Augusto Frederico Schmidt se pronunciar. Porém, até esse momento, os inconfidentes haviam cumprido apenas uma parte de sua peregrinação, restando chegar ao destino final: Ouro Preto. O *Jornal do Brasil*<sup>57</sup> anunciou que em poucos dias os restos mortais seriam levados a Minas Gerais. No entanto, o tempo de transferência foi bem maior do que se esperava. Apenas no dia 15 de julho de 1938, um ano e meio após o ritual de chegada ao Brasil, Ouro Preto receberia seus filhos ilustres.

No arquivo pessoal de Cristiano Machado<sup>58</sup>, então secretário de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais, há inúmeros documentos demonstrando a importância política atribuída pelo governo mineiro aos preparativos da cerimônia: telegrama entre o governador Benedito Valadares e Gustavo Capanema; lista definindo a distribuição dos lugares nos carros oficiais; e a agenda de visita de Vargas em uma semana de estadia em Belo Horizonte. O ritual se inicia com as urnas sendo transportadas em trem especial do Rio de Janeiro para Ouro Preto e depositadas na Igreja Matriz de Antonio Dias. Cristiano Machado aproveitou a ocasião para proferir um discurso do qual reproduzimos um trecho:

Imortalizaram-se. São, pois, os nossos símbolos. Não os discutamos. Cultuemos a sua memória na memória eterna de seus feitos. Infelizes dos povos que os não tenham e vivam apenas no túmulo material da existência, sem atentar nas lições que os fatos históricos despertam à contemplação das gerações futuras. E o episódio histórico, marcante por excelência em nossa vida coletiva é a Inconfidência, porque todo ele, desde a ideia nascente até o holocausto heróico que culminou na Praça da Lampadosa, e o degredo de que estamos fazendo, com estas cinzas, a hora nacional de exaltação cívica, tem o sentido da Nação Brasileira<sup>59</sup>.

---

<sup>55</sup> O Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) foi criado em 1936 por Gustavo Capanema e dirigido pelo antropólogo Edgard Roquete Pinto, tendo como objetivo fazer do cinema um instrumento de educação, ao produzir e divulgar filmes de cunho educativo.

<sup>56</sup> Para uma análise desse filme, ver: SCHVARZMAN, Sheila. *Humberto Mauro e as imagens do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2004. P. 248.

<sup>57</sup> “De volta ao solo pátrio”. *Jornal do Brasil*, terça-feira, 29 de dezembro de 1936. P. 8.

<sup>58</sup> Arquivo Cristiano Machado, CM c 1936.11.26. FGV/CPDOC.

<sup>59</sup> Arquivo Cristiano Machado, CM pi Machado, C. 1936/1945.00.00/2. P. 1. FGV/CPDOC.

Mais uma etapa cumprida, pois os restos mortais permaneceram naquela igreja até o dia 21 de abril de 1942, quando enfim foi inaugurado o Museu da Inconfidência<sup>60</sup> e nele instalado o panteão dos inconfidentes. No local havia 14 lápides funerárias, sendo 13 ocupadas pelas ossadas trazidas da África e uma, mantida vazia, para representar os integrantes do movimento cujos corpos não foram encontrados. Em todo esse processo fica claro como houve um enorme investimento do governo Vargas, concluído já no Estado Novo, na consolidação e reavivamento do culto aos heróis inconfidentes, um culto iniciado mesmo antes da Proclamação, por vários Clubes Republicanos, e nunca abandonado pelo novo regime.

Enfim, a tentativa de aproximar os dois corpos do herói nacional, por meio de várias ações promovidas pelo governo, visou despertar nos brasileiros o apego à nacionalidade e à própria pátria. Muito se falava na importância dos “grandes homens” para a sociedade, por conta dos exemplos e modelos de virtude que traziam. Mas, afinal, quais as características que os faziam ser especiais? Como os intelectuais do Estado Novo propagaram os valores atribuídos aos vultos históricos para elaborar seus discursos e legitimar suas iniciativas de intervenção social?

## **2.2 – Os heróis e os projetos políticos do Estado Novo**

Foram quatro os principais tipos de iniciativas por meio dos quais o Estado Novo mobilizou a memória dos heróis da pátria: as datas de comemoração cívica nacionais; a inauguração de bustos, estátuas e praças dedicadas a um determinado personagem histórico; a produção de biografias dos heróis nacionais; e a programação de palestras sobre os nossos “grandes homens”.

O regime instaurado em 1937 pretendia realizar um vasto projeto de mudança da imagem do Brasil e da sociedade brasileira, para si mesma e para fora do país. Não à toa, recebeu de seus idealizadores o sugestivo nome de Estado Novo, em contraposição à República Velha, passando a almejar a criação de uma nova nação, formada em seu conjunto por um “homem novo”. Bem representativo desse pensamento é o comentário do educador Lourenço Filho, realizado em 1940, quando dirigia o INEP: “O Estado

---

<sup>60</sup> O Museu da Inconfidência está situado na antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica, localizada na Praça Tiradentes, em Ouro Preto, Minas Gerais.

Nacional está feito; façamos agora os cidadãos do novo Estado”<sup>61</sup>. Caberia ao governo conformar a mentalidade do povo, criando em cada um o sentimento de brasilidade e de responsabilidade pelo destino da nação.

O projeto político-ideológico elaborado para proporcionar a criação e o desenvolvimento do “homem novo” se fez divulgar principalmente pelos discursos dos chamados ideólogos do Estado Novo, como Francisco Campos, Azevedo Amaral e Oliveira Viana; e também por meio de variadas políticas públicas então empreendidas. Na verdade, a propaganda e a educação tornaram-se recursos poderosos e fundamentais para o regime Vargas em sua ambição de divulgar o projeto de formação desse “homem novo”.

Aqui, estamos interessados em ressaltar os eixos centrais ou, em outras palavras, as principais características e valores que deveriam se fazer presentes na composição do “homem novo”. Nas palavras de Angela de Castro Gomes:

(...) o Estado Novo não poderia ser caracterizado como portador de uma “doutrina oficial” compacta, isto é, homogênea a ponto de afastar diversidades relevantes. Ao contrário, o que se verifica é a presença de variações significativas que traduzem um certo ecletismo em suas propostas. No entanto, acreditamos que seja possível encontrar, no seio destas propostas, um conjunto de idéias central capaz de caracterizar um determinado projeto político-ideológico<sup>62</sup>.

Seguindo na mesma direção, não devemos perder de vista que os intelectuais presentes nos quadros do governo estabelecido entre os anos de 1937 e 1945 não concordavam na totalidade dos assuntos, havendo articulações e tensões que aumentavam ou diminuíaam de acordo com o tema e o momento. Mas, apesar disso, parece-nos possível falar em uma linha e direção comuns seguidas pelo Estado Novo, apesar das disputas que ocorriam. Nesse sentido, alguns valores foram cruciais ao projeto: exaltação do trabalho; apelo ao nacionalismo; estímulo ao sentimento de esforço, doação e auto-sacrifício; elogio à índole pacífica e hospitaleira; e valorização da disciplina.

---

<sup>61</sup> LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. “Educação e segurança nacional”. In: *Tendências da Educação Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1940. P. 109. Durante o 1º governo de Vargas, Lourenço Filho (1897-1970) foi Diretor-Geral do Departamento Nacional de Educação, em 1937; implantou e dirigiu, a pedido de Gustavo Capanema, a partir de 1938, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP); e em 1941, organizou e secretariou a I Conferência Nacional de Educação. Ver: MONARCHA, Carlos. *Lourenço Filho (Coleção Educadores)*. Recife: MEC/Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2010.

<sup>62</sup> GOMES, Angela de Castro. “O redescobrimto do Brasil”. In: OLIVEIRA, L. L; VELLOSO, M. P; GOMES, A. M. de C. (orgs.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. P. 110.

Para a realização desse projeto, o Estado Novo serviu-se também dos grandes personagens da história do nosso país como meios privilegiados para divulgar tais valores, definidos como responsáveis pela construção do “homem novo” e de uma identidade nacional. Dessa forma, procurou-se tornar as figuras históricas brasileiras, os “grandes homens”, exemplos dos objetivos estabelecidos pelo Estado Nacional, fazendo com que elas passassem a espelhar as características que o governo esperava que fossem fixadas e seguidas pela sociedade brasileira. Uma operação político-ideológica conhecida e compartilhada por muitos outros regimes autoritários do período, mas cuja implementação sempre guarda especificidades.

Em outras palavras, os valores nacionais que o Estado Novo almejava propagar eram evidenciados, antes de tudo e de todos, pelos grandes heróis nacionais que fizeram a história do Brasil. Por meio desse discurso, o Estado Novo inventava tradições<sup>63</sup>. Mas não apenas, já que houve a intenção de reinventá-las também. Sendo assim, é mais indicado afirmar que o regime ditatorial criava e recriava uma memória histórica sobre o passado do Brasil para justificar seu projeto de nação. Nesse movimento, o nosso passado acabava sendo relido e marcado pela presença de heróis eminentemente trabalhadores, disciplinados, pacíficos, enfim, dispostos aos maiores esforços e sacrifícios em nome da Pátria.

### **2.2.1 – Atualizando a figura do herói: o Estado Novo e os “brasileiros ilustres”**

Um dos valores iniciais propagados para constituir o espírito do “homem novo” está ligado ao trabalho: os brasileiros deveriam ser trabalhadores por excelência<sup>64</sup>. No processo de elaboração do conjunto de leis que regulamentava o mercado laboral, o trabalho foi estruturado não apenas como um direito, mas como um dever, sendo apontado como a solução para os problemas sociais e econômicos enfrentados pelo Brasil. Também nessa esfera, a mobilização de vultos históricos foi realizada, como se nota pelo comentário que Getúlio Vargas fez sobre Visconde de Mauá. No trecho abaixo, vemos como Mauá aparece claramente associado à estima pelo trabalho, sentimento que o governo esperava que os brasileiros adotassem:

---

<sup>63</sup> Como lidamos com a construção de uma memória histórica coletiva, é fundamental estarmos atentos ao argumento de Hobsbawm sobre o aspecto inventado das tradições. HOBBSAWN, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

<sup>64</sup> Para o aprofundamento dessa questão, ver GOMES, Angela de Castro. “A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro”. In: OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. de C. (orgs.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. Pp. 151-166.

O Visconde de Mauá é um modelo das grandes virtudes do trabalhador brasileiro. Organizou e dirigiu com clara inteligência fábricas, estaleiros, bancos, estabelecimentos industriais, companhias de navegação, estradas de ferro, melhoramentos urbanos, empresas de mineração (...) Sua carreira prodigiosa mostra o que pode o trabalho, servido pela vontade, persistência, honradez e amor à Pátria<sup>65</sup>.

O nacionalismo associado ao trabalho é um dos elementos mais importantes e abrangentes no projeto ideológico do Estado Novo, no qual os vultos históricos traduziam, por excelência, o espírito patriótico, que deveria envolver toda a sociedade. Era preciso cultuá-los, reverenciar seus feitos e seguir seus exemplos de amor incondicional à Pátria, como ilustram as passagens abaixo. Na primeira, vemos o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio exaltar a figura de Santos Dumont:

É esta a figura sem par do criador da aviação, [ilegível] pelos halos [sic] de bondade, de desprendimento e de modéstia, qualidades que tanto encanto lhe emprestavam à personalidade, e que eram marcadas pela dignidade com que se ufanava de ser brasileiro, e pelo amor filial com que sempre se acolhia, em meio às incertezas de suas destemerosas experiências, à sombra bendita de nossa bandeira<sup>66</sup>.

Na segunda, o secretário geral do Ministério da Guerra, dirige-se a Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, em plena Segunda Guerra:

Hoje, por uma coincidência que é talvez um significativo presságio, aqui recebe o Exército o busto do Barão do Rio Branco, o brasileiro que nos domínios diplomáticos mais vitórias conquistou para a Pátria que tanto serviu e que tão alcandoradamente [sic] amou<sup>67</sup>.

Esperava-se do “homem novo” um comprometimento total para com a pátria, mesmo que a custo de numerosos sacrifícios. A divulgação desse sentimento/comportamento, por parte do Estado, intensificou-se com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Mais uma vez, os heróis nacionais foram lembrados como os representantes máximos do esforço próprio, enfrentando perigos, obstáculos e sacrifícios, sem desistir da luta. Novamente, é Rio Branco a grande figura lembrada:

A homenagem que hoje lhe presta a nação inteira é demonstração de que, redivivo, suas ideias fizeram-se o apanágio de todos os brasileiros, no esforço e

---

<sup>65</sup> Arquivo Alexandre Marcondes Filho, AMF tt Vargas, G. D. 0000.00.00. FGV/CPDOC.

<sup>66</sup> Discurso pronunciado pelo ministro Waldemar Falcão, em 1942, no Rio de Janeiro, por ocasião de batismo do avião “Santos Dumont”. Arquivo Valdemar Falcão, VF pi Falcão, V. C. R. 1942.05.00. P. 7 e 8. FGV/CPDOC.

<sup>67</sup> Discurso proferido em 1941, no Rio de Janeiro, pelo General Valentim Benício da Silva, secretário geral do Ministério da Guerra, em agradecimento a Oswaldo Aranha pela oferta de busto do Barão do Rio Branco ao Exército brasileiro. Arquivo Oswaldo Aranha, OA tt Silva, V. B. da 1941.08.29, microfilme rolo 25 fot. 25. FGV/CPDOC.

sacrifício comuns a que se entregam para a obtenção de um futuro mais seguro e mais tranquilo<sup>68</sup>.

Assim, recuperam-se eventos históricos para provar que a necessidade do sacrifício já esteve presente em muitos momentos, integrando a nossa história<sup>69</sup>. Mas, se por um lado, o herói brasileiro luta; por outro, ele ama a paz. Graças a isso, o povo brasileiro seria historicamente possuidor de uma índole pacífica e hospitaleira. Uma análise atenta do passado, segundo o discurso então divulgado, mostraria que sempre fomos ordeiros e, portanto, esse sentimento já estava incorporado à nossa tradição, devendo continuar sendo disseminado, e fazendo parte da nossa vocação. Nessa mesma lógica, a guerra realiza-se apenas para defender o país, pois a história do Brasil comprovava que nunca o seu povo entrou em guerras de conquista, mas apenas em guerras de defesa contra os invasores, fossem franceses, espanhóis ou holandeses.

Como mostra Roberto Macedo, professor de história e entusiasta do regime instaurado em 1937, em livro publicado em 1944:

(...) depois que o Brasil passou a responsável pelos seus destinos, jamais baionetas brasileiras rasgaram fronteiras alheias com intuito rapace de conquista material. A Lei magna do país estabeleceu – e a tradição firmou – que nossas forças armadas não fariam guerra de conquista e que, antes de apelar para a força, recorreríamos à arbitragem. Quantos povos, “soi disant” civilizados, podem apresentar à face da História semelhante penhor de bravura generosa?<sup>70</sup>

Evidentemente, essa valorização do caráter pacífico do brasileiro não ficou restrita aos livros, podendo ser percebida também nos discursos que envolviam vultos nacionais, como Rio Branco:

Nosso encontro com os povos das vizinhas repúblicas sul-americanas foi a execução do desenvolvimento orgânico e poder expansionista dos colonizadores ibéricos. Era mister estabelecer linhas definitivas, para que cessassem as flutuações, fontes de atrito. A obra de demarcação feita por Rio Branco é tanto mais valiosa quanto define, ao mesmo tempo, a inclinação pacifista do povo brasileiro, seu espírito de equidade e sua superior compreensão filosófica dos direitos próprios e alheios. É por isso que, mui abertamente, Affonso Celso disse que ele “engrandeceu a própria grandeza” do Brasil. Foi a mentalidade pujante, o batalhador incançável, o patriota

---

<sup>68</sup> “A obra do Rio Branco”, discurso lido pelo professor Dr. Felte Bezerra, na solenidade comemorativa à memória do Barão do Rio Branco, no dia 7 de setembro de 1943, no Palácio do Governo do Estado de Sergipe, em Aracajú. Arquivo Oswaldo Aranha, OA tt Bezerra, F. 1943.09.07, microfilme rolo 21 fot. 967, p. 5. FGV/CPDOC.

<sup>69</sup> Na matéria “Os brasileiros sempre atenderam aos sacrifícios deles exigidos pela Pátria”, publicada na Revista *Cultura Política*, vol. 2, nº. 20, outubro de 1942, p. 177 e 178, a Guerra do Paraguai é lembrada como outro momento em que o sacrifício foi exigido dos brasileiros.

<sup>70</sup> MACEDO, Roberto da Mota. “Invasores repelidos”. In: *Notas Históricas*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1944. P. 223.

inexcedível. Queria o que nós queremos hoje: – Um Brasil forte e unido, para ser respeitado<sup>71</sup>.

No projeto de uma sociedade organizada e hierarquizada, desenvolvido pelo Estado Novo, a disciplina era peça chave. O governo assinalou a necessidade de o brasileiro ser disciplinado e ordeiro, principalmente para servir melhor como trabalhador. O “homem novo” se desenvolveria plenamente quando atingisse em seu espírito tanto a disciplinarização mental como a corporal. Não é por acaso que para concretizar esse plano foram tornadas obrigatórias nas escolas a matéria Educação Moral e Cívica e a prática da Educação Física. Em discurso realizado pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Waldemar Falcão, na Secretaria geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, no dia 26 de agosto de 1941, por ocasião das comemorações relativas à Semana de Caxias, as qualidades do homenageado foram ressaltadas:

Quando este [Brasil] ainda alvoreava, no primeiro decênio de nossa vida de nação independente, já o simples major de 1831 vibrava de inquietação pelo futuro da Pátria; e para premuni-la e livrá-la da anarquia latente, organizava e animava o “Batalhão Sagrado” de oficiais, cuja missão altíssima era oferecer um Sagrado dique de resistência à onda de indisciplina e de egoísmo, que ameaçava então subverter os fundamentos da incipiente nacionalidade<sup>72</sup>.

Dessa forma, ao conhecer os heróis nacionais, recordar os seus feitos e exaltá-los, era possível tirar lições, ensinamentos, aprendendo nesse processo o caminho tanto para a glória pessoal quanto para a glória do próprio Brasil. Sendo assim, ouvir nos discursos pronunciados em datas cívicas que os heróis da nossa história se destacaram por terem sido, entre outros motivos, rigorosamente disciplinados, acabava por servir como um reforço positivo para que todos os receptores vissem a disciplina como algo a ser valorizado. Nesse movimento, conformou-se uma determinada visão do passado, procurando introduzir na história ideais que se produziam no presente e, assim, legitimar um projeto de identidade nacional.

### **2.3 – Os grandes mortos do passado e os grandes vivos do presente**

---

<sup>71</sup> “A obra do Rio Branco”, discurso lido pelo professor Dr. Felte Bezerra, na solenidade comemorativa à memória do Barão do Rio Branco, no dia 7 de setembro de 1943, no Palácio do Governo do Estado de Sergipe, em Aracajú. Arquivo Oswaldo Aranha, OA tt Bezerra, F. 1943.09.07, microfilme rolo 21 fot. 967, p. 5. FGV/CPDOC.

<sup>72</sup> Arquivo Valdemar Falcão, VF pi Falcão, V. C. R. 1941.08.26, p. 2. FGV/CPDOC.

Inúmeras pesquisas têm sido realizadas no campo historiográfico brasileiro objetivando investigar e compreender a importância da (re)criação de imagens e símbolos produzidos por uma propaganda política organizada pelo Estado Novo. Esse grande investimento se beneficiou dos mais diversos meios de divulgação de informações e de idéias, como livros, jornais, filmes, fotos, revistas, cartazes, que procuravam produzir a legitimação de um regime surgido graças a um golpe de força. Em toda essa política, ampla e sofisticada, certamente Vargas foi o componente simbólico central, na medida em que para ele convergiam todos os demais.

Como observa Maria Helena Rolim Capelato<sup>73</sup>, foram dois os símbolos mais explorados nas representações visuais do Estado Novo: a bandeira brasileira e a figura de Vargas. Tentando contribuir para essa discussão, consideramos interessante analisar as formas elaboradas de culto ao presidente por um ângulo ainda não tão estudado, a saber, o de sua relação com o culto aos heróis nacionais. A nossa atenção estará voltada, portanto, para o material de propaganda do governo que, de alguma forma, aproximava as figuras de Vargas e seus ministros aos personagens da história do Brasil. Dessa forma, se a imagem do presidente tornou-se o componente simbólico central do regime, em especial nos anos que vão de 1937 a 1945, queremos demonstrar como os vultos da nossa história foram transformados em componentes simbólicos auxiliares, servindo como mais uma das estratégias empregadas de legitimação do governo.

O discurso do Estado Novo apresentava-o como continuidade de um passado brasileiro grandioso que soube produzir homens virtuosos. Mas, se esse passado fora grandioso, o presente estava sendo maior ainda, já que Vargas aparecia como possuidor de todas as virtudes necessárias a um grande líder, capaz de conduzir com sabedoria os destinos de seu país. Dessa forma, partia-se do princípio de que os heróis do passado serviram ao engrandecimento do Brasil em um determinado momento de sua história, e Vargas fazia o mesmo e de forma ainda melhor, no presente, até porque os sintetizava em suas qualidades. Logo, Vargas era também apresentado e considerado um novo herói nacional.

Além disso, a imagem propagada sobre nossos grandes vultos nacionais, ao longo de décadas, consolidou a idéia de que eles eram seres predestinados, que desde cedo demonstraram ser pessoas especiais e “à frente de seu tempo”. Essas características, tão comuns em biografias dos heróis, foram utilizadas pelo Estado Novo

---

<sup>73</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. P. 52.

para promover, principalmente, a imagem do presidente. A ditadura iniciada em 1937 e baseada em uma ampla rede de censura e propaganda não mediu esforços para enaltecer a figura de seu Chefe, principalmente após a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, que se encarregou da elaboração de filmes, livros, discursos, desfiles e de todo o tipo de produção capaz de divulgar a grandiosidade do líder brasileiro.

No entanto, o próprio governante participou diretamente de um grande sistema voltado para sua transformação em herói, ainda durante a sua administração, o que não foi uma exceção. Como adverte Maria Celina D'Araujo, o que ocorreu no Brasil não destoava do que vinha acontecendo pelo mundo. Na Europa, por exemplo, o comunismo e o nazi-fascismo tinham seu poder fundamentado no culto à personalidade do chefe de Estado, que deveria ser apresentado como um ser superior, capaz de guiar seu povo, e idolatrado como herói. Hitler, na Alemanha, e Stalin, na União Soviética, seriam os melhores exemplos<sup>74</sup>.

A construção da imagem de Vargas, pela propaganda estado-novista, almejava atingir em primeiro lugar as crianças e os jovens. Para tal, foi disseminado nas escolas, principalmente por encomenda do governo, o uso de livros e cartilhas que narravam a vida do presidente de forma a apresentá-lo como um homem predestinado para comandar e defender a nação brasileira. Nesses textos, Vargas, desde pequeno, já dava sinais de que não era igual aos outros meninos, ao apresentar características, ações e sentimentos superiores, compatíveis apenas com os de um gênio<sup>75</sup>.

Assim, essas características, que haviam sido atribuídas aos heróis nacionais, agora se estabeleciam em Getúlio. Na verdade, não só, pois é interessante notar que foram também disseminadas na elaboração da biografia de outros políticos que auxiliavam Vargas na administração do Estado. Um exemplo é o pedido da Confederação Universitária Brasileira de Esportes, a Gabriel de Rezende Passos, para que elaborasse uma pequena crônica sobre a infância do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, com o intuito de ser incluída na biografia que estava sendo produzida sobre ele. Gabriel Passos e Capanema haviam sido colegas de classe no

---

<sup>74</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. *A era Vargas*. São Paulo: Moderna, 2004. P. 101.

<sup>75</sup> Para o exame de um desses trabalhos, ver a análise que Ricardo Benzaquen fez da cartilha *História de um menino de São Borja*, publicada em 1939 pelo DNP. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. "O dono da casa – Notas sobre a imagem do poder no "mito Vargas"". In: *Religião e Sociedade*, v. 13, n° 2, 1986. Pp. 102-122.

Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte, e a crônica entregue pelo primeiro, em dezembro de 1940, possuía esta passagem:

Não parece que Capanema haja sido menino dedicado aos brinquedos próprios das crianças de lugares pequenos: pescar, soltar papagaio, armar arapuca, nadar no córrego, pegar passarinho, atirar ao bodoque, “ferrar luta” etc. Desde cedo, o que o preocupou foram os livros e as distrações menos movimentadas. (...)

O que, porém, é preciso que vos diga para arrematar essa crônica ligeira, jovens amigos da C.U.B.E., é que mereceis aplausos pelo acerto da vossa escolha de um brasileiro que deve ser apontado à juventude e à mocidade como exemplo.

Gustavo Capanema teve infância e mocidade exemplares, não só como jovem talentoso e amoroso da cultura, mas também como rapaz de incorruptíveis qualidades morais<sup>76</sup>.

Do mesmo modo, nas escolas se realizavam concursos de redação que buscavam fazer as crianças refletirem sobre os nossos maiores vultos do passado, como, por exemplo, um concurso sobre Santos Dumont ocorrido em 1944 nos estabelecimentos de ensino do Rio de Janeiro<sup>77</sup>. Também se criaram concursos biográficos para valorizar os vultos do presente, como o realizado no Ginásio Vera Cruz, instituição localizada na cidade do Rio de Janeiro, sobre a vida do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, vencido pela aluna da turma 11, 1º ano do ciclo fundamental, Maria Ylmar Ribeiro Guimarães, residente à Rua Felipe Camarão, n.º. 44, em Vila Isabel<sup>78</sup>.

Esse foi um momento em que se inauguraram inúmeras estátuas de grandes heróis nacionais<sup>79</sup>, mas em que também foi imensa a produção de bustos de Vargas<sup>80</sup>. Além disso, outros integrantes do regime tiveram o privilégio de serem eternizados em bronze, como Oswaldo Aranha. Porém, nesse caso, é preciso fazer uma ressalva: a estátua não foi erguida com o patrocínio do governo, embora sua construção estivesse diretamente relacionada ao cargo que Aranha havia exercido na administração pública. Ela foi construída na praça que fica diante do grandioso edifício do Fórum da cidade de

---

<sup>76</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC pi Passos, G. 1940.12.00, rolo 10 fot. 448 (2) e 449. FGV/CPDOC. A crônica completa encontra-se situada do fot. 448 (2) ao 451.

<sup>77</sup> “Lições de civismo nas escolas municipais”. *Jornal A Manhã*, quarta-feira, 12 de janeiro de 1944. P. 5.

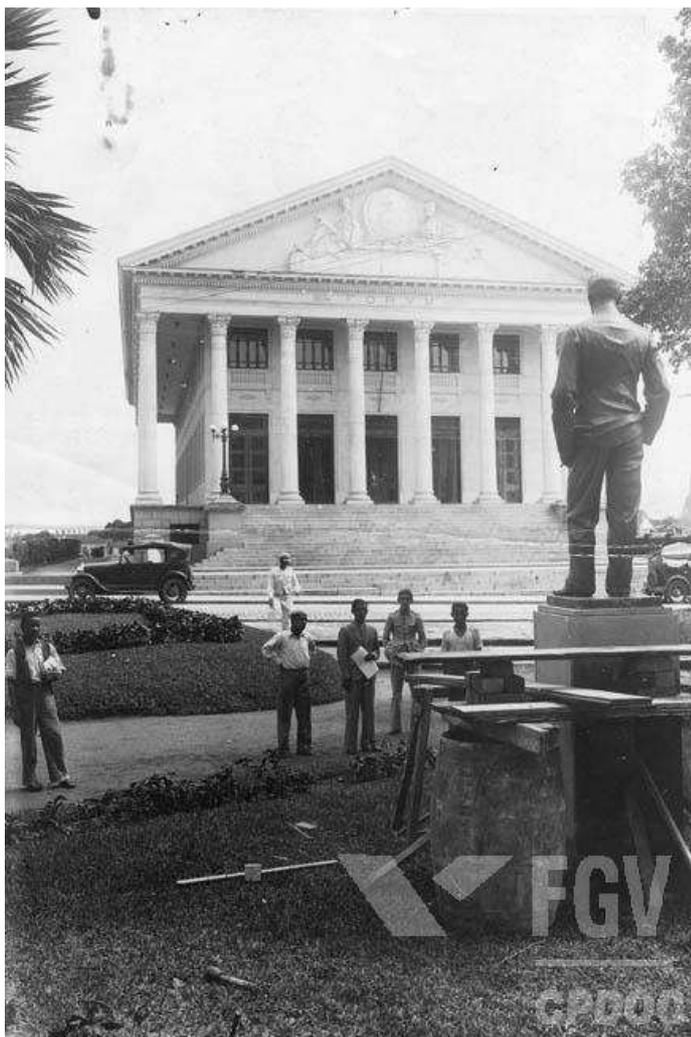
<sup>78</sup> Não há precisão sobre a data exata em que tal concurso foi realizado. Sabemos apenas que o mesmo aconteceu em um dos anos entre 1940 e 1945. Arquivo Gustavo Capanema, GC pi Guimarães, M. 1940/1945.00.00, microfilme rolo 9 fot. 817 a 818. FGV/CPDOC.

<sup>79</sup> Alguns exemplos podem ser dados: inauguração do monumento a Rio Branco, em 1941. Arquivo Oswaldo Aranha, OA foto 246. FGV/CPDOC; lançamento de pedra fundamental de monumento a Quintino Bocaiúva, em 11 de novembro de 1939. Arquivo Ranulfo Bocaiúva Cunha, RBC foto 006. FGV/CPDOC; e entrega do busto de Duque de Caxias, oferecido pelo Exército ao Itamaraty em 1943. Arquivo Oswaldo Aranha, OA pi Aranha, O. 1943.09.03, microfilme rolo 20 fot. 889 a 896. FGV/CPDOC.

<sup>80</sup> Aqui destacamos uma foto que apresenta vários bustos de Getúlio Vargas sendo retirados da rua, em outubro de 1945, após a queda do Estado Novo, representando bem a grande quantidade de imagens do presidente espalhadas pela cidade do Rio de Janeiro. Arquivo Getúlio Vargas, GV foto 148. FGV/CPDOC.

Campos, no Rio de Janeiro, com recursos advindos do sindicato agrícola, das indústrias de açúcar, da associação comercial e das classes liberais pertencentes àquele município, em agradecimento às ações por ele praticadas quando ministro da Fazenda no período de 1931 a 1934<sup>81</sup>.

Foto 3: Estátua de Oswaldo Aranha defronte ao Fórum Municipal de Campos, Rio de Janeiro



Fonte: Arquivo Oswaldo Aranha, OA foto 161. FGV/CPDOC.

<sup>81</sup> A estátua foi erigida em janeiro de 1937, defronte ao Fórum Municipal de Campos. A sua inauguração estava marcada para o dia 31 daquele mês, quando haveria uma homenagem a Oswaldo Aranha, que estaria presente. Porém, ele não compareceu. Em 25 de maio de 1937, enviou uma carta a Godofredo Tinoco, o principal responsável pela construção da estátua, pedindo desculpas por sua falta. A inauguração oficial da escultura só foi ocorrer em 21 de fevereiro de 1938, quando os campistas finalmente puderam contar com a presença do homenageado, que pronunciou um discurso de agradecimento. O pedido de desculpas de Oswaldo Aranha por não ter comparecido às comemorações e o discurso que ele escreveu para ser lido durante a inauguração encontram-se, respectivamente, em: Arquivo Oswaldo Aranha, OA cp 1937.01.24, microfilme rolo 14 fot. 935 a 936. FGV/CPDOC; e Arquivo Oswaldo Aranha, OA pi Aranha, O. 1938.02.21, microfilme rolo 20 fot. 408 a 419. FGV/CPDOC.

Dentro desse contexto de homenagens a vultos históricos e também a personalidades do governo varguista, outro bom exemplo é o da organização das salas de exposição do Museu Histórico Nacional. No período do governo de Vargas, criou-se nessa instituição uma sala dedicada a ele, que levou seu nome e foi decorada com um busto e um quadro do presidente, conforme podemos ver na foto:

Foto 4: Sala Getúlio Vargas, um dos ambientes de exposição do Museu Histórico Nacional, no ano de 1940



Fonte: BARROSO, Gustavo Dodt (org.). *Catálogo Descritivo e Comentado do Pavilhão do Mundo Português e Pavilhão do Brasil Independente*. Exposição do Museu Histórico Nacional. Lisboa: [s.n.], 1940. Não paginado.

Após o visitante percorrer um ambiente formado por um acervo que remete ao passado colonial e imperial, repleto de objetos que pertenceram a personagens da história, há muito consagrados como heróis nacionais, chegava-se à sala Getúlio Vargas, identificando-se, no presidente, não só uma continuidade dessa grande história, mas um ponto de culminância e termo. A sensação de quem caminhava por entre as salas do prédio era a de percorrer uma linha do tempo que apontava os heróis de um passado distante até chegar ao presente, com o maior vulto da história do Brasil.

Analisando como foi conduzido o processo de aproximação entre os integrantes do regime Vargas e os grandes heróis nacionais, podemos dizer que ele se estabeleceu ora de forma mais direta, ora de forma mais indireta. Nesse último caso, um dos recursos comuns mobilizava o sistema escolar, pois envolvia, como mencionado, a realização de concursos biográficos nas escolas sobre vultos históricos e também sobre os integrantes do governo, além das mencionadas inaugurações de estátuas dedicadas aos heróis nacionais e ao presidente. Porém, uma das mais importantes e explícitas ações do Estado Novo para incentivar o culto ao chefe de Estado foi a produção e distribuição de fotos de Vargas, que passaram a integrar a decoração do interior de repartições públicas, escolas e até residências. O chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, segundo Nelson Jahr Garcia<sup>82</sup>, calculou que, entre 10 de novembro de 1937 e 15 de abril de 1939, período de funcionamento do Serviço de Divulgação<sup>83</sup>, ele havia distribuído 90 mil retratos do presidente.

Em muitos casos a foto de Getúlio era inaugurada junto com a de um vulto nacional, caracterizando, assim, uma forma mais direta de comparação. Um bom exemplo é o das comemorações da “Semana de Caxias”, no estado de Minas Gerais, que ocorreram de 18 a 25 de agosto de 1942, quando foram inaugurados os retratos de Duque de Caxias e do presidente Vargas em todos os estabelecimentos de ensino comercial e secundário de Belo Horizonte. A iniciativa foi promovida pela Confederação Universitária “Duque de Caxias”, fundada por Antonio dos Santos, em 17 de julho de 1941, na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, e formada por alunos desta instituição<sup>84</sup>.

Outro recurso fundamental empregado nesse processo de aproximação entre os “grandes mortos” e os “grandes vivos” foi a produção de livros. Neles, relacionava-se a figura de Vargas a Anchieta, em função da contribuição que ambos teriam dado ao

---

<sup>82</sup> GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982. P. 99.

<sup>83</sup> Segundo Nelson Garcia, a origem do Serviço de Divulgação é a seguinte: “Em 1935, Filinto Müller, Chefe de Polícia da Capital, organizou, anexo a seu Gabinete, um serviço encarregado de orientar campanhas, através de diversos meios de propaganda, para combater os ‘extremismos’ e as ‘ideologias subversivas’. Em 10 de novembro de 1937, esse departamento passou a denominar-se ‘Serviço de Divulgação’ (SD). Em 15 de abril de 1939 foi extinto o SD e mantido apenas um de seus departamentos, o Serviço de Inquéritos Políticos Sociais (SIPS), encarregado da coordenação de elementos informativos de interesse da polícia preventiva”. GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982. P. 99.

<sup>84</sup> As informações foram retiradas de “Relatório de minhas atividades cívicas”, documento enviado por Antonio dos Santos ao ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, no qual expõe as ações que vinha desempenhando em prol do desenvolvimento do espírito de brasilidade. Sobre a inauguração dos retratos, ver páginas 24, 27 e 28. Arquivo Gustavo Capanema, GC pi Santos, A. 1944.06.17, microfilme rolo 10 fot. 674 a 687. FGV/CPDOC.

teatro brasileiro<sup>85</sup> ou fazia-se um paralelo entre o presidente e o Duque de Caxias, reconhecendo-se uma grande afinidade de virtudes entre eles: coragem, força e amor pela pátria<sup>86</sup>.

Nesse conjunto, pode-se destacar outro exemplo, por seu valor paradigmático. É o de uma cartilha produzida pelo DIP, intitulada *Quem foi que disse? Quem foi que fez?*<sup>87</sup>. Nela são citadas exatamente 38 frases e realizações de grandes vultos da história do Brasil. Por exemplo, “Quem foi que disse que a terra do Brasil é ‘De tal maneira boa, que, em se querendo, dar-se-á nela tudo?’”. Logo vinha a resposta: “– Foi Pero Vaz Caminha...”, e em seguida comentava-se sobre aquele personagem. Ou ainda: “Quem foi que fez a febre amarela cessar no Rio? – Foi o grande higienista brasileiro Osvaldo Cruz”. Dentre todas as citações feitas, 7 eram sobre Vargas, mas outras 8, que diziam respeito a heróis nacionais como D. Pedro II (duas vezes), João Caetano, Irineu Evangelista de Sousa, Rio Branco, Paulo de Frontin, Pero Vaz de Caminha e Cláudio Manoel da Costa, acabavam também fazendo menção ao presidente. Isso perfazia 15 referências a Getúlio, o que representava, aproximadamente, 39,5% do conteúdo total da obra.

Enfim, são muitos os exemplos da aproximação estabelecida entre o presidente e os “heróis da Pátria”, uma vez que ela envolveu estratégias diversificadas. Queremos, portanto, concluir com a análise de apenas mais um dos meios utilizados para se fazer tal referência, a saber, as cédulas e moedas que circularam durante o primeiro governo Vargas. As primeiras moedas cunhadas na administração de Getúlio foram criadas em 1932, em comemoração aos 400 anos da fundação da Vila de São Vicente, atual cidade de São Paulo, e, por tal razão, ficaram conhecidas por vicentinas. O nosso interesse específico, contudo, reside na série de moedas que foi produzida de 1935 a 1939 e se tornou conhecida como a dos “brasileiros ilustres”. O Decreto n.º. 24.257, de 16 de maio

---

<sup>85</sup> BARRETO FILHO, João Paulo Mello. *Anchieta e Getúlio Vargas: iniciativas e realizações*. Rio de Janeiro: DIP, 1941.

<sup>86</sup> GAMA, Mozart da; HENRIQUES, Gilson de Mendonça. *Que tem feito o presidente Getúlio Vargas?* Rio de Janeiro: Borsoi, s.d. A comparação entre Caxias e Vargas está presente nos capítulos “As Fôrças Armadas”, p. 83 a 98, e “A Personalidade do Presidente Vargas”, p. 113 a 118.

<sup>87</sup> *Quem foi que disse? Quem foi que fez?* S/ autor. Rio de Janeiro: DIP, s.d. Na introdução, é especificado a quem se dirigia a obra: “Este trabalho não é um livro didático. Nele, procurámos, precisamente, fugir aos planos metódicos e à aridez dos compêndios, para atender às tendências do espírito juvenil, que exige leituras fáceis e agradáveis. Quem foi que disse? Quem foi que fez? A muita gente, certas perguntas parecerão “perguntas de bolso”, coisas sabidas, que não conviria recapitular. Acontece, porém, que essas perguntas e as respostas que as elucidam não são dirigidas aos eruditos, nem aos sabedores de história, mas ao homem do povo, ao trabalhador, ao menino pobre, que não pôde comprar livros, ao soldado e ao marinheiro que, por defenderem a Pátria, nos momentos de perigo, e garantirem a paz para o trabalho, devem saber quem foram os grandes homens do Brasil, que todos nós devemos amar com a mesma fôrça, o mesmo ardor e o mesmo entusiasmo com que todos êles a amaram”. P. 5.

de 1934, autorizou a cunhagem de moedas com a imagem de vultos históricos, representadas da seguinte maneira: 500 réis (no anverso a efígie do Regente Feijó e no reverso uma coluna), 1.000 réis (no anverso a efígie de Anchieta e no reverso um livro aberto), e 2.000 réis (no anverso a efígie do Duque de Caxias e no reverso uma espada batalhante).

Com o Decreto n.º. 565, de 31 de dezembro de 1935, a série de “brasileiros ilustres” aumentou consideravelmente, passando a serem estampadas nas faces das moedas cunhadas a partir de 1º de janeiro de 1936 as seguintes composições: 100 réis (no anverso a efígie do marquês de Tamandaré e no reverso uma âncora), 200 réis (no anverso o busto do visconde de Mauá e no reverso uma locomotiva sobre trilhos), 300 réis (no anverso a efígie de Carlos Gomes e no reverso uma lyra coroada) e 400 réis (no anverso a efígie de Oswaldo Cruz e no reverso, entre dois filetes, uma lâmpada acesa). As moedas de 500, 1.000 e 2.000 réis permaneceram conforme estipulado no decreto de 1934. Por fim, a de 5.000 réis foi projetada tendo no anverso o busto de Santos Dumont e no reverso uma asa aberta ao vôo.

A partir de 1939, já no Estado Novo, a Casa da Moeda passou a cunhar uma segunda série de “brasileiros ilustres”, como estipulado no Decreto-Lei n.º. 1.538, de 24 de agosto daquele ano, em homenagem ao centenário de nascimento de Joaquim Maria Machado de Assis, Tobias Barreto de Meneses e Marechal Floriano Peixoto, que ilustraram, respectivamente, as moedas de 500, 1.000 e 2.000 réis. O uso da imagem de Getúlio Vargas nas moedas foi determinado pelo Decreto-Lei n.º. 849, de 9 de novembro de 1938, que estabeleceu que a figura do presidente deveria constar nos valores de 100, 200, 300 e 400 réis, por conta da comemoração do primeiro aniversário da Constituição de 10 de novembro de 1937. Portanto, durante pouco mais de quatro anos, até 1942, houve uma circulação simultânea, por meio das moedas, da figura do presidente e dos vultos nacionais. A partir de 1942, segundo o Decreto-Lei n.º. 4.791, de 5 de outubro, entrou em vigor um novo padrão monetário, o cruzeiro, e sua centésima parte denominou-se centavo. Os heróis nacionais, diferentemente do sistema anterior, não figuravam mais nas moedas, passando a integrar as cédulas. Apenas a figura de Getúlio se manteve nas moedas, de 10, 20 e 50 centavos, que se juntaram as de 1, 2 e 5 cruzeiros, ao lado de outro grande símbolo: o mapa do Brasil.

O papel-moeda passou a ser produzido nos valores de 10, 20, 50, 100, 200, 500 e 1.000 cruzeiros. Nessas cédulas foram estampadas as seguintes imagens, respectivamente, em seu anverso e reverso: 10 (Getúlio Vargas/Unidade Nacional), 20

(Marechal Deodoro da Fonseca/Proclamação da República), 50 (Princesa Isabel/Lei Áurea), 100 (D. Pedro II/A Cultura Nacional), 200 (D. Pedro I/Grito do Ipiranga), 500 (D. João VI/Abertura dos Portos) e 1.000 (Pedro Álvares Cabral/Primeira Missa). A nota de Vargas ganhou a cor verde, simbolizando o nacional e, por ter o menor valor, possuía, face a todas as outras, maior circulação e visibilidade.

Se acompanharmos atentamente a escolha dos personagens, veremos que há uma continuidade histórica, partindo de Pedro Álvares Cabral e chegando a Getúlio Vargas. Devido à escassez de matéria-prima para a cunhagem de moedas, por conta do alto volume de metal gasto com a Segunda Guerra Mundial, foi preciso criar novas cédulas para substituir determinadas moedas. Foi assim que o Decreto-Lei n.º 6.705, de 17 de julho de 1944, autorizou a emissão de cédulas nos valores de um e dois cruzeiros, que foram representadas, respectivamente, pelo Almirante Marquês de Tamandaré (anverso)/Escola Naval (reverso) e pelo Duque de Caxias (anverso)/Escola Militar de Rezende (reverso).

Por tudo que vimos, não é difícil afirmar que o uso por parte do governo da figura dos grandes personagens da história do Brasil não foi apenas importante, mas fundamental para o projeto político do Estado Novo. A figura dos heróis nacionais foi um meio de se valorizar a própria imagem de Vargas e dos políticos que integravam o seu governo, atuando como uma base de sustentação, de vigor e de legitimidade do regime.

Gostaríamos de finalizar com uma pequena analogia, pois representa bem o papel que se esperava que a figura de Vargas desempenhasse e, por sua vez, o papel que cabia aos vultos históricos no projeto do governo. Azevedo Amaral<sup>88</sup>, ao traçar a biografia de Getúlio, que integrou o esforço de construção do mito político do presidente, e ao apontar as grandes realizações de seu governo e a “inquestionável” liderança política de um homem que não alcançou o poder nem por iniciativa própria, nem pelo desejo de outro, mas por um desígnio providencial da história, acabou por reverenciá-lo como o “sol” para a sociedade brasileira.

Capanema, seguindo a mesma linha, em 16 de março de 1943, na inauguração do Museu Imperial de Petrópolis, referiu-se ao presidente como parente de grandes homens de Estado que teriam enchido a história de fulgor e beleza, dentre eles, Luis

---

<sup>88</sup> AMARAL, Azevedo. *Getúlio Vargas, estadista*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1941.

XIV, o Rei-sol<sup>89</sup>. Partindo da idéia de que se esperava que Vargas representasse o sol para a sociedade brasileira, parece-nos possível caracterizar os grandes personagens da nossa história como as demais estrelas. Assim, o governo fez de tudo para que a sociedade valorizasse tanto os “nossos grandes mortos” do passado quanto os “nossos grandes vivos” do presente, porque se esperava que todos eles produzissem energia capaz de aquecer o coração dos brasileiros e irradiassem a luz necessária para guiar e iluminar os caminhos em direção a uma grande sociedade do futuro.

Inúmeros heróis foram mobilizados pelo Estado Novo. No entanto, como veremos no próximo capítulo, alguns eram requisitados e enaltecidos com maior frequência, ganhando mais espaço no panteão nacional, como parece ter sido o caso de Tiradentes, do Barão do Rio Branco e do Duque de Caxias, razão pela qual serão examinados com mais vigor.

---

<sup>89</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC pi Capanema, G. 1943.03.16, microfilme rolo 7 fot. 707. P. 1. FGV/CPDOC.

## Capítulo III: Os maiores entre os “grandes homens”

### 3.1 – Estado Novo e heróis nacionais

A administração republicana iniciada em 1930 passou a utilizar, principalmente a partir de 1935, uma quantidade considerável de investimentos públicos em cerimônias cívicas e iniciativas culturais, tendo em vista o culto ao passado, por meio de figuras históricas. Contudo, em função de uma hierarquização promovida pelo regime, mesmo antes do Estado Novo, tais recursos não foram empregados na mesma proporção para valorizar todos os vultos nacionais, o que, inclusive, seria impossível. Como já havia observado Jonathas Serrano, em seu livro *Como se ensina História*, da Editora Melhoramentos, no qual sistematiza suas orientações para o ensino da disciplina, no que se refere à escolha dos maiores personagens históricos (de resto também às datas e eventos) “impõe-se uma seleção. Nem todos interessam igualmente”<sup>90</sup>. Alguns deles, considerados mais dignos de atenção no regime Vargas, foram comemorados mais do que outros, e promovidos de tal maneira que apareciam com maior frequência em biografias, estátuas, discursos e em todos os meios disponíveis para se glorificar a memória desses “grandes homens”.

Pensando sobre as escolhas que todo regime político faz entre os personagens históricos disponíveis para constituir a galeria de “grandes homens” da história nacional, em determinado momento, podemos dizer que tal operação de criação e/ou de consolidação e releitura da figura de um determinado herói, obrigatoriamente se desenvolve por meio da transformação da figura “real” na qual ele se baseia. Ou seja, o herói, o grande homem da história, tem, sem dúvida, um referencial na realidade – ele existiu “de fato” –, mas suas imensas qualidades o transportam para uma dimensão extraordinária, localizando-o na “fronteira entre a ficção e a história. (...) E é (...) [nela] que (...) se move, é ali onde ele mais habita”<sup>91</sup>. E não podia ser diferente, afinal, o herói – quer no mito, quer na história – possui uma função bem definida: servir de modelo, de referência a uma dada sociedade, e, como tal, deve ser exemplo dos mais altos valores, em dado contexto específico.

---

<sup>90</sup> SERRANO, Jonathas. *Como se ensina História*. São Paulo: Melhoramentos, 1935. P. 48.

<sup>91</sup> SEFFNER, Fernando. “O herói e o mito no espaço da sala de aula de história: algumas impressões”. In: FELIX, Loiva Otero & ELMIR, Cláudio P. (orgs) *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. P. 197.

O processo de heroificação toma assim uma figura e dela retira ou minimiza os defeitos e aspectos negativos, ressaltando em sua trajetória de vida a aquisição de uma quantidade de qualidades e valores coletivos. Isso, à custa de muitos sacrifícios, e produzindo como resultado um ser praticamente perfeito e ideal, justamente por ter deixado as imperfeições para trás para expor apenas virtudes, materializadas em sua imagem, em seu corpo simbólico.

A seleção da figura a ser transformada em herói, sobretudo quando ela diz respeito a personagens históricos, exige muito cuidado e precisão, pois há limites nessa operação para que seja bem sucedida. Tais limites se estabelecem em torno da condição de o personagem escolhido para ser “heroificado” possuir ou não uma base de identificação, de credibilidade (por menor que seja) com as características que lhe são atribuídas ao final do processo. Caso contrário, na ausência de fundamentos históricos verossímeis, há o risco de não se convencer o público, falhando-se pela incapacidade de o nome escolhido fornecer matéria-prima suficiente para tornar crível uma determinada representação. Em outras palavras, a fabricação dos heróis, quando eles são grandes vultos históricos, como ocorre nesta pesquisa, evidencia os limites da intencionalidade daqueles que se dedicam a contar uma história “verdadeira” para um grupo social (a nação), criando assim suas figuras exemplares, pois estas necessitam de fundamentos verossímeis, não sendo mero produto do voluntarismo e da imaginação, como ocorre na literatura de ficção. Ou seja, se o processo de heroificação é um bom exemplo dos chamados usos políticos do passado, quer dizer, de um trabalho intencional de construção da memória histórica e da própria historiografia, ele também tem limites incontornáveis, evidenciando que esse tipo de operação não se faz sobre o vazio, a tabula rasa ou o barro moldável, em algumas das imagens muito recorrentes. Nesses casos, ressalta-se apenas uma dimensão instrumental, que está longe de corresponder à complexidade do processo, que exige sempre uma “comunidade de sentidos”.

Considerando essa dinâmica entre intencionalidades e constrangimentos, temos como hipótese que a ditadura do Estado Novo, instaurada em 1937, ao selecionar os grandes vultos históricos que a representariam, deu maior ênfase a dois critérios simultâneos: a) escolher figuras a que historicamente já se vinha atribuindo características que estavam afinadas ou que podiam se afinar com os ideais que se almejava propagar; b) escolher “novas” figuras propícias à exaltação de idéias e valores convergentes com a nova ordem autoritária. Nesse sentido, ficaram em evidência os personagens que, ao melhor conjugarem esses critérios, reuniram em torno de si a maior

quantidade de características, apresentadas como fortalecedoras do projeto político propagado pelo Estado Novo. Dessa forma, alguns dos nomes já eram heróis consagrados e indiscutíveis da história republicana brasileira e outros ganharão maior relevo, alterando-se uma certa hierarquia de grandes vultos já existente. Tais observações ajudam a entender o destaque dado a três figuras em especial: o Duque de Caxias, o Barão do Rio Branco e Tiradentes<sup>92</sup>.

Neste capítulo se procurará responder a algumas questões relativas a tal seleção e promoção, a saber: como e por que são esses, e não outros, os exemplos mais notáveis, os melhores guias morais e cívicos para a infância e a juventude brasileira? Qual é o perfil que essas três grandes figuras assumem naquele contexto político?

Dois fatores contribuem consideravelmente para a construção de uma explicação cabível. Primeiro: a escolha desses três personagens deve ser pensada à luz do contexto internacional no qual o Estado Novo, por quase a totalidade de seu tempo de duração, 1937-1945, viu-se inserido, ou seja, o da eclosão da Segunda Guerra Mundial<sup>93</sup>. A apreensão generalizada daquele momento como fundamental para a defesa nacional, quer interna, quer externamente, incentiva à emergência de um patriotismo de tom militarista junto à população, em especial a juventude, a quem se privilegia como receptora desse discurso político. Esse contexto, sem dúvida, contribuiu e estimulou o Estado brasileiro a selecionar, entre os vultos consagrados da História do Brasil, aqueles que já teriam como bandeira, em seus respectivos períodos históricos de atuação, a mesma virtude cívica: a da dedicação e sacrifício da própria vida à defesa da Pátria.

Segundo: a transformação de um ator histórico em herói depende, em grande parte (embora não completamente), de um investimento consciente e direcionado a pôr em ação práticas político-culturais de valorização de sua memória, que precisam se harmonizar com o presente vivido, criando uma “comunidade de sentidos” junto ao público a que se dirige. Tal investimento pode ser realizado em diversos momentos, inclusive pelo próprio personagem, ainda em vida, ou por muitos outros sujeitos, individuais ou coletivos, tenha se passado um ou trezentos anos de sua morte. Durante o Estado Novo, instituições políticas com grande influência, ligadas à cúpula do regime e com poder suficiente para definir e empregar medidas de grande monta, investiram

---

<sup>92</sup> É preciso esclarecer que com essa afirmação não estamos negando a importância de outros personagens históricos no período. Outras figuras também obtiveram destaque, principalmente Visconde de Mauá, Marechal Deodoro da Fonseca, Quintino Bocaiúva, José Bonifácio, Machado de Assis, D. Pedro I e D. Pedro II.

<sup>93</sup> É bom lembrar que apenas os dois primeiros anos do Estado Novo, 1937 e 1938, não foram marcados pela presença dos conflitos oriundos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

fortemente na consagração da memória desses três personagens, objetivando inseri-los ou confirmá-los no rol dos maiores heróis nacionais, sob a perspectiva do momento que se vivia. Dessa forma, o destaque que o Duque de Caxias, o Barão do Rio Branco e Tiradentes conseguiram alcançar, deve-se muito aos esforços empreendidos, respectivamente, pelo Ministério da Guerra, sob a gestão de Eurico Gaspar Dutra; pelo Ministério das Relações Exteriores, com o defensor da aliança Brasil-EUA, Oswaldo Aranha, na pasta; e pelo Ministério da Educação e Saúde, por meio da mobilização de Gustavo Capanema.

Ao que parece, o Estado Novo identificou nessas três principais figuras o caminho mais seguro para despertar os sentimentos de amor à Pátria no coração dos brasileiros nesse conturbado momento, alcançando, por meio de um conjunto de práticas cívicas, a consolidação de uma identidade coletiva de “ser brasileiro”, pela internalização de certos valores e ideais, que essas figuras encarnariam. A reflexão em torno das políticas desenvolvidas pelo novo regime, tendo em vista a maior visibilidade desses três grandes heróis nacionais e das características a eles associadas, pode oferecer elementos preciosos para se entender o projeto de sociedade que o Estado Novo almejava alcançar e os valores que privilegiava na constituição dos indivíduos que a formariam, não só no presente, como também no futuro. Como alerta José Murilo de Carvalho, “por ser parte real, parte construído, por ser fruto de um processo de elaboração coletiva, o herói nos diz menos sobre si mesmo do que sobre a sociedade que o produz”<sup>94</sup>. Com base nisso, procuramos responder também a uma outra questão: o que a valorização consciente dessas figuras, nos quadros do Estado Novo, nos ajuda a dizer sobre os projetos de “boa sociedade” daquele regime?

A seguir, iremos analisar os principais investimentos realizados em cada uma das figuras destacadas pelo regime estado-novista, em especial pela mobilização de três ministérios, particularmente estratégicos no contexto na Segunda Grande Guerra.

### **3.2 – Caxias: o soldado da unidade nacional**

Em relação a Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, algumas medidas de celebração já vinham sendo tomadas em momentos anteriores ao Estado Novo. Entre

---

<sup>94</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. P. 14.

elas, a inauguração de sua estátua em 1899<sup>95</sup>, bem como as comemorações de seu centenário de nascimento, em 1903. Mas, como bem observou Celso Castro<sup>96</sup>, o ponto de inflexão em sua trajetória como grande herói nacional teve início com o processo de institucionalização do seu culto, pelo Exército, iniciado em 1923. Quer dizer, 43 anos após a sua morte, e em momento em que essa instituição militar se encontrava agitada pelo movimento tenentista, que questionava a hierarquia militar, além do próprio regime republicano, passou-se a celebrar sua memória, no dia de seu aniversário de nascimento, o 25 de agosto. Nessa data, a partir de 1923, por ordem do ministro da Guerra, o general Setembrino de Carvalho, realizava-se uma festa em homenagem a Caxias, sendo que, em 1925, o dia 25 de agosto passou a ser oficialmente comemorado como o Dia do Soldado.

Como demonstra Celso Castro, por meio de um conjunto de investimentos simbólicos realizado pela elite militar brasileira, durante os anos 1920, 30 e 40, o general Osório acabou sendo substituído pela figura de Caxias, como novo modelo ideal de soldado. Se nas três primeiras décadas da república, a principal comemoração militar acontecia no aniversário da Batalha de Tuiuti, ocorrida em 24 de maio de 1866, na Guerra do Paraguai, tendo por comandante das forças brasileiras Manuel Luís Osório, isso vai mudar ao longo dos anos 1920. Osório deixa então de ser o personagem histórico mais comemorado e de mais amplo prestígio no Exército, alterando-se a situação completamente, a favor de Caxias. Este passou a ser identificado como o soldado ideal, o que significava, muito sugestivamente, ser sempre disciplinado e obediente às autoridades hierárquicas superiores, ou seja, exatamente o que os “tenentes” não eram e não propunham que os soldados fossem. Obviamente, essa versão da figura de Caxias “silenciou” sua face política, de intensa atuação partidária, para ressaltar seu perfil exclusivamente militar, onde também se selecionou a obediência como o maior valor militar, ao lado, evidentemente da bravura e amor à Pátria.

Nas décadas seguintes, a principal comemoração do Exército passou a ser o Dia do Soldado, e a figura de Caxias foi utilizada como um reforço contra a indisciplina, a politização dos militares e o desmembramento da unidade interna do Exército, vivida

---

<sup>95</sup> A estátua equestre de Caxias foi encomendada ainda pelo Império, ao escultor Rodolfo Bernadelli, em 1888, mas foi inaugurada já no período republicano, em 1899, na Praça Duque de Caxias, hoje Largo do Machado, no Rio de Janeiro. CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. P. 14.

<sup>96</sup> Idem. Ver principalmente os dois primeiros pontos: “Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército” (p. 13 a 28) e “Batalhas de memória” (p. 28 a 37).

nos anos 1920, mais de uma vez, devido às investidas dos tenentes, que, aliás, participaram intensamente da Revolução de 1930.

Durante o Estado Novo, o projeto militar de profissionalização do Exército, com o expurgo da política que continuava a ameaçá-lo – como se viu com o episódio conhecido como a Intentona Comunista –, ganhou corpo. Ele começara a se fortalecer com a Revolução de 1930, mas se instaura com nova força no contexto ditatorial e de guerra. A instauração do regime autoritário, uma ditadura civil apoiada pelas Forças Armadas que desejavam se modernizar, necessitava de uma figura que fosse um símbolo de união, tanto no interior da instituição militar, quanto entre ela e a nação. Nada mais adequado do que dar seguimento ao que vinha sendo propagado, consolidando-se “o candidato (...) buscado no Império: Caxias”<sup>97</sup>. Na verdade, o aumento do poder do Exército no interior das Forças Armadas e do Estado, obtido com a instauração da ditadura em 1937, teve reflexos na celebração a Caxias, que alcançou um significativo crescimento. Nesse período, o culto à sua figura foi gerido, principalmente, pelo Ministério da Guerra, representado por Eurico Gaspar Dutra, nomeado ministro em 5 de dezembro de 1936, portanto antes do Estado Novo. O importante a ressaltar é o envolvimento direto do próprio ministro nessa política de culto ao herói, evidenciando que sua importância era claramente percebida, não se tratando de algo marginal, mesmo quando da irrupção do conflito mundial. Foi Dutra, portanto, que deu continuidade e expandiu as várias ações de valorização desse personagem, inclusive as empreendidas por seu antecessor, o general João Gomes<sup>98</sup>.

Uma análise atenta do *Jornal do Brasil* dos dias 25 e 26 de agosto, no período que decorre entre 1930 e 1945, revela um aumento crescente das celebrações em torno da figura de Caxias, refletido no próprio espaço reservado pelo periódico para tratar do assunto. Se, no começo dos anos 30, as matérias destacando o evento apareciam esparsas entre o conjunto da publicação, à medida que se avançava pelo Estado Novo, o Dia do Soldado passa a ocupar, muitas vezes, uma página inteira do jornal. Basicamente, a agenda das comemorações estava organizada em torno das solenidades

---

<sup>97</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. P. 53.

<sup>98</sup> O general João Gomes empregou, entre outras, as seguintes iniciativas, no ano de 1936, em memória de Caxias: determinou que a *Revista Militar Brasileira* fizesse um número especial dedicado a ele, para comemorar seu 133º aniversário de nascimento; mandou imprimir a biografia de Caxias escrita pelo padre Joaquim Pinto de Campos em 1878 e distribuí-la gratuitamente ao Exército; e determinou que em todas as unidades, sub-unidades e repartições do Exército fosse inaugurado o retrato de Caxias. CASTRO, Celso. “Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército brasileiro”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 14, nº 25, 2000. P. 110.

militares, envolvendo as forças do Exército, da Marinha e da Polícia Militar, realizadas no monumento ao Duque de Caxias, localizado na Praça Duque de Caxias, atual Largo do Machado; no túmulo de Caxias, no cemitério do Catumbi; e no convento de Santo Antônio, em que todo ano se realizava uma missa por sua alma.

Outra constatação que podemos aferir da leitura de tais exemplares do *Jornal do Brasil* é a de que, a cada nova comemoração, percebe-se a tentativa do governo de diversificar os eventos da festa a Caxias, de tal forma que ela não ficasse caracterizada como uma celebração exclusiva das “classes armadas”. Percebe-se como era fundamental integrar os civis a esse culto, iniciado pelos militares nos anos 20, pelo qual a figura de Caxias era apresentada a todos, como a de um herói cujas virtudes não caracterizavam apenas um grande soldado, mas principalmente um grande cidadão. O ministro da Guerra investiu esforços na elaboração de políticas culturais que não ficassem restritas aos quartéis, mas que alcançassem a sociedade como um todo e, para isso, contou com a colaboração do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Por exemplo, em 1941, Dutra incluiu no programa da “Semana de Caxias”, a pedido da Secretaria Geral de Educação e Cultura, a organização de uma série de depoimentos orais, referentes à personalidade heróica do Duque, para serem divulgados pelo rádio e pela imprensa, alcançando o interior dos lares brasileiros. Tais depoimentos, que não deveriam exceder quatro minutos, seriam individualmente reproduzidos em três cópias destinadas ao Museu Militar do Ministério da Guerra, ao Museu Histórico Nacional e à Discoteca do Distrito Federal e, posteriormente, reunidos em um álbum denominado “Caxias, visto pela intelectualidade brasileira”. Ou seja, visava-se realizar gravações com grandes nomes da vida política e intelectual, que assim davam legitimidade ao culto do soldado, sendo exemplo o ministro Oswaldo Aranha. Em seguida à sua divulgação pelo rádio (provavelmente pela *Hora do Brasil*), seriam publicados e, muito certamente, distribuídos em instituições militares e escolares de todo o país<sup>99</sup>.

Um outro exemplo, entre os muitos que podem ser dados, das medidas resultantes da parceria entre o ministro da Guerra e o ministro da Educação e Saúde, durante o Estado Novo, para tornar a solenidade de exaltação a Caxias cada vez mais

---

<sup>99</sup> Essas informações foram retiradas de carta que o General Valentim Benício da Silva, secretário Geral do Ministério da Guerra, enviou ao ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, convidando-o a ser um dos locutores que colaborariam com a iniciativa de reunir depoimentos sobre o Duque de Caxias. Arquivo Oswaldo Aranha, OA cp 1941.08.10. Microfilme rolo 18 fot. 189. FGV/CPDOC. Aceito o pedido, Oswaldo Aranha pronunciou um discurso na Secretaria Geral de Educação e Cultura no dia 1º de setembro de 1941, que foi gravado pelo serviço de divulgação da mesma. Tal discurso encontra-se em: Arquivo Oswaldo Aranha, OA pi Aranha, O. 1941.09.01. Microfilme rolo 20 fot. 691 e 692. FGV/CPDOC.

uma celebração de teor militar e civil, é a sessão solene em homenagem a esse vulto histórico realizada no dia 30 de agosto de 1941, no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Presentes Eurico Gaspar Dutra e Gustavo Capanema, esse evento de caráter cívico reuniu tanto militares, no caso vários oficiais, em especial o general Isauro Regueira, Inspetor-Geral de Formação do Exército, responsável por pronunciar um dos discursos da celebração, quanto civis, no caso professores e alunos, sendo dedicado aos jovens brasileiros<sup>100</sup>. Finalmente, é preciso lembrar a conferência pronunciada por Gustavo Barroso, no dia 25 de agosto de 1936, sobre a vida de Caxias, para a série de palestras de nome “Os nossos grandes mortos”. Tal conferência faz parte de um projeto mais amplo do ministro da Educação e Saúde que será fruto de atenção no capítulo seguinte, e já demonstra a tentativa anterior ao regime ditatorial de tornar a figura de Caxias conhecida por todos os brasileiros.

Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, em 1939, a grande apreensão do regime passou a girar em torno da defesa nacional e de um grande estímulo ao patriotismo de tom militarista. A busca por referências históricas, como não podia deixar de ser, encontrava no Duque de Caxias um forte aliado. O que podemos perceber é que todas as virtudes atribuídas à personalidade de Caxias, sistematicamente afirmadas desde 1923, foram muito bem utilizadas pelo Estado Novo, servindo de exemplo à população naquele conturbado e instável período marcado por conflitos internacionais.

Caxias era apontado como o maior dos soldados brasileiros; como aquele que foi capaz de assegurar, em período decisivo de formação da pátria, a ordem e a disciplina no Exército e no país: ele vencera várias revoltas, mas também garantira a paz entre derrotados e vitoriosos. Uma figura maior para um regime em busca de formar o “homem novo”, que desejava internalizar essa disciplina em cada um dos brasileiros, para servirem melhor, acompanhando os militares tanto na paz, como “soldados do trabalho”, quanto na guerra, o que de fato ocorre em 1943<sup>101</sup>.

---

<sup>100</sup> Na ocasião, Capanema fez um discurso dirigido à juventude. Para ele, Caxias reúne uma grande quantidade de qualidades e, dentre elas, destaca a que a seu ver seria a que melhor serviria de exemplo: a coragem. Caberia aos professores, segundo ele, ensinar a coragem aos seus alunos, infundindo-a em seus corações. Era preciso que os brasileiros tivessem, acima de tudo, coragem para defender a pátria em momento de necessidade. O discurso encontra-se em: Arquivo Gustavo Capanema, GC pi Capanema, G. 1941.08.30. Microfilme rolo 7 fot. 651 a 659. FGV/CPDOC. Já as fotografias oficiais retiradas durante o evento estão situadas em: Arquivo Gustavo Capanema, GC foto 222. FGV/CPDOC.

<sup>101</sup> A questão da disciplina ficou tão associada à imagem de Duque de Caxias que o nome dele passou a ser sinônimo deste valor, de pessoa afeita à ordem. Como observou Roberto DaMatta, o vocabulário popular brasileiro atribuiu o termo “caxias” a todos que seguem a lei a qualquer custo e cumprem à risca os seus deveres. DaMatta, Roberto. *A casa & a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. P. 98.

Para o governo, todos os brasileiros, em meio à guerra, teriam o dever de estar vigilantes e preparados para servirem à pátria, com esforço e, se necessário, com o sacrifício da própria vida. Nesse sentido, Capanema sugere, em seu discurso no Colégio Pedro II, que a imagem que deveria ficar gravada no coração e na retina da juventude brasileira era a de Caxias montado no cavalo, atravessando a ponte de Itororó, com a espada na mão, pronto para investir contra o inimigo, e pronunciando a palavra de ordem que demonstrava a sua paixão pelo Brasil: “Sigam-me os que forem brasileiros!”<sup>102</sup>

Por fim, mas não em último lugar, a figura de Caxias também servia ao regime em sua busca de personagens históricos que, de maneira significativa, contribuíram para a defesa do território brasileiro, assim como era preciso fazer naquele momento de guerra em que o país se encontrava. Caxias é apresentado pelo Estado Novo como um dos personagens que soube assegurar a unidade política e territorial do Brasil, seja contra a violência externa, advinda da Guerra do Paraguai, seja contra a interna, advinda das revoltas que marcaram o período regencial e o início do Império de D. Pedro II, garantindo a integridade nacional em momento em que o risco de divisão era forte<sup>103</sup>.

Portanto, o Estado Novo expandiu o culto à figura de Duque de Caxias, consagrando o nascimento deste personagem histórico, o 25 de agosto, Dia do Soldado. Durante o período entre 1937 e 1945, foi concedido a Caxias um lugar permanente na galeria dos grandes heróis nacionais do Brasil. Em solenidade organizada pelo Ministério da Guerra, já durante a Segunda Guerra Mundial, a fala do convidado a

---

<sup>102</sup> Discurso pronunciado por Gustavo Capanema no Colégio Pedro II, em 30 de agosto de 1941, por ocasião da cerimônia cívica da Juventude Brasileira em honra de Caxias. Arquivo Gustavo Capanema, GC pi Capanema, G. 1941.08.30. FGV/CPDOC.

<sup>103</sup> Uma das maiores preocupações do Estado Novo era a de conservar a unidade política e territorial do Brasil, principalmente após a entrada do país na Segunda Guerra Mundial. Muitos trabalhos foram escritos analisando historicamente o processo de desenvolvimento da unidade brasileira, buscando uma integração entre passado e presente, a maior parte deles para o Congresso de Brasilidade, evento de incentivo à exaltação cívica, que ocorria em todos os estados do Brasil, uma vez ao ano, tendo tido quatro edições: 1941, 1942, 1943 e 1944. A idealização do Congresso partiu de entidades que prestavam apoio ao Estado Novo: a Liga de Defesa Nacional, o Centro Cívico Carioca e o Sindicato dos Educadores. Para uma análise do Congresso de Brasilidade, ver: CARVALHO, Luiz Felipe de. *Educação e unidade nacional no Estado Novo: o primeiro Congresso de Brasilidade (1941)*. Dissertação de mestrado em Educação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Citamos alguns destes trabalhos: CALMON, Pedro. *A unidade histórica*. Segundo Congresso de Brasilidade. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1942; MACEDO, Roberto. *A unidade histórica do Brasil*. Terceiro Congresso de Brasilidade. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1943; MOSES, Herbert. *Unidade Americana*. Terceiro Congresso de Brasilidade. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1943; e SERRANO, Jonathas. *A unidade histórica do Brasil*. Quarto Congresso de Brasilidade. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1944. Em conferência pronunciada no Instituto Nacional de Ciências Políticas, no dia 25 de janeiro de 1941, por Edmilson Rego Falcão, advogado e membro do Ministério Público do Distrito Federal e publicada em forma de livreto, de nome *Getúlio Vargas e a Unidade Nacional*, o presidente é apontado como o grande responsável por salvar a unidade do Brasil, por meio da centralização política. FALCÃO, Edmilson Rego. *Getúlio Vargas e a Unidade Nacional*. Rio de Janeiro, S. ed., 1941.

discursar na cerimônia, o ministro Gustavo Capanema, resume bem o porquê do destaque dado a esse personagem. Para ele, a figura de Caxias reunia uma quantidade incomparável de lições, exemplos e valores necessários ao regime para estimular e preparar a juventude brasileira a enfrentar um futuro de sacrifícios. Era preciso desenvolver no espírito dos jovens todas as características que compunham a “alma” de Caxias, pois somente com tais qualidades eles poderiam cumprir a sagrada missão de defender a pátria.

Se na alma da juventude que agora aí vem, e na alma das gerações novas, que virão depois, vibrarem as qualidades daquele grande herói; se pelo tempo afora os responsáveis pelo nosso destino tiverem o espírito metódico e previdente, a capacidade de organização, o gênio dos expedientes, o realismo e o bom senso (...); se souberem agir com a sua operosidade, constância e paciência, e com toda sua acuidade e rapidez; se possuírem a sua dignidade moral; se forem dotados daquela sua lealdade intransigente e altiva; se tiverem como ele o senso de justiça; se no coração possuírem aquela sua bondade sem par (...); se amarem e quiserem irrevogavelmente a disciplina e a ordem e por elas forem capazes de lutar (...); e se, com todos estes preciosos atributos, com ele tiverem a paixão mais ardente pelo Brasil e ao Brasil consagrarem o melhor do tempo, do cuidado e do esforço; se assim puder ser; se os pais formarem assim os filhos; se a educação preparar deste modo a juventude – então contra nós nada valerão nem perigos, nem males, nem sombras, e o Brasil será, cada vez mais em meio as outras nações, uma potência digna do máximo respeito<sup>104</sup>.

### **3.3 – O Barão do Rio Branco: a luta pela pátria por meios pacíficos**

No caso do Barão do Rio Branco, um nome de extração tão imperial como republicana, pode-se verificar que a construção de sua figura como vulto nacional teve início logo após a sua morte, em 1912, quando era ministro das Relações Exteriores e presidente do IHGB. No mesmo ano, em sua homenagem, o nome da Avenida Central, no Rio de Janeiro, foi mudado para Avenida Rio Branco. Apesar desses indícios de consagração imediata, apenas no final dos anos 1930, mais precisamente no contexto da Segunda Guerra Mundial, é que se pode localizar um investimento mais cuidado e bem estruturado de recuperação de sua figura, que o tornaria, efetivamente, um dos maiores heróis do panteão da Pátria. Por iniciativa do ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, empreende-se e incentiva-se um conjunto de políticas culturais de cunho memorial, cujo objetivo era tornar Rio Branco uma figura de grande projeção e

---

<sup>104</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1938.08.09. Microfilme rolo 52 fot. 237. P. 5 e 6. Pasta III. FGV/CPDOC.

importância nacional, destacando-se de outros personagens históricos e servindo como um grande aliado aos projetos do ministro e do regime.

Isso pode se verificar por meio de várias formas de construção da memória de Rio Branco, que conviverão harmoniosamente. Em primeiro lugar, como no início do conflito na Europa, o governo brasileiro não tomou partido de nenhum lado, declarando o país neutro, a figura do Barão é mobilizada para legitimar uma nomeada tradição de paz, indicativa, inclusive, do caráter pacífico do povo brasileiro. José Maria da Silva Paranhos seria um dos maiores representantes dessa vertente, uma vez que sempre procurou resolver as divergências em que o Brasil se encontrava, com diálogo, com diplomacia e não com força, alcançando o mérito de definir as fronteiras do país, – e com ganhos para o Brasil –, por meio de acordos pacíficos e sem o enfrentamento armado. Paranhos, em um contexto marcado por conflitos externos, tornava-se um ótimo representante das políticas pacíficas de defesa nacional, sendo, assim, um grande patriota. É preciso atentar para o fato de que, nesse momento, o episódio da guerra do Acre, por exemplo, é marginalizado. Os documentos consultados, ao construírem uma memória sobre a trajetória de Rio Branco, acabam por selecionar aquilo que era digno de ser lembrado e, quando abordam tal conflito, destacam, sobretudo, as negociações e os tratados de paz assinados, que tiveram como resultado a concessão por parte do Brasil de indenização à Bolívia e ao Peru, silenciando as hostilidades e violências que também marcaram o processo, como os intensos conflitos armados que se sucederam e as muitas mortes causadas<sup>105</sup>.

Sua imagem é construída como a daquele que não deixou de demonstrar seu entusiasmo patriótico em nenhum dos setores em que exerceu atividades diplomáticas, revelando-se sempre um defensor entusiástico dos interesses do Brasil em todas as ações exemplares e feitos inesquecíveis de sua trajetória política: atuou na delimitação definitiva das linhas de fronteira; em acordos comerciais; na criação de embaixadas; e em conferências e congressos que organizou ou participou. O árduo esforço e sacrifício empreendidos para se tornar o maior dos diplomatas brasileiros, ao dedicar uma grande parte de sua vida aos estudos sobre a história e a geografia do Brasil, e à pesquisa e análise de documentação ligada à formação do Estado nacional, só teriam sido possíveis porque advogava em nome de sua pátria e do amor que sentia por ela. Enfim, sua

---

<sup>105</sup> Para uma reflexão sobre o processo de elaboração da memória e do seu caráter seletivo, ver: POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. Revista *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n° 3, 1989. Pp. 3-15.

exemplar atuação patriótica foi apontada pelo Estado Novo como um modelo para a formação da personalidade dos jovens brasileiros, sendo sua vida definida enquanto uma fonte de ensinamentos para se alcançar o caminho da glória.

O personagem é assim reconhecido e apresentado como o grande advogado dos direitos do Brasil, uma vez que defendeu os interesses brasileiros na questão dos limites territoriais com várias nações, rendendo ao país um acréscimo de 900 mil quilômetros quadrados de terras (medida superior à superfície de muitos países do mundo), que poderiam ter sido perdidos para a Argentina, a Bolívia, a Guiana Francesa, o Peru e o Uruguai. Em outras palavras, ao ter solucionado o problema das fronteiras, por meio de suas habilidades diplomáticas, Rio Branco é representado como o protetor da integridade territorial e o unificador da nação, fundamentalmente por vias diplomáticas<sup>106</sup>.

Como contributo à defesa nacional<sup>107</sup>, o aspecto a ser destacado é a construção da imagem de Rio Branco como a daquele que, quando ministro das Relações Exteriores, de 1902 a 1912, sempre procurou manter as Forças Armadas brasileiras poderosas e capazes de cuidar da segurança do território. Ao interferir decisivamente a favor do rearmamento do Exército, contribuiu moral e materialmente para o prestígio e a aparelhagem desta instituição, assegurando, assim, a autonomia do Brasil e garantindo a sua soberania.

Rio Branco foi construído pelo Estado Novo como alguém que almejava inserir o Brasil no cenário mundial, tornando-o um país forte e unido para ser respeitado. Desejava construir uma nação socialmente coesa, politicamente unida, economicamente independente e militarmente forte, capaz de garantir a sua defesa e soberania. Nas fontes consultadas, o patriotismo pacífico/diplomático e a defesa nacional são os elementos principais utilizados para descrever o Barão. O emprego dessas características é recorrente em todas as iniciativas políticas ocorridas, ainda que as mais diversas.

---

<sup>106</sup> A representação do Barão do Rio Branco sempre associado à consolidação das fronteiras brasileiras ainda hoje é predominante. A segunda série de moedas de Real, cunhada a partir de 1º de janeiro de 1998, passou a homenagear vultos nacionais brasileiros, que substituíram a efígie da República presente em todas as moedas da primeira série, produzidas de 1994 a 1997. A de 50 centavos foi dedicada a Rio Branco, que foi retratado ao lado do mapa do Brasil, no qual as linhas que marcam o contorno dos limites do território, que ajudou a definir, aparecem em destaque.

<sup>107</sup> É interessante o fato de que em 1940 o Major Afonso de Carvalho escreveu um artigo para a revista *Nação Armada*, publicação civil-militar consagrada à segurança nacional, cujo título é justamente “Rio Branco e a defesa nacional”, no qual restringe as suas considerações a esse aspecto específico da representação sobre o Barão. CARVALHO, Afonso de. “Rio Branco e a defesa nacional” in: *Revista Nação Armada*, Rio de Janeiro, outubro de 1940, n° 11, 1º ano. Pp. 91-101.

Dessa forma, tais características estão presentes em biografias, como a de F. de Paula Cidade e Jonas Correa, publicada em 1941 pelo DIP<sup>108</sup>; em discursos, como o lido pelo professor Felte Bezerra em solenidade comemorativa à memória do Barão do Rio Branco, no dia 7 de setembro de 1943, no Palácio do Governo do estado de Sergipe, em Aracajú<sup>109</sup>; em filmes, como o produzido no ano de 1944 pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) em parceria com o Ministério das Relações Exteriores<sup>110</sup>; e até em monumentos, como o inaugurado em 7 de setembro de 1943. Neste último caso, tanto a análise do discurso oficial pronunciado no evento, quanto a própria escultura, nos sugerem tal interpretação. Por meio do Decreto-Lei n.º. 1.954, de 9 de janeiro de 1940, o presidente Vargas aprovava o projeto e o orçamento para a construção de uma estátua de Rio Branco, que ficaria localizada no Rio de Janeiro, em praça a ser construída na parte central da Esplanada do Castelo, em uma parceria entre o Ministério das Relações Exteriores e a prefeitura do Distrito Federal. No dia da inauguração, como indica o programa do evento<sup>111</sup>, diante de Getúlio Vargas, dos membros de seu Gabinete Civil e Militar e da população em geral, alunas do Instituto de Educação cantaram o Hino Nacional brasileiro e o Hino a Rio-Branco, acompanhadas por bandas de música militares. Oswaldo Aranha, o grande responsável quer pela construção do monumento, quer pela transformação do Barão do Rio Branco em grande herói nacional, fez a entrega da escultura à cidade, pronunciando algumas palavras em momento que ficou registrado na foto:

---

<sup>108</sup> CIDADE, F. de Paula & CORREIA, Jonas. *Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: DIP, 1941.

<sup>109</sup> “A obra de Rio Branco”. Arquivo Oswaldo Aranha, OA tt Bezerra, F. 1943.09.07, microfilme rolo 21 fot. 967. FGV/CPDOC.

<sup>110</sup> O filme de nome *O Barão do Rio Branco* é um documentário biográfico que dá ênfase à carreira diplomática do personagem, com texto escrito e narrado por Roquete Pinto e imagens do cineasta Humberto Mauro, tendo 30 minutos de duração. Para uma análise desse filme, ver: ROSA, Cristina Souza de. *Imagens que educam: o cinema educativo no Brasil dos anos 1930-1940*. Dissertação de mestrado em História. Niterói/RJ: UFF, 2002. Principalmente o 3º capítulo.

<sup>111</sup> A ordem dos discursos foi a seguinte: iniciou-se com a fala do Presidente da Comissão Executiva de ereção do monumento, o ministro plenipotenciário de primeira classe e responsável pela Divisão de Cerimonial do Itamarati, José Roberto de Macedo Soares. Em seguida, Oswaldo Aranha fez a entrega da escultura ao Rio de Janeiro, sendo sucedido pelo prefeito do Distrito Federal, Henrique Dodsworth, que realizou o seu pronunciamento de recebimento do monumento em nome da cidade. Logo depois, foi dada a palavra a Joaquín Fernández y Fernández, ministro das Relações Exteriores do Chile, e finalmente Augusto Tavares de Lira leu o discurso oficial. O “Programa para a inauguração do monumento ao Barão do Rio Branco”, produzido em 31 de agosto de 1943, encontra-se em: Arquivo do IHGB/Fundo Paulo de Frontin, Lata 1289, Pasta 42, documento 2.

Foto 5: Oswaldo Aranha discursa do palanque da cerimônia de inauguração do monumento a Rio Branco



Fonte: Arquivo Oswaldo Aranha, OA foto 246/1. FGV/CPDOC.

No discurso oficial, apresentado por Augusto Tavares de Lira<sup>112</sup>, o destaque foi dado à virtude patriótica e à defesa do território brasileiro por meios pacíficos<sup>113</sup>. Conforme podemos observar na foto abaixo, no primeiro plano, Getúlio Vargas (2º da esquerda para a direita); o prefeito do Distrito Federal, Henrique Dodsworth (3º) e Oswaldo Aranha (5º) inauguram a estátua erigida em memória do Barão do Rio Branco. O monumento apresenta, fixado no obelisco (na parte de cima), o mapa do Brasil, cujos contornos o homenageado ajudou a definir. Ao ser colocado de pé à frente do Brasil, em

---

<sup>112</sup> Ex-ministro da Justiça e dos Negócios Interiores do governo de Afonso Pena e da Viação e Obras Públicas do governo de Venceslau Brás. Ver: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB, CPDOC-FGV, verbete LIRA, Augusto Tavares de.

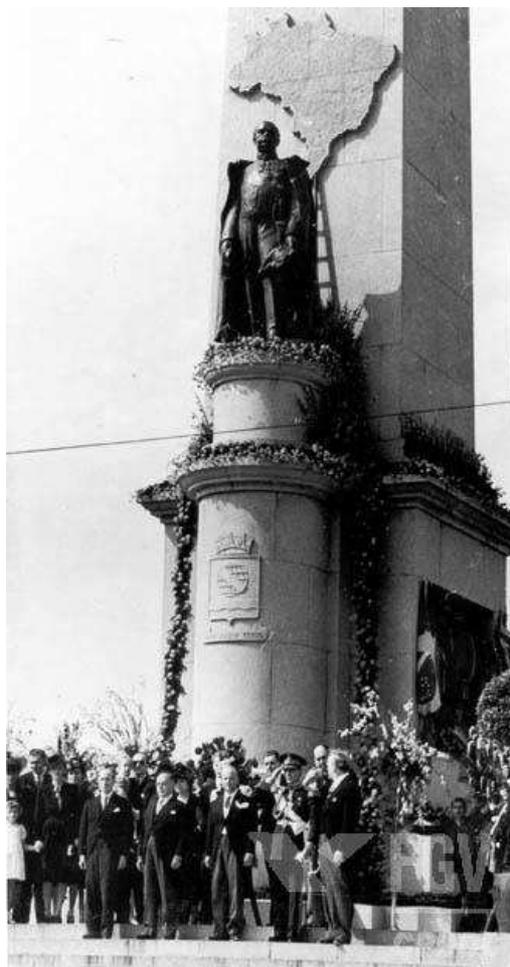
<sup>113</sup> O discurso chegou a ser publicado, cuja referência é a seguinte: LIRA, Augusto Tavares de. *Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1943. Um exemplar encontra-se no arquivo do IHGB. Classificação: 190.7.5.n.6. Além disso, a *Revista do IHGB* também reproduziu em um de seus números o discurso: LIRA, Augusto Tavares de. “O monumento ao Barão do Rio Branco”. *Revista do IHGB*, V. 180, jul/set, 1943. Pp. 229-236.

posição firme e de alerta, é representado como seu grande defensor e patriota, ainda que não o tenha protegido com o uso da força. Por isso, não segura nenhuma arma, usando apenas a capa de chanceler, maior símbolo da forma como agia em torno dos conflitos que enfrentava. Na parte de baixo do monumento, podemos ver, na coluna que sustenta a estátua, a imagem do brasão que passou a adotar após ter recebido o título de barão, em 1888, durante o Império. E, sob esse símbolo, foi fixada a seguinte inscrição, retirada do ex-líbris<sup>114</sup> do próprio homenageado, desenhado por ele ainda em sua mocidade, “ubique patriae memor”, que, traduzido do latim para o português, ressalta seu grande patriotismo: “em todo o lugar lembrar-se da pátria”. A grande altura em que se encontra em relação ao solo contribuiu para a percepção de uma imponente e majestosa figura.

---

<sup>114</sup> Ex-líbris são duas palavras latinas que significam, em português, “dos livros de” ou “pertencentes a”. É o nome pelo qual são designadas pequenas etiquetas de papel, desenhadas ou gravadas que se colam no interior de um livro para indicar a propriedade particular dele. Nelas é impresso o nome do possuidor da obra, acompanhado, muitas vezes, do seu brasão, de uma divisa ou de quaisquer ornamentos. O Barão do Rio Branco além de se utilizar dessa marca de propriedade em seus livros é considerado o primeiro brasileiro a se tornar colecionador de ex-líbris. Ver: BEZERRA, José Augusto. “Ex-líbris: a marca de propriedade do livro”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, vol. 120, 2006. Pp. 129-144.

Foto 6: Membros do governo inauguram o monumento erigido em memória do Barão do Rio Branco



Fonte: Arquivo Oswaldo Aranha, OA foto 246/3. FGV/CPDOC.

Oswaldo Aranha admirava o Barão do Rio Branco em grande medida porque era adepto da política pan-americana inaugurada e desenvolvida por ele, sendo, naquela conjuntura, conhecido por sua posição pró-americana. Para Aranha, nos tempos de crise desencadeados pela guerra, o Brasil deveria seguir a orientação do antigo e patriótico chanceler, alinhando-se aos Estados Unidos e realizando uma política externa de clara e inteira cooperação com os norte-americanos. A participação do ministro das Relações Exteriores do governo Vargas foi fundamental para que o Brasil se posicionasse ao lado dos Aliados e contra o Eixo, na medida em que havia muitos simpatizantes do nazifascismo nos quadros do próprio regime, a começar pelas maiores lideranças do Exército, como Dutra e Góis Monteiro. Aranha, inclusive, foi figura central na formação da Sociedade dos Amigos da América (SAA), da qual era vice-presidente, entidade cívica criada em janeiro de 1943 na cidade do Rio de Janeiro, que defendia a

aproximação do Brasil com os Estados Unidos e divulgava os princípios democráticos no continente americano<sup>115</sup>. Enfim, o ministro das Relações Exteriores era um militante da causa americana, tal qual havia sido o Barão, apresentando-se como o seu continuador. Ser patriota naquele momento era ser aliado dos norte-americanos e lutar contra o Eixo.

A decisão do Brasil de abandonar a neutralidade (o que a Argentina não fez) não foi algo fácil; houve disputas dentro e fora da burocracia estatal e houve pressões de setores da sociedade, como os estudantes organizados na UNE, que realizaram passeatas e foram apoiados por autoridades do regime, com destaque para Aranha. Houve também negociações com os EUA, envolvendo, entre outros pontos, a cessão de bases no Nordeste do Brasil e o apoio para a construção da siderúrgica de Volta Redonda, além do reequipamento das Forças Armadas, um argumento decisivo para alterar a posição de suas lideranças<sup>116</sup>. Assim, primeiro ocorreu o rompimento das relações com os países do Eixo, por ocasião da chamada Conferência do Rio de Janeiro, em janeiro de 1942<sup>117</sup>, e só em agosto do mesmo ano o Brasil entrou na guerra ao lado dos Aliados, uma vitória de Aranha, propagada e legitimada pela memória da política pan-americana do glorioso Barão do Rio Branco<sup>118</sup>.

O período posterior à entrada do Brasil na Segunda Guerra ao lado dos Estados Unidos, compreendido de 1942 a 1945, marcará o ápice dos esforços em prol da valorização da figura do Barão. A partir de então, o Estado Novo, representado principalmente pelo Ministério das Relações Exteriores, passou a investir fortemente em

---

<sup>115</sup> As informações sobre a Sociedade dos Amigos da América foram retiradas de: HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994. P. 422.

<sup>116</sup> Sobre o processo de entrada do Brasil na Segunda Guerra, ver: CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2000; e SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à Guerra*. São Paulo: Manole, 2003.

<sup>117</sup> A Conferência do Rio de Janeiro, iniciada no dia 15 de janeiro de 1942, reuniu no Palácio Tiradentes representantes de vinte e duas nações do continente americano para discutir questões relativas à guerra, principalmente o rompimento das relações com o Eixo e o alinhamento aos Estados Unidos. O evento, presidido por Oswaldo Aranha, teve como resultado a decisão dos países participantes, exceto Argentina e Chile, de pôr fim à neutralidade em relação ao conflito mundial, rompendo relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, a Itália e o Japão. Ver: SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à Guerra*. São Paulo: Manole, 2003. Pp. 270-275.

<sup>118</sup> No período compreendido entre o rompimento das relações e a declaração de guerra do Brasil ao Eixo, o país vinha demonstrando interesse em uma aproximação maior com os Estados Unidos. Como reflexo dessa busca por aproximação, a revista *Cultura Política* republicou, em julho de 1942, o artigo “O Brasil, os Estados Unidos e o monroísmo”, de autoria do Barão do Rio Branco, que havia sido publicado originalmente no *Jornal do Comércio*, de 12 de maio de 1906, sob o pseudônimo de J. Penn. No texto, Rio Branco defende-se das críticas que surgiram por sua iniciativa de criar uma embaixada brasileira em Washington, no ano de 1905, analisando historicamente a relação entre o Brasil e os Estados Unidos e chegando à conclusão de que os dois países sempre tiveram uma tradição de amizade e respeito. A referência do artigo em questão é a seguinte: “O Brasil, os Estados Unidos e o monroísmo”. Revista *Cultura Política*, vol. 2, n° 17, julho de 1942. Pp. 7-20.

ações tendo em vista às comemorações do centenário do nascimento de José Maria da Silva Paranhos, a realizar-se no dia 20 de abril de 1945. Muitas iniciativas foram sendo desenvolvidas e finalizadas ao longo desses três anos, das quais o filme já citado, *O Barão do Rio Branco*, produzido pelo INCE em 1944, a criação do Instituto Rio Branco, pelo Decreto-Lei nº. 7.473, de 18 de abril de 1945, a instituição da medalha comemorativa do primeiro centenário de nascimento do homenageado, pelo Decreto-Lei nº. 7.547, de 14 de maio de 1945, e o lançamento do livro *Rio Branco: o Barão do Rio Branco, 1845-1912*, de Álvaro Lins, em 1945<sup>119</sup>, são alguns dos principais e mais duradouros resultados. Juntas essas ações ajudam a compor parte do processo que Cristina Patriota de Moura chama de invenção da “tradição Rio Branco”<sup>120</sup>.

Ao se analisar o programa oficial das comemorações realizadas no dia 20 de abril de 1945<sup>121</sup>, percebemos o grande interesse e esforço do Estado Novo para mobilizar a população para a festa. As celebrações não se concentraram em um só local, estando espalhadas por vários pontos da cidade, de maneira que ninguém pudesse ficar alheio a elas. Outro dado que confirma tal intenção é o pedido da Associação dos Empregados de Comércio do Rio de Janeiro, dirigido aos comerciantes e comerciários da capital da República, para que fossem hasteadas bandeiras do Brasil nas fachadas dos estabelecimentos e colocados retratos do Barão nas vitrines ou outros lugares de destaque nas lojas. Enfim, esse evento foi planejado para ser a consagração definitiva da importância que a figura de Rio Branco tinha na História do Brasil, como um exemplo que iluminava políticos e povo através do tempo, como ocorrera durante o Estado Novo,

---

<sup>119</sup> Encomendado por Oswaldo Aranha e Maurício Nabuco, secretário-geral das Relações Exteriores, o livro foi publicado pela editora José Olympio em 2 volumes.

<sup>120</sup> Para a autora, esse processo de invenção da “tradição Rio Branco” se completa com os decretos de fevereiro de 1963, que instituiu a Ordem de Rio Branco, assinado pelo presidente João Goulart, e o de 1970, que criou na data de aniversário do Barão o Dia do diplomata. MOURA, Cristina Patriota de. “Herança e metamorfose: a construção social de dois Rio Branco”. Revista *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 14, nº 25, 2000. P. 82.

<sup>121</sup> Aqui nos baseamos nas informações presentes na seguinte matéria: “Barão do Rio Branco”. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 19 de abril de 1945. P. 6. As comemorações no Rio de Janeiro foram diversificadas, envolveram solenidade no forte Rio Branco; no monumento ao Barão, na Esplanada do Castelo, com concentração e desfile do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, e o depósito de flores por representantes de diferentes instituições, como o Instituto Rio Branco, e ministérios, como o das Relações Exteriores; no Clube Militar, havendo o batismo do novo salão de festas com o nome do diplomata e a inauguração de uma tela a óleo com a sua efígie; no Palácio Itamaraty, com a instalação de um guichet da Agência Postal para a venda de selos comemorativos e a abertura de exposição iconográfica e cartográfica sobre a vida e obra do Barão, destacando-se a documentação de seus trabalhos relativos às questões de fronteiras; no túmulo do Rio Branco, local em que uma comissão nomeada pelo Supremo Tribunal Federal depositou uma palma; e nas escolas, repartições militares e navios da Marinha, em que se promoveram palestras e conferências sobre o homenageado. Além disso, o General Sousa Docca, diretor da Biblioteca Militar, foi ao Itamaraty entregar à Comissão do Centenário de Rio Branco a contribuição cultural do Exército às celebrações: a edição de uma biografia do Barão escrita pelo Ten. Cel. Afonso de Carvalho.

demonstrando-se o lugar privilegiado que merecia no rol dos heróis nacionais brasileiros.

### **3.4 – Tiradentes para além dos inconfidentes**

Caso semelhante ao de Rio Branco ocorreu com os inconfidentes mineiros. O governo Vargas tinha um projeto e, principalmente a partir de 1936, vinha empregando medidas de reforço à construção da memória da Inconfidência. Dentre elas, destacam-se, nesse mesmo ano, as seguintes ações decisivas, já comentadas: o repatriamento dos restos mortais de seus artífices ao Brasil e a publicação dos três primeiros volumes dos Autos da Devassa, contendo parte dos documentos reunidos em torno do processo judicial elaborado contra os inconfidentes. Durante o Estado Novo, tais investimentos se intensificaram e o projeto de valorização daquele movimento histórico e de seus participantes chegou ao seu ápice com a construção do Museu da Inconfidência, em Minas Gerais, como estava previsto no Decreto nº. 756 A, de 21 de abril de 1936, que recebeu em 1942 os despojos dos inconfidentes, tornando-se o destino final dos restos mortais que haviam sido transferidos em 1938 do Rio de Janeiro para Ouro Preto e permaneciam na Igreja Matriz de Antonio Dias. Além disso, informações a respeito da vida dos inconfidentes foram buscadas e cuidadosamente averiguadas<sup>122</sup>, assim como as atividades em torno das comemorações do 21 de abril expandiram-se e diversificaram-se sob o controle atento do governo. Todas as políticas públicas de valorização dos inconfidentes descritas e a maior parte das empregadas partiram de Gustavo Capanema e da pasta ministerial que representava: a da Educação e Saúde.

No entanto, embora existisse o interesse de se valorizar, de um modo geral, todos os envolvidos na Inconfidência Mineira, havia um personagem, em particular, cujos esforços de glorificação se sobrepunham aos demais: o Tiradentes. O governo Vargas deu continuidade a um projeto de culto iniciado pelos propagandistas do regime republicano, ainda durante o 2º Império, quando, por exemplo, inúmeros Centros Republicanos chamavam-se Tiradentes. Esse culto foi intensificado após a Proclamação da República, que o elegeu como mártir do movimento sedicioso e a sua principal figura

---

<sup>122</sup> Por exemplo, Rodolfo Garcia, diretor da Biblioteca Nacional, em carta endereçada no dia 11 de janeiro de 1943 a Carlos Drummond de Andrade, chefe de Gabinete do Ministério da Educação e Saúde, respondia ao memorando que havia sido enviado a ele a pedido de Gustavo Capanema no qual este requeria informações, oriundas de pesquisas realizadas em documentos originais pertencentes ao arquivo da Biblioteca Nacional, relativas à naturalidade de Tomas Antônio Gonzaga, um dos personagens que atuaram na Inconfidência Mineira. Arquivo Luiz Vergara, LV c 1943.01.11. FGV/CPDOC.

inspiradora. Sua imagem era continuamente cultivada nas escolas e o dia 21 de abril comemorado como uma das maiores datas cívicas da nação, sendo Tiradentes sua maior figura, na medida em que se confundia/era, com/como a bandeira ou o hino nacional, uma representação simbólica da própria República. Nesse sentido, era único em sua mística sacrificial.

Diferentemente de Caxias e Rio Branco, a memória em torno de Tiradentes e da Inconfidência já estava bem sedimentada. Gerações já haviam aprendido a reconhecê-lo como o maior herói nacional. Sem dúvida, o Ministério da Educação e Saúde, principal incentivador de seu culto, encontrava-se em situação mais confortável quando comparado ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério da Guerra, uma vez que se mostrava menos trabalhoso lidar com um personagem que culturalmente gozava do maior reconhecimento, porque seu imaginário havia sido construído há mais tempo e de forma bem sucedida.

Tendo em vista colocar em prática esse projeto de promoção da memória de Tiradentes, o Ministério da Educação e Saúde empregou uma série de políticas culturais que mobilizavam e abrangiam diversas áreas e órgãos subordinados a ele. Um exemplo desse tipo de investimento encontra-se na dramaturgia. Peças de teatro de caráter pedagógico, explorando temas históricos, foram uma grande novidade do final da década de 1930, das quais *Tiradentes. Comédia histórica em três atos e sete quadros*, de Viriato Corrêa<sup>123</sup>, é um dos melhores representantes<sup>124</sup>. Sob o patrocínio do Serviço Nacional de Teatro do Ministério da Educação e Saúde, foi encenada pela primeira vez no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, no dia 16 de novembro de 1939, como parte do programa das Comemorações do quinquagésimo aniversário da República. Nessa peça, que foi um entre os vários instrumentos utilizados para a maior divulgação da história de Joaquim José da Silva Xavier, o caráter de cada personagem é apresentado de

---

<sup>123</sup> Viriato Correa (1884-1967), além de teatrólogo, foi político, jornalista, romancista e membro da Academia Brasileira de Letras. Sua produção de maior repercussão esteve voltada para o público infanto-juvenil, para quem produziu inúmeros títulos, sendo *Cazuza* (1938) o mais conhecido deles. Ver: GOMES, Angela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009. P. 126.

<sup>124</sup> Além de *Tiradentes*, as principais peças históricas realizadas no período foram: *Marquesa de Santos*, de Viriato Correa, encenada pela Cia. Dulcina-Odilon e estreada em 30 de março de 1938; *Iaiá Boneca*, de Ernani Fornari, encenada pela Cia. Delorges Caminha e estreada em 4 de novembro de 1938; *Carlota Joaquina*, de Raimundo Magalhães Júnior, encenada pela Cia. Jayme Costa e estreada em 26 de maio de 1939; *Mauá*, de Castello Branco de Almeida, encenada pela Cia. Delorges Caminha e estreada em 25 de agosto de 1939; *Caxias*, de Carlos Cavaco, encenada pela Cia. Comédia Brasileira e estreada em 10 de agosto de 1940; *Sinhá Moça Chorou!*, de Ernani Fornari, encenada pela Cia. Dulcina-Odilon e estreada em 4 de outubro de 1940; e *O Chalaça*, de Raul Pedrosa, encenada pela Cia. Jayme Costa e estreada em 10 de outubro de 1940. Ver: FERREIRA, Adriano de Assis. *Teatro Ligeiro Cômico no Rio de Janeiro: a década de 1930*. Tese de doutorado em Literatura Brasileira. São Paulo: USP, 2010. P. 198 e 199.

maneira específica: Tiradentes era o mais entusiasmado com o movimento sedicioso, aparecendo como destemido, sincero, ativo, sonhador, revolucionário e disposto a morrer pela liberdade, mantendo a proximidade com a imagem de Jesus Cristo; Joaquim Silvério dos Reis era o interesseiro, o traidor, sendo comparado a Judas; e os outros inconfidentes são construídos como pessoas fracas e desprovidas da capacidade de lutar até o fim, no que diferiam e se inferiorizavam a Tiradentes<sup>125</sup>.

Essa construção de Tiradentes, como homem virtuoso e o principal artífice da Inconfidência Mineira, já estava presente no imaginário dos brasileiros. A constatação disso pode ser bem vista, por exemplo, em um roteiro de filme com 79 páginas, de título *A Inconfidência Mineira (argumento cinematográfico)*, escrito por Brasil Gerson, sob orientação cinematográfica de Carmen Santos, enviado a Vargas no dia 12 de julho de 1938, com a intenção de vê-lo produzido pelo governo. A análise da obra revela o seguinte perfil de Tiradentes: homem extremamente bom, olhos doces, exato perfil de Cristo, carinhoso, generoso, corajoso e religioso. Além disso, ele é retratado como o grande líder da Inconfidência. A idéia de lutar pela independência do Brasil parte dele, assim como a de convocar os outros inconfidentes a participarem do movimento<sup>126</sup>. Tal imagem, embora não mais tranquilamente aceita pela historiografia, que ressaltava a importância de outros inconfidentes e a posição secundária do alferes no decurso da conspiração, foi, a despeito disso, a escolhida pelo Ministério da Educação e Saúde. Na foto abaixo, Gustavo Capanema (5° da esquerda para a direita) e Augusto de Lima Júnior (8°), entre outros, participam de sessão solene em homenagem a Tiradentes, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, no dia 21 de abril de 1941.

---

<sup>125</sup> Idem. Pp. 213-216. Neste trabalho, é possível encontrar também uma análise do teatro brasileiro na década de 1930. A peça *Tiradentes* foi publicada em 1941, no Rio de Janeiro, com o selo do Ministério da Educação e Saúde, pela editora Guarany. Uma cópia datilografada, datada de 1939, da peça, produzida no mesmo ano, encontra-se em: Arquivo Luíz Vergara, LV pi Correa, V. 1939.00.00. FGV/CPDOC.

<sup>126</sup> O roteiro do filme encontra-se em: Arquivo Luíz Vergara, LV pi Gerson, B. 1938.07.12. FGV/CPDOC.

Foto 7: Celebração a Tiradentes no ano de 1941



Fonte: Arquivo Gustavo Capanema, GC foto 212/2. FGV/CPDOC.

É importante notar que Gustavo Capanema, para além das medidas oficiais empregadas, estava atento ao efeito multiplicador que elas poderiam desencadear, ao incentivar outras iniciativas que, mesmo sem seu patrocínio, seguíam a direção propagada pelo Ministério da Educação e Saúde, no que se referia às formas de caracterização da figura desse herói maior. Capanema fazia questão de reconhecer e estimular todo o tipo de ações que fortalecessem e expandissem o culto a um determinado herói, em especial Tiradentes. O ministro, por exemplo, chega a enviar um telegrama de felicitação a Antonio dos Santos, parabenizando-o por sua iniciativa em propor a seus colegas bacharéis da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais o nome de Tiradentes como figura homenageada para paraninfo da turma de formatura no ano de 1943, idéia que, aliás, tinha sido unanimemente aceita<sup>127</sup>.

Na verdade, uma das poucas iniciativas de celebração da imagem de Tiradentes realizadas no Estado Novo sem o envolvimento de Gustavo Capanema foi a publicação pelo DIP do livro *Tiradentes*<sup>128</sup>, de Luciano Lopes, que integrava a coleção *Vultos. Datas. Realizações*, produzida em 1944 e 1945, que será analisada a seguir. No entanto,

---

<sup>127</sup> Os dados descritos encontram-se em “Relatório de minhas atividades cívicas”, enviado a Gustavo Capanema por Antonio dos Santos. Sobre a escolha de Tiradentes como homenageado de honra da formatura, ver fot. 676 a 679 ou páginas 3 a 11. Arquivo Gustavo Capanema, GC pi Santos, A. 1944.06.17, microfilme rolo 10 fot. 674 a 687. FGV/CPDOC.

<sup>128</sup> LOPES, Luciano. *Tiradentes. Vultos. Datas. Realizações*. Rio de Janeiro: DIP, 1944.

a valorização dessa figura histórica também encontrou alguns obstáculos e oposições. Nesse sentido, as discussões em torno do projeto de criação e organização da Juventude Brasileira<sup>129</sup> são um campo fértil para acompanharmos uma batalha de memória ocorrida em torno da figura de Tiradentes, ao permitir o acesso a visões distintas sobre seu papel e importância no episódio da Inconfidência, durante o Estado Novo.

No final do ano de 1939, após o projeto original de criação da Organização Nacional da Juventude, elaborado por Francisco Campos, ter passado por reformulações sucessivas e substanciais, inclusive com a entrada de Capanema nas discussões, o ministro da Educação e Saúde submeteu à apreciação de Vargas, do ministro da Guerra e do ministro da Marinha, a versão mais recente desse projeto de decreto-lei. Ao atentarmos para o conteúdo do documento, vemos como Capanema aproveitou essa oportunidade para, mais uma vez, investir no culto a Tiradentes, estabelecendo, no artigo 4 do capítulo I, que a Juventude Brasileira adotaria como data oficial de sua festa o dia 21 de abril, “em que se recorda a figura de Tiradentes, paradigma de grandeza humana, no propósito, na ação e no sacrifício”; e, no artigo 37 do capítulo VI, que a Juventude Brasileira faria, a cada ano, duas formaturas gerais, realizadas por ocasião das grandes festas nacionais, “a) no dia 21 de abril, em comemoração do sacrifício de Tiradentes; b) no primeiro sábado ou no primeiro domingo de setembro, em comemoração da independência do Brasil”<sup>130</sup>.

O ministro da Educação e Saúde recebeu de várias personalidades, como Gustavo Barroso, padre Leonel Franca e Osvaldo Cordeiro de Farias, pareceres críticos

---

<sup>129</sup> A idéia de se criar uma instituição oficial de mobilização da juventude brasileira partiu de Francisco Campos, então ministro da Justiça. O projeto original de elaboração da Organização Nacional da Juventude, sugerido por ele, datado de março de 1938, encontra-se no arquivo Getúlio Vargas e era caracterizado pela proposta de mobilização político-miliciana da juventude e pela intenção de instituir uma organização paramilitar nos moldes fascistas, estando prevista a sua direção pelo presidente da República e pelos ministros da Guerra, da Justiça e da Marinha, ficando de fora o Ministério da Educação e Saúde, ainda que o projeto também possuísse um caráter educativo. No entanto, houve muitas críticas e oposições ao projeto, principalmente por parte do Exército e do ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, o que o levou a constantes alterações, propostas inclusive por Gustavo Capanema. Finalmente criada, em 8 de março de 1940, pelo Decreto-Lei n.º. 2.072, após inúmeras mudanças, a função da Juventude Brasileira se mostrou completamente distinta da apresentada no projeto original, resultando apenas em um movimento cívico-educativo formado pela juventude escolar de todo o país, mobilizada em torno do culto às datas, aos vultos e aos símbolos nacionais. Para uma análise aprofundada do processo de constituição da Juventude Brasileira, ver: STEIN, Cristiane Antunes. “*Por Deus e pelo Brasil*”: a Juventude Brasileira em Curitiba (1938-1945). Dissertação de mestrado em Educação. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008; e SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M. R. “Contenção das mulheres, mobilização dos jovens” In: *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984. Pp. 107-140.

<sup>130</sup> Essa versão do projeto de decreto-lei redigida por Capanema situa-se em: Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1938.08.09. Microfilme rolo 52 fot. 81 a 85. Pasta II. FGV/CPDOC. As duas citações, mais precisamente, encontram-se, respectivamente, no fot. 81/1 e 84/2.

sobre o seu projeto, sugerindo a modificação de alguns pontos. O interesse aqui, em meio a tantos registros encontrados no arquivo Capanema, reside em um comentário, sem identificação, escrito nos primeiros dias de janeiro de 1940, que sugere, entre outras, a seguinte alteração:

O art. 4º não me parece defensável. Esse 21 de Abril é uma data sem significação, e o Tiradentes um herói muito pouco imponente e de pouca exemplaridade. Creio que seria de bom aviso procurar um herói jovem, pouco conhecido, mas acerca de quem se pudesse criar uma lenda verdadeiramente interessante<sup>131</sup>.

Em função da crítica, Capanema informa ao presidente, em 15 de janeiro de 1940, até aceitar suprimir o artigo em questão, deixando a Juventude de ter uma data própria para a sua festa, ainda que não concordasse de forma alguma com os argumentos utilizados, pois em sua opinião:

(...) o 21 de abril não é uma data sem significação. É uma data gloriosa, cheia de beleza e de força, e que marca na história do Brasil o real início da independência e da República. É também injustificável dizer que Tiradentes é um herói pouco imponente e de pouca exemplaridade. Tiradentes é ao contrário uma das mais impressionantes e exemplares figuras não só de nossa história, mas de toda a história humana, pelo seu critério, pela sua clarividência, pela sua capacidade de atuar e dirigir, pela sua coragem, pela sua resistência física e moral, pelo seu espírito de sacrifício e enfim pela sua bravura na tragédia que envolveu e ensangüentou a sua vida.

(...) Se acrescentarmos que Tiradentes era um homem jovem, de cerca de quarenta anos, chegaremos à conclusão de que nenhum herói de nossa historia é mais próprio do que ele para figurar como guia e inspiração da Juventude.

Contudo, essa defesa que Capanema fez de seu projeto e da figura de Tiradentes não ficou sem resposta de seu crítico. Este enviou a Vargas uma contra-argumentação, julgando as considerações do ministro insuficientes para rebater suas críticas. Nesse texto acrescenta que, na maior parte do Brasil, a figura de Tiradentes nada significa e que a adjetivação do ministro nada demonstra, uma vez que os heróis são feitos pelas suas grandes ações e era preferível desenterrar um pioneiro como Pedro Teixeira, Antonio Raposo, Domingos Jorge Velho, Santos Dumont, Plácido de Castro ou ainda um homem do povo, um soldado, um marinheiro e criar-lhe uma aureola de santo nacional, do que adotar a figura de Tiradentes já que:

Não se pode, nem deve, pois, dar à juventude brasileira um herói comportando discussões. O herói deve ser ou um produto acabado

---

<sup>131</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1938.08.09. Microfilme rolo 52 fot. 209. Pasta III. FGV/CPDOC. As duas citações seguintes encontram-se, respectivamente, em: fot. 212/1 e 212/2; e 233/1 e 233/2.

e completo ou uma criação nova. De modo algum uma simples figura histórica, que comporte discussões, dúvidas, negações (...)  
Como generalização nota-se que, num país novo, por cultivar, o herói deve ser um desbravador, um homem puro e de grande ação, um criador de força nacional e não um ideólogo político. A exemplaridade que se deve apresentar aos jovens em vez de aureola de mártir deve carregar a coroa do triunfo. O herói dos jovens é um vitorioso e não um vencido. Não pretendemos uma discussão sem finalidade. Não concordamos, porém, em que Tiradentes, apesar do Palácio e da estátua, seja maior que qualquer outro herói regional (...)  
Tome-se portanto um herói verdadeiramente nacional – do Brasil todo –, e quanto mais anônimo melhor, porque a sua lenda poderá ser enriquecida à vontade.

Essa troca de correspondência, sempre endereçada a Vargas, é bom observar, diz muito sobre as disputas em torno da construção da figura do herói nacional, através do debate em torno da caracterização de Tiradentes, apenas aparentemente, como se vê, uma figura em torno da qual havia um consenso máximo entre lideranças políticas e intelectuais. O que se verifica é sua apresentação como um herói “regional” (mineiro), desconhecido na maior parte do país e, bem pior, um herói vencido, que, se contribuía com a pátria, o fizera com idéias e não com ações, situadas como um contributo superior. As sugestões alternativas ressaltam os “pioneiros”, isto é, os bandeirantes (seria o crítico um paulista?), cujo culto então muito se desenvolvia, vencedores em sua ação de conquista e povoamento do território nacional.

Após diversas mudanças no texto, motivadas pelas críticas de inúmeros atores, finalmente é criado o movimento da Juventude Brasileira, pelo Decreto-Lei nº 2.072, de 8 de março de 1940, sem qualquer menção a uma data própria de comemoração e a um patrono. Além disso, no lugar de duas formaturas, como previa o projeto de Capanema, o decreto estabeleceu apenas uma, na data da comemoração à independência do Brasil, que se realizaria no primeiro fim de semana do mês de setembro, devendo ser marcada por grandes paradas realizadas na “Semana da Pátria”. Ou seja, o dia 21 de abril foi abandonado, bem como qualquer referência a Joaquim José da Silva Xavier. Enfim, dentro de um projeto de culto à figura de Tiradentes, a ação em torno da Juventude Brasileira não tinha alcançado os resultados esperados.

Esse episódio, denso de significados, ajuda-nos a compreender como, apesar de um forte imaginário sobre Tiradentes já estar internalizado na população, sobretudo pela ação da escola, havia discussões sobre tal figura e a possibilidade de alteração de uma hierarquização de sua grandeza, indiscutivelmente, desde a proclamação, como a do herói magno da República. Tal concepção que se mantinha, mas também estava em

aberto, havendo claras investidas para sua redefinição, deixa nítido, mais uma vez, que é o presente que constrói o passado e, nele, seleciona e desenha o perfil de seus heróis, quer por via da história, quer da memória, quer por ambas, convergindo ou divergindo.

No caso de Tiradentes não existia uma unanimidade entre os grupos que integravam o governo ou formavam sua principal base de apoio. O que se verifica são disputas em torno da memória de determinados personagens históricos, quer dizer, do lugar hierárquico que deveriam ocupar no panteão nacional; na quantidade de investimentos, materiais e simbólicos, para a realização de celebrações; e na possibilidade de patrocinarem, com sua mística, iniciativas governamentais. Capanema procurou empregar seus esforços na promoção da figura de Tiradentes, utilizando toda a estrutura do Ministério da Educação e Saúde, conseguindo, como resultado, manter forte o culto a esse personagem, apesar de fracassar no que se referiu à Juventude Brasileira.

Dessa maneira, o uso constante da figura de Tiradentes pelo Estado Novo pode ser explicado pelo fato de que foi possível reunir em torno desse personagem muitos dos valores destacados pelo regime, como o desapego aos interesses individuais e a doação aos ideais coletivos, entregando a própria vida para salvar seu projeto e o dos demais companheiros. Tiradentes aparece, assim, também como um representante da índole pacífica e do espírito grandioso do brasileiro, ao aceitar a morte em razão da Pátria.

Além disso, da mesma forma que Caxias e Rio Branco, Tiradentes passou a ser de extrema importância após o surgimento da Segunda Guerra Mundial e, principalmente, com a entrada do Brasil neste conflito. Novamente, a preocupação era com a defesa nacional, estimulando-se a busca por precursores desses valores, o que trazia a luta de Tiradentes, no século XVIII, por liberdade, para a ordem do dia. Ele seria a maior expressão histórica da energia cívica do brasileiro comum; o melhor e mais completo exemplo de amor patriótico, ao que não era ainda o Brasil que se conhecia. Sua inabalável virtude cívica seria, em tempos de guerra, um símbolo e uma inspiração, a fortalecer o espírito dos brasileiros frente ao conflito mundial.

Por fim, essa figura é lembrada como um dos personagens históricos que mais contribuíram para a defesa nacional, ao ousar libertar o Brasil da metrópole portuguesa. Com a entrada do país na Segunda Guerra, em agosto de 1942, a proteção à liberdade torna-se a grande bandeira contra o fascismo e Tiradentes é reverenciado como um dos primeiros a lutar e morrer por ela, servindo como forte elo de ligação entre o passado e

o presente. Em meio a uma luta decisiva para a preservação da liberdade e dos direitos do homem no mundo, a memória de Joaquim José da Silva Xavier alcançava os corações de todos os patriotas, fazendo brotar neles os mais fortes sentimentos de brasilidade.

Portanto, um conjunto de fatores contribuiu para que Duque de Caxias, o Barão do Rio Branco e Tiradentes se tornassem os principais heróis que o Estado Novo mandou guardar<sup>132</sup>. Foi possível reunir em torno deles valores que se mostravam essenciais para o regime Vargas na difícil conjuntura da Segunda Guerra Mundial e, além disso, esses três personagens obtiveram poderosos incentivadores para a criação e continuação de seus cultos. É interessante notar que parecia haver um consenso entre Eurico Gaspar Dutra, Oswaldo Aranha e Gustavo Capanema sobre a importância dessas três figuras, de modo que cada um deles não cuidou apenas de valorizar, respectivamente, Caxias, Rio Branco e Tiradentes. Ao contrário, atuaram como auxiliares dos demais em celebrações que se somavam e fortaleciam o patriotismo em momento muito delicado de sacrifícios para o país. Nesse sentido, o ministro da Educação e Saúde ajudou o ministro da Guerra tornando o culto a Caxias mais próximo dos civis; o ministro das Relações Exteriores gravou depoimento sobre a importância de Caxias para fortalecer a iniciativa de Dutra, além de, em nome do Itamaraty, oferecer ao Exército, em 1941, um busto do Barão do Rio Branco<sup>133</sup>; em retribuição, o Exército ofereceu, em 1943, ao Itamaraty, um busto de Duque de Caxias<sup>134</sup>.

Por conta de o Estado Novo e, principalmente, de a Segunda Guerra Mundial trazerem à ordem do dia uma preocupação do governo para com o patriotismo e a defesa nacional, o regime Vargas, buscando a afirmação e confirmação desses valores, voltou-se ao passado, de forma que este pudesse servir de paradigma para as ações do presente. Nesse sentido, ao terem sido selecionados na história justamente um personagem que se destacou por sua atuação na colônia (Tiradentes), um no Império

---

<sup>132</sup> Aqui nos inspiramos no título do seguinte artigo: SOUZA, Adriana Barreto de. “Osório e Caxias: os heróis militares que a república manda guardar”. *Varia História*. Belo Horizonte, n.º. 25, julho, 2001. Pp. 231-251. Essa autora, por sua vez, para dar nome ao seu trabalho, baseou-se em: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “As festas que a República manda guardar”. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º. 4, 1989. Pp. 172-189.

<sup>133</sup> Arquivo Oswaldo Aranha, OA tt Silva, V. B. da. 1941.08.29, microfilme rolo 25 fot. 25. FGV/CPDOC.

<sup>134</sup> Arquivo Oswaldo Aranha, OA pi Aranha, O. 1943.09.03, microfilme rolo 20 fot. 889 a 896. FGV/CPDOC.

(Duque de Caxias) e um na Republica (Barão do Rio Branco), foi possível desenvolver na população o sentimento de continuidade histórica, demonstrando que certos valores historicamente acompanharam os brasileiros, já fazendo parte de sua identidade. E assim, em meio às dificuldades trazidas pela guerra, principalmente a partir de 1942, quando o Brasil se posicionou ao lado dos aliados, esses três personagens apareceram como estímulo e confirmação do sucesso. Para o governo, o fato de a nação apresentar em sua história figuras de tal categoria e de tamanho relevo era a constatação definitiva de que ela, sem dúvida, estava destinada ao domínio, à glória e a um futuro promissor.

#### Capítulo IV – “Os nossos grandes mortos”: patriotismo em palestras do MES

Rio de Janeiro, quarta-feira, 15 de julho de 1936. Minutos antes das cinco horas da tarde, momento marcado para o início do evento, o vasto salão do Instituto Nacional de Música, localizado no bairro da Lapa, encontrava-se cheio. Não havia mais um lugar vago, estando os assentos repletos “de famílias e cavalheiros da nossa melhor sociedade”, dentre os quais vereadores, deputados, embaixadores e ministros brasileiros e estrangeiros<sup>135</sup>. O ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, fez a abertura da sessão, fruto de sua iniciativa de tornar a vida das grandes figuras do Brasil conhecida dos brasileiros. Parte dela foi marcada pelo canto dos Hinos Nacional e da Bandeira por alunas das escolas municipais. Em seguida, foi dada a palavra à poetisa Rosalina Coelho Lisboa, que pronunciou a sua conferência sobre o escritor Olavo Bilac. Findo o discurso, que recebeu aplausos demorados do auditório, a multidão que se encontrava no recinto cantou novamente o Hino Nacional, que marcou o término do evento<sup>136</sup>. E assim, chegava ao fim a primeira palestra proferida para inaugurar a série “Os nossos grandes mortos”, cuja dinâmica se repetiria muitas vezes, já que mais 27 delas ainda seriam desenvolvidas e apresentadas ao longo dos anos de 1936, 1937 e início de 1938.

O Ministério da Educação e Saúde (MES), criado em 1930, logo após a chegada de Vargas à presidência da República, com o objetivo de organizar o ensino em nível nacional, foi ocupado inicialmente por Francisco Campos e, posteriormente, a partir de julho de 1934, por Gustavo Capanema, que permaneceu no cargo até 1945. É para o acompanhamento dessa iniciativa do MES, sob a direção de seu segundo ministro, que este capítulo se volta. Em um primeiro momento, procuramos analisar toda a trajetória de elaboração das conferências, “Os nossos grandes mortos”, percorrendo o seu planejamento, desenvolvimento e término. Para tal, será preciso narrar, de forma densa<sup>137</sup>, entre outros aspectos, as motivações de sua criação e implementação, os intelectuais envolvidos no projeto, os vultos históricos destacados, a tentativa de publicação das conferências e as que efetivamente o foram. Em seguida, procuramos nos ater a alguns aspectos do conteúdo das palestras que foram publicadas em livros, tendo em vista não ser possível, no âmbito desta pesquisa, trabalhar outros aspectos dos

---

<sup>135</sup> “Os nossos grandes mortos”. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 16 de julho de 1936. P. 12.

<sup>136</sup> *Idem*.

<sup>137</sup> BURKE, Peter. “A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa”. In: \_\_\_\_\_ (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. P. 339.

textos com maior profundidade. Para isso, contaremos com duas fontes ricas em informações a respeito de tal série, que se tornaram fundamentais para nossa empreitada: o arquivo privado de Gustavo Capanema, pertencente ao CPDOC; e o *Jornal do Brasil*<sup>138</sup>.

Dois aspectos, logo de início, devem ser levados em consideração ao se pensar esse projeto. Primeiro, a elaboração das conferências que serão analisadas precisa ser inserida em um conjunto mais amplo de ações empreendidas por Capanema, desde a sua entrada na pasta da Educação e Saúde, visando à valorização do passado histórico brasileiro. Segundo, a prática de organizar séries de palestras, abertas ao público em geral, parece ter sido freqüente entre muitos ministérios do governo Vargas, como a leitura do *Jornal do Brasil* evidencia. O próprio MES, simultaneamente à série “Os nossos grandes mortos”, promoveu uma outra, intitulada “As grandes diretrizes da educação nacional”<sup>139</sup>. Apesar de constante nas décadas de 1930 e 1940, é bem verdade não haver um ineditismo nessa prática, que deve ser pensada como uma continuidade, tendo em vista a existência, desde a Primeira República, de uma tradição da produção de conferências sobre temas diversos, voltadas a um público amplo.

#### **4.1 – Concepção e produção do projeto “Os nossos grandes mortos”**

A elaboração de conferências visando à valorização de personagens históricos brasileiros teve origem com a idéia inicial de Gustavo Capanema de realizar palestras sobre os maiores vultos militares do país. No entanto, como revelou o ministro da Educação e Saúde ao auditório presente na primeira conferência da série “Os nossos grandes mortos”, ao entrar em contato com Rosalina Coelho Lisboa<sup>140</sup>, para discutir o assunto, foi-lhe sugerido ampliar o recorte inicial e passar a abordar as grandes figuras do Brasil, fossem civis ou militares. Ou seja, “todos aqueles que, de qualquer modo,

---

<sup>138</sup> Trabalhar com os dados provenientes dessas duas fontes aumenta consideravelmente a possibilidade de análise, tendo em vista o tipo de informação disponível em cada uma. No arquivo Capanema, as informações estão mais ligadas à organização dos eventos; e no do *Jornal do Brasil*, à publicização que receberam, ou seja, a uma dimensão da recepção das conferências, sob o ponto de vista desse importante periódico.

<sup>139</sup> Segundo o *Jornal do Brasil*, dando prosseguimento a tal série, Raul Fernandes, jurista e deputado federal pelo Rio de Janeiro, apresentaria, no dia 31 de outubro de 1936, mais uma conferência, que teria como tema “A educação e a paz” e seria proferida no salão do Instituto Nacional de Música, no Rio de Janeiro. “Diversas notícias”. *Jornal do Brasil*, sexta-feira, 9 de outubro de 1936. P. 6.

<sup>140</sup> Rosalina Coelho Lisboa (1900-1975) foi poetisa, romancista, conferencista e diplomata extremamente ativa nos anos 30, escrevendo para revistas literárias e diversos jornais ao longo da vida. Ver: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB, CPDOC-FGV, Verbete LISBOA, Rosalina Coelho.

tivessem contribuído para a grandeza do país” deveriam ser contemplados; uma sugestão que foi imediatamente aceita<sup>141</sup>.

É fundamental atentar para o fato de que a principal motivação para a elaboração desse projeto foi, sem dúvida, o combate à “subversão”. Portanto, as palestras não podem ser pensadas dissociadas das conseqüências desencadeadas pela frustrada revolta comunista, empreendida em novembro de 1935, que “desencadeou um processo de institucionalização da ideologia anticomunista no interior das Forças Armadas”<sup>142</sup> e contribuiu para o fortalecimento de empreendimentos para engrandecer a figura de Vargas, e aprofundar uma propaganda nacionalista e cívica. O “perigo comunista”, que há pouco tempo parecia distante, mostrou-se o mais próximo possível. O episódio da chamada Intentona Comunista deixou claro que havia comunistas no Brasil dispostos a chegar ao poder por meios revolucionários. Porém, para o governo, o que se mostrou ainda mais perigoso foi a descoberta da atuação de estrangeiros ligados ao *Komintern*, a Internacional Comunista, no movimento, o que fazia dos brasileiros participantes elementos “a serviço de Moscou” e, portanto, traidores da pátria<sup>143</sup>.

Havia duas formas de combater o comunismo e de restringir a atuação de seus seguidores. A primeira, imediata e fundamental, era o uso da força física, com repressão, o que ficou a cargo da polícia<sup>144</sup>. A segunda, de caráter preventivo e de longo prazo, que Capanema procurou empregar, era acionar políticas culturais que valorizassem a cultura e a história do Brasil, buscando incentivar o amor à pátria e, assim, afastar as idéias socialistas advindas da União Soviética, eliminando sua influência na sociedade. Não é por acaso que, oito meses após a chamada Intentona Comunista ter sido deflagrada, a primeira conferência foi realizada. Nela, a intelectual convidada, Rosalina Coelho Lisboa, alertou para “o perigo da invasão armada da Rússia” e empregou em sua fala, que possuía um caráter inaugural, duras críticas ao comunismo, defendendo a necessidade de cada brasileiro, sem piedade, combatê-lo<sup>145</sup>.

---

<sup>141</sup> “Os nossos grandes mortos”. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 16 de julho de 1936. P. 12.

<sup>142</sup> CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. P. 49.

<sup>143</sup> Idem. P. 50 e 51.

<sup>144</sup> Ver: FERREIRA, Jorge. “Estado e repressão política no primeiro governo Vargas”. In: *Trabalhadores do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. Pp. 91-122.

<sup>145</sup> “Os nossos grandes mortos”. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 16 de julho de 1936. P. 12. Rosalina Coelho Lisboa era adepta da Ação Integralista Brasileira (AIB), tendo escrito inúmeros artigos e pronunciado vários discursos sobre a necessidade de combater-se o comunismo, cujas teorias considerava inadaptáveis ao continente americano. Dentro desse pensamento, enfatizava a importância da adoção do ensino de educação moral e cívica nas escolas. Em relação à chamada Intentona Comunista, considerou-a uma ação irrefletida e selvagem, exigindo a punição dos envolvidos e parabenizando a forma como o

No arquivo Capanema, foi possível encontrar um documento no qual está registrada a justificativa do ministro para a criação da série, estando claramente afinada com os ideais anticomunistas daquele contexto:

No momento grave em que as tempestades subversivas carregavam sombriamente os nossos céus com os seus estampidos e as suas ameaças, fazia-se preciso despertar no seio da mocidade o amor das nossas tradições e o respeito dos nossos grandes homens.

Foi com esse pensamento generoso e patriótico que o Ministério da Educação e Saúde organizou a série de conferências sobre – “os nossos grandes mortos”<sup>146</sup>.

Os mesmos termos foram utilizados pelo ministro ao esclarecer ao público presente na segunda conferência da série “Os nossos grandes mortos”, realizada no dia 22 de julho de 1936, qual era a justificativa daquela iniciativa:

Neste instante de inquietação e tumulto, em que o espetáculo da subversão dos valores era um sintoma de gravidade evidente, fazia-se preciso reeducar as novas gerações no exemplo e na meditação da vida ilustre dos homens que construíram a nacionalidade, que fizeram a cultura ou a grandeza da Pátria, que o dignificaram pelo heroísmo, pela inteligência ou pelo trabalho<sup>147</sup>.

Embora a série de conferências nasça por conta de uma motivação, acima de tudo, da conjuntura política, o processo de elaboração do evento vai acarretar desdobramentos culturais mais amplos. Por isso, é fundamental pensar que contribuição o projeto buscava oferecer para a sociedade dos anos 30 ou, em outras palavras, quais os objetivos de tal iniciativa.

O primeiro deles era de “natureza científica”. Para o ministro da Educação e Saúde, compor biografias de personagens célebres representava uma valiosa cooperação para os estudos históricos, uma vez que seria possível dar atenção a “grandes vidas de nosso passado [que] ainda não foram suficientemente estudadas” ou que mesmo já estudadas, foram “narradas de modo incompleto ou com erro” e, dessa forma, “acender a curiosidade, suscitar a pesquisa e a controvérsia com relação a tantos nomes postos de lado”<sup>148</sup>.

Já o segundo objetivo era, mais estritamente, de “caráter patriótico”. As palestras buscavam “estimular no espírito dos brasileiros (...) o respeito e veneração

---

governo havia sufocado o levante. Ver: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB, CPDOC-FGV, Verbete LISBOA, Rosalina Coelho.

<sup>146</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 0108/1. Pasta II. FGV/CPDOC.

<sup>147</sup> “O centenário de Carlos Gomes”. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 23 de julho de 1936. P. 7.

<sup>148</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 0002/2. Pasta II. FGV/CPDOC.

pelos seus maiores [vultos históricos]”<sup>149</sup>, destacando o exemplo e as lições que a vida desses “grandes homens” proporcionavam para formar o espírito patriótico do homem brasileiro. Ao evocar as grandes figuras da nacionalidade, “que encheram a nossa história com o prestígio do seu heroísmo, do seu trabalho, do seu talento, do seu saber, da sua virtude, [seria possível mostrar] aos moços os verdadeiros padrões brasileiros de sua conduta cívica, moral e intelectual”<sup>150</sup>, proporcionando, como conseqüência, “o nosso engrandecimento político, econômico, moral ou intelectual”<sup>151</sup>.

Na foto abaixo, Basílio de Magalhães, político, professor e historiador, é retratado ao microfone, lendo a palestra que havia escrito para a série “Os nossos grandes mortos”, em 6 de outubro de 1937, sobre Teófilo Otoni. Nesse dia, a mesa que presidia a sessão foi constituída, entre outros, por Antônio Leal Costa (1º da esquerda para a direita), secretário do Ministério da Educação e Saúde; Gustavo Capanema (4º); e Carlos Drummond de Andrade (7º), chefe do Gabinete do Ministério da Educação e Saúde.

Foto 8: Basílio de Magalhães, de pé, no salão do Instituto Nacional de Música, realiza palestra para a série “Os nossos grandes mortos”



Fonte: Arquivo Gustavo Capanema, GC foto 114/3. FGV/CPDOC.

<sup>149</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 0108/1. Pasta II. FGV/CPDOC.

<sup>150</sup> Idem.

<sup>151</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 0108/2. Pasta II. FGV/CPDOC.

Tendo em vista o caráter e a função das conferências, era preciso mobilizar o maior número de pessoas possível, de preferência de diferentes classes sociais, sinalizando para sua intenção de amplo alcance. Para tanto, Capanema concebeu o evento com entrada franca em local espaçoso, o salão Leopoldo Miguez<sup>152</sup>, do Instituto Nacional de Música<sup>153</sup>, uma das mais importantes salas de concertos do país, com capacidade para 800 pessoas. Na foto abaixo, é possível ver o público presente à palestra proferida por Basílio de Magalhães naquele local:

Foto 9: O auditório presente no Instituto Nacional de Música assiste à conferência de Basílio Magalhães, em 1937



Fonte: Arquivo Gustavo Capanema, GC foto 114/4. FGV/CPDOC.

<sup>152</sup> Leopoldo Américo Miguez foi um compositor, violinista e maestro brasileiro, sendo de sua autoria o Hino à Proclamação da República, ao ter vencido o concurso nacional para sua composição. Menos de dois meses após a Proclamação da República, o Conservatório Imperial foi extinto e, em seu lugar, criado o Instituto Nacional de Música, localizado na Praça da República, do qual Leopoldo Miguez tornou-se o primeiro diretor. Em 1913, o Instituto transferiu-se para um imóvel localizado na Lapa, que passou, em 1922, por reformas de ampliação, momento no qual foi criado o salão que recebeu seu nome, uma homenagem aos serviços que prestou à frente da direção do órgão. Ver: MARIZ, Vasco. *Vida Musical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. P. 101.

<sup>153</sup> Com exceção de 4 conferências. As três primeiras de 1937, apresentadas por Marcos Carneiro de Mendonça, sobre o Intendente Câmara, em 8 de janeiro; por Jorge de Lima, sobre Dom Vital, em 7 de abril; e por Helio Lobo, sobre Araújo Porto Alegre, em 26 de maio; e a única de 1938, apresentada por Afonso de Taunay, em 24 de maio, sobre José Bonifácio, que foram realizadas no salão nobre da Escola Nacional de Belas Artes. Para essa informação, ver, respectivamente, “Os nossos grandes mortos”. *Jornal do Brasil*, sexta-feira, 8 de janeiro de 1937. P. 6; “Dom Vital”. *Jornal do Brasil*, terça-feira, 7 de abril de 1937. P. 6; “Araújo Porto-Alegre. O patriota esquecido”. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 27 de maio de 1937. P. 6; e “A personalidade de José Bonifácio estudada pelo historiador Afonso Taunay”. *Jornal do Brasil*, terça-feira, 24 de maio de 1938. P. 10.

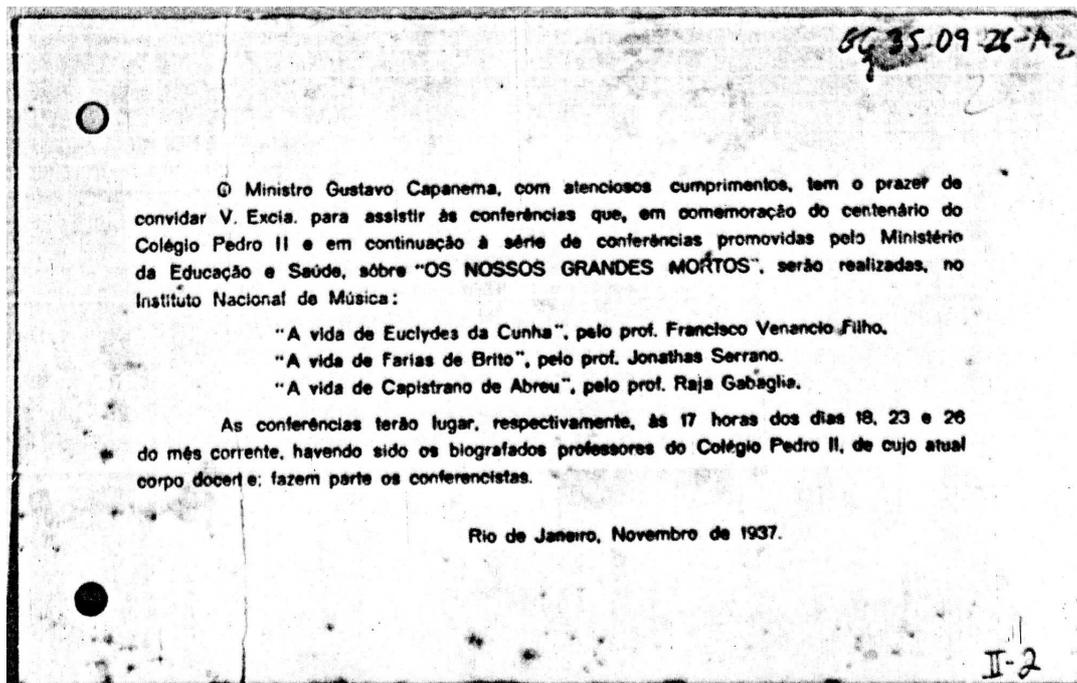
O ministro da Educação e Saúde investiu em formas diversificadas de divulgação de seu projeto, garantindo que as datas, os assuntos e as próprias palestras fossem amplamente divulgados por vários meios de comunicação. Os jornais, por exemplo, tiveram um papel importante, publicando, no dia das conferências, uma nota anunciando-as e convidando o leitor a participar<sup>154</sup>. O rádio também foi mobilizado com interesse por Capanema<sup>155</sup>. Estava prevista, ainda, a posterior publicação das palestras em livros, daí a necessidade de o conferencista, quando de sua apresentação, entregar uma versão datilografada do trabalho. Além disso, havia a distribuição de cartões confeccionados pelo Ministério da Educação e Saúde. No entanto, não há informações detalhadas de como ela era organizada, mas podemos especular que esses convites seriam destinados a convidados especiais, como descendentes do homenageado, embaixadores, ministros e políticos. Tais cartões informavam os dados básicos da cerimônia, como a data, o local, o nome do conferencista e o personagem histórico analisado, conforme podemos ver na imagem abaixo<sup>156</sup>:

---

<sup>154</sup> O levantamento que fizemos nos permite afirmar que quase todos os números do *Jornal do Brasil*, publicados no dia em que uma conferência estava marcada, anunciaram o evento. Considerando-se o período, nossa hipótese é que outros jornais tenham feito o mesmo. Não se pôde, contudo, fazer um levantamento exaustivo.

<sup>155</sup> De todas as matérias que o *Jornal do Brasil* publicou sobre as conferências, em duas há a informação de que o Serviço de Radiodifusão do Ministério da Educação e Saúde promoveria a irradiação do evento: na sobre o D. Vital e na sobre o Barão do Rio Branco, respectivamente, “Conferências”. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 01 de abril de 1937. P. 8 e “Rio Branco”. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 30 de setembro de 1937. P. 12.

<sup>156</sup> O cartão encontra-se em: Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 0090/2. Pasta II. FGV/CPDOC.



Evidentemente, tão importante quanto saber as estratégias de divulgação do evento é ter conhecimento de que público se esperava que elas alcançassem. Com base na descrição dos objetivos da produção das conferências elaborada por Gustavo Capanema, é fácil perceber que a prioridade do evento era, acima de tudo, atingir os jovens. Isso fica claro nos próprios termos utilizados pelo ministro ao justificar a finalidade do projeto: “formar o espírito das novas gerações”<sup>157</sup>, “despertar no seio da mocidade o amor das nossas tradições...”<sup>158</sup>, “[mostrar] aos moços os verdadeiros padrões...”<sup>159</sup> e “trazer constantemente à meditação dos jovens essas figuras...”<sup>160</sup>. No entanto, embora a preferência fosse pelos jovens, segundo o *Jornal do Brasil* um público muito mais diversificado passou pelos salões nobres do Instituto Nacional de Música e da Escola Nacional de Belas Artes ao longo das 28 palestras apresentadas, dentre o qual “famílias e cavalheiros de nossa melhor sociedade”<sup>161</sup>, “deputados, professores, senadores, ministros e representantes de instituições de cultura”<sup>162</sup> e “tudo

<sup>157</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 0108/1. Pasta II. FGV/CPDOC.

<sup>158</sup> Idem.

<sup>159</sup> Idem.

<sup>160</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 0002/1. Pasta II. FGV/CPDOC.

<sup>161</sup> “Os nossos grandes mortos”. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 16 de julho de 1936. P.12

<sup>162</sup> “Dom Pedro II”. *Jornal do Brasil*, sábado, 16 de outubro de 1937. P. 8.

o que o Rio possui de representativo no mundo oficial, na sociedade, nas letras, na política e nas artes”<sup>163</sup>.

O exercício de acompanhar as descrições feitas de cada uma das palestras pelo *Jornal do Brasil* nos permite enunciar e responder a duas questões fundamentais para se compreender o movimento de constituição de uma cerimônia comemorativa como a da série “Os nossos grandes mortos”: como funcionava o evento? Havia um padrão de organização das conferências ou ocorreram alterações significativas de uma palestra para outra, ao longo do tempo?

Basicamente, as palestras, durante todo o período da série, seguiram uma mesma lógica em sua elaboração. Iniciavam-se às 17 horas, principalmente às quartas ou sextas-feiras<sup>164</sup>, no salão Leopoldo Miguez, do Instituto Nacional de Música<sup>165</sup>, quando crianças cantavam o Hino Nacional<sup>166</sup>, acompanhadas do público. Gustavo Capanema, que esteve presente em todas as palestras, presidindo-as, pronunciava, em seguida, breves considerações sobre a figura histórica homenageada, logo cedendo a palavra ao conferencista – não sem antes tê-lo apresentado –, que expunha para a platéia, por volta de uma hora, a vida do personagem selecionado. Após o término da palestra, encerrava-se a solenidade com mais uma execução do Hino Nacional.

No entanto, apesar de o evento apresentar grandes regularidades em sua execução, é possível identificar certas especificidades, que variavam dependendo do vulto a ser celebrado. Capanema, ao longo de sua atuação no governo Vargas, possuía um claro intuito de aproximar os heróis nacionais da sociedade brasileira, buscando estreitar os laços e a identificação desta com aqueles. Sendo assim, ao elaborar o plano das conferências agiu de forma distinta e, em alguns casos, além da palestra, uma outra atividade complementar era desenvolvida. Um bom exemplo é a conferência que Rosalina Coelho Lisboa proferiu no dia 15 de julho de 1936, sobre Olavo Bilac. Nela foi executado o Hino à Bandeira do Brasil, cuja letra é de autoria do poeta<sup>167</sup>.

---

<sup>163</sup> “Os nossos grandes mortos”. *Jornal do Brasil*, sábado, 29 de agosto de 1936. P. 6.

<sup>164</sup> Conforme consultado no *Jornal do Brasil*, das 28 palestras apresentadas, onze foram realizadas às quartas-feiras, dez às sextas-feiras, cinco às terças-feiras e duas às quintas-feiras. Portanto, 75% delas aconteceram às quartas ou sextas.

<sup>165</sup> Excetuando-se, como vimos, quatro delas, apresentadas no salão nobre da Escola Nacional de Belas Artes.

<sup>166</sup> Na primeira conferência da série, o Hino Nacional foi cantado por alunas de escolas municipais do Rio de Janeiro. Já da segunda em diante, a tarefa coube ao Orfeão Infantil do Instituto Nacional de Música.

<sup>167</sup> “Os nossos grandes mortos”. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 16 de julho de 1936. P. 12.

Já na palestra de Renato Almeida, a respeito do compositor Carlos Gomes, realizada no dia 22 de julho de 1936, a cantora Violeta Coelho Neto Freitas<sup>168</sup> interpretou três canções: *Lontana*, *Rondinella* e *Come serenamente*, acompanhada ao piano pelo maestro Francisco Mignone<sup>169</sup>. Do mesmo modo, após o discurso realizado por Sampaio Correia, no dia 28 de agosto de 1936, sobre o Prefeito Pereira Passos, foi inaugurada, no saguão do Instituto, uma exposição com centenas de fotografias que retratavam a fase de transformação pela qual o Rio de Janeiro passou, quando das reformas urbanas empreendidas por Passos, entre os anos de 1902 e 1906<sup>170</sup>. Com essas iniciativas, Capanema mostrava-se preocupado em tornar o vulto mais próximo, mais “vivo” para aquele auditório, produzindo uma aproximação mais efetiva entre a vida e a obra do personagem escolhido e, assim, permitindo que as informações sobre ele fossem fixadas de forma sensível e prazerosa. Sem dúvida, conhecer a biografia de Carlos Gomes e não ouvir a música que o consagrou; ou entrar em contato com a vida de Pereira Passos e não “ver” para ter a dimensão das mudanças pelas quais o Rio de Janeiro passou em sua gestão, não provocaria o efeito e a carga de “sentimento” desejados pelo projeto patriótico.

Nesse sentido, queremos demonstrar que Capanema teve uma função central em todo o processo de elaboração das conferências, exercendo, fundamentalmente, o papel de um editor<sup>171</sup>, uma vez que coube a ele indicar os vultos históricos a serem trabalhados, selecionar os responsáveis por escrever as biografias, definir o tamanho e a extensão do texto a ser redigido, determinar a linha editorial do projeto, à qual os autores deveriam se submeter, e, ainda, supervisionar e coordenar sua execução. Essa clara e profunda intervenção do ministro da Educação e Saúde sobre o trabalho dos autores deve ser levada em consideração ao se analisar o “produto final”, que não pode ser entendido e estudado se não como fruto da ação combinada desses dois

---

<sup>168</sup> Violeta Coelho Neto de Freitas (1910-1997) dedicou-se, primeiramente, à dança, chegando à solista do “Ballet Russe de Petrogrado”, aos 12 anos de idade. Como soprano, possuía voz de timbre excepcional. Estudou canto com Roxy King Shaw, Hilda Brizzi e Murilo de Carvalho. Em 1937, estreou no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, como *Butterfly*. Realizou diversas turnês pelo Brasil e pelas repúblicas platinas, sempre com grande sucesso. MARIZ, Vasco. *Dicionário bio-bibliográfico musical; brasileiro e internacional*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1948. P. 84.

<sup>169</sup> “O centenário de Carlos Gomes”. *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 22 de julho de 1936. P. 6. Francisco de Paula Mignone (1897-1986) foi um pianista, regente e compositor erudito brasileiro. Iniciou seus estudos de piano em São Paulo, tendo-os terminado em Milão. Foi professor de piano e de harmonia no Conservatório de São Paulo, e de regência na Escola Nacional de Música do Rio de Janeiro. Compôs cerca de 700 peças, entre óperas, balés, prelúdios, sonatas, estudos, quartetos e sextetos. BEHAR, Eli & PELEIAS, Débora Schranck. *Vultos do Brasil: Bibliografias, História e Geografia*. São Paulo: Hemus, 1990. P. 224.

<sup>170</sup> “Os nossos grandes mortos”. *Jornal do Brasil*, sábado, 29 de agosto de 1936. P.6.

<sup>171</sup> É possível fazer essa comparação, já que Capanema organizou a série.

atores/autores: Capanema e os intelectuais convidados. Em relação ao conteúdo e à forma das conferências, é nítido como elas deveriam ser escritas seguindo claras instruções elaboradas por Capanema e, obviamente, transmitidas aos biógrafos:

O trabalho deve ser uma obra de panegírico. Contará com uma narração completa da vida e da obra do biografado. Os fatos serão descritos e apreciados, por ordem cronológica, formando capítulos separados. Será sobretudo mostrada a influência que o biografado exerceu sobre a sua época e o seu meio, os serviços que prestou ao país, a lição que decorre da sua vida para as novas gerações.

O trabalho deve formar um folheto de 30 a 60 páginas impressas<sup>172</sup>.

Antes de começarmos a tratar, de forma mais detalhada, dos biógrafos e dos biografados escolhidos por Capanema para integrarem o seu projeto sobre “Os nossos grandes mortos”, faz-se necessário apresentar o conjunto da obra. Elaboramos, assim, um quadro que mostra o homenageado das palestras ocorridas, o dia em que foram apresentadas e o nome dos palestrantes<sup>173</sup>.

<b>Tema da conferência</b>	<b>Conferencista</b>	<b>Data de apresentação</b>
1º	Olavo Bilac	Rosalina Coelho Lisboa
2º	Carlos Gomes	Renato de Almeida
3º	Duque de Caxias	Gustavo Barroso
4º	Pereira Passos	Sampaio Correa
5º	Couto de Magalhães	Aureliano Leite
6º	Benjamin Constant	Ivan Lins
7º	Visconde de Cairú	Alceu Amoroso Lima
8º	Quintino Bocaiúva	Múcio Leão
9º	Intendente Câmara	Marcos Carneiro de Mendonça
10º	D. Vital	Jorge de Lima
11º	Manuel de Araújo Porto Alegre	Helio Lobo
12º	Castro Alves	Agripino Grieco
13º	Barão de Cotegipe	Wanderley Pinho
14º	José do Patrocínio	Oswaldo Orico
15º	Padre José Mauricio	Luís Edmundo
16º	João Caetano	Lafaiete Silva

<sup>172</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 0107/1. Pasta II. FGV/CPDOC.

<sup>173</sup> A elaboração completa dessa tabela só foi possível por conta do exaustivo trabalho de cruzamento das informações encontradas no arquivo Gustavo Capanema com as presentes no *Jornal do Brasil*, dada a imprecisão de algumas datas de realização das conferências que constam nos seguintes documentos: Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 0091 e 0104/1. Pasta II. FGV/CPDOC. Essa extensa pesquisa nos permite afirmar, com uma certa segurança, que essas foram as conferências realizadas ao longo do projeto, embora não possamos descartar a possibilidade de ter havido outras, principalmente nos anos de 1938 e 1939. Porém, ainda assim, o quadro se aproxima do número total de palestras apresentadas.

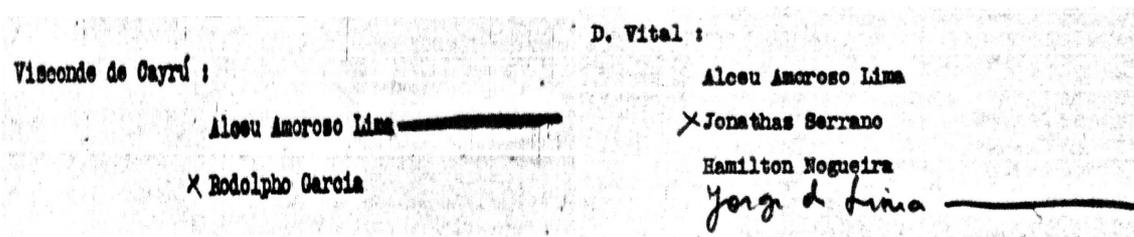
17°	Manoel Antonio de Almeida	Marques Rebelo	21/09/1937
18°	Barão do Rio Branco	Gilberto Amado	30/09/1937
19°	Teófilo Otoni	Basílio de Magalhães	06/10/1937
20°	D. Pedro II	Pedro Calmon	15/10/1937
21°	Jackson de Figueiredo	Tasso da Silveira	22/10/1937
22°	Marquês de Barbacena	Rodrigo Octavio Filho	29/10/1937
23°	Alexandre Rodrigues Ferreira	Rodolfo Garcia	05/11/1937
24°	Euclides da Cunha	Venancio Filho	18/11/1937
25°	Farias de Brito	Jonathas Serrano	23/11/1937
26°	Capistrano de Abreu	Raja Gabaglia	26/11/1937
27°	Alphonsus de Guimarães	Henriqueta Lisboa	07/12/1937
28°	José Bonifácio	Afonso Taunay	24/05/1938

Para produzir a série de conferências, o Ministério da Educação e Saúde “convocou os homens de inteligência para o serviço da Pátria e aproveitou de modo adequado a sua cooperação, utilizando-lhes as luzes e as aptidões no interesse da solução dos mais urgentes problemas da cultura”<sup>174</sup>. A escolha dos biógrafos que fariam parte do projeto ficou a cargo de Capanema, que agiu da seguinte maneira: logo que definia mais uma figura histórica para compor a série de palestras, passava a elaborar uma lista com prováveis nomes que poderiam se encarregar da tarefa de estudá-la e compor sua biografia. Ao sondar a disponibilidade de cada pessoa (o que talvez fosse feito por sua assessoria), fazia o convite a uma delas, geralmente por carta. Conforme podemos ver abaixo, selecionamos, como exemplo, dois vultos históricos que aparecem nessas listas elaboradas por Capanema. No caso do Visconde de Cairú<sup>175</sup>, foram propostos dois nomes, Alceu Amoroso Lima e Rodolfo Garcia, tendo-se decidido pelo primeiro. Já no caso de D. Vital<sup>176</sup>, entre Alceu Amoroso Lima, Jonathas Serrano e Hamilton Nogueira, optou-se por um quarto nome, acrescentado à mão, pelo ministro: Jorge de Lima.

<sup>174</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 0108/1. Pasta II. FGV/CPDOC.

<sup>175</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 0113/1. Pasta II. FGV/CPDOC.

<sup>176</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 0116/1. Pasta II. FGV/CPDOC.



A partir do convite, o intelectual dispunha de cerca de dois meses para redigir o seu trabalho e apresentar a conferência, conforme indicado por Marques Rebelo, um dos conferencistas. Este, ao recordar, em 1943, quando da publicação de seu livro, sobre sua participação, em 21 de setembro de 1937, no projeto do Ministério da Educação e Saúde, aponta a dificuldade de concluir uma biografia em um prazo tão curto:

Da paixão literária pelas MEMÓRIAS DE UM SARGENTO DE MILÍCIAS, achado deslumbrante dos meus dezessete anos no deserto nacional dos livros, deslumbramento que cresce dia a dia, deu-se de eu aceitar do ministro Gustavo Capanema, a incumbência de uma conferência sobre a vida de Manuel Antônio de Almeida, na série que o Ministério da Educação e Saúde patrocinou sobre os “NOSSOS GRANDES MORTOS” (...). Se algumas pessoas se levantaram, incapazes de suportá-la até o fim, não há de condená-las. Era obra má e de insuficiência do tempo para compô-la, dois meses apenas – e tanta coisa para pesquisar! – as insuficiências de minha obra, principalmente, pois não podemos esquecer também a pouca destreza oratória do conferencista, que decepcionou os seus mais extremados amigos. E sempre do grande amor pelo morto a idéia de fazer um trabalho melhor. É o que trago agora a lume, corrigindo seus erros mais grosseiros, enriquecido de minúcias para mim importantíssimas, acrescido duma série de páginas inéditas do escritor e do material fotográfico que me foi possível conseguir, enfim, uma vida que parece ter sido a infeliz vida de Manuel Antônio de Almeida<sup>177</sup>.

De maneira nenhuma cabia ao intelectual convidado escolher a figura histórica a ser trabalhada, até porque isso não era pedido a ele. O vulto já estava definido, quando do convite de Capanema, devendo-se aceitar ou recusar a oferta. Um bom exemplo da forma como Capanema escolhia os conferencistas e comunicava a eles da decisão é a carta que o ministro da Educação e Saúde enviou a Augusto Frederico Schmidt, no dia 11 de abril de 1939, a respeito do centenário de Casimiro de Abreu:

(...) meu prezado Schmidt: temos que comemorar neste ano o primeiro centenário de Casimiro de Abreu (...). A comissão dos centenários, que tem funcionado aqui no Ministério, resolveu que, na minha série de conferências sobre os nossos grandes mortos, se faça uma sobre a vida e a obra de Casimiro de Abreu. E você foi escolhido para esta tarefa. Resta agora que você a aceite, e é também para lhe pedir isto que agora lhe escrevo<sup>178</sup>.

<sup>177</sup> REBELO, Marques. *Vida e Obra de Manuel Antônio de Almeida*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/Instituto Nacional do Livro, 1943. P. 9 e 10.

<sup>178</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC b Schmidt, A. Microfilme rolo 6 fot. 0092/1. FGV/CPDOC.

O que podemos observar, ao analisarmos os conferencistas selecionados, é que, de uma forma geral, procurou-se escolher os biógrafos respeitando-se um grau de aproximação que deveria haver entre eles e os biografados. Era desejado, para provocar mais entusiasmo na platéia que assistiria às palestras, que houvesse algum elemento que unisse “quem escreve” a “sobre quem se escreve”. Esse elemento poderia ser o fato de o palestrante ser descendente do vulto nacional; tê-lo conhecido e convivido com o mesmo; atuar, profissionalmente, no mesmo campo de conhecimento; professar a mesma fé religiosa, entre outras.

Isso tudo contribuiria para humanizar o personagem histórico, segundo, aliás, o moderno modelo literário das biografias dos anos 1930/40<sup>179</sup>. Assim, esperava-se aproximar o “grande morto” do público que acompanhava a conferência, seja de forma presencial ou via rádio e jornal. Alguns exemplos ilustram essa preocupação. Capanema convidou Prudente de Moraes Neto para falar sobre a vida do avô, Prudente de Moraes<sup>180</sup>; a poetisa Rosalina Coelho Lisboa discursou sobre o poeta Olavo Bilac; três professores do Colégio Pedro II, Venâncio Filho, Jonathas Serrano e Raja Gabaglia, em comemoração ao centenário dessa instituição, fizeram conferências sobre ex-professores da mesma escola, respectivamente, Euclides da Cunha, Farias de Brito e Capistrano de Abreu; o deputado Sampaio Correia falou sobre a vida de um outro político: o prefeito Pereira Passos. E esse elemento em comum podia até ser uma aproximação de gênero: para falar sobre o único personagem histórico feminino, a Princesa Isabel, convocou-se uma mulher: Maria Eugenia Celso<sup>181</sup>.

O momento em que foi produzida a série de palestras “Os nossos grandes mortos” nos ajuda a perceber algo muito relevante: o próprio conceito de herói possui uma historicidade, ou seja, sofre ressignificações ao longo do tempo<sup>182</sup>. Isso fica claro nesse período, porque, principalmente nas décadas de 1930 e 1940, houve uma renovação no fazer biográfico, que acabou por redimensionar a maneira pela qual um personagem deveria ser retratado<sup>183</sup>. Nessa época, diferentes concepções biográficas

---

<sup>179</sup> Ver: GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

<sup>180</sup> Este não pôde aceitar o convite. Ver: Arquivo Gustavo Capanema, GC b Moraes Neto, P. Microfilme rolo 4 fot. 1043 a 1044. FGV/CPDOC.

<sup>181</sup> A conferência “Isabel, a Redentora” não chegou a ser realizada, pelo que consta no documento: Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 0104/1. Pasta II. FGV/CPDOC.

<sup>182</sup> Ver: HOOK, Sidney. *O Herói na história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962; e NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal*. São Paulo: Alameda Editorial, 2008.

<sup>183</sup> Ver: GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

estavam em disputa, a partir de um debate que, em linhas gerais, envolvia duas formulações: a “antiga”, cujas características são a natureza apologética e o caráter ficcional, e a “moderna”, cujas características são a fidedignidade, a exatidão e o caráter realista. Por se tratar de um período de transição entre esses dois “modelos”, as palestras de Capanema demonstraram certo hibridismo, apresentando características de ambos. Se por um lado as conferências eram obras de panegírico; por outro, humanizavam os personagens, tornando-os presentes, de carne e osso. Procurava-se tanto glorificar o morto quanto fazê-lo viver.

É interessante notar como na lista de palestrantes estão presentes pessoas influentes do mundo político e intelectual da década de 1930, dentre as quais, políticos, escritores (inclusive, vários pertencentes à Academia Brasileira de Letras), poetas, professores, críticos literários, embaixadores e historiadores. Além deles, que efetivamente apresentaram palestras, há, no arquivo Capanema, o nome de alguns intelectuais que, tudo indica, não chegaram a realizar conferências, como Mário de Andrade, indicado para falar sobre Carlos Gomes<sup>184</sup>; Manuel Bandeira, indicado para falar sobre Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho; e Gilberto Freyre, indicado para falar sobre Telles Júnior<sup>185</sup>, três dos mais reconhecidos intelectuais e colaboradores do ministro.

Em relação aos “grandes mortos” escolhidos por Gustavo Capanema entre os “vultos mais significativos da vida brasileira de todos os tempos”<sup>186</sup>, vale começar com alguns questionamentos: o que é ser um grande morto? É pertencer a que áreas de atuação? E qual delas o ministro da Educação e Saúde privilegiou? Para responder, é bom cruzar certas informações presentes no arquivo Capanema, tornando-se possível, assim, trabalhar com as próprias categorias de classificação desenvolvidas pelo ministro, seguindo procedimentos com base em seus documentos<sup>187</sup>. A subdivisão e o

---

<sup>184</sup> Quem acabou efetivamente realizando uma conferência sobre Carlos Gomes foi Renato de Almeida, no dia 22 de julho de 1936.

<sup>185</sup> Ver: Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 0105. Pasta II. FGV/CPDOC.

<sup>186</sup> A citação encontra-se em: Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 0108/2. Pasta II. FGV/CPDOC.

<sup>187</sup> Encontramos junto à documentação que trata da elaboração da Juventude Brasileira um conjunto de documentos datilografados de título “Relação de brasileiros ilustres”, no qual Capanema lista dezenas de personagens históricos brasileiros, dividindo-os em 8 áreas de atuação (estadistas, administradores e parlamentares; militares; juristas, diplomatas e magistrados; médicos e naturalistas; historiadores e filólogos; literatos e jornalistas; eclesiásticos; e engenheiros). Foi acrescentada acima do título, à caneta, a seguinte frase: “Os nossos grandes mortos”, que fazia referência direta às conferências elaboradas pelo ministro da Educação e Saúde. Esses dados encontram-se em: GC g 1938.08.09. Microfilme rolo 53 fot. 0244 a 0249. Pasta XVII. FGV/CPDOC. O que fizemos foi juntar essas informações às presentes em

enquadramento dos personagens foram organizados por ele mesmo, conforme listagem que se segue. Nela, utilizamos o asterisco (\*) para marcar os personagens históricos que não estão presentes nas listas elaboradas pelo ministro da Educação e Saúde. Para incluí-los nas divisões, baseamo-nos em outras fontes. Há documentos nos quais Capanema descreve um pouco sobre cada uma das palestras realizadas, acabando por, nesse processo, indicar a área da qual, para ele, o vulto mais se aproxima. Com isso, foi possível também incluí-los na lista de “categorias nativas” do ministro. No caso do João Caetano, como não havia uma subdivisão de atores, a criamos<sup>188</sup>.

**Estadistas, administradores e parlamentares:** Visconde de Cairú, Barão de Cotegipe, Teófilo Otoni, D. Pedro II, José Bonifácio, Couto de Magalhães e Intendente Câmara\*;

**Militares:** Duque de Caxias, Benjamin Constant e Marquês de Barbacena;

**Juristas, diplomatas e magistrados:** Barão do Rio Branco;

**Médicos e naturalistas:** Alexandre Rodrigues Ferreira;

**Historiadores e filólogos:** Capistrano de Abreu;

**Literatos e jornalistas:** Olavo Bilac, Quintino Bocaiúva, Castro Alves, José do Patrocínio, Manoel Antonio de Almeida, Euclides da Cunha, Jackson de Figueiredo\*, Alphonsus de Guimarães\* e Farias de Brito\*;

**Eclesiásticos:** D. Vital;

**Engenheiros:** Pereira Passos;

---

outros documentos, localizados na parte do arquivo que reúne o conjunto mais expressivo de documentação a respeito da série “Os nossos grandes mortos”. Principalmente, duas folhas nas quais é listado um volume grande de vultos históricos, dividido em mais duas categorias (pintores e escultores; e músicos). Tais folhas encontram-se em: GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 0105. Pasta II. FGV/CPDOC. Depois disso, procuramos nessas relações os 28 nomes dos vultos que efetivamente foram objeto da série de conferências, e, assim, foi possível saber de que forma Capanema os dividiu e em qual das 10 categorias elaboradas os incluiu.

<sup>188</sup> Ver: Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 0110/1, 0111/1, 0111/2, 0112/1 e 0112/2.

**Pintores e escultores:** Manuel de Araújo Porto Alegre\*;

**Músicos:** Carlos Gomes e Padre José Maurício;

**Atores\*:** João Caetano\*.

Conforme podemos observar na lista, a ordem decrescente do número de vultos por categoria foi a seguinte: em primeiro, “Literatos e jornalistas” (9); em segundo, “Estadistas, administradores e parlamentares” (7); em terceiro, “Militares” (3); em quarto, “Músicos” (2); e em quinto, empatados com apenas um personagem histórico, “Juristas, diplomatas e magistrados”, “Médicos e naturalistas”, “Historiadores e filólogos”, “Eclesiásticos”, “Engenheiros”, “Pintores e escultores” e “Atores”.

A concepção vigente na classificação dos vultos das conferências se aproxima enormemente da teoria de Thomas Carlyle, na qual seriam os grandes homens os responsáveis pelas transformações no mundo e, portanto, havia a necessidade de cultuá-los. Para Carlyle, no mundo moderno a difusão da imprensa trouxe uma nova forma de heroísmo, que substituiu os heróis do tipo divino e profético da Antiguidade. Como, para o autor, a literatura é uma forma de revelação, era preciso considerar os escritores como os heróis modernos por excelência e, portanto, os mais importantes para serem comemorados<sup>189</sup>. Não é à-toa que a maior quantidade de vultos históricos apresentados nas palestras se encontra no grupo dos “Literatos e Jornalistas”.

Caso fizéssemos o exercício de agregar os grupos elaborados por Capanema, teríamos a predominância dos homens de letras, 11 (“Juristas, diplomatas e magistrados”, “Historiadores e filólogos” e “Literatos e jornalistas”), seguido pelo grupo dos políticos, 7 (“Estadistas, administradores e parlamentares”), vindo logo após o dos artistas, 4 (“Pintores e escultores”, “Músicos” e “Atores”), em 4º se encontram os militares, 3 (“Militares”), em penúltimo os cientistas, 2 (“Médicos e naturalistas” e “Engenheiros”), e, por fim, os religiosos, 1 (“Eclesiásticos”).

Não é tarefa fácil saber exatamente por que Capanema escolheu cada um desses personagens e não outros<sup>190</sup>. Porém, alguns elementos contribuem para nos aproximar

---

<sup>189</sup> Ver: CARLYLE, Thomas. *Os heróis*. São Paulo: Melhoramentos, 1963. Principalmente a terceira e a quinta conferências, respectivamente, “O herói como poeta. Dante, Shakespeare” (pág. 79 a 112) e “O herói como homem de letras. Johnson, Rousseau, Burns” (pág. 149 a 186).

<sup>190</sup> Não será possível trabalhar aqui, mas seria interessante questionar até que ponto a escolha dos personagens manteve-se ou não centralizada nas mãos de Gustavo Capanema. Um caminho para isso

dos motivos encontrados pelo ministro da Educação e Saúde. Por exemplo, uma porcentagem dos vultos históricos foi escolhida devido à comemoração de seus centenários, como o de nascimento de Carlos Gomes, Pereira Passos e Benjamin Constant, em 1936; ou como o de falecimento de José Bonifácio, em 1938. Já em outros casos, algumas figuras foram selecionadas por não terem sido, ainda, segundo Capanema, suficientemente estudadas. Portanto, nomes que foram por muito tempo deixados de lado seriam buscados e inseridos na série de conferências, como é o caso do pintor Manuel de Araújo Porto Alegre, considerado por seu biógrafo, Hélio Lobo, um dos varões de que se orgulha a vida brasileira menos lembrados, e, por isso, apelidado pelo *Jornal do Brasil* como o patriota esquecido<sup>191</sup>.

Talvez, seja esse o melhor caminho pelo qual possamos dar uma explicação para a ausência de uma conferência sobre Tiradentes, apesar de esse vulto ter em Capanema um dos principais incentivadores de seu culto e ser considerado figura central no projeto de valorização de personagens históricos, elaborado pelo Ministério da Educação e Saúde. Joaquim José da Silva Xavier não se enquadrava em nenhum dos dois aspectos privilegiados na seleção do tema das palestras “Os nossos grandes mortos”, uma vez que além de ser um dos heróis nacionais mais celebrados, a data de comemoração dos 150 anos de sua morte ainda estava longe: 1942.

#### 4.2 – “Os nossos grandes mortos” em livros

Podemos dizer que, no final de 1937, quando a maior parte das conferências já havia sido realizada, o alcance delas, caso fizessemos o exercício de mensurá-lo, deu-se entre as pessoas que compareceram ao Instituto Nacional de Música e à Escola Nacional de Belas Artes e prestigiaram o evento nos dias em que foi realizado; os leitores de jornais, já que, muitas vezes, a palestra era publicada completa ou em partes, no dia seguinte à cerimônia, em diversos periódicos do Rio de Janeiro, muitos de circulação nacional<sup>192</sup>; e os ouvintes de rádio, uma vez que algumas palestras foram transmitidas, o

---

seria o de investigar o papel da Comissão dos Centenários, já que em carta que o ministro da Educação e Saúde enviou a Augusto Frederico Schmidt, em 11 de abril de 1939, convidando-o a elaborar uma conferência sobre a vida e a obra de Casimiro de Abreu, é informado que a sugestão de escolha desse vulto partiu da comissão que funcionava no ministério. Ver: Arquivo Gustavo Capanema, GC b Schmidt, A. Microfilme rolo 6 fot. 0092/1. FGV/CPDOC.

<sup>191</sup> Ver: LOBO, Helio. *Manuel de Araújo Porto-Alegre*. Rio de Janeiro: Agir, 1945. P. 13 e “Araújo Porto-Alegre. O patriota esquecido”. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 27 de maio de 1937. P. 6.

<sup>192</sup> No *Jornal do Brasil*, a palestra completa que Sampaio Correia fez para a série “Os nossos grandes mortos”, em 28 de agosto de 1936, foi publicada no dia seguinte, em suplemento chamado “Centenário de

que não pode, efetivamente, ser mensurado. Gustavo Capanema, procurando dar mais duração à série “Os nossos grandes mortos”, mobilizou-se no intuito de publicá-la em livros. Com isso, o conjunto das palestras, antes restrito a um círculo mais limitado à capital da República e com suportes efêmeros, poderia ser distribuído a um público bem mais amplo de todo o Brasil. Além disso, a divulgação do texto original de formas diferenciadas (oral, na conferência e no rádio; e escrito, no jornal e no livro) sem dúvida atraía tipos distintos de público, o que aumentava a receptividade e ampliava o número de brasileiros que tomava conhecimento do projeto.

O ministro da Educação e Saúde, convencido de que “as conferências dariam resultados pouco apreciáveis se delas não se fizessem publicações, contendo notas bibliográficas”<sup>193</sup>, enviou, no dia 14 de outubro de 1937, uma carta a cada um dos conferencistas que haviam participado, até então, de sua série de palestras<sup>194</sup>, informando da decisão de publicar os trabalhos e requisitando o empenho de todos para que os completassem a partir de novas instruções<sup>195</sup>. Por conta da intenção de que “os volumes constituam preciosas fontes de informações sobre a vida das figuras estudadas”<sup>196</sup>, Capanema pedia que cada autor incluísse em sua biografia um apêndice contendo os seguintes itens:

- I – A Cronologia – Aqui serão mencionadas as datas mais importantes da vida da personagem estudada, com a indicação dos acontecimentos.
- II – “Obras”. Far-se-á aqui a relação das obras do biografado, com a data de sua publicação entre parênteses.
- III – Bibliografia – Serão, nesta parte, relacionadas as obras existentes sobre a vida, a obra, a personalidade do grande morto estudado.
- IV – Documentos. Finalmente, aqui, serão transcritos, em parte ou na íntegra, os documentos mais importantes, quer sobre o biografado, quer por ele produzidos<sup>197</sup>

---

Pereira Passos”, presente nas páginas 11 e 12; já a palestra de Múcio Leão sobre Quintino Bocaiúva, realizada em 9 de dezembro de 1936, foi publicada no dia seguinte, quase na íntegra, nas páginas 7 e 10. Em relação a outros jornais, encontramos, por exemplo, no IHGB, uma cópia da conferência proferida por Wanderley Pinho, em 14 de julho de 1937, sobre o Barão de Cotegipe, que foi arquivada junto com exemplares do *Jornal Correio da Manhã* e *O Jornal*, que haviam publicado, no dia seguinte, a palestra em sua totalidade. Ver Arquivo do IHGB/Fundo Wanderley Pinho, Lata 1568, Pasta 43.

<sup>193</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 0002/2. Pasta II. FGV/CPDOC.

<sup>194</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 0089. Pasta II. FGV/CPDOC.

<sup>195</sup> Podemos deduzir que, em 1938, Capanema entrou em contato com os demais conferencistas que haviam participado da série de palestras nos meses posteriores ao dia 15 de outubro de 1937 e lhes apresentou as mesmas recomendações, já que eles também enviaram seus trabalhos com as alterações indicadas.

<sup>196</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 0089/1. Pasta II. FGV/CPDOC.

<sup>197</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 0089. Pasta II. FGV/CPDOC.

Por fim, em outro documento, datilografado, que também registrou as indicações acerca do conteúdo do apêndice que deveria ser remetido pelos autores ao ministro, Capanema ainda acrescentou à mão: “será conveniente que se apresentem algumas fotografias que possam ilustrar o volume a ser publicado”<sup>198</sup>. Porém, não há registros se essa indicação efetivamente foi feita aos biógrafos ou não. Dessa forma, enquanto os autores acrescentavam em suas obras o anexo requisitado pelo ministro, Capanema entrou em contato com os responsáveis pelo Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde<sup>199</sup>, para que a série “Os nossos grandes mortos” fosse composta e impressa em suas oficinas, ficando resolvido que os livros sairiam com o selo daquela tipografia. Algum tempo depois, já tendo reunido o material enviado pelos conferencistas com a versão final de suas biografias, Capanema deu o aval para que os trabalhos de confecção gráfica e posterior publicação dos livros fossem, enfim, iniciados.

No entanto, antes de o projeto ter sido concluído, mudanças significativas atingiram os serviços gráficos de todos os órgãos da União. O Decreto-Lei n.º. 2.130, de 12 de abril de 1940, estabeleceu que, a partir daquele momento, as oficinas e os serviços gráficos federais seriam incorporados à Imprensa Nacional<sup>200</sup>, o que incluía, entre outros, o acervo do Departamento de Imprensa e Propaganda, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar, do Arquivo Nacional e do Ministério da Educação e Saúde. Assim, a publicação da série “Os nossos grandes mortos” já não dependia apenas de Capanema, uma vez que a Imprensa Nacional estava submetida a outro ministério. O Decreto-Lei n.º. 2130 dizia ainda que, após 30 dias de sua publicação, os chefes dos serviços e oficinas gráficas federais apresentariam ao diretor da Imprensa Nacional o inventário do material nelas existentes, bem como a relação dos trabalhos em execução. Com o levantamento completo desse material, seria possível projetar a instalação do órgão em sua nova sede, um edifício mais espaçoso situado na Avenida Rodrigues Alves, no Rio de Janeiro.

---

<sup>198</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 0097/1. Pasta II. FGV/CPDOC.

<sup>199</sup> Segundo a Lei n.º. 378, de 13 de janeiro de 1937, que dava nova organização ao Ministério da Educação e Saúde, o Serviço Gráfico passou a ser entendido como um dos órgãos de cooperação, que funcionariam junto ao Ministério, para assisti-lo nas suas atividades. O Serviço Gráfico, portanto, enquanto um serviço auxiliar, cumpria a seguinte função, como indica o artigo 66, 2º parágrafo: “Destina-se o Serviço Gráfico a realizar trabalhos tipográficos e outros congêneres e se constituirá inicialmente da reunião dos Serviços de tipografia ora existentes em várias repartições do Ministério”.

<sup>200</sup> A Imprensa Nacional, desde o Decreto n.º. 19.555, de 31 de dezembro de 1930, estava subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

A partir de 1º de outubro de 1940, segundo o Decreto-Lei nº. 2624, de 24 de setembro de 1940, encerrava-se o período de transição entre os órgãos, e tanto os serviços e oficinas gráficas federais quanto os seus funcionários eram definitivamente incorporados à Imprensa Nacional. Passado o processo de mudanças, Rubens Porto<sup>201</sup>, diretor da Imprensa Nacional, ao tomar conhecimento do desejo de Capanema de lançar em livros suas conferências, mostrou-se favorável a publicá-las. Talvez, esse assunto tenha sido um dos motivos da visita que o ministro fez à Imprensa Nacional em outubro de 1941, ocasião em que tirou uma foto com Rubens Porto<sup>202</sup>. Certo é que no dia 11 de julho de 1942, o diretor da Imprensa Nacional enviou uma carta ao ministro da Educação e Saúde, do seguinte teor:

Num amontoado de “paqueta” aguardam estáticas ordem de impressão, diversas conferências da série “OS GRANDES MORTOS”, promovidas com tanta oportunidade por esse Ministério, há alguns anos.

Não desejo que, por culpa da Imprensa Nacional, seja por mais tempo retardada a publicação em apreço, nem tão pouco, dada a carência de material – no caso, metal – me é possível conservar amarradas tantas dezenas de quilos do mesmo, motivo pelo qual, rogo as ordens de Vossa Excelência para que seja autorizada a conclusão dos trabalhos (...)

Aguardo que as providências de Vossa Excelência venham ao encontro do desejo desta Imprensa, de ultimar tão interessante publicação (...)<sup>203</sup>

Mesmo não obtendo resposta de Capanema (sobre o que é preciso refletir), Rubens Porto seguiu com a iniciativa, entregando ao ministro da Educação e Saúde, entre os dias 2 e 30 de outubro de 1942, as provas tipográficas finais, que incluíam 15 volumes<sup>204</sup>. Sabe-se disso, pois o prefácio das provas tipográficas está datado de 2 de outubro e, em carta remetida a Capanema no dia 30 de novembro, Rubens Porto diz já

---

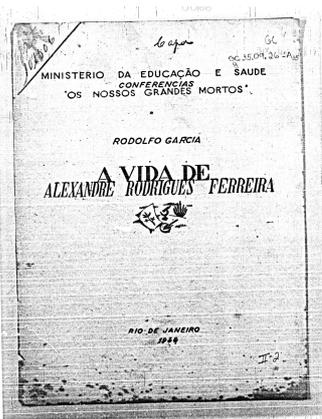
<sup>201</sup> O engenheiro-arquiteto Rubens Porto iniciou sua carreira na Secretaria de Engenharia do Conselho Nacional do Trabalho (CNT), subordinada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), da qual, por quase toda a década de 1930, foi chefe. Além disso, ele trabalhou, entre os anos de 1934 e 1938, diretamente com os ministros do Trabalho, Indústria e Comércio Agamemnon Magalhães e Waldemar Falcão, dos quais foi, respectivamente, conselheiro técnico e assistente-técnico. Em seguida, tornou-se diretor da Imprensa Nacional. Ver: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. P. 272; e ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. “O engenheiro-arquiteto Rubens Porto e os Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões (IAPs/CAPs): contribuições para a formulação de uma política pública habitacional no Brasil na década de 1930”. *Risco, Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo*, nº. 8, 2008. P. 35 e 36.

<sup>202</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC foto 232/1.

<sup>203</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 0103/1 e 0103/2. Pasta II. FGV/CPDOC.

<sup>204</sup> São eles: *A vida de Alexandre Rodrigues Ferreira, A vida de Farias Brito, A vida de João Caetano, A vida de Quintino Bocaiúva, A vida de Araújo Porto Alegre, A vida de D. Vital, A vida de Euclides da Cunha, A vida e Obra de Alphonsus de Guimarães, A vida de Pereira Passos, A vida de Teófilo Otoni, A vida de Rio Branco, A vida de José Bonifácio, A vida de José do Patrocínio, A vida de Manuel Antônio de Almeida e A vida de José Vieira Couto de Magalhães*. Ver Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 0118/1. Pasta II. FGV/CPDOC.

tê-las enviado há mais de um mês<sup>205</sup>. Dessas, apenas 10 se mantiveram preservadas no Arquivo Gustavo Capanema, das quais destacamos as capas abaixo<sup>206</sup>:



<sup>205</sup> Ver Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35, respectivamente, fot. 0002/2 e 0103/3. Pasta II. FGV/CPDOC.

<sup>206</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 Fots 0001, 0007, 0017, 0045, 0056, 0066, 0074 e 0080. Pasta II. FGV/CPDOC. As provas tipográficas dos livros *A vida de Araújo Porto Alegre* e *A vida de Manuel Antônio de Almeida* encontram-se sem a capa.

Na já referida carta de 30 de novembro de 1942, Rubens Porto comunica a Capanema, a contragosto, a interrupção do projeto da publicação e seu cancelamento:

Com a carta n. 310, de 11/7/42 e com a entrega, há mais de um mês, das provas finais das conferências dos “Grandes Mortos” já fiz ciente a Vossa Excelência da situação de penúria de metal na I. N.

Visto até a presente data não haver Vossa Excelência restituído nenhuma das provas já concluídas e não ter autorizado a impressão vou determinar o cancelamento do trabalho pelos imperativos de ordem econômica.

Não o faço, porém, sem lamentar que o esforço promovido pela I. N. em divulgar tão interessante trabalho não tenha obtido correspondência<sup>207</sup>.

Não sabemos por que motivos Capanema não autorizou a impressão, mas, de fato, a publicação pela Imprensa Nacional não seguiu adiante. Pode-se especular que ficou descontente com a perda do Serviço Gráfico do MES e/ou que não ficou tão satisfeito com as provas tipográficas apresentadas, claramente elaboradas sem cumprir todas as suas determinações, principalmente quanto ao apêndice a ser incluído ao final dos livros, composto, entre outros, por uma relação de obras dos biografados e sobre os mesmos, considerado por ele essencial, mas presente em apenas uma das obras: *A vida de Manuel Antônio de Almeida*. Capanema, como se sabe, era obsessivo e perfeccionista, não sendo esse seu único projeto inconcluso, como a *Obra getuliana* exemplifica<sup>208</sup>.

O passo seguinte dado pelo ministro da Educação e Saúde foi o de encontrar outra editora disposta a dar prosseguimento a tal empreitada, o que não demorou muito. As negociações com a recém criada editora Agir logo deram fruto. A editora Artes Gráficas Indústrias Reunidas S. A., ou simplesmente AGIR, foi criada no Rio de Janeiro, em 1944, com o objetivo de ampliar no mercado editorial brasileiro o espaço reservado às publicações católicas, e teve como seu principal fundador Alceu Amoroso Lima, que assumiu, de imediato, na empresa, o cargo de diretor literário<sup>209</sup>. A relação de proximidade que havia entre Capanema e Amoroso Lima, uma das amizades intelectuais e políticas mais sólidas do ministro da Educação e Saúde, pode ter sido decisiva para explicar o porquê da escolha pela Agir e não por outras editoras maiores e já consolidadas há anos no mercado. Finalmente, parte da série foi publicada em 1945,

---

<sup>207</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 0103/3. Pasta II. FGV/CPDOC.

<sup>208</sup> LACERDA, Aline Lopes de. “Fotografia e propaganda política: Capanema e o projeto editorial *Obra getuliana*”. In: GOMES, Angela de Castro (org). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. Pp. 103-139.

<sup>209</sup> Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDOC-FGV, Verbete LIMA, Alceu Amoroso; e RODRIGUES, Cândido Moreira. *Alceu Amoroso Lima: matrizes e posições de um intelectual católico militante em perspectiva histórica – 1928-1946*. Tese de doutorado em História. São Paulo: UNESP, 2006. P. 13.

mas os documentos que existem no Arquivo Gustavo Capanema sobre o processo de publicação dos livros por essa nova editora são ínfimos, para acompanhá-lo da forma desejada. Sobre o assunto, encontramos apenas algumas cartas trocadas entre Capanema e o responsável pela Agir, Alceu Amoroso Lima<sup>210</sup>.

Na correspondência entre os dois, é possível saber que, em 29 de junho de 1944<sup>211</sup>, Capanema remeteu a Amoroso Lima os originais do primeiro volume a ser produzido para a coleção “Os nossos grandes mortos”, *D. Vital*, de autoria de Jorge de Lima. Além disso, enviou uma relação das conferências realizadas que se transformariam em livro, das quais, segundo ele, vinte e um volumes poderiam sair logo<sup>212</sup>. Em outra carta, escrita por Amoroso Lima, em 26 de fevereiro de 1945, é informado ao ministro da Educação e Saúde que os três primeiros volumes já estavam em produção<sup>213</sup>, e que a editora só estava aguardando ansiosa que Capanema comprasse 500 exemplares de cada um, conforme teria ficado acertado entre as partes<sup>214</sup>. Essa preciosa informação, ao ser cruzada com os dados presentes nos 7 primeiros livros, de que de cada um deles foram produzidas 1550 unidades<sup>215</sup>, permite-nos, ao fazer um pequeno cálculo, afirmar que Capanema comprou aproximadamente 32,3% do volume de livros produzidos. Provavelmente, dividir os custos da produção foi uma exigência da Agir para que os livros pudessem ser publicados, como já era prática conhecida.

Ao todo, 9 livros foram lançados pela Agir dentro de sua série “Os nossos grandes mortos”, cujas capas apresentamos a seguir:

---

<sup>210</sup> É bom lembrar que o fundador e proprietário da Agir foi um dos conferencistas da série “Os nossos grandes mortos”, tendo apresentado a sua palestra sobre o Visconde de Cairú no dia 23 de outubro de 1936.

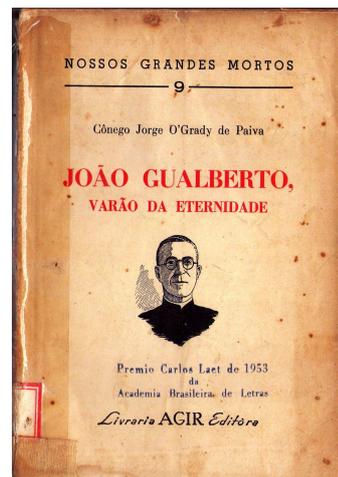
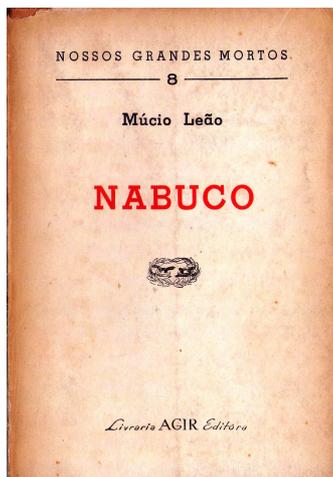
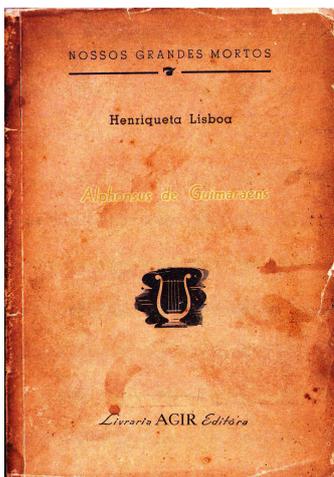
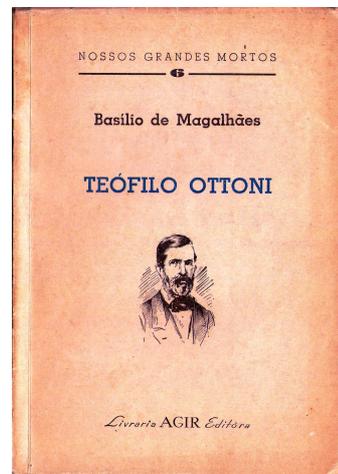
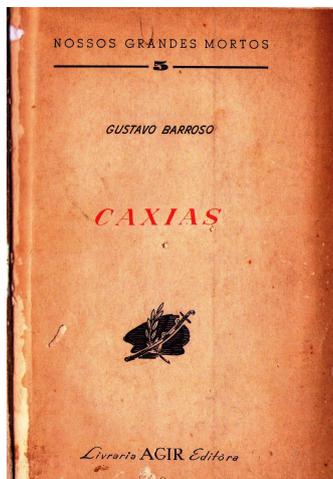
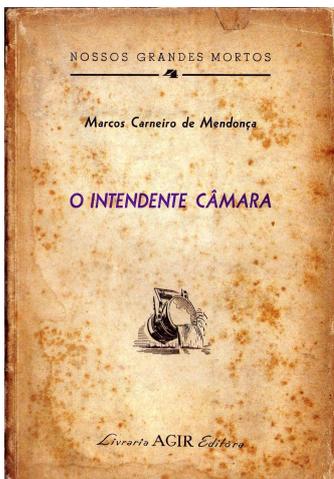
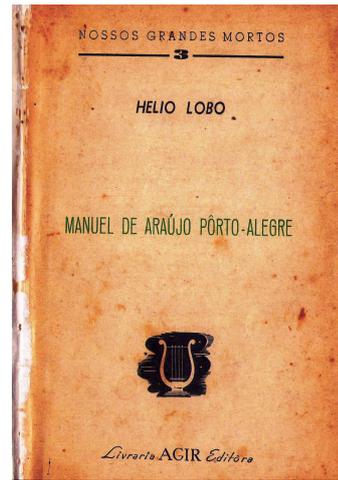
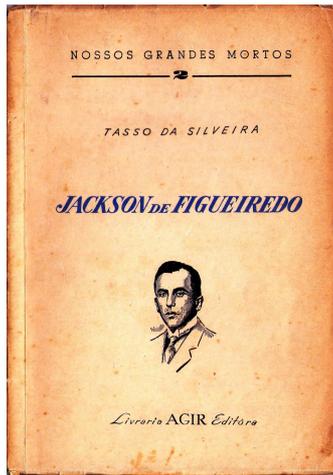
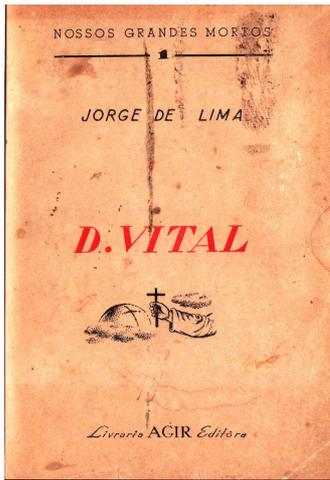
<sup>211</sup> O prefácio presente nos sete primeiros livros lançados, de autoria de Capanema, é datado de 27 de junho de 1944.

<sup>212</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC b Lima, A. Microfilme rolo 4 fot. 0134. FGV/CPDOC.

<sup>213</sup> O primeiro livro foi impresso em novembro de 1944, já o segundo e o terceiro, respectivamente, em janeiro e março de 1945.

<sup>214</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC b Lima, A. Microfilme rolo 4 fot. 0135 e 0136. FGV/CPDOC.

<sup>215</sup> “Destas obras foram tirados 1500 exemplares em papel buffon de 1ª e 50 exemplares de luxo em papel de ilustração”. Ver, por exemplo, o primeiro volume: LIMA, Jorge de. *D. Vital*. Rio de Janeiro: Agir, 1945.



Um exercício possível e interessante de ser feito é o de comparar o formato gráfico das provas tipográficas produzidas pela editora Imprensa Nacional aos dos livros publicados pela editora Agir. A semelhança entre os dois projetos é evidente, bastando atentar para as capas<sup>216</sup>. A editora Agir aproveitou o formato que já havia sido elaborado na Imprensa Nacional e o utilizou ao desenvolver os livros que foram publicados em 1945, inclusive no que diz respeito ao tamanho dos volumes. As provas tipográficas da IN, apesar de visualizadas apenas em microfilme, parecem apresentar dimensões bem próximas às dos exemplares editados na Agir, que são de 13,5 x 18,5 cm. É curioso o fato de que, nem os exemplares tipográficos da Imprensa Nacional, nem os da Agir, informam quem é o artista responsável pela produção da capa. Na verdade, a única informação encontrada que faz referência à composição gráfica das obras, encontra-se em carta, já referida, na qual Rubens Porto, na tentativa de publicar as palestras pela Imprensa Nacional, informou a Capanema: “já mandei confeccionar as capas, obedecendo aos desenhos antigos guardados na gaveta do falecido MANOEL ALVES DE SOUZA”<sup>217</sup>, que era chefe da Divisão de Produção dessa editora<sup>218</sup>. Portanto, apesar do levantamento realizado, não foi possível identificar o ilustrador.

O projeto elaborado pelo artista consistia em incluir em cada livro um desenho do rosto do personagem histórico escolhido ou um símbolo que o representasse. Por exemplo, na Imprensa Nacional temos o livro *A vida de Rio Branco*, cuja ilustração da capa é o busto desse vulto histórico; e *A vida de Francisco Pereira Passos*, cuja ilustração é o desenho de um martelo, uma planta e um compasso, elementos da arquitetura e engenharia da época. Os da Agir seguem o mesmo modelo, apresentando, por exemplo, em *Jackson de Figueiredo*, o rosto do personagem histórico, e em *D. Vital*, um braço segurando uma cruz, conforme podemos ver abaixo:

---

<sup>216</sup> A semelhança fica ainda mais nítida quando comparamos as capas dos livros dedicados a um personagem histórico que aparece tanto na Imprensa Nacional quanto na Agir: Teófilo Otoni.

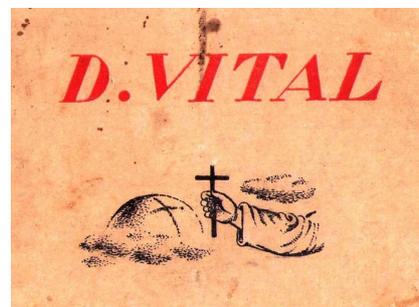
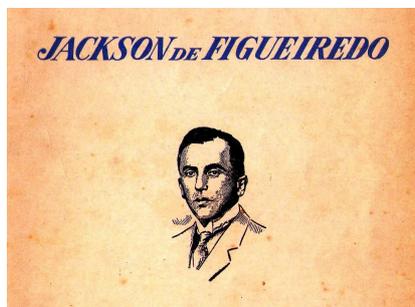
<sup>217</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 0103/1. Pasta II. FGV/CPDOC.

<sup>218</sup> “Livro do mérito”. *Correio da Manhã*, quarta-feira, 27 de novembro de 1940. P.2.

## IMPRENSA NACIONAL



## AGIR



Porém, a semelhança entre o projeto da IN e o da Agir não se limita ao tipo da capa. A forma na qual o conteúdo das demais partes do livro está organizado é idêntica, uma vez que o prefácio das obras, escrito por Capanema, que antecedia o texto da conferência, apresenta praticamente o mesmo conteúdo, alterando-se uma ou outra palavra, apesar de o da IN estar datado do dia 2 de outubro de 1942 e o da Agir de 27 de junho de 1944. Basicamente, são três as diferenças encontradas entre as coleções. A primeira é em relação ao título. Na Imprensa Nacional, os livros se chamam “A vida de...” e se acrescenta o nome do vulto nacional. Na Agir, aparece apenas o nome da figura homenageada. A segunda é em relação ao apêndice, pedido pelo ministro da Educação e Saúde, composto de cronologia, com as datas mais importantes da vida do personagem estudado; bibliografia sobre o vulto; relação de obras escritas pelo mesmo; e documentos transcritos em parte ou na íntegra produzidos sobre o biografado ou por ele, como mencionado. Todos os volumes da Agir que publicaram as palestras originais da série de conferências possuem o apêndice. Nas cópias tipográficas da IN, conforme já indicado, apenas em *A vida de Manuel Antônio de Almeida* consta o apêndice. E, por

fim, a terceira diferença é em relação à iconografia. Na Agir, nenhum volume possui qualquer tipo de imagem. Já na IN, foram inseridas, em algumas provas tipográficas, figuras como fotos, reproduções de frontispícios das primeiras edições de livros, entre outros. Ou seja, se a edição da Agir era “bem cuidada”, não se pode dizer que a da Imprensa Nacional fosse o oposto, como se vê pela presença de imagens.

Anteriormente, havíamos procurado questionar e compreender o porquê da seleção de determinados personagens históricos para compor as conferências. Aqui, caberia questionamento semelhante. Por que algumas palestras foram escolhidas para serem publicadas e outras não? Tudo indica que o objetivo de Capanema, tanto na IN quanto na Agir, era transformar em livros todas as conferências realizadas. Mesmo assim, ele priorizou algumas, já que os trabalhos não foram publicados na ordem em que foram apresentados na série “Os nossos grandes mortos”, conforme podemos ver no quadro abaixo:

	<b>Ordem de publicação das provas tipográficas da IN e dos livros da Agir</b>		<b>Posição, em ordem cronológica, na qual as conferências foram proferidas</b>
<b>IN</b>	1 <sup>a</sup>	<i>A vida de Alexandre Rodrigues Ferreira</i>	23 <sup>a</sup>
	2 <sup>a</sup>	<i>A vida de Farias Brito</i>	25 <sup>a</sup>
	3 <sup>a</sup>	<i>A vida de João Caetano</i>	16 <sup>a</sup>
	4 <sup>a</sup>	<i>A vida de Quintino Bocaiúva</i>	8 <sup>a</sup>
	5 <sup>a</sup>	<i>A vida de Araújo Porto Alegre</i>	11 <sup>a</sup>
	6 <sup>a</sup>	<i>A vida de D. Vital</i>	10 <sup>a</sup>
	7 <sup>a</sup>	<i>A vida de Euclides da Cunha</i>	24 <sup>a</sup>
	8 <sup>a</sup>	<i>A vida e obra de Alphonsus de Guimarães</i>	27 <sup>a</sup>
	9 <sup>a</sup>	<i>A vida de Pereira Passos</i>	4 <sup>a</sup>
	10 <sup>a</sup>	<i>A vida de Teófilo Otoni</i>	19 <sup>a</sup>
	11 <sup>a</sup>	<i>A vida de Rio Branco</i>	18 <sup>a</sup>
	12 <sup>a</sup>	<i>A vida de José Bonifácio</i>	28 <sup>a</sup>
	13 <sup>a</sup>	<i>A vida de José do Patrocínio</i>	14 <sup>a</sup>
	14 <sup>a</sup>	<i>A vida de Manuel Antônio de Almeida</i>	17 <sup>a</sup>
	15 <sup>a</sup>	<i>A vida de José Vieira Couto de Magalhães</i>	5 <sup>a</sup>
<b>AGIR</b>	1 <sup>o</sup>	<i>D. Vital</i>	10 <sup>a</sup>
	2 <sup>o</sup>	<i>Jackson de Figueiredo</i>	21 <sup>a</sup>
	3 <sup>o</sup>	<i>Manuel de Araújo Porto Alegre</i>	11 <sup>a</sup>
	4 <sup>o</sup>	<i>O Intendente Câmara</i>	9 <sup>a</sup>
	5 <sup>o</sup>	<i>Caxias</i>	3 <sup>a</sup>
	6 <sup>o</sup>	<i>Teófilo Otoni</i>	19 <sup>a</sup>
	7 <sup>o</sup>	<i>Alphonsus de Guimarães</i>	27 <sup>a</sup>

No caso da IN, não é tarefa fácil apresentar o motivo das escolhas. Sem dúvida, a seleção dificilmente foi aleatória, mas ela pesou mais para que lado? Para o fato de alguns autores não terem enviado a versão com o apêndice indicado pelo ministro? Para o grau de amizade entre Capanema e os biógrafos? Para uma estratégia de venda? Ou, ainda, seria possível questionar: qual o peso, se é que houve, da IN na escolha? Difícil de saber. No caso da Agir, pode-se dizer que Alceu Amoroso Lima teve papel de destaque na seleção dos trabalhos a serem publicados. Como a editora da qual era diretor foi criada para expandir o mercado de livros com temas católicos, priorizou-se a publicação das conferências que de alguma maneira se aproximavam dessa temática. Com isso, podemos explicar, por exemplo, a escolha de D. Vital e de Jackson de Figueiredo para iniciarem a série de volumes produzidos<sup>219</sup>.

O Estado Novo durou até 29 de outubro de 1945, quando Vargas foi deposto pelas Forças Armadas. Em consequência da queda do presidente, Capanema deixou o Ministério da Educação e Saúde logo em seguida. Seu afastamento e a mudança de governo tiveram influência direta no futuro das publicações da Agir. Não é por acaso que o 7º e último livro da série “Os nossos grandes mortos”, ainda apresentando biografias originais das conferências elaboradas por Capanema, foi produzido no mesmo mês da deposição. Depois disso, mais dois livros foram publicados, *Nabuco*, de Múcio Leão, e *João Gualberto, varão da eternidade*, do Cônego Jorge O’ Grady de Paiva, respectivamente, em 1950 e 1952. Neles não há o prefácio de Capanema e a quantidade de livros produzidos não é mais informada, até porque não foram trabalhos apresentados na série de conferências do MES<sup>220</sup>, embora integrassem a coleção da editora.

Provavelmente, como a partir de 1946 não havia mais a compra, por motivos óbvios, de 30% da produção por parte do Ministério da Educação e Saúde, a Agir não se interessou em publicar o restante da coleção planejada. Apenas o livro *Caxias*, de Gustavo Barroso, quinto volume da série, por já se encontrar esgotado, ganhou da

---

<sup>219</sup> D. Vital, designado bispo de Olinda, no dia 21 de maio de 1871, ficou conhecido por conta da *Questão Religiosa*, conflito entre a Igreja Católica e o Imperador D. Pedro II por causa da maçonaria, que acabou por desgastar a aliança que havia entre ambos. Jackson de Figueiredo dedicou-se à política e ao jornalismo. Seu nome é ponto de referência na história do catolicismo brasileiro, ao ter organizado o movimento católico leigo no país. Lançou em agosto de 1921 a revista *A Ordem* e fundou, em 1922, no Rio de Janeiro, o Centro D. Vital.

<sup>220</sup> O trabalho de Múcio Leão sobre Joaquim Nabuco foi escrito, segundo a orelha do livro, para as comemorações do centenário do personagem histórico, organizadas pela Academia Brasileira de Letras em 1949. Já o livro do Cônego Jorge O’ Grady de Paiva foi escrito em 1952, por conta do IV aniversário da morte de João Gualberto.

editora uma segunda edição, em 1953. Assim, dos 21 volumes que Capanema, em conversa com Alceu Amoroso Lima, no dia 29 de junho de 1944, pensou que sairiam logo<sup>221</sup>, apenas 7 foram produzidos até que ele deixasse a pasta ministerial. Em suma, seja na elaboração, apresentação ou publicação das palestras, a série “Os nossos grandes mortos” acompanhou um extenso período do governo Vargas, notadamente o mais autoritário e nacionalista. De uma ou de outra maneira, um projeto de valorização e culto dos heróis nacionais brasileiros, criado e conduzido pelo Ministério da Educação e Saúde, com o objetivo de estimular o sentimento cívico, durou consideráveis 10 anos, de 1936 a 1945. Em 1945, com a saída de cena de Vargas e Capanema, restou às conferências seguirem o mesmo caminho.

#### **4.3 – O texto em seu contexto: o patriotismo de “Os nossos grandes mortos” no combate ao comunismo.**

Para encerrar este capítulo, passamos a analisar alguns dos aspectos que marcam o conteúdo dos textos escritos pelos biógrafos, lidos como conferências e, posteriormente, publicados em livros<sup>222</sup>. Primeiramente, não podemos deixar de falar, mais uma vez, do papel central de Gustavo Capanema no resultado final das produções biográficas. Não devemos perder de vista que havia, sem dúvida, um limite para a autonomia dos autores, tendo em vista que precisavam escrever seus trabalhos atendendo a certas expectativas do ministro da Educação e Saúde, que agia como o editor da coleção.

Era, portanto, dentro de um enquadramento já definido *a priori* que a criatividade dos biógrafos teria margem para se movimentar. As instruções de Capanema requisitavam a elaboração de uma narração de elogio à vida e à obra do biografado – por ordem cronológica – que mostrasse a influência do vulto nacional sobre a sua época e o seu meio, os serviços que prestou ao Brasil e a lição que a sua vida proporcionava para as novas gerações. O tamanho da obra deveria respeitar o limite de 30 a 60 páginas impressas. Uma análise mais geral dos livros publicados pela Agir mostra que, embora o estilo da redação das palestras tenha variado conforme o

---

<sup>221</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC b Lima, A. Microfilme rolo 4 fot. 0134. FGV/CPDOC.

<sup>222</sup> Dada a dificuldade de se encontrar e reunir os textos originais das palestras, a nossa análise será feita com base apenas nas conferências editadas pela Agir, portanto, a respeito de D. Vital, Jackson de Figueiredo, Manuel de Araújo Porto Alegre, Intendente Câmara, Caxias, Teófilo Otoni e Alphonsus de Guimarães.

autor, ora se aproximando, ora se afastando mais desse modelo pré-determinado, nenhuma das biografias rompeu com ele. Basílio de Magalhães<sup>223</sup> foi, entre os autores das conferências publicadas pela editora Agir, o que melhor encarnou em seu texto sobre Teófilo Otoni as indicações do ministro da Educação e Saúde; e Henriqueta Lisboa<sup>224</sup>, ao escrever sobre Alphonsus de Guimarães, a que menos.

Além disso, por terem sido produzidos no pós 1935, tais obras deviam também se alinhar à conjuntura de combate ao comunismo da época. Por isso, trabalharemos com as obras procurando mostrar por qual maneira os autores buscaram construir uma percepção sobre o passado e sobre os personagens históricos que o habitaram a partir de questões postas no presente, como também de que forma os biógrafos acabaram por desenvolver uma versão da trajetória desses vultos nacionais selecionados, que se aproximasse da proposta anticomunista que preocupava Capanema. Como e em que grau os reflexos da chamada Intentona Comunista vão estar presentes nesses textos? Enfim, objetivamos compreender se a construção que foi feita dos “grandes homens” contribuiu para legitimar as ações de combate ao comunismo, demonstrando como as biografias formam, portanto, uma rica fonte de análise da maneira pela qual, em um período específico da história, e sob certos interesses, são mobilizados determinados usos do passado.

O primeiro aspecto observado na análise das biografias é que, apesar de terem muitos elementos em comum, cada autor usou estratégias distintas para construir a vida de um personagem histórico. Por exemplo, no que tange à fonte consultada, enquanto Tasso da Silveira<sup>225</sup> utilizou muito da própria memória, uma vez que conviveu com

---

<sup>223</sup> Basílio de Magalhães (1874-1958) nasceu em Minas Gerais. Diplomou-se engenheiro na Escola de Minas, em Ouro Preto. Mais tarde, tornou-se professor de História do Instituto de Educação, no Rio de Janeiro, e, em seguida, diretor. Ao longo de sua vida, foi historiador, folclorista, professor, jornalista e político. Escreveu dezenas de livros e pertenceu a inúmeras associações culturais, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual tornou-se membro em 28 de setembro de 1914. MAGALHÃES, Augusto Franklin Ribeiro de. “Basílio de Magalhães”. *Revista do IHGB*, V. 315, abr/jun, 1977. Pp. 254-282.

<sup>224</sup> Henriqueta Lisboa (1901-1985) nasceu em Minas Gerais, formou-se normalista e, em 1926, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, onde cursou Letras. Dedicou-se à poesia, ensaios, traduções e antologias. Considerada, pela crítica especializada da época, como uma das grandes expressões da lírica moderna, ela teve, a partir de 1940 até 1945, o acompanhamento profissional de Mário de Andrade. Foi a primeira mulher eleita para a Academia Mineira de Letras, em 1963. Recebeu muitas premiações, dentre as quais o *Prêmio Machado de Assis*, da Academia Brasileira de Letras, pelo conjunto de sua obra, em 1984. COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras: (1711-2001)*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002. Pp. 258-561.

<sup>225</sup> Tasso da Silveira (1895-1968) nasceu em Curitiba, Paraná. Formado em Direito, no Rio de Janeiro, foi poeta, jornalista, professor, ensaísta, romancista e dramaturgo. Pertenceu ao grupo dos fundadores da revista *Festa*, com Cecília Meireles, Murilo Araújo, Francisco Karam e outros. Ao longo de sua vida, publicou, principalmente, poesias e ensaios. NEJAR, Carlos. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Copesul/Telos, 2007. P. 222.

Jackson de Figueiredo; Hélio Lobo<sup>226</sup> valeu-se principalmente do diário de Manuel de Araújo Porto Alegre para elencar informações sobre o mesmo. Já quanto ao estilo narrativo empregado, enquanto Gustavo Barroso<sup>227</sup> compôs seu texto sobre Caxias por meio da exposição dos fatos marcantes de sua vida; Henriqueta Lisboa analisou a vida e a obra de Alphonsus de Guimarães, empregando, em grande parte, um texto dissertativo-argumentativo.

Metodologicamente, optamos por não dar tanta atenção ao papel dos biógrafos na conformação da série e por não fazer uma análise completa da narrativa dos textos produzidos por eles. Tal decisão foi tomada por conta do objetivo principal aqui proposto, o de verificar valores importantes ao governo Vargas no contexto de produção das conferências, procurando demonstrar como essa coleção respondeu a um projeto político de Estado. Intuito esse alcançado sem que fosse necessário um aprofundamento maior de questões como a da relação entre aspectos da trajetória de vida dos autores e a configuração de suas obras. Contudo, sem dúvida, pensar a dimensão dos biógrafos é de extrema relevância, pois o projeto final da coleção não é resultado unicamente das diretrizes de Capanema como o grande editor, mas produto também da elaboração individual de cada autor, apesar da forte interferência do ministro. Nesse sentido, devido à sua importância, esse outro caminho merece ser seguido em trabalhos futuros.

Uma das características mais presentes nas conferências é o patriotismo. Não por acaso, no governo Vargas, muitos brasileiros, por conta da chamada Intentona Comunista, foram considerados e perseguidos como traidores da pátria. Para que episódios como esse não se repetissem, ou seja, para que brasileiros não pensassem em trair o país, era preciso amá-lo acima de tudo, conhecendo bem seu passado. Daí a preocupação dos biógrafos em construir seus personagens como exemplos de

---

<sup>226</sup> Hélio Lobo Leite Pereira (1883-1960) nasceu em Minas Gerais. Bacharelou-se, em 1903, pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, ingressando a seguir na carreira diplomática. Também historiador e ensaísta, foi eleito, em 1918, para a Academia Brasileira de Letras, tendo sido, inclusive, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ao longo de sua vida, publicou inúmeros livros, direcionados à temática histórica e diplomática. Ver: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB, CPDOC-FGV, verbete LOBO, Hélio.

<sup>227</sup> Gustavo Dodt Barroso (1888-1959) nasceu em Fortaleza. Formou-se nos primeiros estudos em 1906. No ano seguinte, ingressou na Faculdade de Direito de Fortaleza. Em 1910, transferiu-se para o Rio de Janeiro e matriculou-se na Faculdade de Direito, bacharelando-se em 1912. Ao longo de sua carreira como advogado, foi professor, político, caricaturista, romancista, poeta, teatrólogo, tradutor e ensaísta. Fundou e dirigiu alguns jornais, além de colaborar com outros. Em 1923, entrou para a Academia Brasileira de Letras. Em 1933, Gustavo Barroso aderiu à Ação Integralista Brasileira (AIB), tornando-se um dos principais defensores e divulgadores de sua doutrina. Ver: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB, CPDOC-FGV, verbete BARROSO, Gustavo.

brasileiros que amaram a pátria a qualquer custo<sup>228</sup>, dedicando a vida a prestar relevantes serviços ao Brasil<sup>229</sup>. Por conta disso, palavras derivadas de pátria (patriotismo, patriota, patriótico, patrioticamente), de nação (nacional, nacionalidade), de civil (cívico, civismo) e de Brasil (brasilidade) são constantes nos textos e vão aparecer várias vezes para qualificar os vultos nacionais<sup>230</sup>.

Além disso, tão importante quanto valorizar a pátria para combater o comunismo, era prezar a soberania do Brasil, que estava ameaçada pela tentativa comunista de controlar o país a serviço da União Soviética. Precisávamos, portanto, construir um passado habitado por defensores da independência e da liberdade. Os biógrafos, ao selecionarem as informações importantes da vida dos personagens históricos, deram grande destaque a essa questão. Assim, ficamos sabendo, por exemplo, que o Intendente Câmara<sup>231</sup>, Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, ao pedir demissão de seu cargo, em 6 de abril de 1822, foi eleito “representante de Minas no Conselho Geral de Procuradores das Províncias, recém formado, e que passou a ter decisiva atuação em prol da proclamação da nossa Independência Nacional”<sup>232</sup>.

Já Manuel de Araújo Porto Alegre sempre lutou contra o despotismo<sup>233</sup>, e sua propensão à liberdade o fez criar, em 1866, um plano de abolição gradual da escravidão

---

<sup>228</sup> Por exemplo, para Basílio de Magalhães, Teófilo Otoni é “(...) um exemplo edificante para todos quantos amam sinceramente esta nossa grande e esplendorosa pátria”. Em sua opinião, “à semelhança do patriarca da nossa independência, [ José Bonifácio], Teófilo Otoni podia também pedir que lhe gravassem na pedra sepulcral os versos: “Eu desta glória só fico contente: – que a minha terra amei e a minha gente!””. As duas citações encontram-se, respectivamente, em: MAGALHÃES, Basílio de. *Teófilo Otoni*. Rio de Janeiro: Agir, 1945. P. 43 e 39.

<sup>229</sup> Para Gustavo Barroso, “a ordem, a firmeza, a bravura, a lealdade eram em Caxias virtudes decorrentes do seu devotamento ao serviço da Pátria. Tudo para ela. Tudo por ela”. O autor acrescenta ainda que “ninguém teve maior fé nos destinos da Pátria e ninguém a serviu com maior brasilidade”. BARROSO, Gustavo. *Caxias*. Rio de Janeiro: Agir, 1945. Respectivamente: P. 14 e 19. Já em Hélio Lobo, Manuel de Araújo Porto Alegre “tinha servido ao país com lealdade e desinteresse”. LOBO, Hélio. *Manuel de Araújo Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Agir, 1945. P. 33. E na fala de Basílio de Magalhães: “antes dessa vitória política [tornar-se senador por Minas Gerais], havia ele [Teófilo Otoni] prestado à pátria mais um relevantíssimo serviço”. MAGALHÃES, Basílio de. *Teófilo Otoni*. Rio de Janeiro: Agir, 1945. P. 35.

<sup>230</sup> Chegando ao ápice com a palestra de Basílio de Magalhães sobre Teófilo Otoni, na qual elas foram empregadas 16 vezes.

<sup>231</sup> O Intendente Câmara foi o primeiro brasileiro a ocupar a função de Intendente Geral das Minas e dos Diamantes do Distrito Diamantino e Comarca de Serro do Frio, da capitania de Minas Gerais, posição na qual atuou de 1807 a 1822.

<sup>232</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O Intendente Câmara*. Rio de Janeiro: Agir, 1945. P. 49. Marcos Carneiro de Mendonça (1894-1988) nasceu em Minas Gerais. Esportista, destacou-se no futebol em vários clubes, tendo sido o primeiro goleiro da Seleção Brasileira. Após a aposentadoria, pôde dedicar-se a pesquisar e a escrever livros sobre a história do Brasil, especializando-se no século XVIII. Em 13 de julho de 1954, foi eleito sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ver: TAPAJÓS, Vicente. “Homenagem aos sócios falecidos”. *Revista do IHGB*, V. 149, out/dez, 1988. P. 601.

<sup>233</sup> Segundo Hélio Lobo, ele deixou em seu testamento as seguintes palavras que configuravam a síntese de sua vida: “sofri pela amizade e pela justiça, porque sempre detestei a deslealdade e o despotismo. E do meu país, de meu Soberano, dos homens honestos, fui sempre respeitoso e dedicado amigo”. LOBO, Hélio. *Manuel de Araújo Porto-Alegre*. Rio de Janeiro: Agir, 1945. P. 66.

sem ônus para o tesouro, por meio da formação de colônias agrícolas. A escravidão era para ele uma herança intolerável, por conta dos efeitos maléficos que causava no caráter nacional<sup>234</sup>. Porém, Teófilo Otoni foi o vulto que mais representou o espírito da liberdade<sup>235</sup> e da democracia<sup>236</sup>, ao lutar contra desmandos<sup>237</sup> e despotismos<sup>238</sup>, possuindo, para Basílio de Magalhães, um “espírito que voejava tão alto na esfera da ideologia política, ao ponto de quase atingir às raias da república”<sup>239</sup>. Ou seja, o regime republicano é a representação maior da idéia de liberdade para Magalhães.

Se o passado mostrava que o destino do Brasil era a conquista da liberdade, também revelava que era preciso buscar a ordem e a disciplina. As revoltas comunistas de novembro de 1935, deflagradas em Natal, Recife e Rio de Janeiro, possuíam um elemento em comum: foram orquestradas e conduzidas, principalmente, por militares, que rompiam com os dois pilares máximos da instituição: a hierarquia e a disciplina<sup>240</sup>.

O personagem, entre os livros analisados, que melhor reuniu em sua personalidade a busca da ordem, da obediência e da disciplina foi Caxias<sup>241</sup>. Gustavo

---

<sup>234</sup> Para Porto Alegre, a escravidão corrompe a família e desnatura os sentimentos. Hélio Lobo ainda seleciona a seguinte passagem dos escritos do personagem histórico: “O menino que se habitua a mandar e a punir descricionariamente, ganha os vícios do orgulho senhoril, da violência, da tirania, e não pode ser bom cidadão. É impetuoso na cólera, desensofrido em seus desejos, impaciente na adversidade, preguiçoso na pobreza, soberbo na miséria, e está sempre disposto a romper com todas as repreensões que o contrariam (...) Todos querem ser senhores, e todos se julgam melhores que seus irmãos”. Idem. P. 56 e 57.

<sup>235</sup> Basílio de Magalhães utiliza-se da expressão criada por Daniel de Carvalho, em livro de 1934, para caracterizar Teófilo Otoni: “campeão da liberdade”. MAGALHÃES, Basílio de. *Teófilo Otoni*. Rio de Janeiro: Agir, 1945. P. 19.

<sup>236</sup> Ver, por exemplo, a seguinte passagem do livro: “já se viu como foi que ele açacalou as suas primeiras armas, a fim de terçá-las em prol do ideal democrático, o único que, com clarividente patriotismo, julgava compossível com a marcha progressiva da coletividade brasileira”. Idem. P. 20.

<sup>237</sup> Segundo o autor, em consequência da agitação política de Portugal por conta da morte de D. João VI, iniciara D. Pedro I, no Brasil, uma ininterrupta série de desmandos. Por conta disso, Teófilo Otoni “não hesitou em enfileirar-se na falange dos que estavam dispostos a todos os sacrifícios, para impedir que a nossa nacionalidade, – auspicioso orgulho da civilização americana, recentemente libertada dos absolutismos da Espanha e de Portugal, – se submergisse [em] (...) uma retrógrada autocracia, colimada então pela dinastia bragantino”. Idem. P.15.

<sup>238</sup> “Para agir em mais eficiente cooperação com outros não menos ardorosos patriotas (...) [e] combater a sinistra ameaça do despotismo, que pairava então sobre a gigantesca e dominiosa cerviz do Brasil recém-independente, e defender triunfalmente a liberdade e a democracia, idéias que foram o supremo objetivo de toda a sua abnegada e operosa existência”. Idem. P. 15 e 16.

<sup>239</sup> Idem. P. 21. Em outra passagem, o autor ainda acrescenta: “tivesse ele vivido mais alguns meses, por certo que houvera assinado o manifesto republicano de 3 de dezembro de 1870, – porque o digno filho da terra de Tiradentes foi, insofismavelmente, um dos que aplainaram, com a clarividente atuação do seu tenaz e inabalável civismo, a límpida senda da incruenta jornada de 15 de novembro de 1889”. P. 38.

<sup>240</sup> CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. P. 50 e 51.

<sup>241</sup> Um exemplo paradigmático da tentativa de combater a indisciplina dentro do exército está presente na seguinte citação: “[Durante a Guerra do Paraguai] a um oficial exacerbado que lhe fala de modo atrevido, por se ver contrariado numa pretensão, não deixa prender. Manda submetê-lo a exame de sanidade, porque é seu papel não admitir a indisciplina senão como um gesto de loucura. Linha impecável de conduta que o obrigou a protestar contra a genial interpretação pictórica de Pedro Américo no quadro da

Barroso inicia seu texto com Caxias adulto participando das guerras do período regencial, não recuperando a origem do personagem e a sua infância. A prioridade do autor é mostrá-lo como um grande símbolo da unidade nacional<sup>242</sup>. Um bom exemplo, entre os muitos apresentados pelo autor, é o episódio no qual Caxias, ainda major, testemunhou a abdicação de D. Pedro I, como sub-comandante do Batalhão de guarda do imperador. Em um determinado momento, todos os militares aderem ao movimento contra o soberano e deixam o Palácio de São Cristóvão. Já Caxias, “fiel à ordem e ao trono que a representa como governo legítimo, permanece sozinho no seu posto”<sup>243</sup> e propõe a D. Pedro I que monte em seu cavalo, fuja para a Fazenda de Santa Cruz e arme os escravos. O imperador agradeceu tal demonstração de fidelidade, mas recusou a idéia e assinou a abdicação.

A busca pela ordem<sup>244</sup> foi também abraçada por Jackson de Figueiredo, que, na opinião de Tasso da Silveira, seu biógrafo na coleção, não poderia ser realizada se não em associação com a doutrina da Igreja Católica. Não é por acaso que, em 1921, ele funda “a revista *A Ordem*, na qual propugna o retorno do espírito brasileiro à sua fonte de formação cristã e a constituição dos católicos em partido político, para fazer frente aos desvirtuadores do destino brasileiro”<sup>245</sup>.

Por fim, a chamada Intentona Comunista mostrou ao governo que idéias consideradas alienígenas à cultura e à tradição brasileira estavam circulando no Brasil e era preciso que elas não encontrassem adeptos. Sendo assim, fazia-se necessário estimular a valorização dos aspectos que formariam uma identidade brasileira. Amar o

---

Batalha do Avaí: – “Onde esse pintor me viu algum dia com a farda desabotoada?!...”. BARROSO, Gustavo. *Caxias*. Rio de Janeiro: Agir, 1945. P.25.

<sup>242</sup> Ver, por exemplo, as seguintes passagens: “A experiência republicana da Regência cria um decênio de anarquia (...) A missão daquela espada era conservar a unidade nacional (...) Desde esses memoráveis sucessos estava definitivamente traçado o rumo da sua vida. Caxias foi a espada que sustentou longos anos o Império, combatendo e, mais do que combatendo, pacificando” e “lembrando nesta hora grave para o mundo e para a nossa querida pátria a ação do Grande Soldado Pacificador do Norte, do Centro e do Sul, ergamos nossas preces ao Altíssimo para que o seu espírito inspire e anime as gerações de hoje e as gerações de amanhã na manutenção da unidade nacional”. Idem. Respectivamente: P. 19 e 26.

<sup>243</sup> Idem. P. 18.

<sup>244</sup> Tasso da Silveira, assim como Gustavo Barroso, destaca a importância da ordem nas forças armadas brasileiras: “a ordem, na vida política do Brasil, dada a função precípua que sempre exerceram as nossas forças armadas na formação da nacionalidade, com a sua lição de abnegado heroísmo e de ânimo de sacrifício nos momentos de perigo para a pátria, – a ordem, no Brasil, dizia eu, se concretizava para Jackson principalmente no espírito de disciplina dessas mesmas forças armadas, ou seja, no absoluto respeito, por parte delas, do princípio de autoridade. O levante de quartel ou de unidades da esquadra, ou a simples interferência de militares em acontecimentos políticos, motivados, que fossem, pelo mais sadio desejo de servir à Nação, representavam, para o pensador atento ao sentido íntimo de tudo, um golpe funesto contra o próprio destino brasileiro”. SILVEIRA, Tasso da. *Jackson de Figueiredo*. Rio de Janeiro: Agir, 1945. P. 31.

<sup>245</sup> Idem. P. 30.

Brasil era amar as tradições do país, e uma das mais importantes era o catolicismo. Daí a importância de figuras como D. Vital, cuja biografia foi escrita por Jorge de Lima<sup>246</sup>, e Jackson de Figueiredo. Este último, por exemplo, destaca seu biógrafo, propunha o “retorno do espírito brasileiro à sua fonte de formação cristã” e criou o Centro Dom Vital, “que se faria, com o correr dos tempos, o sólido núcleo central de resistências da consciência católica do país”<sup>247</sup>.

Manuel de Araújo Porto Alegre, por sua vez, procurou desenvolver suas obras no Brasil buscando uma essência brasileira, sem copiar a Europa, seja na arte<sup>248</sup>, seja na arquitetura<sup>249</sup>, afinal, ao longo da vida “(...) imaginou e pregou que fôssemos sempre nós mesmos e nada mais”<sup>250</sup>. Já para Gustavo Barroso, a forma de fazer frente às ameaças e aos perigos era utilizando a nossa tradição como escudo, o que estaria presente na lição que nos legaram os nossos antepassados e que possui duas fontes principais: “uma, espiritual, a religião católica, o cristianismo. Outra, social e política, a unidade nacional através de todas as dificuldades, que conservou um patrimônio de cultura e de sentimento em dilatadíssimo patrimônio territorial”<sup>251</sup>.

---

<sup>246</sup> Jorge de Lima (1893-1953) nasceu em União dos Palmares, Alagoas, onde cursou parte do ensino primário, concluído em Maceió. Iniciou, em 1911, a faculdade de Medicina, em Salvador/BA, concluindo-a em 1915, no Rio de Janeiro. Retornou a Maceió para exercer a profissão. Em 1931, transferiu-se para o Rio de Janeiro e passou a lecionar Literatura Brasileira na Universidade do Brasil. Ao longo da vida, foi médico, pintor, desenhista, ilustrador, escultor, poeta, romancista, professor e político. Ver: PAULINO, Ana Maria. *Jorge de Lima*. São Paulo: Edusp, 1995. Pp. 147-152.

<sup>247</sup> SILVEIRA, Tasso da. *Jackson de Figueiredo*. Rio de Janeiro: Agir, 1945. As duas citações encontram-se na página 30.

<sup>248</sup> [D. Pedro II mandou] propor nas Câmaras a criação de uma cadeira de História das Belas Artes, que lhe destinava, pretendendo também nomeá-lo diretor da Academia. Porto-Alegre relutou (...) seu fim era mais modesto, mais patriótico, mais sólido: cuidar no ensino e estabelecer-lhe uma base permanente e progressiva; substituir o método imitativo pelo método racional, fazer criadores em vez de copistas. Mas só o conseguiu em parte. Nacionalizar a arte dando-lhe feição nossa, tal a sua ambição. Pois haveríamos, até na tela, de copiar o estrangeiro, quando a natureza brasileira pedia intérpretes? LOBO, Hélio. *Manuel de Araújo Porto-Alegre*. Rio de Janeiro: Agir, 1945. P. 32.

<sup>249</sup> “Foi assim que o Ministro do Império lhe solicitou parecer sobre a construção do teatro nacional. Porto-Alegre fizera esboços, com a mesma origem, em 1853, 1856 e 1857, e achou, como então, que devíamos considerar nosso meio e nossas condições, sem o afã de copiar o alheio, só porque europeu”. Idem. P. 43.

<sup>250</sup> Idem. P. 32.

<sup>251</sup> BARROSO, Gustavo. *Caxias*. Rio de Janeiro: Agir, 1945. P. 28.

## Capítulo V – “Vultos. Datas. Realizações”: patriotismo em livros do DIP

Na história de nosso pensamento (...) podemos contar com alentado acervo de grandes figuras construtoras. Desde a época colonial até o momento vigente computamos dezenas de vidas marcantes na história (...) da formação da nossa nacionalidade. Não precisamos grande esforço para citar desde a independência até os dias hodiernos da nova república, nomes que fariam a glória de qualquer país.

(...)

(...) o terreno foi fecundo para a construção e o aparecimento de grandes vidas, de super-homens (...).

(Antonio Austregésilo – 1944)

A epígrafe acima, cujo trecho foi extraído da introdução do livro *Oswaldo Cruz*, de autoria de Antonio Austregésilo<sup>252</sup>, é parte integrante de um dos volumes de outra coleção que compõe mais um projeto de valorização dos vultos históricos brasileiros, produzido ao longo do governo Vargas: “Vultos. Datas. Realizações”. Neste capítulo, entraremos em contato com tal série, produzida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) entre os anos de 1944 e 1945, que deve ser compreendida dentro de um contexto específico da história do Brasil, a saber, o Estado Novo e o final da Segunda Guerra Mundial.

O exame do período de 1930 a 1945 nos permite afirmar que dois momentos políticos, em especial, ocorridos ao longo do governo Vargas, estimularam uma intensificação ao culto a figuras históricas brasileiras: o da chamada Intentona Comunista e o da entrada do país na Segunda Guerra Mundial, que tiveram como consequência, respectivamente, o combate ao comunismo e ao nazi-fascismo. No capítulo anterior, o foco esteve no primeiro momento, a partir do qual foi criada a série “Os nossos grandes mortos”. Neste, a coleção que iremos analisar deve ser inserida no segundo momento. A entrada do Brasil na guerra, em 1942, demandou a valorização dos “grandes homens” e, como consequência, de seus exemplos e lições de amor à Pátria. Não é à-toa que a citação acima possui a preocupação de apresentar o Brasil como uma das nações das Américas que, ao longo de sua história, mais produziu vultos nacionais ou “super-homens”.

Este capítulo foi estruturado nos mesmos moldes do anterior: em uma primeira parte vamos analisar a trajetória de criação e publicação da série “Vultos. Datas.

---

<sup>252</sup> AUSTREGÉSILO, Antonio. *Oswaldo Cruz*. Vultos. Datas. Realizações. Rio de Janeiro: DIP, 1944. P. 9, 10 e 11.

Realizações”. Nela serão abordadas as motivações de sua criação, seu processo de elaboração, os escritores envolvidos no projeto e os vultos históricos destacados. No entanto, diferentemente de “Os nossos grandes mortos”, no qual dispúnhamos de um grande material, proporcionado pelo Arquivo privado de Gustavo Capanema, nesse caso a dificuldade é maior, dada a falta de informações sobre tal coleção. Sem dúvida, esse é um fator que limita a tentativa de uma análise mais detalhada do objeto em destaque. Apesar desse grande obstáculo, o esforço empregado é no sentido de não fazê-lo intransponível. Para tal, nossa reflexão será baseada nas informações colhidas junto a uma importante fonte de dados sobre “Vultos. Datas. Realizações”: a revista *Cultura Política*. Apenas em uma segunda parte do capítulo, voltaremos nossa atenção para alguns aspectos do conteúdo propriamente dito dos livros.

Para começar, mencionaremos algumas poucas informações a respeito do Estado Novo e do DIP, tendo em vista o fato de a série de livros que será fruto de nossa atenção ter sido produzida dentro dos quadros daquele regime e por este órgão. Com isso, é possível situar melhor o ambiente político e cultural que deu origem ao material analisado. Vargas, a partir da segunda metade da década de 1930, tinha planos de permanecer no poder, ainda que, segundo as regras constitucionais, o seu mandato terminasse em 1938.

Apoiado pelas Forças Armadas e pelas elites políticas, há um fortalecimento do projeto de instaurar no país um governo autoritário, sob a sua liderança, capaz de modernizar o país. Na prática, o Congresso Nacional já havia aprovado uma série de medidas que aumentavam o poder do presidente, por conta da necessidade de punir todos os envolvidos no episódio que ficou conhecido como Intentona Comunista, de novembro de 1935. Será justamente o “perigo vermelho” que vai servir de pretexto para a radicalização do regime político. Em fins de setembro de 1937, o serviço secreto do Exército noticiou a descoberta de um plano comunista para tomar o poder, chamado de Plano Cohen, que, na verdade, era uma farsa. Aproveitando-se da instabilidade, Vargas, que há muito orquestrava o golpe, no dia 10 de novembro de 1937, instaura o Estado Novo. Fecha o Congresso, extingue os partidos políticos e suspende a Constituição em vigor, outorgando uma nova Carta, de caráter autoritário.

O Estado Novo apresentou as seguintes características básicas, que se mantiveram até o seu fim, em 1945: centralização política, com a ampliação dos poderes do chefe do Executivo federal; perda por parte dos executivos estaduais e municipais de sua autonomia política, com a nomeação de interventores pelo governo

central para comandarem os governos estaduais; intervenção do Estado na economia; e supressão das instituições liberal-democráticas, como o Parlamento, os partidos políticos e as eleições.

Para consolidar a ditadura varguista recém-instaurada, foram criados vários órgãos de repressão, dentre os quais uma polícia secreta, responsável por exercer forte controle sobre os opositores do Estado Novo, e uma instituição de censura e propaganda política do regime, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), instaurado pelo Decreto-Lei n.º. 1915, de 27 de dezembro de 1939<sup>253</sup>. Na verdade, o DIP não foi a primeira experiência de organização da propaganda política e de divulgação das iniciativas governamentais, no âmbito nacional, do governo Vargas. Ele foi precedido pelo Departamento Oficial de Publicidade (DOP) (1931-1934), pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) (1934-1938) e pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP) (1938-1939), todos vinculados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Diferentemente de seus antecessores, o DIP encontrava-se diretamente subordinado ao presidente da república e desfrutou de um grau de autonomia e abrangência muito mais significativo, tornando-se, rapidamente, o órgão máximo de coerção da liberdade de pensamento e expressão e o porta-voz oficial do Estado Novo. A ele cabia, principalmente, as seguintes atribuições, de acordo com o decreto que lhe deu origem: produzir, coordenar e divulgar a propaganda e o noticiário oficial do regime; promover manifestações cívicas e culturais; organizar os serviços de turismo, interno e externo; estimular a produção de filmes educativos nacionais; e exercer censura sobre os meios de comunicação em geral, como imprensa, rádio, cinema e teatro. Enfim, para consolidar a ditadura varguista, esperava-se do DIP formar uma ampla opinião pública em favor do regime, ao veicular uma imagem sempre positiva do presidente e de seus atos, identificando-o como legítimo representante dos interesses nacionais e aproximando-o das camadas populares, sobretudo após 1942, quando o Brasil alinha-se aos Estados Unidos e entra na Segunda Guerra.

O bacharel em direito, jornalista e escritor sergipano Lourival Fontes, partidário de Vargas desde a Aliança Liberal, tendo em vista a sua experiência como Diretor-geral

---

<sup>253</sup> Daremos aqui breves notas sobre o papel do DIP no Estado Novo. Para obter informações mais completas sobre o que foi esse órgão e quais as suas funções, ver: GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial*. São Paulo: Marco Zero, 1990; SOUZA, José Inácio de Melo. *O estado contra os meios de comunicação (1889-1945)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003; e Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB, CPDOC-FGV, Verbetes DIP.

do DPDC e do DNP, foi o escolhido para chefiar o DIP, mantendo-se no mesmo cargo que possuía nos outros órgãos. Cabia a ele coordenar as atividades do DIP, que se distribuíam em cinco divisões específicas: de Divulgação, de Rádio-difusão, de Cinema e Teatro, de Turismo e de Imprensa. Ao longo do tempo em que Lourival Fontes dirigiu o órgão, de 1939 a 1942, a Divisão de Divulgação foi responsável pela edição de uma farta quantidade de folhetos, cartazes, revistas e livros. A publicação de maior destaque foi a *Cultura Política – Revista Mensal de Estudos Brasileiros*, embora outras tenham sido importantes, como *O Brasil de hoje, de ontem e de amanhã*<sup>254</sup>; *Dos Jornais*, lançada em junho de 1941, dedicada a transcrever artigos favoráveis ao governo publicados pela imprensa não-oficial<sup>255</sup>; e *Estudos e Conferências*, produzida pela primeira vez em setembro de 1940<sup>256</sup>. No entanto, a coleção aqui analisada foi publicada em momento posterior, marcado por transformações significativas na direção e nos rumos do DIP. Essas mudanças serão acompanhadas a seguir<sup>257</sup>.

### **5.1 – Concepção e produção do projeto “Vultos. Datas. Realizações”**

A análise da trajetória de funcionamento do DIP nos permite dividi-lo em duas fases. A primeira, que vai de dezembro de 1939 a agosto de 1942, é marcada pelo período de auge do Estado Novo, pela eclosão da Segunda Guerra Mundial e pela direção geral do órgão por um civil, Lourival Fontes. Já a segunda, que durou de agosto de 1942 a maio de 1945, é marcada pelo paulatino enfraquecimento e desestruturação da ditadura, pela entrada do Brasil na Guerra ao lado dos Aliados e pela ocupação de sua direção geral apenas por militares. É neste último período que a série “Vultos. Datas. Realizações” foi elaborada.

Podemos dizer que o processo que marca a passagem de uma fase a outra tem início com a entrada dos Estados Unidos na guerra, em 1941, e a constante pressão desse país para que o Brasil, até então neutro, rompesse com as potências do Eixo. No

---

<sup>254</sup> Segundo o artigo “Atividades do Departamento de Imprensa e Propaganda”, seria um “boletim composto de artiguetes redigidos por um corpo redatorial próprio”. Revista *Cultura Política*, ano IV, num. 47, dezembro de 1944. P. 153.

<sup>255</sup> “Pequeno volume organizado com recortes da imprensa do Rio e dos Estados sobre assuntos gerais”. Idem.

<sup>256</sup> “Reproduzia as palestras e outros trabalhos especiais encomendados ou patrocinados pelo DIP”. Idem.

<sup>257</sup> Todas as informações que utilizamos ligadas à trajetória histórica do DIP e à administração dos quatro diretores-gerais que o órgão teve ao longo de seu funcionamento, quando não referenciadas, foram retiradas de: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC-FGV, Verbetes: DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP); FONTES, Lourival; REIS, Coelho dos; e MENESES, Amílcar Dutra de.

governo, não havia ainda uma posição definida, estando seus membros divididos entre os que eram abertamente favoráveis à adesão do Brasil aos Aliados (como Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores; e Artur de Sousa Costa, ministro da Fazenda) e os que apoiavam o Eixo (como Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra; Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército; e Filinto Müller, chefe de polícia do Distrito Federal). Em janeiro de 1942, o governo deu mostras de que tendia mais para o lado dos Aliados, ao romper relações diplomáticas com a Alemanha, a Itália e o Japão.

Porém, essa medida não diminuiu as contradições presentes entre os membros do governo. Ao contrário, a polarização se acentuou, principalmente com o episódio da passeata que estudantes do Rio de Janeiro promoveram no dia 4 de julho de 1942 em apoio aos países aliados. Filinto Müller se colocou contra a manifestação, dirigindo-se ao gabinete do Ministério da Justiça para tentar impedir sua realização. Vasco Leite da Cunha, encarregado interinamente da pasta, na ausência do ministro Francisco Campos, negou-se a proibi-la, ocorrendo entre ambos uma intensa discussão. Oswaldo Aranha, Ernâni do Amaral Peixoto (interventor do Rio de Janeiro), Lourival Fontes (diretor-geral do DIP) e o próprio Francisco Campos colocaram-se ao lado de Leitão da Cunha, e Eurico Gaspar Dutra se posicionou em apoio a Filinto Müller. Em meio às intensas disputas, a passeata se realizou. Por conta da crise, no dia 17 de julho foram demitidos de seus cargos Filinto Müller, Vasco Leitão da Cunha, Francisco Campos e Lourival Fontes<sup>258</sup>.

Em decorrência da demissão deste último, foi nomeado, em agosto do mesmo ano, para assumir a direção geral do DIP, um militar, o major Antônio José Coelho dos Reis, no mesmo mês em que o Brasil, juntando-se aos Aliados, declarou guerra aos países do Eixo<sup>259</sup>. Em julho de 1943, houve nova mudança na diretoria do DIP, ao ser nomeado diretor-geral, no lugar de Coelho dos Reis, o capitão Amílcar Dutra de Meneses, que, desde abril de 1942, exercia o cargo de diretor da Divisão de Rádio do mesmo órgão. Durante a sua administração, mudanças significativas foram

---

<sup>258</sup> GOMES, Angela de Castro. “Estado Novo: ambigüidades e heranças de um regime autoritário”. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, vol. 23, n°. 133, nov. 1997. P. 42 e 43.

<sup>259</sup> Segundo José Silveira, jornalista correspondente do *Diário da Manhã* e de *O Clarim*, tendo sido deste último co-fundador, em entrevista concedida no dia 25/07/1978, que integra uma série de depoimentos realizados pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), entre 1977 e 1979, e doadas ao CPDOC em 15/08/1996, quando o Brasil declarou guerra aos países do Eixo, os militares entenderam que à frente do DIP não poderia mais estar um civil. Tal cargo precisava ser preenchido por um integrante das Forças Armadas por conta da questão da Segurança Nacional. Para a análise que ele faz do DIP e dos ocupantes do cargo de diretor-geral do órgão, ouvir o trecho da Fita 1-A compreendido no seguinte intervalo: 11min 36s a 13min 08s.

implementadas junto ao Departamento de Imprensa e Propaganda, pois ele, a partir de 1944, estabeleceu novas orientações, como a reformulação das produções a cargo do setor de divulgação<sup>260</sup>. Muitas das publicações permanentes, como *O Brasil de hoje, de ontem e de amanhã*, *Dos Jornais* e *Estudos e Conferências*, criadas durante a administração de Lourival Fontes, foram suspensas para ceder lugar a outras, entre as quais *Brasil Reportagens*, descrita como uma “revista de aspecto agradável e de feição moderna, com farto documentário fotográfico sobre todas as atividades da vida nacional”<sup>261</sup>. Com essa mudança, três novas coleções de livros foram criadas.

Uma delas, a “Coleção Brasil”, apresentava volumes como *Brasil Econômico*, escrito por Djacir Menezes, e *Brasil Aeronáutico*, de autoria de Lisias Rodrigues. A coleção era “destinada a refletir as transformações profundas, que se operaram ao influxo da nova ordem instituída pelo Governo da Revolução e que levará o Brasil a caminhar com segurança e atingir os seus gloriosos destinos, que as condições naturais e as circunstâncias históricas sempre lhe indicaram”<sup>262</sup>. A segunda, denominada “O Brasil na Guerra”, apresentava volumes como *Os brasileiros chegam ao front* e *Os brasileiros entram em ação*, divulgando informações a respeito da participação dos soldados brasileiros enviados à guerra, e tendo como propósito “evitar que se perdessem na poeira dos tempos todos esses dados preciosos, reunindo-os em volumes que, amanhã, serão úteis aos historiadores e recordados com justificado orgulho pelas gerações porvindouras”<sup>263</sup>.

Por fim, a terceira coleção, pela qual temos um interesse especial, foi chamada de “Vultos. Datas. Realizações”, sendo criada com o objetivo de “evocar as figuras, etapas e acontecimentos do passado brasileiro, a fim de que as modernas gerações possam inspirar-se no exemplo dos que permitiram a nossa terra e a nossa gente adquirirem a grandeza e o prestígio que apresentam em nossos dias”<sup>264</sup>. Ao mobilizar o passado, essa série tinha como legado oferecer à população a demonstração histórica da grandeza do país, por meio da vida dos grandes homens, de suas realizações (que se

---

<sup>260</sup> Ele vai contar com o auxílio do diretor da Divisão de Divulgação (DD), Heitor Muniz, que estava no cargo desde 1943, posição que ocupou até 1945. A DD, ao longo de sua existência, foi dirigida por mais duas pessoas, Alfredo Pessoa, um ex-diretor de Turismo da Prefeitura do Distrito Federal, até 1942, quando foi substituído por Ernani Fornari, funcionário do órgão desde 1935, que ficou até 1943. SOUZA, José Inácio de Melo. *O estado contra os meios de comunicação (1889-1945)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003. P. 140.

<sup>261</sup> “Atividades do Departamento de Imprensa e Propaganda”. Revista *Cultura Política*, ano IV, num. 47, dezembro de 1944. P. 153.

<sup>262</sup> Idem.

<sup>263</sup> Idem. P. 154.

<sup>264</sup> Idem.

estendiam ao presente), e das datas marcantes. Portanto, essas alterações da linha editorial são as marcas mais nítidas da segunda fase do DIP e das mudanças pelas quais passou com a entrada do Brasil na Guerra, a grande motivação para o surgimento dessas publicações<sup>265</sup>. Ou seja, a série “Vultos. Datas. Realizações” precisa ser compreendida dentro do contexto de entrada do Brasil no conflito mundial e de combate ao nazifascismo.

Apesar das mudanças consideráveis, essas novas coleções tiveram um tempo bem curto de duração – menos de um ano e meio –, o que acabou por não permitir a produção de uma quantidade grande de volumes por série. Ao longo desse período, “Vultos. Datas. Realizações”, por exemplo, publicou 8 livros, sendo 6 em 1944 e 2 no ano seguinte. Graças ao número de identificação que o DIP inseria no final de cada obra editada, é possível remontar a ordem de seu lançamento. Para o ano de 1944, cronologicamente, a impressão foi conduzida da seguinte maneira<sup>266</sup>: *Matias de Albuquerque* (nº. 372), de Hélio Viana; *Rodovia Getúlio Vargas* (nº. 373), de Moacir Malheiros Fernandes Silva; *A História do Hino Nacional Brasileiro* (nº. 375), de Amarílio de Albuquerque; *Oswaldo Cruz* (nº. 376), de Antonio Austregésilo; *Quintino Bocaiúva* (nº. 378), de Hélio Sodré; e *Tiradentes* (s/nº.), de Luciano Lopes.

No final de 1944 e início de 1945, o rápido avanço dos Aliados, recuperando as áreas da Europa que estavam sob o controle do Eixo, já permitia antever que o fim da guerra se aproximava. No Brasil, esse fato contribuiu para acelerar a desestabilização do Estado Novo. O movimento pela redemocratização do país cresceu, o que tornou cada vez mais claro o enfraquecimento do governo Vargas e, conseqüentemente, do DIP. Esse órgão paulatinamente perdia seus espaços de atuação, e um exemplo que comprova tal fato foi a entrevista, publicada sem censura, que José Américo de Almeida concedeu ao repórter Carlos Lacerda, em fevereiro de 1945, no jornal *Correio da Manhã*, na qual o escritor comentava o golpe de 1937 e exigia eleições imediatas.

---

<sup>265</sup> A revista *Cultura Política* explica da seguinte maneira a mudança da perspectiva editorial das publicações do DIP: “É que, passada a primeira fase de ação do DIP, com a consolidação da unidade nacional e a firmeza das instituições inauguradas em 1937, assuntos de que cuidavam aquelas publicações, outros e novos problemas surgiram, notadamente depois da entrada do Brasil na guerra, a reclamar uma cooperação mais ativa do aparelho encarregado de fazer a nossa propaganda”. Idem. P. 153.

<sup>266</sup> Para haver um controle maior na produção, a Divisão de Divulgação inseria, na segunda capa de cada obra editada em sua gráfica, um número de identificação, que representava a sua posição no volume total de livros publicados. *Tiradentes* é o único exemplar em que o DIP não inseriu um número de identificação, não sendo possível, portanto, precisar qual a ordem de seu lançamento. Por conta disso, o deixamos por último.

O próprio presidente da República, em entrevista coletiva concedida à imprensa, em março do mesmo ano, reconhecendo a necessidade de transformar o DIP, chegou a afirmar que, a partir do término da Segunda Guerra Mundial, o órgão passaria a tratar exclusivamente da divulgação da cultura brasileira. Dando mais um passo em direção à abertura política, o governo concedeu, no dia 23 de maio de 1945, anistia aos presos políticos. No mesmo dia, o diretor do DIP autorizou o órgão a irradiar um discurso do líder comunista Luís Carlos Prestes que seria proferido, ainda naquela data, durante comício no estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro. Essa medida foi duramente criticada pelo ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, que determinou uma contra-ordem governamental no sentido de que fosse cancelada a transmissão. Diante da situação, que demonstrava existir um descompasso entre a posição de setores do governo em relação ao novo momento político vivido pela nação, Amílcar Dutra de Meneses exonerou-se da direção do DIP, na mesma data, sendo substituído por Heitor Muniz, até então diretor da Divisão de Divulgação do mesmo órgão.

Contudo, este último permaneceu no cargo por apenas dois dias. Devido às contradições que se acentuavam entre os objetivos para os quais o DIP havia sido criado e o novo momento político, de crescente pressão popular pelo fim imediato de todos os órgãos criados durante o Estado Novo, cuja finalidade era cercear a liberdade, o governo resolveu extinguir o DIP, medida tomada em 25 de maio de 1945 pelo Decreto-Lei n.º. 7582, surgindo em seu lugar, pelo mesmo decreto, o Departamento Nacional de Informações (DNI)<sup>267</sup>. Com o fim do DIP, todas as coleções do órgão, inclusive as criadas na administração de Amílcar Dutra de Meneses, foram canceladas. Porém, antes de essa ação ser posta em prática, “Vultos. Datas. Realizações”, no ano de 1945, ainda pôde incorporar mais dois volumes à sua série: *Os Holandeses no Maranhão*, de Josué Montello, e *Vida do General Manoel Luís Osório*, de Luiz Pinto<sup>268</sup>. Este último, por se encontrar com seu projeto gráfico, elaborado pelo DIP, finalizado no momento exato da transição entre os dois órgãos, mas ainda não impresso, acabou sendo o único exemplar da coleção editado pelo DNI. Dessa forma, em sua curta duração, a coleção “Vultos. Datas. Realizações” totalizou um conjunto de 8 livros.

Tão importante quanto saber com que propósito tal série foi desenvolvida é tomar conhecimento a que parcela de brasileiros recomendava-se a sua leitura. Ou seja,

---

<sup>267</sup> O DNI, por sua vez, foi extinto em 1946, na gestão do presidente da República Eurico Gaspar Dutra. GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial*. São Paulo: Marco Zero, 1990. P. 76.

<sup>268</sup> Esses dois livros receberam do DIP e do DNI os seguintes números de identificação na produção total dos órgãos, respectivamente: 382 e 384.

a que tipo de público era voltada, prioritariamente, a série de livros? Segundo a revista *Cultura Política*, procurou-se com as coleções “Coleção Brasil”, “O Brasil na Guerra” e “Vultos. Datas. Realizações” “dar maior extensão à parte cultural, com a edição de pequenas obras, destinadas à juventude e, preferencialmente, vinculadas à história da nossa formação”<sup>269</sup>. Portanto, as coleções evidenciaram uma reorientação mais cultural do DIP, sendo voltadas aos pequenos brasileiros, aos jovens em formação.

As capas demonstram essa preocupação com o principal receptor das obras. As imagens bem desenhadas dos vultos históricos e a forma estilizada com que o nome dos livros é apresentado fugiam aos padrões geralmente empregados. Somavam-se a isso as cores fortes e chamativas, como rosa, verde, vermelho, laranja e azul, que buscavam o olhar dos jovens, estimulando-os a retirar, por curiosidade, o livro da estante e abri-lo, primeiro passo para que a leitura pudesse ocorrer.

No entanto, embora a juventude fosse prioridade, o DIP esperava alcançar um público muito mais abrangente, como indicado em artigo sobre o livro de Hélio Viana, *Matias de Albuquerque*, publicado em outro número da revista *Cultura Política*. Nele, indica-se a expectativa dos editores sobre o alcance desse trabalho, o que acreditamos ser possível estender a todos os outros da coleção: “a obra do conhecido autor da *Formação Brasileira* está requerendo uma larga difusão, uma penetração em todas as camadas sociais a fim de que todos venham a saber direito quem foi Matias de Albuquerque”<sup>270</sup>.

Se a meta era alcançar uma quantidade ampla de possíveis leitores e atingir classes sociais as mais diversas, medidas e estratégias para uma melhor divulgação da coleção precisavam ser implementadas. Pensando nisso, o DIP costumava distribuir um número considerável de exemplares de revistas e livros produzidos com o seu selo para bibliotecas de todo o Brasil. Além disso, o órgão fundou as suas próprias bibliotecas, chamadas, sintomaticamente, Bibliotecas de Unidade Nacional. Até dezembro de 1944 elas eram 13, distribuídas por colégios (Colégio Militar, Colégio Piedade, Colégio Rezende e Ginásio Méier), unidades das Forças Armadas (quartel do Batalhão de Guardas, quartel do 8º Grupo Móvel de Artilharia de Costa, quartel da Polícia Militar e quartel do Corpo de Bombeiros), hospitais (Hospital Central do Exército e Hospital Getúlio Vargas), fábricas (Companhia Industrial do Brasil – popularmente conhecida

---

<sup>269</sup> “Atividades do Departamento de Imprensa e Propaganda”. Revista *Cultura Política*, ano IV, num. 47, dezembro de 1944. P. 153.

<sup>270</sup> “Matias de Albuquerque”. Revista *Cultura Política*, ano V, num. 49, fevereiro de 1945. P. 130.

como Fábrica Bangu – e Companhia América Fabril) e sindicato (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Rio de Janeiro)<sup>271</sup>.

Em relação à venda, tinha-se o mesmo cuidado. Por conta disso, os livros da coleção “Vultos. Datas. Realizações” eram bem simples. Apresentavam, em tamanho, as seguintes dimensões: 13 x 19 cm; e possuíam poucas páginas, em média 64<sup>272</sup>, o que contribuía para baratear seus custos. Excetuando-se as capas, em apenas duas obras há fotos, desenhos ou ilustrações<sup>273</sup>. Afinal, tudo isso encarecia a produção e quanto mais oneroso se tornava o produto, mais se reduzia a possibilidade de grupos sociais com menor poder aquisitivo adquiri-lo. Ou seja, o DIP, no que se refere a essa série, apostou na seguinte fórmula: abrir mão de um cuidado maior com a qualidade gráfica dos livros, para ganhar na quantidade, resultando na elevação da produção, que acabava por ter reflexos proporcionais na circulação de exemplares. Essa estratégia, tudo indica, obteve êxito, uma vez que a procura por essas coleções foi grande e a sua aquisição disputada, “esgotando-se em poucos dias vários milhares de volumes”<sup>274</sup>. Ainda que relativizemos tais notícias, que claramente queriam fortalecer o DIP, é realmente possível que os livros tenham atingido um grande público.

No entanto, essa mesma simplicidade que, na época do Estado Novo, marcou a elaboração e composição final de “Vultos. Datas. Realizações”, facilitando sua venda, hoje se mostra um obstáculo para o trabalho de análise. Informações técnicas relevantes, como o preço dos livros, a relação dos títulos que ainda seriam publicados, e os créditos aos envolvidos na produção, como o ilustrador, acabam não incluídas nos volumes impressos. Em relação ao ilustrador, por exemplo, não foi possível identificá-lo. Na

---

<sup>271</sup> “Atividades do Departamento de Imprensa e Propaganda”. Revista *Cultura Política*, ano IV, num. 47, dezembro de 1944. P. 154.

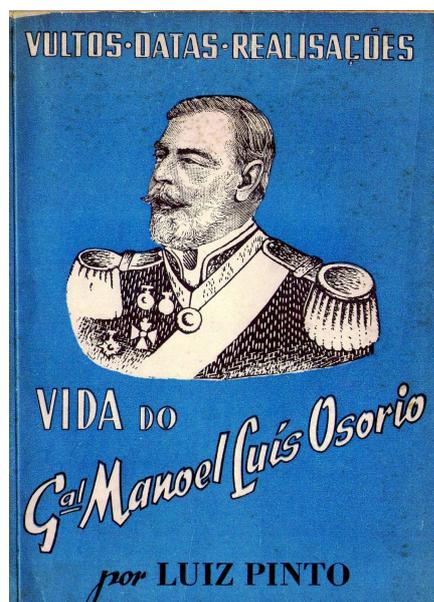
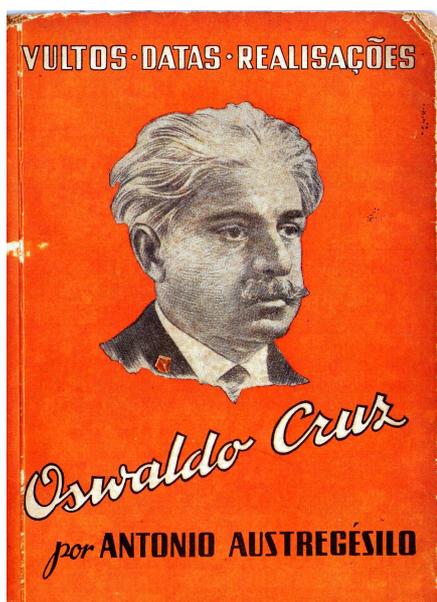
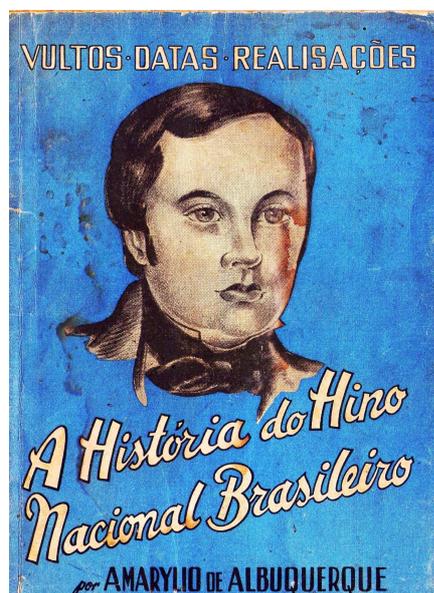
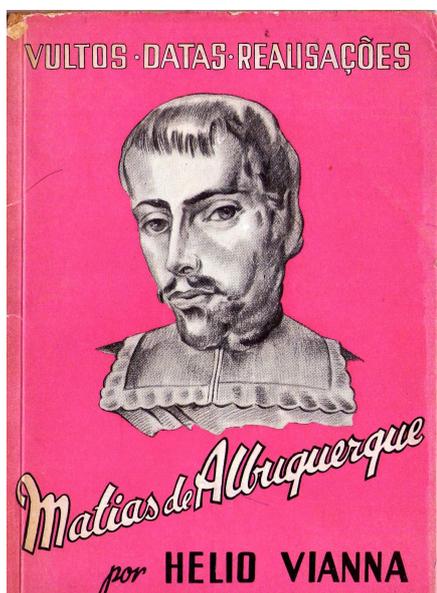
<sup>272</sup> A quantidade de páginas variou bastante, como podemos ver: *Matias de Albuquerque* (74 páginas), *Rodovia Getúlio Vargas* (39 p.), *A História do Hino Nacional Brasileiro* (53 p.), *Oswaldo Cruz* (82 p.), *Quintino Bocaiúva* (76 p.), *Tiradentes* (63 p.), *Os Holandeses no Maranhão* (42 p.) e *Vida do General Manoel Luís Osório* (79 p.).

<sup>273</sup> As exceções são *Rodovia Getúlio Vargas* e *A História do Hino Nacional Brasileiro*. *Rodovia Getúlio Vargas* apresenta 7 mapas e 14 fotos da rodovia que leva o nome do presidente, retratando a sua grande extensão, que atravessa vários estados do Brasil, como Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. As fotos foram reproduzidas com muita qualidade em um papel especial, diferente do utilizado no resto do livro. No entanto, os custos com esse tipo de impressão devem ter sido compensados por conta das poucas páginas do livro, apenas 39. Já *A História do Hino Nacional Brasileiro* apresenta reproduções como a do quadro *O Grito do Ipiranga*, de Pedro Américo, e os originais manuscritos da letra do Hino Nacional composta por Osório Duque Estrada. Porém, como foram impressas com baixa qualidade, não contribuíram, sem dúvida, para aumentar os custos finais.

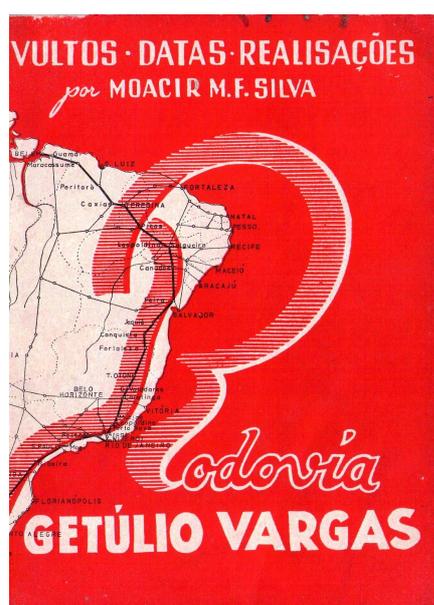
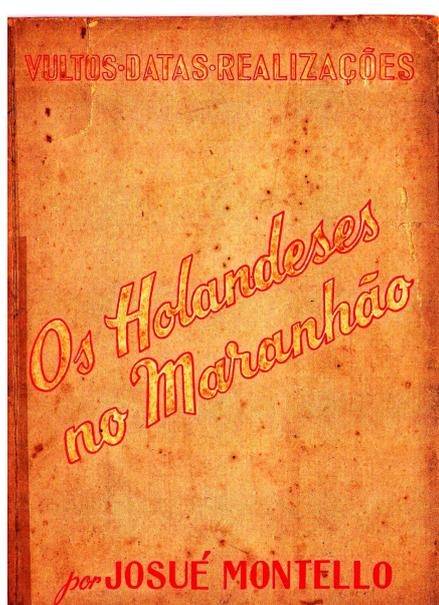
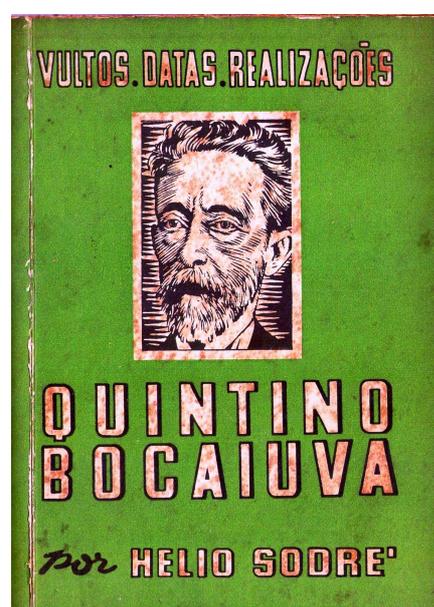
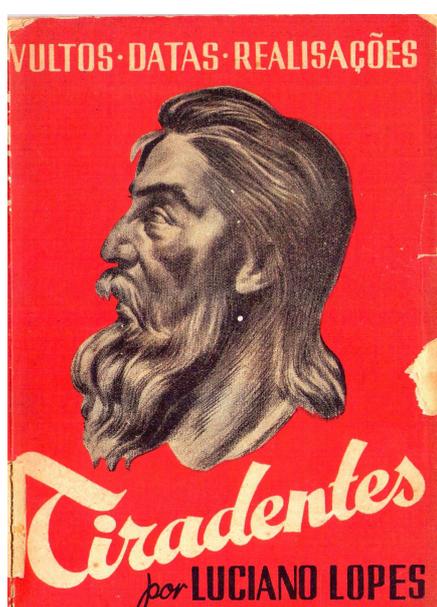
<sup>274</sup> “Atividades do Departamento de Imprensa e Propaganda”. Revista *Cultura Política*, ano IV, num. 47, dezembro de 1944. P. 154. A revista *Brasil Reportagens*, por exemplo, alcançou uma marca invejável: circulou já no seu primeiro número com cinco mil exemplares, imprimindo-se, no sétimo, 31 mil. SOUZA, José Inácio de Melo. *O estado contra os meios de comunicação (1889-1945)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003. P. 142.

verdade, o DIP contava com a colaboração de vários artistas para ilustrarem as centenas de livros, revistas, cartilhas, cartões postais, selos, entre outros materiais elaborados ao longo dos anos de 1939 a 1945, o que torna qualquer especulação muito problemática.

A análise do projeto gráfico das capas não nos permite afirmar que os oito livros foram desenhados pelo mesmo ilustrador; ao contrário, tudo indica que não, pois em vários casos os traços não se assemelham. É possível, ainda, identificar um padrão de feitura das obras, ainda que alguns livros se distanciem dele. O modelo seguia a seguinte ordem: título da coleção, ilustração, nome do livro com o título inclinado para a esquerda, e a identificação do autor, em cor preta. Quatro livros cabem perfeitamente dentro desse padrão, como se vê abaixo:



*Tiradentes* se distancia um pouco, por causa do formato diferente do título da série e do nome do livro, seguido por *Quintino Bocaiúva*, que apresenta “Realizações” com z e o personagem histórico enquadrado dentro de uma foto. Além disso, o nome do livro encontra-se em formato distinto e na horizontal, com o nome do autor escrito em letras brancas. Por fim, os dois que mais se afastam do padrão são *Os Holandeses no Maranhão*, que emprega “Realizações” com z, não apresenta ilustração e o nome do autor é grifado em vermelho; e *Rodovia Getúlio Vargas*, no qual o nome do autor não vem ao final, mas logo após o título da série, com o nome do livro escrito na horizontal, conforme podemos ver abaixo:



Quanto à redação das obras, é interessante questionar a maneira pela qual os trabalhos foram elaborados para publicação. Qual era o procedimento adotado? O DIP selecionava os temas e encomendava o livro aos autores ou os textos já estavam prontos e o órgão pedia autorização para publicá-los na coleção? Na verdade, os dois métodos foram empregados. Por exemplo, *Matias de Albuquerque* e *Os Holandeses no Maranhão*, originalmente, haviam sido conferências apresentadas, respectivamente, em 1943 e 1944, dentro das comemorações pelo transcurso do terceiro centenário das lutas pela expulsão dos holandeses do Brasil, lutas essas ocorridas entre 1642 e 1654<sup>275</sup>. Portanto, foram produzidos para outro fim e depois incorporados à série. Já outros livros, como *Rodovia Getúlio Vargas*, escrito pelo professor e engenheiro Moacir Malheiros Fernandes Silva, Consultor Técnico do Ministério da Viação e Obras Públicas, muito provavelmente foram redigidos especialmente para sair na coleção.

Além disso, é fundamental refletir sobre a escolha dos autores selecionados, procurando encontrar certas regularidades. De uma forma geral, podemos indicar dois pontos de contato entre a maioria dos oito autores escolhidos para fazer parte do projeto “Vultos. Datas. Realizações”. O primeiro diz respeito à sua formação profissional. O DIP selecionou figuras conceituadas em suas respectivas áreas, seja das letras, da medicina ou da engenharia. A escolha de nomes experientes e destacados interessava ao órgão do governo para apresentar um discurso de autoridade, que, sem dúvida, ajudava a legitimar as informações presentes nas obras. O lugar de fala do autor vinha em destaque na primeira página de quase todos os volumes da série<sup>276</sup>.

Graças a isso, o leitor ficava sabendo, por exemplo, que três deles pertenciam a Academias de Letras: Luiz Pinto (Academia Paraibana de Letras), Antonio Austregésilo (Academia Brasileira de Letras) e Luciano Lopes (Academia Carioca de Letras), informação que demonstrava a qualidade literária das obras; ou que um dos autores, Hélio Viana, era professor catedrático de História do Brasil da Faculdade Nacional de

---

<sup>275</sup> Hélio Viana realizou uma conferência pública às 17 horas do dia 26 de julho de 1943, no salão nobre do Liceu Literário Português, localizado no Rio de Janeiro, para o Instituto de Estudos Portugueses (Fundação José Gomes Lopes) sobre “um típico luso-brasileiro Matias de Albuquerque, herói da Restauração em Portugal e da libertação do Brasil contra os holandeses”. Ver: *Jornal do Brasil*, domingo, 25 de julho de 1943. P. 6. Já *Os Holandeses no Maranhão* foi uma conferência realizada por Josué Montello, no dia 29 de fevereiro de 1944, no Palácio Tiradentes, localizado no Rio de Janeiro, a convite dos Ministérios da Guerra e da Educação e Saúde. Ver: MONTELLO, Josué. *Os Holandeses no Maranhão*. Vultos. Datas. Realizações. Rio de Janeiro: DIP, 1945. P. 5 e “O terceiro centenário da expulsão dos holandeses do Maranhão”. *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 1 de março de 1944. P. 6.

<sup>276</sup> Apenas os livros *A História do Hino Nacional Brasileiro*, de Amarílio de Albuquerque; *Os Holandeses no Maranhão*, de Josué Montello; e *Quintino Bocaiúva*, de Hélio Sodré, não informam os cargos e títulos pertencentes aos autores.

Filosofia da Universidade do Brasil, o que reforçaria a veracidade dos dados apresentados. Além disso, com o mesmo objetivo, procurou-se convidar autores que estivessem ligados profissionalmente ao tema escolhido pelo DIP. Assim, um médico, Antonio Austregésilo, foi selecionado para falar de outro médico, Osvaldo Cruz, e um engenheiro, Moacir Malheiros Fernandes Silva, para falar da Rodovia Getúlio Vargas.

A segunda constante reside no fato de a maioria dos autores ser funcionário público, mantendo vínculos com algum dos órgãos ou ministérios do governo Vargas. Por exemplo, quando da publicação da coleção “Vultos. Datas. Realizações”, em 1944 e 1945, Josué Montello era Técnico de Educação da Divisão de Aperfeiçoamento do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) e professor do curso de Administração do mesmo órgão; Moacir Malheiros Fernandes Silva era Consultor Técnico do Ministério da Viação e Obras Públicas; Luciano Lopes era professor da prefeitura do Distrito Federal; Antonio Austregésilo era professor emérito da Faculdade Nacional de Medicina; e Hélio Viana, como se disse, era professor catedrático de História do Brasil da Universidade do Brasil.

## **5.2 – O texto em seu contexto: o patriotismo de “Vultos. Datas. Realizações” no combate ao nazi-fascismo**

Em relação aos temas e personagens eleitos para comporem a série “Vultos. Datas. Realizações”, é interessante fazer uma reflexão sobre quais eram os vultos e fatos históricos selecionados pelo DIP, e o porquê desses e não de outros. O motivo da escolha de tais temas e personagens precisa ser buscado no contexto da Segunda Guerra. Naquele momento, o governo Vargas procurou mobilizar nosso passado histórico, tendo em vista a entrada do Brasil na Guerra ao lado dos Aliados e o envio de tropas do Exército para lutar na Europa contra o Eixo. Por conta dessa conjuntura, os anos que vão de 1942 a 1945 foram marcados por uma intensificação do culto aos heróis guerreiros ou militares que, de alguma forma, lutaram, ao longo da história, para defender o Brasil de invasores.

Essa nova perspectiva adotada pelo Estado Novo, que tem raízes profundas na narrativa histórica já consagrada nos anos 40, vai ter reflexos significativos nas produções do DIP, sendo “Vultos. Datas. Realizações” uma delas. Dos sete livros com

temática histórica publicados nessa série<sup>277</sup>, havia um sobre um médico e sanitarista (Oswaldo Cruz); e outro sobre um jornalista e político (Quintino Bocaiúva). Além disso, foi produzido também um livro sobre a história do Hino Nacional Brasileiro, mas com ênfase no autor da melodia, Francisco Manuel da Silva, que era músico, compositor e maestro. Outros quatro, de alguma forma, foram relacionados à esfera militar: *Os Holandeses no Maranhão*; *Matias de Albuquerque* (um dos heróis guerreiros que lutaram, no período colonial, contra a dominação holandesa); *Vida do General Manoel Luís Osório*; e *Tiradentes* (que além de dentista foi um militar, ocupando a patente de alferes, fato destacado pelo biógrafo).

Da mesma forma que no capítulo anterior, optamos, em vista dos motivos já destacados, por não fazer uma análise completa da narrativa dos textos dos livros e do papel dos biógrafos em sua configuração. O objetivo proposto foi o de buscar, nos volumes da coleção, questões e valores gerais que orientaram a elaboração dessa série e a aproximaram de um projeto do governo de combate ao nazi-fascismo. A ênfase de “Vultos. Datas. Realizações” na temática militar pode ser explicada pela guerra, conforme indicado, mas também pelo próprio interesse pessoal e corporativo do diretor-geral do Departamento de Imprensa e Propaganda, responsável pela criação da coleção, um major do Exército Brasileiro. Além disso, durante o conflito mundial, três questões mostraram-se fundamentais para o governo Vargas: a defesa, a unidade e a liberdade nacionais. O meio mais eficiente encontrado pelo regime para que elas fossem mobilizadas com sucesso, no presente, era buscar suas origens no passado, conseguindo legitimá-las com base em uma longa tradição histórica.

Era preciso, portanto, procurar e, mais do que isso, inventar exemplos presentes na formação histórica do país, que demonstrassem uma preocupação com tais valores. A busca minuciosa e criteriosa do regime, uma vez que precisava respeitar limites de verossimilhança, já que tinha como fim convencer seu público, terminou com a produção de um evento que reunia, ao mesmo tempo, esses três elementos e, até por conta disso, passou a ser um dos mais valorizados e comemorados pelo governo em seus anos finais: a expulsão dos holandeses do Brasil, cujo tricentenário transcorreu em 1942.

A idéia de se comemorar esse período da história colonial brasileira partiu do ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra. Tal sugestão foi recebida favoravelmente por

---

<sup>277</sup> *Rodovia Getúlio Vargas* aborda uma realização do tempo presente.

Gustavo Capanema e por Getúlio Vargas, passando, então, a revestir-se de caráter oficial e nacional. As celebrações foram co-produzidas pelos Ministérios da Guerra e da Educação e Saúde, que escolheram, respectivamente, para compor a comissão de organização do evento: o tenente-coronel Antonio Leôncio Pereira Ferraz e o diretor da Biblioteca Nacional, o historiador Rodolfo Garcia. No Arquivo Gustavo Capanema, encontramos documentos a respeito dos preparativos para os festejos. Há indicações sobre a produção de livros, conferências e de cartografia e iconografia referentes à ocupação holandesa. Além disso, também há uma sugestão, a ser examinada, para construção de um monumento em homenagem à batalha de Guararapes<sup>278</sup>.

É interessante notar como vão estar presentes nos livros *Matias de Albuquerque*, de Hélio Viana, e *Os Holandeses no Maranhão*, de Josué Montello, produzidos, como já indicado, como palestras apresentadas nas comemorações do tricentenário de expulsão dos holandeses, esses três valores fundamentais ao governo. Tal evento, embora distante 300 anos, teria evidenciado, como indicam os autores, a propensão do brasileiro à defesa nacional, ao lutar contra um invasor, reunindo para isso as três raças que formariam a nação, unidas pelo sentimento patriótico<sup>279</sup>; à unidade nacional, ao ter impedido a fragmentação territorial e recuperado as terras que haviam sido tomadas de Portugal<sup>280</sup>; e à liberdade, ao ter resistido à dominação holandesa<sup>281</sup>.

Esse episódio histórico serviu ao governo como uma prova da força de seu povo, que deveria ser usada, dessa vez contra um novo inimigo, a Alemanha de Hitler, que ameaçava a unidade territorial e o poder de defesa do Brasil, ao ter afundado alguns dos

---

<sup>278</sup> Ver Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26, microfilme rolo 35 fot. 0337 a 0349. FGV/CPDOC. Encontramos também o discurso pronunciado por Gustavo Capanema, em 30 de setembro de 1942, no Palácio Tiradentes, Rio de Janeiro, durante a sessão solene comemorativa pelo tricentenário das lutas pela expulsão dos holandeses no Brasil, que está no Arquivo Gustavo Capanema, GC pi Capanema, G. 1942. 09.30, rolo 7 fot. 686 a 689. FGV/CPDOC.

<sup>279</sup> “Contraopondo-se aos holandeses com os elementos negros que desde o início o auxiliavam, organizou Matias de Albuquerque o primeiro corpo dos soldados “henriques”, assim denominado em homenagem a seu glorioso chefe, Henrique Dias. Dos índios amigos, já se destacara Potí, o legendário Antônio Felipe Camarão, que o rei faria fidalgo, o mesmo concedendo àquele preto glorioso, Comendador de Cristo e mestre de campo”. VIANA, Hélio. *Matias de Albuquerque*. Vultos. Datas. Realizações. Rio de Janeiro: DIP, 1944. P. 39.

<sup>280</sup> Como representado na seguinte passagem: “aquela cruz congrega a homenagem silenciosa que sai do coração dos homens e paira sobre a memória dos bravos que tombaram para que se prolongasse, indefinidamente no correr dos séculos, uma unidade territorial que seria a base física da unidade espiritual e política de nossa nacionalidade”. MONTELLO, Josué. *Os Holandeses no Maranhão*. Vultos. Datas. Realizações. Rio de Janeiro: DIP, 1945. P. 41.

<sup>281</sup> Esses valores estão bem representados nas últimas linhas escritas por Hélio Viana em seu livro: “A Matias de Albuquerque, herói de dois mundos, luso-brasileiro dos mais típicos, defensor da integridade territorial da Pátria que era a de seu pai, como defensor da liberdade da terra em que nasceu, a glória, ainda que póstuma, há de sempre sorrir com satisfação, nele se revendo através do amor e da admiração que somente aos grandes vultos reserva a posteridade”. VIANA, Hélio. *Matias de Albuquerque*. Vultos. Datas. Realizações. Rio de Janeiro: DIP, 1944. P. 57.

navios brasileiros em nossa própria costa. Além disso, três aspectos presentes nos episódios de enfrentamento dos holandeses eram favoráveis aos interesses do governo, o que acabou por reforçar a decisão de investir nesse momento da história. Primeiro, era justamente na década de 1940 que se completavam três séculos do movimento inicial da expulsão dos holandeses. Segundo, por se tratar de um momento de extensa duração, de 1642 a 1654, era possível abarcar inúmeras efemérides, o que garantia que as celebrações se estendessem por vários anos, mantendo em evidência a importância da defesa, da unidade e da liberdade do Brasil. E por fim, era possível lembrar uma série de figuras militares que participaram do evento, como Antonio Muniz Barreiros e Matias de Albuquerque, destacados, respectivamente, por Josué Montello e Hélio Viana, em um momento em que os exemplos militares eram prioridade. Aliás, em outubro de 1944, a Marinha de Guerra brasileira havia recebido a última corveta de uma série nomeada apenas com o nome dos militares envolvidos no combate aos holandeses no nordeste: Barreto de Meneses, Matias de Albuquerque, Filipe Camarão, Henrique Dias, Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros<sup>282</sup>.

De toda a coleção, as obras *Matias de Albuquerque* e *Os Holandeses no Maranhão* são as que melhor reuniram todos esses valores. Porém, é importante observar que, em todos os livros, vai estar presente com destaque, ao menos, uma dessas características, demonstrando como elas foram essenciais para a própria elaboração do projeto da coleção. O livro *Rodovia Getúlio Vargas*, por exemplo, pode ser interpretado como uma tentativa de o governo indicar uma das realizações que estava empregando para aprimorar a unidade nacional. Com o auxílio de inúmeras tabelas e mapas, o autor faz um balanço sobre a construção da rodovia que ganhou o nome do presidente, indicando as subdivisões em trechos, a distribuição geográfica, as áreas em construção e por construir, sua importância econômica e seu significado nacional e continental.

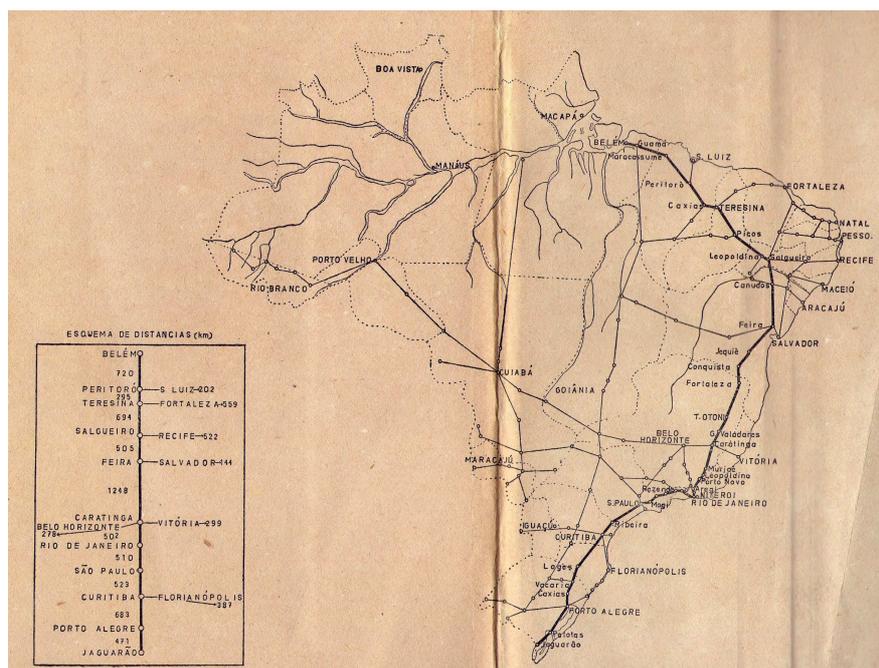
A construção da rodovia *Getúlio Vargas* fazia parte do Plano Rodoviário Nacional, aprovado pelo Decreto n.º 15.093, de 20 de março de 1944, constituído por 27 estradas, subdivididas em três espécies de rodovias: longitudinais, sendo seis grandes; transversais, sendo 15 de extensões diversas; e de ligações, sendo seis também de várias extensões. O livro aborda a construção da maior das rodovias longitudinais, denominada *Getúlio Vargas* e descrita como “um grande tronco rodoviário,

---

<sup>282</sup> “Um mês de realizações governamentais”. Revista *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano IV, n.º 47, dezembro de 1944. P. 140.

acompanhando sensivelmente, em maior parte do seu percurso, a região litorânea do País”<sup>283</sup>. Ela fazia a ligação do norte ao sul do Brasil (de Belém, no Pará, para Jaguarão, no Rio Grande do Sul) e deveria ter uma extensão aproximada de 6.151 Km.

O governo sabia da dificuldade que havia para se obter a unidade do território brasileiro, tendo em vista o tamanho geográfico do país, com regiões tão distantes umas das outras e uma população tão dispersa. Com esse plano rodoviário, procurava-se obter a mobilidade necessária para integrar o povo ao seu território, reduzindo a distância entre as diferentes regiões, permitindo a mais brasileiros conhecerem e amarem o Brasil. Assim, a Rodovia *Getúlio Vargas* atravessaria doze unidades da federação, a saber, Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o que segundo o autor “demonstra bem seu valor como um dos grandes elos materiais da unidade nacional”<sup>284</sup>. Abaixo, reproduzimos um mapa presente no final do livro, que representa bem a dimensão da rodovia e a sua importância para o país.



Já o livro *A História do Hino Nacional Brasileiro* também pode ser interpretado dentro de um projeto de estímulo à unidade nacional. Afinal, o hino, a bandeira e a própria língua nacionais eram símbolos de integração dos brasileiros, que por eles se

<sup>283</sup> SILVA, Moacir M. F. *Rodovia Getúlio Vargas*. Vultos. Datas. Realizações. Rio de Janeiro: DIP, 1944. P. 10.

<sup>284</sup> Idem. P. 10.

reconheciam. A execução do Hino em qualquer um dos eventos oficiais e comemorações, não só da capital, mas em todos os estados, geralmente mais de uma vez, integrava as medidas empregadas pelo governo para aproximar o povo brasileiro de si mesmo. O Hino teria a capacidade de servir como elo de ligação entre os diversos estados e regiões, tornando mais nítido o pertencimento a um mesmo grupo.

Ao longo do Estado Novo, dois foram os principais obstáculos identificados para o sucesso do programa unificador e nacionalizador de Vargas, precisando ser ultrapassados, principalmente por intermédio da educação: a sobrevivência de práticas regionalistas e a presença de núcleos estrangeiros fechados em torno de suas próprias culturas, línguas e nacionalidades. Os excessos de federalismo foram enfrentados com um projeto de padronização do ensino, de forma a centralizar e unificar as atividades escolares de todos os estados em torno dos mesmos programas e materiais didáticos<sup>285</sup>. Já entre os grupos de imigrantes estabelecidos em determinadas regiões do Brasil, principalmente ao Sul, dos quais os alemães despertavam a maior preocupação nas autoridades, foi preciso empregar medidas de nacionalização e “abrasileiramento” do ensino empregado nas escolas por eles fundadas, cujas aulas não eram ministradas em português. As escolas que não se adaptaram às exigências representaram um fator de desagregação e, portanto, foram fechadas<sup>286</sup>.

O livro da coleção “Vultos. Datas. Realizações”, *A História do Hino Nacional Brasileiro*, precisa ser analisado no contexto desse projeto de nacionalização, intensificado no período da guerra: fazer com que o Brasil se tornasse “mais brasileiro”. Há um elemento na obra que talvez tenha sido introduzido pensando justamente nos imigrantes que passaram a viver no país e no desafio de apresentar-lhes elementos da história e da cultura brasileira. É curioso o fato de o autor ter a preocupação de inserir, ao final da obra, a tradução do Hino Nacional em vários idiomas: francês, latim, inglês e alemão. Podemos conjecturar a possibilidade de o DIP ter interesse na distribuição de exemplares do livro nas colônias de imigrantes, como a alemã.

Embora o autor analise historicamente como foi constituído o Hino, composto de melodia e letra, é dado destaque ao compositor da música, Francisco Manoel da Silva, que inclusive aparece na capa da obra, ainda que se faça referência também ao

---

<sup>285</sup> Do ponto de vista simbólico, o governo promoveu a extinção do federalismo por meio do ritual de queima das bandeiras estaduais, no dia 27 de novembro de 1937.

<sup>286</sup> Conforme indicado por BOMENY, Helena. “Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. P. 151.

autor dos versos, Osório Duque Estrada. A valorização do Hino, como símbolo nacional por excelência, incentivada pelo projeto nacionalista do Estado Novo e pelo momento de guerra, acabou por ter desdobramentos. Várias homenagens foram dedicadas a Francisco Manoel ao longo do regime ditatorial e se intensificaram nos momentos da guerra, tendo em vista os preparativos para a comemoração do sesquicentenário de seu aniversário, a realizar-se no dia 21 de fevereiro de 1945. O livro da série “Vultos. Datas. Realizações” provavelmente se inseriu dentro das ações empreendidas pelo governo para celebrar os 150 anos do compositor.

Dentre as medidas criadas para cultuar esse vulto histórico, já em 1937, a Lei n.º. 524, de 5 de outubro, autorizava o poder Executivo a abrir um crédito especial para a construção, na capital, de um monumento que perpetuasse a glória de Francisco Manoel da Silva. Porém, o projeto ainda não havia sido concretizado em 1940, uma vez que Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, escreveu uma carta a Vargas, naquele ano, no dia 21 de fevereiro, justamente o do aniversário de Francisco Manoel da Silva, lembrando o presidente da idéia da construção da estátua e propondo-lhe a concessão de cinquenta e quatro contos de réis para atender as despesas de tal iniciativa, sendo cinquenta para a construção do monumento e o restante para premiar os artistas brasileiros que apresentariam projetos de composição da escultura<sup>287</sup>.

Menos de dois meses depois, no dia 11 de abril de 1940, o presidente publica o Decreto-Lei n.º. 2.129, abrindo os créditos indicados por Capanema para levar a idéia adiante. A escolha do projeto vencedor ficaria a cargo de um júri composto de cinco membros designados pelo ministro da Educação e Saúde. No entanto, apesar de toda a mobilização, o monumento parece não ter saído do papel, uma vez que o principal local utilizado no dia 21 de fevereiro de 1945 para festejar o 150º aniversário de nascimento do compositor foi o cemitério do Catumbi, onde se localiza seu túmulo. Tal solenidade foi promovida pelo Centro Carioca e pela Sociedade dos Admiradores de Francisco Manuel da Silva<sup>288</sup>

Dentro das comemorações, o programa de rádio *Hora do Brasil* apresentou uma audição de obras do compositor, regida pela Banda de Música do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. O que chama a atenção é a importância que as Forças Armadas deram ao evento. O Exército Brasileiro participou ativamente, e os discursos foram

---

<sup>287</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 263. Pasta V. FGV/CPDOC.

<sup>288</sup> Todas as informações sobre as comemorações do sesquicentenário de nascimento de Francisco Manoel da Silva foram retiradas de: “O 150º aniversário de nascimento de Francisco Manoel da Silva”. *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 21 de fevereiro de 1945. P. 6.

feitos por militares. Às 10 horas falou o Coronel Estevão de Sousa Lima, Comandante do 1º Regimento de Cavalaria, ainda no cemitério. Às 16 horas, em solenidade cívica na Escola Nacional de Música, discorreu sobre a vida e a obra de Francisco Manoel o general Pedro Cavalcanti, chefe da Comissão Central de Requisições. O ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, determinou que todas as unidades do Exército lembrassem o nome do compositor, tal a importância que a sua mais célebre música possuía, pronunciando as seguintes palavras: “o Exército que se nutre e se anima, encoraja-se e luta destemerosamente ao ouvir seus acordes, quer na paz como na guerra, não pode deixar passar a efeméride tão militar quanto brasileira”<sup>289</sup>.

Por sua vez, a escolha de um livro sobre Tiradentes deve ser entendida, principalmente, na chave da luta pela defesa da liberdade. Havia uma clara necessidade de o regime selecionar e construir uma figura histórica que, tendo lutado no passado para garantir a liberdade e a soberania do Brasil contra a opressão, ajudaria a confirmar e legitimar, no presente, a luta contra o nazi-fascismo<sup>290</sup>. O DIP, um dos braços de produção cultural do Estado Novo, não ficaria de fora de tal projeto, que já contava com a importante colaboração do Ministério da Educação e Saúde. Tudo indica que o texto que deu origem ao livro foi produzido em 1942, para as celebrações dos 150 anos da morte de Tiradentes<sup>291</sup>.

Analisando a forma como, dentro da série publicada pelo DIP, Luciano Lopes construiu a biografia de Joaquim José da Silva Xavier, podemos dizer que ela se assemelha enormemente à imagem escolhida e divulgada por Capanema nas políticas culturais empreendidas em seu ministério, analisada no 3º capítulo. Na obra da coleção “Vultos. Datas. Realizações”, o perfil de Tiradentes vai ser marcado pela comparação com Jesus Cristo, seja na própria capa, seja no texto<sup>292</sup>; pela liderança absoluta do

---

<sup>289</sup> Idem.

<sup>290</sup> A revista *Cultura Política*, publicada no mesmo ano que o livro *Tiradentes*, caracterizou da seguinte maneira as celebrações pelo dia 21 de abril: “Revestem-se de extraordinário brilho as comemorações de 21 de abril, as homenagens à memória de Tiradentes. A figura do mártir da Independência realça particularmente nesta hora em que lutamos de novo pela liberdade contra a barbárie nazi-fascista”. Revista *Cultura Política*, ano IV, num. 46, novembro de 1944. P. 193.

<sup>291</sup> O autor afirma: “cento e cinquenta anos se passaram desde quando a cidade do Rio de Janeiro foi teatro, onde se consumou a horrível tragédia da morte de Tiradentes”. LOPES, Luciano. *Tiradentes*. Rio de Janeiro: DIP, 1944. P. 51.

<sup>292</sup> A comparação com Jesus Cristo aparece, principalmente, na seguinte citação: “É próprio do homem normal empreender grandes coisas com grandes recursos; mas com minguados recursos empreender grandes coisas só os gênios podem fazer. Jesus multiplicou alguns pãezinhos de modo a alimentar a multidão. Só o gênio imita a Cristo, multiplicando, prodigiosamente, o pouco que possui. Com a minguada educação recebida, Tiradentes adquiriu novos conhecimentos e alcançou mais largas visões do que os homens do seu tempo, empreendendo uma obra gloriosa qual a emancipação do Brasil (...)”. Idem. P. 21.

movimento<sup>293</sup>, tendo partido dele a idéia da conjuração<sup>294</sup> e de reunir outros adeptos à causa<sup>295</sup>; e pelo caráter ilibado que, segundo o autor, permitiu a formação das seguintes qualidades: generosidade (preocupação com os problemas do povo), paixão pela justiça, lealdade, amor à liberdade (com disposição de ir até o fim por essa causa), entusiasmo e coragem.

É nítida a semelhança entre a forma como o MES e o DIP estruturaram uma representação de Tiradentes. O único ponto que se distingue nos dois projetos é o fato de que Luciano Lopes fez questão de destacar a atuação militar do inconfidente que, no tempo da conjuração, ocupava o posto de Alferes do Regimento de Cavalaria em Vila Rica. Segundo o autor, Tiradentes dedicou-se com muito esforço e fidelidade a essa função, até porque “não lhe faltavam para isso os predicados essenciais: coragem e zelo no cumprimento do dever”<sup>296</sup>. Uma das razões de sua revolta contra o estado das coisas de seu tempo foi o não cumprimento correto das progressões e elevações de patente dentro da corporação. Tiradentes se viu preterido nas promoções a que tinha direito, sendo contemplados muitos dos que haviam sido seus subordinados.

A entrada do Brasil na guerra, ao lado dos Aliados, vai contribuir para intensificar não só a imagem militar de Tiradentes, mais também a idéia de liberdade, marca do personagem. Se a defesa da liberdade, antes de 1942, era um entre vários valores destacados para assinalar a figura de Tiradentes, ela passa a ocupar, com a inserção do país no conflito mundial, um lugar de excepcional relevo, sobrepujando-se a qualquer outro. Esse destaque do valor da liberdade, promovido pelo governo, rapidamente se propaga nos meios de comunicação. A análise das matérias sobre as comemorações do 21 de abril presentes no *Jornal do Brasil* do período que vai de 1942 a 1945 demonstra isso. Como exemplo, podemos citar a seguinte passagem de um dos artigos do *Jornal do Brasil* de 21 de abril de 1944:

Hoje, o seu vulto adquire novo motivo de orgulho e de veneração. Pela liberdade, lutamos nós, os descendentes de sua linhagem de armas na mão, prontos a honrar o seu nome, a comparecer diante de sua memória, para testemunhar que não morreu em vão.

Outros rebentos da raça estão de pé, enfrentando a progente dos tiranos, que ainda não conseguimos banir da face da terra. À conspiração contra a

---

<sup>293</sup> “Fizeram-se várias reuniões, nas quais Tiradentes tinha a palavra e era ouvido com atenção. Numa delas expôs o Alferes o plano geral do levante e tomaram várias deliberações importantes, distribuindo-se os papéis a cada um e assentando em linhas gerais o programa de governo”. Idem. P. 31 e 32.

<sup>294</sup> “Foi Tiradentes quem primeiro lançou a idéia da conjuração e o fez com aquele entusiasmo que lhe era próprio (...)”. Idem. P. 29 e 30.

<sup>295</sup> “Tiradentes, por ser o mais entusiasta e pela sua facilidade de falar e persuadir aos outros, ficou incumbido de angariar adeptos”. Idem. P. 32.

<sup>296</sup> Idem. P. 19.

liberdade, que ele nos ensinou a amar, o Brasil responde com a intrepidez e a coragem de que ele deu exemplo inolvidável. Ele nos ensinou a lutar pela liberdade e estamos certos de que arrancaremos um dia as armas das mãos daqueles que investem contra o supremo bem dos homens e das nações<sup>297</sup>

Já Antonio Austregésilo, em seu livro, *Oswaldo Cruz*, elabora uma linha de interpretação do personagem histórico que se aproxima mais da questão da defesa nacional e, em certa medida, também da luta pela liberdade. Na interpretação do autor, o biografado quis proteger o país de um inimigo poderoso, “melhorando e salvando o Brasil de tantas agressões pestilenciais”<sup>298</sup>. A “batalha do bem, representado pelo saneamento do Brasil”<sup>299</sup>, empreendida por Oswaldo Cruz ao longo de sua administração sanitária, “pode-se separar em três combates: contra a febre amarela, a varíola e a peste bulbônica”<sup>300</sup>. Oswaldo Cruz, segundo o autor, foi bem sucedido em sua empreitada, uma vez que “a guerra durou, aproximadamente, 3 anos, ao fim dos quais podia dizer-se que estavam quase extintas as infecções na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”<sup>301</sup>, momento no qual “assistimos à libertação do Rio de Janeiro daquele terror”<sup>302</sup>.

É curioso notar nas citações acima como a narrativa é construída com expressões ligadas à guerra, como se o sanitarista fosse um guerreiro e as epidemias um inimigo invasor cruel a ser combatido e expulso do Brasil, tornando-o livre de suas garras. Esse tipo de construção textual, claramente inspirado no conflito mundial que estava em curso, ajuda a comprovar a importância da guerra para a elaboração e desenvolvimento da coleção “Vultos. Datas. Realizações” e a prioridade do DIP na exaltação de heróis militares. Na forma como foi elaborado o livro, Oswaldo Cruz acaba sendo um exemplo para o Brasil na luta contra o nazi-fascismo. Ele enfrentou um inimigo poderoso, venceu e tornou livre o país. Se o nosso passado apresentava tantos casos de triunfo em relação

---

<sup>297</sup> “Jornada da Liberdade”. *Jornal do Brasil*, sexta-feira, 21 de abril de 1944. P. 5. Em outro artigo presente no mesmo jornal e na mesma página ainda se acrescenta: “É por uma coincidência que é preciso salientar, o Brasil, ao lado das Nações Unidas, luta pelos mesmos ideais que inflamaram a mente de Joaquim José da Silva Xavier, dos poetas, prelados, doutores, soldados e mais filhos da terra que conspiravam no último quartel do século XVIII, no rincão altivo das montanhas mineiras. São, com efeito, os mesmos ideais de independência para o Brasil, ameaçado pela vitória do Eixo, e de democracia para todos os povos que nos levaram a formar ao lado das Nações Unidas e a formar a nossa efetiva participação na guerra. “Recordando o sacrifício de Tiradentes”.

<sup>298</sup> AUSTREGÉSILO, Antonio. *Oswaldo Cruz*. Vultos. Datas. Realizações. Rio de Janeiro: DIP, 1944. P. 36.

<sup>299</sup> Idem. P. 28.

<sup>300</sup> Idem. P. 60.

<sup>301</sup> Idem. P. 62.

<sup>302</sup> Idem. P. 63.

à defesa de sua população e de seu território, por que seria diferente diante de mais um obstáculo?

Por sua vez, o livro *Vida do General Manoel Luís Osório*, de Luiz Pinto, conseguiu reunir os três aspectos valorizados pelo governo Vargas. Ao longo das batalhas e guerras nas quais esse militar se envolveu em toda a sua carreira no Exército, destaca o autor, procurou defender a nação contra povos invasores, como na Guerra do Paraguai e contra os próprios brasileiros, uma vez que eles, por meio de revoltas em vários estados do país, tentavam separar-se do Brasil, como no caso da Farrroupilha, no Rio Grande do Sul. Havia, sem dúvida, uma preocupação em construir, em tempos de guerra, exemplos, seja para os militares, seja para os brasileiros de uma forma geral, que precisavam de referências heróicas do passado. Por conta disso, Luiz Pinto apresentou o biografado como um modelo de militar: era claro, sereno, objetivo, homem de ação, corajoso, firme e audaz. O seu destino era ser soldado: “nasceu para a guerra e a guerra o atraía grandemente”<sup>303</sup>, daí ter se tornado alferes com apenas 16 anos<sup>304</sup>.

Além disso, vale observar a escolha de Osório e não de Caxias para figurar em um dos 8 livros publicados. Como vimos no 3º capítulo, segundo Celso Castro<sup>305</sup>, as décadas de 1920, 30 e 40 foram marcadas pela progressiva substituição da figura de Osório pela de Caxias como o novo modelo ideal de soldado, e o personagem histórico de mais prestígio no Exército. Caxias passou a ser construído como o soldado disciplinado e obediente às autoridades superiores, o que serviu como um reforço contra a indisciplina, até então forte nas Forças Armadas. No entanto, a presença de um livro sobre Osório, publicado em 1945, na série “Vultos. Datas. Realizações”, mostra que essa mudança foi lenta e que a representação simbólica de Osório ainda possuía valor e importância, convivendo com a de Caxias. Além disso, ter-se atribuído a Caxias um lugar memorial maior não inviabilizou as representações de Osório como grande soldado. Ele também foi reverenciado como um militar disciplinado e patriota: “era o técnico das conciliações largas, disciplinadas e humanas, do homem e do soldado, do disciplinador disciplinado, do auscultador da alma coletiva”<sup>306</sup>. Em suma, esse caso

---

<sup>303</sup> PINTO, Luiz. *Vida do General Manoel Luís Osório*. Vultos. Datas. Realizações. Rio de Janeiro: DNI, 1945. P. 16.

<sup>304</sup> “Em 1823 o menino do campo, o pequeno vaqueiro, deixava de ouvir o estouro da boiada, para escutar o tropel da guerra. A predestinação do futuro soldado já o impulsionava”. Idem. P. 22.

<sup>305</sup> CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

<sup>306</sup> PINTO, Luiz. *Vida do General Manoel Luís Osório*. Vultos. Datas. Realizações. Rio de Janeiro: DNI, 1945. P. 26.

serve bem para demonstrar que assim como não é tarefa fácil criar heróis, desfazê-los tampouco.

No livro de Luiz Pinto, mais uma vez, assim como em *Os Holandeses no Maranhão*, as guerras nas quais o Brasil se envolvia aparecem como guerras de defesa, nunca de conquista. A invasão do território brasileiro por invasores externos foi o que motivou o envolvimento de Osório nos conflitos. O passado brasileiro mostrava que o seu povo era pacífico e, portanto, quando o Brasil entrava em uma guerra era porque fora atacado em sua soberania e precisava se defender. Em relação à Guerra do Paraguai, o autor descreve da seguinte maneira a posição do Brasil: “tomavam-se as providências que o caso exigia, pois, pacifista, o Brasil nunca vivia esperando guerra, mas sempre disposto a colaborar pela paz, pelas soluções do direito e da cultura, pelo entendimento entre os homens”<sup>307</sup>. Esse episódio indicava o caminho a ser seguido pelo país no presente, depois de ter sido atacado pelo Eixo: defender-se com o uso da força.

Por fim, temos o livro *Quintino Bocaiúva*, de Hélio Sodré. Essa figura histórica, antes mesmo do Estado Novo, já vinha sendo valorizada e celebrada no governo Vargas. Em 4 de dezembro de 1936, o governo organizou, no Rio de Janeiro, uma cerimônia de comemora o do Centenário de nascimento de Quintino Bocaiúva, que contou com a presença do ministro da Educa o e Saúde, Gustavo Capanema<sup>308</sup>. Com a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados, essa figura, considerada uma das grandes responsáveis pela instaura o da república no Brasil, passa a atuar como um dos pilares do movimento de liberta o política do país<sup>309</sup>. É justamente pelo valor da liberdade, fundamental para o governo naquele momento, que devemos analisar esse livro e compreender a escolha desse personagem.

Hélio Sodré começa apresentando Quintino Bocaiúva profissionalmente, descrevendo aspectos da trajetória do biografado como jornalista, como crítico literário, como teatrólogo e como poeta. Mais ao final da obra, aborda a sua importância no período do fim do Império, já que “sem Quintino, era impossível a implanta o da

---

<sup>307</sup> Idem. P. 33.

<sup>308</sup> Ver: Nota biográfica sobre Quintino Bocaiúva por ocasião do centenário de nascimento. Arquivo Ranulfo Bocaiúva Cunha, RBC pi Cunha, R. B. 1936. 12. 04. FGV/CPDOC e uma das fotografias tiradas durante a solenidade, na qual estão presentes, entre outros, Gustavo Capanema e Horta Barbosa. Arquivo Horta Barbosa, HB foto 019. FGV/CPDOC.

<sup>309</sup> Essa constru o de Bocaiúva, que, nesse aspecto, colocou-o ao lado de Tiradentes, também passou a ser utilizada com destaque pela imprensa de uma forma geral. Por exemplo, ele foi reconhecido da seguinte maneira pelo *Jornal do Brasil* publicado no dia em que se celebra a Proclama o da República e no ano em que o livro do DIP foi publicado: “a Na o não esqueceu o filho que lutou e venceu para que o seu destino tivesse, no cenário continental, um alto sentido e um lugar de relevo entre os povos livres”. “A jornada republicana”. *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 15 de novembro de 1944. P. 5.

República, era impossível a derrocada da antiga estrutura política do Brasil”<sup>310</sup>. Afinal, ele foi “o que mais incansavelmente despendeu esforços para que fosse possível a proclamação da República”<sup>311</sup>, o que o tornou “o maior vulto do movimento republicano”<sup>312</sup>. Para o autor, apesar de os militares terem proclamado a República, ela “foi mais obra sua [de Bocaiúva] do que de outro qualquer. Foi ele quem preparou o ambiente para a revolução. E sem ele é bem possível que os elementos militares não tentassem, pelo menos tão cedo, o golpe que se verificou”<sup>313</sup>.

Redator do Manifesto Republicano de 1870, fundador do jornal *A República* e chefe do Partido Republicano Paulista, a imagem de Bocaiúva foi apropriada pelo governo que o considerou como o fundador da República e dos ideais republicanos no Brasil. Seu desejo era de, por meio da República, remodelar a sociedade, assentando-a sobre as bases da liberdade. A exaltação a essa figura alcançou seu ápice em 15 de novembro de 1944, quando, depois de 32 anos decorridos da sua morte (11 de julho de 1912), foi inaugurado um monumento em sua homenagem, como a parte principal das comemorações do Dia da República daquele ano<sup>314</sup>.

Além da luta pela liberdade e pela defesa e unidade nacionais, outras características, presentes de uma forma geral no conjunto dos livros, acabam por unir todas essas figuras enquanto heróis: patriotismo, valorização do trabalho, coragem, sacrifício, bondade, competência, predestinação, precocidade, interesse coletivo acima do interesse individual e disciplina. A análise do conjunto da série nos mostrou que um elemento fundamental para a escolha do DIP por referências do passado ter recaído nesses temas e personagens históricos foi o fato de justamente os anos de 1942 a 1945 serem marcados por efemérides importantes para a memória deles, como centenários, sesquicentenários, entre outros, o que estimulava e justificava a celebração. Enfim, ainda que tenha tido um tempo curto de duração, a coleção “Vultos. Datas. Realizações” tornou-se um projeto importante, durante o governo Vargas, tendo em vista a valorização dos heróis nacionais e do passado brasileiro.

---

<sup>310</sup> SODRÉ, Helio. *Quintino Bocaiúva*. Vultos. Datas. Realizações. Rio de Janeiro: DIP, 1944. P. 9.

<sup>311</sup> Idem. P. 52.

<sup>312</sup> Idem. P. 58.

<sup>313</sup> Idem. P. 51.

<sup>314</sup> Tal ato foi iniciado às 10:30 horas, na Praça Piaçava, na Lagoa Rodrigo de Freitas, próximo à rua Jardim Botânico, no Rio de Janeiro. As informações foram retiradas de: “O dia da República”. *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 15 de novembro de 1944. P.6. Essa matéria considera Quintino Bocaiúva o “Patriarca da República”. Para ter acesso ao discurso de exaltação da importância histórica de Quintino Bocaiúva, apresentado por ocasião da inauguração do monumento, ver: Arquivo Ranulfo Bocaiúva Cunha, RBC pi Cunha, R. B. 1944.11.15. FGV/CPDOC.

## Conclusão

A Revolução de 1930 e o Estado Novo foram movimentos políticos que, com o uso da força, alçaram Getúlio Vargas a presidente da República e o mantiveram por longos anos no cargo. Contudo, somente a força não basta para sustentar qualquer governo. É preciso formular imagens, símbolos e rituais para persuadir a sociedade e fazê-la conferir legitimidade a um regime político. Com esse objetivo, um Estado nacional procura mobilizar e, por meios legais, regulamentar os símbolos nacionais, no caso do Brasil, a bandeira, o hino, as armas e o selo, necessários à representação do país e à identificação de que os brasileiros formam uma Nação. No entanto, nesta dissertação, o foco de análise recaiu sobre um símbolo de pertencimento não definido em lei, os heróis nacionais, muito requisitado e valorizado no período do primeiro governo Vargas.

A contribuição que trouxemos foi a de procurar analisar essa valorização em seu conjunto, como um projeto bem definido e de longo prazo, distanciando-nos, portanto, de uma historiografia sobre o período Vargas que fez referência aos vultos nacionais sem considerá-los objetos centrais de análise. O que fizemos foi refletir sobre um conjunto de práticas empreendidas para a celebração e construção de heróis nacionais, que nos permitem, ao apontar para a intencionalidade delas, evidenciar os chamados usos políticos do passado.

Para os integrantes do governo Vargas, era certa a importância que os “grandes homens” podiam desempenhar. Tendo em vista esse valor, não pouparam recursos materiais e simbólicos para sua valorização, de forma que as celebrações se tornaram contínuas e duradouras. Se a necessidade de tais ações já era ponto pacífico, as incertezas ficaram por conta do passo seguinte: definir os caminhos a seguir, dentre os muitos possíveis, o que gerou disputas constantes. Uma primeira questão posta na mesa para discussão dizia respeito a que tipo de iniciativa político-cultural seria mais eficaz para o propósito de fazer os vultos nacionais ficarem mais presentes na memória da população. No decorrer da pesquisa, observamos que o governo optou por fazer referência aos heróis da pátria mobilizando meios e recursos os mais diversos, dentro do ambiente escolar – com a orientação da composição de livros didáticos, a criação de concursos de biografias e a intensificação da celebração de datas cívicas –, e mais ainda fora dele – com a prática de atribuir nome de vultos nacionais a ruas, praças e escolas, a

construção de estátuas e bustos e a produção de livros biográficos, cartilhas, peças de teatro, filmes, programas de rádio, moedas, cédulas e palestras sobre brasileiros ilustres.

Com o mesmo propósito, mas no intuito específico de aproximar os heróis nacionais da sociedade para melhor se “conviver” com eles, o governo Vargas investiu, especialmente, em quatro frentes de atuação. Primeira: conservar os lugares onde os vultos atuaram, criando para isso leis de proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro e tombando imóveis considerados importantes. Segunda: preservar os objetos pessoais que pertenceram aos “grandes homens” e mostrá-los à sociedade, seja reformando e ampliando antigos museus, seja criando novos. Terceira: aproximar-se dos descendentes e pessoas que conviveram com as figuras históricas, de forma a humanizar mais essas figuras, o que as tornava mais “reais”. Quarta: resguardar os restos mortais dos personagens célebres da história do país, por meio da panteonização, ainda que fosse necessário repatriar os despojos que se localizavam em países estrangeiros.

Tanto interesse dispensado à valorização dos vultos históricos pode ser justificado, como vimos, por conta de dois fatores. Por um lado, porque os heróis são sempre bons exemplos para a transmissão de valores que se quer fixados na população, sendo, nesse caso, fundamentais para o projeto do regime de composição do “homem novo”. Por outro, pela contribuição que acabaram tendo na legitimação dos próprios integrantes do governo, que se valendo de estátuas, salas de museus, concursos biográficos escolares, fotos, livros, cartilhas, moedas e cédulas, apresentavam-se como uma continuidade dos heróis nacionais. Dessa forma, o presidente da república e seus ministros, ao serem representados como possuidores das virtudes dos “grandes mortos do passado”, tornavam-se os “grandes vivos do presente”.

Uma segunda questão discutida pelos integrantes do regime, e que provocou disputas entre eles, dizia respeito à escolha dos personagens a serem mais valorizados, o que significava ganhar espaço privilegiado no panteão nacional. Durante o Estado Novo, três figuras ficaram em evidência: o Duque de Caxias, o Barão do Rio Branco e Tiradentes. A seleção privilegiada desses três personagens se explica, primeiramente, por causa do contexto internacional, marcado pela eclosão da Segunda Guerra Mundial, que levou o governo a se preocupar, principalmente, com a defesa nacional e com o patriotismo, valorizando personagens históricos aos quais fosse possível e verossímil atribuir valores militares e/ou diplomáticos ligados à pátria.

Além disso, esses três vultos obtiveram importantes incentivadores de seus cultos, que, por ocuparem posições privilegiadas no âmbito governamental, dispunham

de recursos privilegiados para intensificar práticas político-culturais de valorização da memória desses heróis. Sendo assim, o espaço de mais alto prestígio, ocupado pelo Duque de Caxias, Barão do Rio Branco e Tiradentes, foi obtido por conta da forte colaboração dos detentores das pastas de três ministérios estratégicos no período da Segunda Guerra: respectivamente, Eurico Gaspar Dutra (ministro da Guerra), Oswaldo Aranha (ministro das Relações Exteriores) e Gustavo Capanema (ministro da Educação e Saúde).

A análise que fizemos dos dois projetos de valorização dos vultos nacionais, a saber, “Os nossos grandes mortos” e “Vultos. Datas. Realizações”, criados, respectivamente, por Gustavo Capanema, no Ministério da Educação e Saúde (MES) e por Amílcar Dutra de Meneses, no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), ajudou-nos a mostrar como a construção de “grandes homens” aparecia enquanto um elemento essencial ao governo Vargas. A primeira demonstração disso é o fato de que tanto o MES quanto o DIP, os dois órgãos mais importantes para a exaltação da imagem do governo e influentes no âmbito da produção de políticas culturais do regime, ocuparam-se do assunto, ainda que possuíssem funções distintas e muitas vezes disputassem entre si espaços de atuação e concessão de verbas.

A segunda demonstração da importância primordial dos personagens históricos e do passado brasileiro para o governo pode ser encontrada na simples comparação entre as duas séries. Enquanto “Os nossos grandes mortos” foi uma das primeiras medidas de caráter nacionalista, criada em consequência da chamada Intentona Comunista e da luta contra o comunismo, portanto, elaborada no momento de fortalecimento do regime, constitucional; “Vultos. Datas. Realizações” foi uma das últimas, criada em consequência da entrada do Brasil na Segunda Guerra ao lado dos Aliados e da luta contra o nazi-fascismo, elaborada em momento de enfraquecimento da ditadura do Estado Novo. Ou seja, é nítido como os vultos nacionais foram requisitados todo o tempo (principalmente de 1935 a 1945), em contextos políticos os mais diversos, servindo nos planos do governo como uma carta coringa, adaptável a qualquer situação.

Além das importantes diferenças já destacadas, outras podem ser apresentadas na tarefa de se comparar a forma como foram projetados e conduzidos os dois projetos, bem como o teor de seus conteúdos. “Os nossos grandes mortos”, da apresentação das conferências às idas e vindas na tentativa e efetiva publicação em livro, durou dez anos, período no qual conseguiu mobilizar diversas esferas de divulgação. Além das palestras apresentadas nos salões nobres do Instituto Nacional de Música e da Escola Nacional de

Belas Artes, os textos das biografias escritas para o evento também foram reproduzidos no rádio, em jornais e livros. “Vultos. Datas. Realizações”, por sua vez, durou somente dois anos, sendo um projeto voltado apenas para a publicação de livros, ainda que alguns deles tenham sido originalmente conferências.

As duas coleções também apresentaram distinções importantes no que diz respeito à seleção dos tipos de heróis nacionais e das áreas nas quais eles atuaram para se tornarem célebres. A série de palestras do MES, produzida no período de 1936 a 1938, em pleno combate ao comunismo, priorizou os homens das letras, uma vez que a maior quantidade de vultos históricos escolhidos se encontrava no grupo dos “Literatos e jornalistas”, sendo sucedido pelo dos “Estadistas, administradores e parlamentares” e, em seguida, pelo dos “Militares”, que aparece em terceiro lugar no volume de personagens selecionados. Já os livros do DIP, produzidos nos anos de 1944 e 1945, priorizaram os militares, uma vez que o contexto da Segunda Guerra e do combate ao nazi-fascismo contribuíram para que eles saíssem da posição na qual se encontravam nas palestras de Capanema e chegassem ao lugar de maior destaque.

No entanto, apesar de díspares em vários aspectos, em alguns outros, “Os nossos grandes mortos” e “Vultos. Datas. Realizações” se aproximavam. A começar pelo fato de ambos terem sido coleções de livros, prática editorial que se afirmava como um modelo atraente e rentável no mercado editorial brasileiro, principalmente a partir das décadas de 1930 e 1940, período marcado por um vigoroso surto editorial e por uma grande expansão na venda de livros. Nesse momento, novas editoras foram fundadas e passaram a investir na produção de coleções, como, por exemplo, a Cia. Editora Nacional (“Coleção Brasileira”), a Editora José Olympio (“Coleção Documentos Brasileiros”) e a Editora Martins Fontes (“Biblioteca Histórica Brasileira”)<sup>315</sup>.

As coleções, de um modo geral, fizeram com que as editoras produzissem livros em maior escala e com preços reduzidos, voltados para públicos diferenciados, como mulheres, crianças, viajantes, profissionais, o que ocasionou a segmentação do mercado da leitura<sup>316</sup>. É justamente nesse outro aspecto que os projetos do MES e do DIP se assemelham, uma vez que foram criados para atender, principalmente, à mesma categoria de leitores: os jovens. Na verdade, a juventude foi o grupo com o qual o

---

<sup>315</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. “A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasileira”. In: DUTRA, Eliana & MOLLIER, Jean Yves (Orgs). *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006. P. 300, 301, 303 e 313.

<sup>316</sup> Idem. P. 300.

governo Vargas mais se preocupou em seu projeto de modernização da sociedade e de constituição de um “homem novo”. Contudo, apesar de voltados a um público específico, procurava-se que tanto as palestras e os livros da série “Os nossos grandes mortos”, quanto os livros “Vultos. Datas. Realizações” fossem prestigiados pela sociedade como um todo.

Alem disso, os responsáveis pelos dois projetos de valorização dos vultos nacionais tiveram a mesma preocupação ao selecionar os autores para redigirem as conferências e os livros. De uma forma geral, optaram por escritores e biógrafos que possuíssem algum elemento em comum com os biografados e com os temas trabalhados. Sendo assim, escolheu-se, por exemplo, um professor para falar de outro; um médico para homenagear um colega de profissão; e um arquiteto para escrever sobre uma rodovia.

Os dois contextos políticos que, ao longo do governo Vargas, mais estimularam o investimento e a valorização dos vultos nacionais e contribuíram para a criação de “Os nossos grandes mortos” e de “Vultos. Datas. Realizações”, os de combate ao comunismo e ao nazi-fascismo, foram marcados, de forma semelhante, pela denúncia de que havia “traidores da pátria” agindo covardemente. No primeiro deles, a chamada Intentona Comunista, deflagrada entre os dias 23 e 27 de novembro de 1935, teria sido conduzida por militares brasileiros associados a estrangeiros, que foram acusados de, no levante do Rio de Janeiro, terem assassinado colegas de farda ainda dormindo, denúncia, até hoje, muito controversa, mas que tinha grande impacto<sup>317</sup>.

Já a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados teria sido motivada como represália ao ataque do Eixo, sofrido entre os dias 14 e 16 de agosto de 1942, no qual houve o torpedeamento simultâneo de cinco unidades de navios brasileiros nas costas da Bahia, alguns deles conduzindo mulheres e crianças, além de passageiros destinados a um congresso religioso em São Paulo. Os informantes da rota dos navios que acabaram afundados seriam alemães naturalizados brasileiros, que, embora tenham recebido hospitalidade e feito fortuna na América, trabalharam contra a nova pátria<sup>318</sup>. Daí a urgência em se produzir as duas séries: estimular o amor ao Brasil em dois momentos que demonstravam ter havido, ao menos em parte da população, o enfraquecimento e a perda dele.

---

<sup>317</sup> CASTRO, Celso. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. P. 51.

<sup>318</sup> “Dois anos de guerra”. Revista *Cultura Política*, ano IV, num. 43, agosto de 1944. Pp. 15-17. O artigo completo está situado nas páginas 15 a 31.

Enfim, o que procuramos mostrar com este trabalho é que, embora alguns valores importantes para a legitimação do regime tenham mudado ao longo dos quinze anos de permanência de Vargas no poder, assim como mudaram os canais empregados para transmiti-los à população, algo não foi alterado: o recurso de se utilizar dos grandes personagens históricos para propagar tais valores. A prioridade dispensada a eles deve ser compreendida, portanto, como um projeto político que ultrapassava conjunturas específicas. Nele era esperado que os “grandes homens” conquistassem e não deixassem mais o coração dos brasileiros. Nesse processo, o que parece evidente é que, ao terem sido tão requisitados em momentos distintos e ao longo de pelo menos dez anos (1935-1945), os vultos nacionais, acima de tudo, nunca deixaram de ser a mente dos integrantes e funcionários do regime.

## Fontes e bibliografia

### Fontes

#### Arquivos

Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea – CPDOC

- Arquivo Alexandre Marcondes Filho
- Arquivo Alzira Vargas do Amaral Peixoto
- Arquivo Cristiano Machado
- Arquivo Getúlio Vargas
- Arquivo Gustavo Capanema
- Arquivo Horta Barbosa
- Arquivo Luiz Vergara
- Arquivo Oswaldo Aranha
- Arquivo Ranulfo Bocaiúva Cunha
- Arquivo Rosalina Coelho Lisboa
- Arquivo Valdemar Falcão

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB

- Arquivo/Fundo Paulo de Frontin
- Arquivo/Fundo Wanderley Pinho

#### Jornais

- *A Manhã* (1944).
- *Correio da Manhã* (1937 e 1940).
- *Jornal do Brasil* (1930 a 1945).
- *O Jornal* (1937).

## Revistas

- *Cultura Política* (1942, 1944 e 1945).
- *Nação Armada* (1940).
- *Revista do IHGB* (1943).

## Depoimento

- SILVEIRA, José. Entrevista realizada pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em 25/07/1978 e doada ao CPDOC em 15/08/1996.

## Dicionários

*Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV.*

Verbetes:

- BARROSO, Gustavo.
- DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP).
- FONTES, Lourival.
- JUVENTUDE BRASILEIRA.
- LIMA, Alceu Amoroso.
- LIMA, Negrão de.
- LIRA, Augusto Tavares de.
- LISBOA, Rosalina Coelho.
- LOBO, Hélio.
- MENESES, Amílcar Dutra de.
- REIS, Coelho dos.
- REVOLUÇÃO DE 1930.

COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras: (1711-2001)*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

Verbete:

- LISBOA, Henriqueta.

MARIZ, Vasco. *Dicionário bio-bibliográfico musical; brasileiro e internacional*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1948.

Verbete:

- FREITAS, Violeta Coelho Neto de.

### Livros

Coleção “Os nossos grandes mortos”

- BARROSO, Gustavo. *Caxias*. Rio de Janeiro: Agir, 1945.
- LEÃO, Múcio. *Nabuco*. Rio de Janeiro: Agir, 1950.
- LIMA, Jorge de. *D. Vital*. Rio de Janeiro: Agir, 1945.
- LISBOA, Henriqueta. *Alphonsus de Guimarães*. Rio de Janeiro: Agir, 1945.
- LOBO, Helio. *Manuel de Araújo Porto-Alegre*. Rio de Janeiro: Agir, 1945.
- MAGALHÃES, Basílio de. *Teófilo Otoni*. Rio de Janeiro: Agir, 1945.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O Intendente Câmara*. Rio de Janeiro: Agir, 1945.
- PAIVA, Jorge O’ Grady de. *João Gualberto, varão da eternidade*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.
- SILVEIRA, Tasso da. *Jackson de Figueiredo*. Rio de Janeiro: Agir, 1945.

Coleção “Vultos. Datas. Realizações”

- ALBUQUERQUE, Amarílio de. *A História do Hino Nacional Brasileiro*. Rio de Janeiro: DIP, 1944.
- AUSTREGÉSILO, Antônio. *Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro: DIP, 1944.
- LOPES, Luciano. *Tiradentes*. Rio de Janeiro: DIP, 1944.
- MONTELLO, Josué. *Os Holandeses no Maranhão*. Rio de Janeiro: DIP, 1945.
- PINTO, Luiz. *Vida do General Manoel Luís Osório*. Rio de Janeiro: DNI, 1945.
- SILVA, Moacir Malheiros Fernandes. *Rodovia Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro
- SODRÉ, Hélio. *Quintino Bocaiúva*. Rio de Janeiro: DIP, 1944.
- VIANA, Hélio. *Matias de Albuquerque*. Rio de Janeiro: DIP, 1944.

### Demais obras consultadas

- AMARAL, Azevedo. *Getúlio Vargas, estadista*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1941.
- BARRETO FILHO, João Paulo Mello. *Anchieta e Getúlio Vargas: iniciativas e realizações*. Rio de Janeiro: DIP, 1941.
- BARROSO, Gustavo Dodt (org). *Catálogo Descritivo e Comentado do Pavilhão do Mundo Português e Pavilhão do Brasil Independente*. Exposição do Museu Histórico Nacional. Lisboa: [s.n.], 1940. Não paginado.
- CALMON, Pedro. *A unidade histórica*. Segundo Congresso de Brasilidade. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1942.
- CAPANEMA, Gustavo. “Nossos grandes mortos (prefácio)”. In: LIMA, Jorge de. *D. Vital*. Rio de Janeiro: Agir, 1945.
- CIDADE, F. de Paula & CORREIA, Jonas. *Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: DIP, 1941.
- COSTA, Nelson. “O Dia da Pátria”. In: *Terceiro livro de leituras brasileiras (para uso das crianças)*. 3º edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1942. P. 86 e 87.
- FALCÃO, Edmilson Rego. *Getúlio Vargas e a Unidade Nacional*. Rio de Janeiro, S. ed., 1941.
- GAMA, Mozart da; HENRIQUES, Gilson de Mendonça. *Que tem feito o presidente Getúlio Vargas?* Rio de Janeiro: Borsoi, s.d.
- LINS, Álvaro. *Rio Branco: o Barão do Rio Branco, 1845-1912*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.
- LORENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. “Educação e segurança nacional”. In: *Tendências da Educação Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1940. Pp. 95-122.
- MACEDO, Roberto da Mota. *A História do Brasil em Cinco Lições*. Rio de Janeiro: Alba, 1943.
- \_\_\_\_\_. *A unidade histórica do Brasil*. Terceiro Congresso de Brasilidade. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1943.
- \_\_\_\_\_. “A História e os Heróis”. In: *Notas Históricas*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1944. P. 19 e 20.

- \_\_\_\_\_ . “Invasores repelidos”. In: *Notas Históricas*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1944. P. 222 e 223.
- MOSES, Herbert. *Unidade Americana*. Terceiro Congresso de Brasilidade. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1943.
- *Quem foi que disse? Quem foi que fez?* S/ autor. Rio de Janeiro: DIP, s.d.
- REBELO, Marques. *Vida e Obra de Manuel Antônio de Almeida*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/Instituto Nacional do Livro, 1943.
- SERRANO, Jonathas. *Como se ensina História*. São Paulo: Melhoramentos, 1935.
- \_\_\_\_\_ . *A unidade histórica do Brasil*. Quarto Congresso de Brasilidade. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1944.

### Leis

- BRASIL. Lei n°. 259, de 1 de outubro de 1936. Torna obrigatório, em todo o país, nos estabelecimentos de ensino e associações de fins educativos, o canto do hino nacional.
- \_\_\_\_\_ . Lei n°. 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.
- \_\_\_\_\_ . Lei n°. 524, de 5 de outubro de 1937. Autoriza a abrir os créditos necessários para a construção de um monumento a Francisco Manoel da Silva, autor do Hino Nacional Brasileiro.

### Decretos

- BRASIL. Decreto n°. 4.120, de 3 de setembro de 1920. Revoga os arts. 1° e 2° do decreto n. 78 A, de 21 de dezembro de 1889 e autoriza a transladar para o Brasil os despojos mortais do ex-Imperador D. Pedro II e de sua esposa, D. Teresa Cristina, abrindo para tal fim os necessários créditos.
- \_\_\_\_\_ . Decreto n°. 15.671, de 6 de setembro de 1922. Declara oficial a letra do Hino Nacional Brasileiro, escrita por Joaquim Osório Duque Estrada.
- \_\_\_\_\_ . Decreto n°. 19.555, de 31 de dezembro de 1930. Transfere a Imprensa Nacional para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

- \_\_\_\_\_. Decreto n°. 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário.
- \_\_\_\_\_. Decreto n°. 21.270, de 11 de abril de 1932. Abre o crédito de 300:000\$0 para a construção do mausoléu dos Imperadores na Catedral de Petrópolis e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_. Decreto n°. 22.928, de 12 de julho de 1933. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional.
- \_\_\_\_\_. Decreto n°. 24.257, de 16 de maio de 1934. Altera a tolerância da moeda de prata 2\$000 e a composição das de bronze de alumínio de 1\$000 e \$500.
- \_\_\_\_\_. Decreto n°. 565, de 31 de dezembro de 1935. Autoriza o ministério de Estado dos Negócios da Fazenda a mandar cunhar na Casa da Moeda a importância de cinquenta mil contos de réis (50.000:000\$000) em moedas auxiliares e divisionárias e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_. Decreto n°. 756 A, de 21 de abril de 1936. Autoriza a transladação para o Brasil, das cinzas dos Inconfidentes, e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_. Decreto n°. 15.093, de 20 de março de 1944. Aprova o “Plano Rodoviário Nacional” e dá outras providências.

#### Decretos-Leis

- BRASIL. Decreto-Lei n°. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei n°. 849, de 9 de novembro de 1938. Autoriza o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda a mandar cunhar na Casa da Moeda a importância de dez mil contos de réis (10.000:000\$000) em moedas divisionárias de cupro-níquel.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei n°. 1.538, de 24 de agosto de 1939. Autoriza a cunhagem de moedas auxiliares e divisionárias de 2\$, 1\$ e \$5, de bronze-alumínio, até a importância de vinte mil contos de réis (20.000:000\$0), e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei n°. 1.915, de 27 de dezembro de 1939. Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências.

- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei n.º. 1.954, de 9 de janeiro de 1940. Aprova o projeto e orçamento do monumento ao Barão do Rio Branco e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei n.º. 1.978, de 24 de janeiro de 1940. Concede uma pensão vitalícia a D. Ítala Gomes Vaz de Carvalho.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei n.º. 2.072, de 8 de março de 1940. Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei n.º. 2.096, de 29 de março de 1940. Cria, na cidade de Petrópolis, o Museu Imperial.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei n.º. 2.129, de 11 de abril de 1940. Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 54:000\$0 para a construção de um monumento a Francisco Manoel da Silva.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei n.º. 2.130, de 12 de abril de 1940. Dispõe sobre as oficinas e serviços gráficos federais.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei n.º. 2.624, de 24 de setembro de 1940. Transfere cargos e carreiras de quadros de diversos Ministérios para o Quadro III – Imprensa Nacional – do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei n.º. 3.551, de 25 de agosto de 1941. Concede pensão vitalícia a descendentes do Duque de Caxias.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei n.º. 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei n.º. 4.545, de 31 de julho de 1942. Dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais, e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei n.º. 4.791, de 5 de outubro de 1942. Institui o Cruzeiro como unidade monetária brasileira, e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei n.º. 6.705, de 17 de julho de 1944. Autoriza a circulação de cédulas de Cr\$ 1,00 e Cr\$ 2,00, e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei n.º. 7.473, de 18 de abril de 1945. Dispõe sobre a criação do Instituto Rio Branco e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei n.º. 7.547, de 14 de maio de 1945. Institui a Medalha Comemorativa do primeiro centenário do nascimento do Barão do Rio Branco.

- \_\_\_\_\_ . Decreto-Lei nº. 7.582, de 25 de maio de 1945. Extingue o Departamento de Imprensa e Propaganda e cria o Departamento Nacional de Informações.

### Site

- <http://www.portalconsular.mre.gov.br>. Acesso em: 9 de janeiro de 2011.

## **Bibliografia**

### Teses e Dissertações

- CARVALHO, Luiz Felipe de. *Educação e unidade nacional no Estado Novo: o primeiro Congresso de Brasilidade (1941)*. Dissertação de mestrado em Educação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- DÂNGELO, Newton. *Escolas sem professores: o rádio educativo nas décadas de 1920/40*. Dissertação de mestrado em História. São Paulo: PUC, 1994.
- FERREIRA, Adriano de Assis. *Teatro Ligeiro Cômico no Rio de Janeiro: a década de 1930*. Tese de doutorado em Literatura Brasileira. São Paulo: USP, 2010.
- MARTINS, Cláudia Regina Kawka. *A disciplina escolar de história no ensino secundário público paranaense: 1931 a 1951*. Tese de doutorado em Educação. Paraná: Universidade Federal do Paraná, 2006.
- NASCIMENTO, Rosana Andrade Dias do. *O “Brasil Colonial” e a Exposição do mundo português de 1940*. Tese de doutorado em História. Salvador/BA: Universidade Federal da Bahia, 2008.
- REZNIK, Luís. *Tecendo o amanhã (a história do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos. 1931 a 1945)*. Dissertação de mestrado em História. Niterói/RJ: UFF, 1992.
- RODRIGUES, Cândido Moreira. *Alceu Amoroso Lima: matrizes e posições de um intelectual católico militante em perspectiva histórica – 1928-1946*. Tese de doutorado em História. São Paulo: UNESP, 2006.

- ROSA, Cristina Souza de. *Imagens que educam: o cinema educativo no Brasil dos anos 1930-1940*. Dissertação de mestrado em História. Niterói/RJ: UFF, 2002.
- SILVA, André Chaves de Melo. *Ensino de história, cinema, imprensa e poder na Era Vargas (1930-1945)*. Dissertação de mestrado em Educação. São Paulo: USP, 2005.
- STEIN, Cristiane Antunes. “*Por Deus e pelo Brasil*”: a Juventude Brasileira em Curitiba (1938-1945). Dissertação de mestrado em Educação. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008.

### Livros e Artigos

- ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. “O engenheiro-arquiteto Rubens Porto e os Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões (IAPs/CAPs): contribuições para a formulação de uma política pública habitacional no Brasil na década de 1930”. *Risco, Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo*, n.º 8, 2008. Pp. 35-48.
- ARAUJO, Ricardo Benzaquen de. “O dono da casa – Notas sobre a imagem de poder no “mito Vargas””. In: *Religião e Sociedade*, v. 13, n.º 2, 1986. Pp. 102-122.
- BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- BEHAR, Eli & PELEIAS, Débora Schranck. *Vultos do Brasil: Bibliografias, História e Geografia*. São Paulo: Hemus, 1990.
- BEN-AMOS, Avner. *Funerals, politics and memory in modern France, 1789-1996*. Oxford; New York, Oxford University Press, 2000.
- BEZERRA, José Augusto. “Ex-líbris: a marca de propriedade do livro”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, vol. 120, 2006. Pp. 129-144.
- BOMENY, Helena. “Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. Pp. 137-166.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.

- BURKE, Peter. “A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa”. In: \_\_\_\_\_ (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. Pp. 327-348.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CARLYLE, Thomas. *Os heróis*. São Paulo: Melhoramentos, 1963.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- CASTRO, Celso. “Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército brasileiro”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 14, n° 25, 2000. Pp. 103-117.
- \_\_\_\_\_. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2000.
- DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- D’ARAUJO, Maria Celina. *A era Vargas*. São Paulo: Moderna, 2004.
- DUTRA, Eliana de Freitas. “A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasileira”. In: DUTRA, Eliana & MOLLIER, Jean Yves (Orgs). *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006. Pp. 299-314.
- FERREIRA, Jorge. “Estado e repressão política no primeiro governo Vargas”. In: *Trabalhadores do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. Pp. 91-122.
- GARCIA, Nelson Jahar. *Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982.
- GOMES, Angela de Castro. “O redescobrimto do Brasil”. In: OLIVEIRA, L. L; VELLOSO, M. P; GOMES, A. M. de C. (orgs). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. Pp. 109-150.
- \_\_\_\_\_. “A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro”. In: OLIVEIRA, L. L; VELLOSO, M. P; GOMES, A. M. de C. (orgs). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. Pp. 151-166.

- \_\_\_\_\_ . “Estado Novo: ambigüidades e heranças de um regime autoritário”. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, vol. 23, n°. 133, nov. 1997. Pp. 38-45.
- \_\_\_\_\_ . *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- \_\_\_\_\_ . *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.
- GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
- GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.
- HOBBSAWN, Eric & RANGER, Terence (orgs). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- HOOK, Sidney. *O Herói na história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- KANTOROWICZ, Ernest H. *Os dois corpos do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LACERDA, Aline Lopes de. “Fotografia e propaganda política: Capanema e o projeto editorial *Obra getuliana*”. In: GOMES, Angela de Castro (org). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. Pp. 103-139.
- LONDRES, Cecília. “A invenção do patrimônio e a memória nacional” In: BOMENY, Helena (org). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco, 2001. Pp. 85-101.
- MAGALHÃES, Augusto Franklin Ribeiro de. “Basílio de Magalhães”. *Revista do IHGB*, V. 315, abr/jun, 1977. Pp. 254-282.
- MARIZ, Vasco. *Vida Musical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MONARCHA, Carlos. *Lourenço Filho (Coleção Educadores)*. Recife: MEC/Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2010.
- MORAES, Renata. “O brado retumbante”. *Revista Nossa História*, n° 36, out. 2006. Pp. 55-59.

- MOURA, Cristina Patriota de. “Herança e metamorfose: a construção social de dois Rio Branco”. Revista *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 14, n° 25, 2000. Pp. 81-101.
- NEJAR, Carlos. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Copesul/Telos, 2007.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal*. São Paulo: Alameda Editorial, 2008.
- NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, dezembro de 1993. Pp. 7-28.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “As festas que a República manda guardar”. Revista *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n°. 4, 1989. Pp. 172-189.
- ORIÁ, Ricardo. “A construção da memória nacional: os heróis no panteão da pátria”. In: *A Construção da Memória Nacional: Os Heróis no Panteão da Pátria*. Série cadernos do museu, n°. 10. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. Pp. 9-29.
- PAULINO, Ana Maria. *Jorge de Lima*. São Paulo: Edusp, 1995.
- PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre: editora Globo, 1960.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. Revista *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n° 3, 1989. Pp. 3-15.
- RIBEIRO, Fernando Bessa. “A invenção dos heróis: nação, história e discursos de identidade em Moçambique”. *Etnográfica*, vol. IX, n° 2, 2005. Pp. 257-275.
- SCHVARZMAN, Sheila. *Humberto Mauro e as imagens do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2004.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M. R. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.
- SEFFNER, Fernando. “O herói e o mito no espaço da sala de aula de história: algumas impressões”. In: FELIX, Loiva Otero & ELMIR, Cláudio P. (orgs) *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. Pp. 195-205.
- SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à Guerra*. São Paulo: Manole, 2003.

- SOUZA, Adriana Barreto de. “Osório e Caxias: os heróis militares que a república manda guardar”. *Varia História*. Belo Horizonte, n°. 25, julho, 2001. Pp. 231-251.
- SOUZA, José Inácio de Melo. *O estado contra os meios de comunicação (1889-1945)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.
- TAPAJÓS, Vicente. “Homenagem aos sócios falecidos”. *Revista do IHGB*, V. 149, out/dez, 1988. Pp. 595-601.